



## Serviço Social na História: contribuições para uma perspectiva Internacionalista





**Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro Rio de Janeiro – jan./abr. 2025 – v. 23, n. 58, p. 1-254  
ISSN 2238-3786 (Versão online)**

# EXPEDIENTE

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gulnar Azevedo e Silva

### Reitora

Antonio Soares da Silva

### Pró-reitoria de Graduação – PR1

Elizabeth Fernandes de Macedo

### Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Ana Maria de Almeida Santiago

### Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Renato dos Santos Veloso

### Diretor do Centro de Ciências Sociais



## FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Procópio da Silva - **Diretora**

Simone Lessa - **Vice-diretora**

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Ney Luiz Teixeira de Almeida - **Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

**Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil):** Diego Martins Dória Paulo, Elziane Olina Dourado, Graziela Scheffer, Juan Pablo Sierra Tapiro, Marilda Villela Iamamoto, Monica de Jesus Cesar e Ney Luiz Teixeira de Almeida.

**Editora Responsável:** Monica de Jesus Cesar

**Assessoria técnica e administrativa:** Patrícia Trajano

**Bolsista de extensão:** Rafaela Bezerra da Silva

**Bolsista de estágio interno complementar:** Emanuelle de Almeida Alexandre

**Revisão de texto:** Klein Editora

**Tradução/revisão de inglês:** Klein Editora

**Projeto gráfico, editoração e capa:** Zeppelini Publishers

**Foto de capa:** Bia Abramides

**Fotografias:** Bia Abramides

**Agradecimentos:** Ana Luiza Avelar de Oliveira, Antoniana Defilippo, Carina Berta Moljo, Carlos Hortmann, Esther Luiza de Souza Lemos, Fabrícia Maciel, Gabrieli Carreiro, Giovanna Canêo, José Paulo Netto, Lorena Molina, Maria Carmelita Yazbek, Maria Elizabeth S. Borges, Maria Fernanda Escurra, Maria Inês Souza Bravo, Paula Vidal e Shirleny Pereira de Souza Oliveira.

**APOIO:** PROEX-CAPES, FAPERJ



## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

**Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**

Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001 - Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ– Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

E-mail: [revistaempauta.uerj@gmail.com](mailto:revistaempauta.uerj@gmail.com). Telefones: 2334-0299; 2334-0291– ramal 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

**Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea** é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

E58      Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea [recurso eletrônico] – V. 23, n. 58 (2025) – Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2025 – v.: il.

Quadrimestral.

Modo de acesso: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index> >

e- ISSN: 2238-3786.

Descrição baseada em conteúdo acessado em: 26 maio 2023.

Edição impressa: Ano 1 (1993) – Ano 21 (2014): ISSN 1414-8609.

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. 3. Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social

CDU 36(05)





ISSN 2238-3786 (Versão online)

jan./abr. 2025 – v. 23, n. 58

#### **EQUIPE EDITORIAL**

Diego Martins Dória Paulo

Elziane Oliná Dourado

Graziela Scheffer

Juan Pablo Sierra Tapiro

Marilda Villela Iamamoto

Monica de Jesus Cesar

Ney Luiz Teixeira de Almeida

**Editora Responsável:** Monica de Jesus Cesar

**Assessoria Técnica e Administrativa:** Patrícia Trajano

**Indexação:** a Revista Em Pauta — Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download.

Está também indexada e/ou resumida em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

DIADORIM

EBSCO

CAPES - Portal de Periódicos

CENGAGE Learning

LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas

Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

OAJI - Open Academic Journals Index

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

**CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:** composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

**Internacionais:** Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP-Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). Nacionais: Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/ FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).

**PRODUÇÃO EDITORIAL**



**ZEPPELINI**  
PUBLISHERS

# SUMÁRIO

## Editorial

Serviço Social na história: contribuições para uma perspectiva internacionalista.....10

Graziela Scheffer, Juan Tapiro, Marilda Villela Iamamoto

## Artigos

Nuestros tiempos.....18

Maria Lorena Molina

O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política.....31

Maria Carmelita Yazbek

Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa .....41

Carina Berta Moljo, Maria Elizabeth S. Borges, Ana Luiza Avelar de Oliveira, Maria Inês Souza Bravo

Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional ..... 69

Antoniana Defilippo, Giovanna Canêo, Shirleny Pereira de Souza Oliveira

Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social.....84

Carlos Hortmann, Fabrícia Maciel

Unidad Popular y Allende: Inspiraciones para el Futuro .....100

Paula Vidal

## Tema Livre

Aproximações ao estado em Marx.....112

Kim Taiuara Chavarria Brochardt

Direitos Humanos e Questão ambiental: uma crítica em Enrique Dussel..... 127

César Augusto Costa

Engels diante do materialismo: ciência, iluminismo e dialética ..... 143

Vitor Bartoletti Sartori

A formação de professores reflexivos na perspectiva de John Dewey.....158

Antonio Jose Muller, Eliane Kormann

Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia..... 173

Glenia Rouse Costa, Solange Maria Teixeira

Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus.....189

Pollyanna de Souza Carvalho

## Entrevista

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Desafíos del Trabajo Social en <i>Nuestra America</i> : diálogo con la Presidenta de Alaeits (2023 – 2025)..... | 204 |
| Esther Luiza de Souza Lemos                                                                                     |     |

## Resenhas

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Crítica ontológica ou pretensa crítica de lugar nenhum .....                                          | 223 |
| María Fernanda Ecurra                                                                                 |     |
| A Tortura no Superencarceramento Brasileiro: a prática de neutralização das “classes perigosas” ..... | 229 |
| Gabrieli Carreiro                                                                                     |     |

## Homenagem de Vida

|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| Uma brasileira honorária ..... | 233 |
| José Paulo Netto               |     |

## Mostra fotográfica

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| Meu caminho pelas artes visuais |     |
| Será arte? .....                | 239 |
| Bia Abramides                   |     |



# CONTENTS

## Editorial

- Social Work in History: Contributions to an Internationalist Perspective.....14**  
Graziela Scheffer, Juan Tapiro, Marilda Villela Iamamoto

## Articles

- Our times.....18**  
Maria Lorena Molina
- The Social Service Internationalization Process: challenges and political direction .....31**  
Maria Carmelita Yazbek
- On the political organization of social work: the critical turn  
in the context of bourgeois autocracy..... 55**  
Carina Berta Moljo, Maria Elizabeth S. Borges, Ana Luiza Avelar de Oliveira, Maria Inês Souza Bravo
- Approximations and dissonances between Brazilian  
and British Social Work in challenging the traditional perspective..... 69**  
Antoniana Defilippo, Giovanna Canêo, Shirleny Pereira de Souza Oliveira
- Historical considerations on the Portuguese social formation and Social Work..... 84**  
Carlos Hortmann, Fabrícia Maciel
- Popular Unity and Allende: Inspirations for the Future .....100**  
Paula Vidal

## Free Theme

- Approaches to the state in Marx.....112**  
Kim Taiuara Chavarria Brochardt
- Human Rights and the environmental question: a review of Enrique Dussel ..... 127**  
César Augusto Costa
- Engels towards Materialism: Science, Enlightenment and Dialectics ..... 143**  
Vitor Bartoletti Sartori
- The development of reflective teachers in the perspective of John Dewey..... 158**  
Antonio Jose Muller, Eliane Kormann
- Agingism: intersectionalities of class, gender/sexuality and race/ethnicity ..... 173**  
Glenia Rouse Costa, Solange Maria Teixeira
- Diary of the soul: inequalities seen through the eyes of Carolina de Jesus ..... 189**  
Pollyanna de Souza Carvalho

## Interview

- Challenges of Social Work in *Nuestra America*: dialogue with the President of Alaeits  
(2023 – 2025).....204  
Esther Luiza de Souza Lemos

## Reviews

- Ontological critique or the pretentious claim of critique from nowhere .....223  
María Fernanda Ecurra
- Torture in Brazilian Superincarceration: the practice of neutralizing “dangerous classes” .....229  
Gabrieli Carreiro

## Homage

- An honorary Brazilian.....233  
José Paulo Netto

## Photography Exhibition

- My path through the visual arts
- Is it art?.....239  
Bia Abramides

# Serviço Social na história: contribuições para uma perspectiva internacionalista

*Social Work in History: Contributions to an Internationalist Perspective*

Graziela Scheffer\* 

Juan Tapiro\*\* 

Marilda Villela Iamamoto\*\*\* 

A *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, em sua edição nº 58, apresenta na primeira seção o dossiê temático *Serviço Social na história: contribuições para uma perspectiva internacionalista*, com o objetivo de socializar com os leitores e as leitoras reflexões e investigações que abordam o Serviço Social na divisão internacional do trabalho, no processo de expansão e crise do capital sob a hegemonia das finanças na atualidade, em uma perspectiva internacionalista, reconhecendo as particularidades nas formações sócio-históricas dos países em *Nuestra América*, África e Europa.

O dossiê abrangeu pesquisadores/as, docentes, discentes na perspectiva de evidenciar o Serviço Social na história, enquanto síntese de unidade e diversidades da trajetória dessa profissão em distintos países e diferentes continentes, em seus diversos níveis e formas de regulamentação. Nesta edição, buscamos ampliar o debate acerca da pesquisa sobre a história no Serviço Social em contextos sócio-históricos específicos; dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e dimensões técnico-operativas do trabalho de assistentes sociais; de seu perfil profissional e acadêmico; de suas condições e relações de trabalho no marco das transformações operadas nesse campo pelas políticas neoliberais; de formas de organização gremiais; da educação em Serviço Social nos níveis de graduação e pós-graduação, incluindo a pesquisa e correspondentes políticas públicas de educação e de ciência e tecnologia. O propósito foi fortalecer a perspectiva histórico-crítica nessa área, a solidariedade internacionalista e a troca de experiências na produção acadêmica, na formação profissional e no trabalho de assistentes sociais, em sua relação indissociável.

## EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89037>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [graziela.uerj@gmail.com](mailto:graziela.uerj@gmail.com).

\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [juan.tapiro@uerj.br](mailto:juan.tapiro@uerj.br).

\*\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [mviamamoto@uol.com.br](mailto:mviamamoto@uol.com.br).

Como citar: SCHEFFER, G.; TAPIRO, J.; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na história: contribuições para uma perspectiva internacionalista. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp.10-13, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89037>.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

As produções dos autores e das autoras trazem reflexões históricas e contemporâneas que iluminam o tempo presente. Também proporcionam chaves analíticas que mobilizam debates profissionais em diálogo com as ciências humanas e sociais, para pensar as determinações da questão social, das lutas sociais, da organização da classe trabalhadora, da realização de direitos humanos e dos projetos profissionais articulados com projetos societários para além do capital e no combate a toda forma de exploração, dominação e opressão em processos de renovação crítica do Serviço Social no Brasil, na *Nuestra América* e na Europa, em um contexto de plena expansão imperialista do capital em crise. Nesta conjuntura de crise capitalista se colocam maiores desafios, em decorrência do projeto neoliberal e da forte ofensiva reacionária militarista de direita e ultradireita. Tais fenômenos se expressam na realidade diante do aprofundamento das desigualdades sociais, da exploração do trabalho, da restrição de recursos públicos para políticas sociais, da privatização das empresas públicas, das mudanças climáticas, bem como, da produção de conhecimentos cada vez mais mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação.

Inaugurando o dossiê da edição 58, o texto *Nuestros tempos*, de Lorena Molina, aborda, de forma instigante, as expressões históricas da conjuntura atual que desafiam a profissão no continente latino-americano na divisão internacional do trabalho, partindo das reflexões críticas acerca da chamada inteligência artificial numa tensão geopolítica, entre o globalismo e multilateralismo no capitalismo que envolvem o Serviço Social diante inúmeros desafios nesta crise civilizacional e das consequências do neoliberalismo. No segundo artigo *O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política*, de Carmelita Yazbek, nos brinda com importantes subsídios sobre a internacionalização no Serviço Social brasileiro sob a direção de Programas de Pós-graduação, grupos de pesquisa e cursos de Serviço Social. No ensaio da autora se tece a reflexão da internacionalização como um “processo político, pleno de contradições e disputas, resultantes do intercâmbio, no âmbito de uma ‘economia global do conhecimento’”, processo com tendências globalizantes e imperialistas. Adensando a reflexão acerca da dimensão política e do projeto profissional. O terceiro artigo *Da organização política do Serviço Social: percursos e questões desde a virada crítica*, de autoria coletiva de docentes do Brasil, celebra a memória dos enlances entre as lutas sociais e a categoria profissional, numa conjuntura de crise da ditadura, que, naquele momento, abria brechas para redemocratização do país, espraçando-se na renovação crítica dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho de assistentes sociais do Brasil e em sintonia com forças progressistas do país, destacando a organização sindical na época e a renovação das entidades da profissão. Adensando os estudos num solo comum da história, mas em outras latitudes do capitalismo, outras autoras, docentes, brasileiras em seu texto *Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional* buscam por meio de uma pesquisa histórica comparar os processos de renovação profissional no Brasil e no



Reino Unido. O artigo destaca o processo de intenção de ruptura de inspiração marxista no Brasil no final da década de 1970 e sua concretização hegemônica nas entidades, na formação e na regulamentação da profissão na década de 1990, assim como o Serviço Social Radical no Reino Unido, enquanto importante expressão profissional progressista e socialista de inspiração marxista na década de 1970. Contudo, com o advento do neoliberalismo, o projeto profissional “radical” entra em crise e os setores conservadores no Brasil também se fortaleceram nas últimas décadas. Ainda Carlos Hortmann e Fabrícia Maciel apresentam o texto *Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e o Serviço Social*, nas trilhas da formação lusitana, buscam compreender a gênese da profissão ancorados em tempos fascistas do Estado Novo salazarista, marcado pelo corporativismo, o nacionalismo, a violência política e a censura que circunscreveu a criação da profissão nos meandros relacionados à Igreja Católica. Encerrando, esse primeiro bloco da edição, temos o texto intitulado *Unidad Popular y Allende: Inspiraciones para el futuro*, de Paula Vidal, o artigo trata o legado do socialismo democrático do Governo Salvador Allende e da Unidade Popular, recupera a experiência de construir um projeto societário na diversidade de forças políticas, destacando diversos avanços democráticos políticos, econômicos, sociais, culturais desse processo e as consequências até a atualidade da ditadura civil-militar com a ofensiva neoliberal. A autora propõe que a “via chilena al socialismo”, ou socialismo democrático, é vigente para pensar estratégias diante do tempo presente de guerras, pobreza, devastação socioambiental, desigualdades e opressões.

A seção Tema Livre é composta por quatro produções oriundas de ensaios e pesquisas bibliográficos. O primeiro texto trata da concepção de Estado em Marx, do autor Kim Brochardt, percorrendo as diferentes obras marxianas. O segundo texto *Direitos Humanos e Questão ambiental: uma crítica em Enrique Dussel*, de César Costa, realiza uma aproximação ao pensamento do filósofo mendocino-argentino, particularmente da Filosofia de Libertação como fundamento de uma Teoria crítica dos Direitos Humanos na interface com a questão ambiental, com ênfase na América Latina. O texto *Engels diante do materialismo: ciência, iluminismo e dialética*, de Vitor Sartori, faz uma defesa do pensamento de Engels, em relação ao reconhecimento, crítica e superação do materialismo francês e de Feuerbach, assim como em relação a Hegel, salientando a concepção materialista da história desenvolvida por Marx e Engels. O texto *A formação de professores reflexivos na perspectiva de John Dewey*, de Antônio Muller e Eliane Kormann, apresenta uma aproximação da teoria desse filósofo pragmatista, abordando o papel do professor reflexivo e sua formação. Os dois últimos artigos tecem debates acerca das múltiplas desigualdades sociais no contexto da pandemia de covid-19, o texto *Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia*, de Glenia Rouse Costa e Solange Maria Teixeira, propõe-se analisar as incidências do idosismo enquanto marcadores sociais. Fechando esta seção da revista, o texto *Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus*, de

Pollyanna Carvalho, apresenta uma reflexão sobre a desigualdade social, o racismo e a violência de gênero na vida das classes trabalhadoras no Brasil, a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina de Jesus.

Celebrando o centenário do Serviço Social em *Nuestra América*, em 2025, com a criação da primeira escola de Serviço Social no Chile, tem-se uma entrevista realizada com a atual Presidenta da Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), Profa. Dra. Sonia Brito, docente chilena.

Na sequência seguem duas resenhas. A primeira, de autoria de María Fernanda Escurra, intitula-se *Crítica ontológica ou pretensa crítica de lugar nenhum*. Ela comenta parte da obra de Mario Duayer, ex-professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e vítima da covid-19, que deixa saudades. A segunda resenha *A Tortura no Superencarceramento Brasileiro: a prática de neutralização das “classes perigosas”*, de Gabrieli Carreiro, aborda o livro *A Tortura no Superencarceramento Brasileiro*, de Fábio do Nascimento Simas.

Na seção de homenagem em vida, a revista é presenteada com o texto do Prof. emérito da Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Dr. José Paulo Netto, *Uma brasileira honorária*. O texto apresenta uma saudação à professora lusitana Alcina Maria de Castro Martins, grande referência do Serviço Social brasileiro e inestimável colaboradora na formação de inúmeros assistentes sociais e no intercâmbio internacional com Portugal.

A instigante mostra fotográfica, sob curadoria de Ziza Dourado, expõe uma coleção de obras pouco conhecidas de Bia Abramides, apresentadas ao grande público no corrente ano. Desenhos da expositora encerram, em grande estilo, esta edição nº 58 e a artista também ilustra a bela capa desta *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

# Social Work in History: Contributions to an Internationalist Perspective

*Serviço Social na história: contribuições para uma perspectiva internacionalista*

Graziela Scheffer\* 

Juan Tapiro\*\* 

Marilda Villela Iamamoto\*\*\* 

The *Em Pauta Journal: social theory and contemporary reality*, in its issue no. 58, presents in the first section the thematic dossier *Social work in history: contributions to an internationalist perspective*, with the aim of socializing with readers reflections and investigations that address social work in the international division of labor, in the process of expansion and crisis of capital under the hegemony of finance today, in an internationalist perspective, recognizing the particularities in the socio-historical formations of countries in *Nuestra América*, Africa and Europe.

The dossier covered researchers, teachers, students with a view to highlighting social work in history, as a synthesis of the unity and diversity of the trajectory of this profession in different countries and different continents, in its different levels and forms of regulation. In this issue, we seek to expand the debate about research on history in social work in specific socio-historical contexts; the theoretical-methodological, ethical-political foundations and technical-operative dimensions of the work of social workers; their professional and academic profile; their working conditions and relations within the framework of the transformations brought about in this field by neo-liberal policies; of union forms of organization; of education in social work at undergraduate and postgraduate levels, including research and corresponding public education and science and technology policies. The purpose was to strengthen the historical-critical perspective in this area, the internationalist solidarity, and the exchange of experiences in academic production, professional training, and the work of social workers, in their inseparable relationship.

## EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89037>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [graziela.uerj@gmail.com](mailto:graziela.uerj@gmail.com).

\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [juan.tapiro@uerj.br](mailto:juan.tapiro@uerj.br).

\*\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [mviamoto@uol.com.br](mailto:mviamoto@uol.com.br).

Como citar: SCHEFFER, G.; TAPIRO, J.; IAMAMOTO, M. V. Social Work in History: Contributions to an Internationalist Perspective. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 14-17, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89037>.



© 2025 The Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea is licensed under a License Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

The authors' productions bring historical and contemporary reflections that illuminate the present time. They also provide analytical keys that mobilize professional debates in dialogue with the humanities and the social sciences, to reflect on the determinations of the social issue, of social struggles, of the organization of the working class, of the realization of human rights and of professional projects articulated with societal projects beyond capital, and in the fight against all forms of exploitation, domination, and oppression in processes of critical renewal of social work in Brazil, in *Nuestra América* and in Europe, in a context of full imperialist expansion of capital in crisis. In this situation of capitalist crisis, greater challenges arise, as a result of the neoliberal project and the strong militarist reactionary offensive of the right and ultra-right. Such phenomena are expressed in reality in the face of the deepening of social inequalities, the exploitation of labor, the restriction of public resources for social policies, the privatization of public companies, climate change, as well as the production of knowledge increasingly mediated by technologies of information and communication.

Inaugurating the dossier of issue 58, the article *Nuestros tempos*, by Lorena Molina, addresses, in an intriguing way, the historical expressions of the current situation that challenge the profession on the Latin American continent in the international division of labor, starting from critical reflections on the so-called artificial intelligence in a geopolitical tension between globalism and multilateralism in capitalism that involve social work in the face of numerous challenges in this civilizational crisis and the consequences of neoliberalism. The second article, *The Social Work Internationalization Process: challenges and political direction*, by Carmelita Yazbek, provides us with important insights into internationalization in Brazilian social work under the direction of Postgraduate Programs, research groups and social work courses. The author's essay reflects on internationalization as a "political process, full of contradictions and disputes, resulting from exchange, within the scope of a 'global knowledge economy'", a process with globalizing and imperialist tendencies. Deepening the reflection on the political dimension and the professional project, the third article, *The political organization of social work: paths and issues since the critical turn*, collectively authored by teachers from Brazil, celebrates the memory of the links between social struggles and the professional category, in a situation of crisis of the dictatorship, which, at that time, opened gaps for the redemocratization of the country, spreading in the critical renewal of the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative foundations of the work of social workers in Brazil and in line with progressive forces in the country, highlighting the union organization at the time and the renewal of professional entities. Deepening studies on common ground in history, but in other latitudes of capitalism, other Brazilian authors, teachers, in their text *Approximations and dissonances between Brazilian and British social work in contesting the traditional perspective*, seek, through historical research, to compare professional renewal

processes in Brazil and the United Kingdom. The article highlights the process of intended rupture of Marxist inspiration in Brazil at the end of the 1970s and its hegemonic implementation in entities, training, and regulation of the profession in the 1990s, as well as Radical Social Work in the UK, as an important Marxist-inspired progressive and socialist professional expression in the 1970s. However, with the advent of neoliberalism, the “radical” professional project entered into crisis and the conservative sectors in Brazil have also strengthened in recent decades. Also, Carlos Hortmann and Fabrícia Maciel present the text *Historical considerations about Portuguese social formation and social work*. Following the paths of Lusitanian training, they seek to understand the genesis of the profession anchored in fascist times of the Salazarist New State, marked by corporatism, nationalism, political violence, and censorship that limited the creation of the profession in intricacies related to the Catholic Church. Closing this first block of the issue, we have the text entitled *Unidad Popular and Allende: Inspirations for the future*, by Paula Vidal. The article deals with the legacy of democratic socialism of the Salvador Allende administration and Popular Unity, recovering the experience of building a societal project in the diversity of political forces, highlighting various political, economic, social, and cultural democratic advances in this process and the consequences to date of the civil-military dictatorship with the neoliberal offensive. The author proposes that the “Chilean way to socialism”, or democratic socialism, is valid for thinking about strategies in the face of the present time of wars, poverty, socio-environmental devastation, inequalities, and oppression.

The Free Theme section is made up of four articles originating from essays and bibliographical research. The first text deals with the conception of the state in Marx, by author Kim Brochardt, covering the different Marxian works. The second text, *Human Rights and Environmental Issue: a critique in Enrique Dussel*, by César Costa, approaches the thought of the Argentine-Mexican philosopher, particularly the Philosophy of Liberation as the foundation of a Critical Theory of Human Rights at the interface with the environmental issue, with an emphasis on Latin America. The text *Engels facing materialism: science, enlightenment, and dialectics*, by Vitor Sartori, defends Engels’ thought, in relation to the recognition, criticism, and overcoming of French materialism and Feuerbach, as well as in relation to Hegel, highlighting the materialist conception of history developed by Marx and Engels. The text *The training of reflective teachers from John Dewey’s perspective*, by Antônio Muller and Eliane Kormann, presents an approach to the theory of this pragmatist philosopher, addressing the role of the reflective teacher and his training. The last two articles discuss multiple social inequalities in the context of the COVID-19 pandemic, the text *Ageism: intersectionalities of class, gender/sexuality, and race/ethnicity*, by Glenia Rouse Costa and Solange Maria Teixeira, aims to analyze the incidence of ageism as social markers. Closing this section of the journal, the text *Diary of the soul: inequalities seen through the eyes of Carolina de Jesus*, by Pollyanna Carvalho, presents a reflection on



social inequality, racism, and gender violence in the lives of the working classes in Brazil, based on the work *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus*.

Celebrating the centenary of social work in *Nuestra América*, in 2025, with the creation of the first school of social work in Chile, there is an interview carried out with the current President of the Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), Prof. Dr. Sonia Brito, a Chilean teacher.

Following are two reviews. The first, authored by María Fernanda Escurra, is entitled *Ontological criticism or alleged criticism from nowhere*. She comments on part of the work of Mario Duayer, former professor of the Postgraduate Program in Social Work and a victim of COVID-19, who is missed. The second review, *Torture in Brazilian Superincarceration: the practice of neutralizing “dangerous classes,”* by Gabrieli Carreiro, addresses the book *Torture in Brazilian Superincarceration*, by Fábio do Nascimento Simas.

In the lifetime tribute section, the journal features a text by an Emeritus Professor of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Dr. José Paulo Netto, *An honorary Brazilian*. The text presents a greeting to the Portuguese professor Alcina Maria de Castro Martins, a great reference in Brazilian social work and an invaluable collaborator in the training of countless social workers and in international exchange with Portugal.

The intriguing photographic exhibition, curated by Ziza Dourado, showcases a collection of little-known works by Bia Abramides, presented to the general public this year. The exhibitor's drawings close in style this issue no. 58 and the artist also illustrates the beautiful cover of this *Em Pauta: social theory and contemporary reality*, journal of the School of Social Work at UERJ.

# Nuestros tiempos

*Our times*

*Nossos tempos*

Maria Lorena Molina\* 

## RESUMEN

Este artículo trata sobre algunas de las mediaciones históricas, desde la crisis civilizatoria, que interpelan al Trabajo Social latinoamericano. Coloca algunas reflexiones y desafíos en lo referente a la formación profesional de grado y para las agendas de investigación. Este texto es un resumen parcial de la conferencia Eileen Younghusband. La misma fue desarrollada como distinción hecha por parte de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (AIETS/IASSW) en abril 2024.

**Palabras clave:** Trabajo Social; crisis civilizatoria; desafíos.

## ABSTRACT

This article deals with some of the historical mediations, from the civilizational crisis, that challenge Latin American Social Work. It presents some reflections and challenges regarding undergraduate professional training and research agendas. This text is a partial summary of the Eileen Younghusband lecture. It was developed as a distinction made by the International Association of Schools of Social Work (AIETS/IASSW) in April 2024.

**Keywords:** Social Work; civilizational crisis; challenges.

## RESUMO

Este artigo trata de algumas das mediações históricas, da crise civilizacional, que desafiam o Serviço Social Latino-Americano. Apresenta algumas reflexões e desafios relativos à formação profissional na graduação e às agendas de pesquisa. Este texto é um resumo parcial da palestra de Eileen Younghusband. Foi desenvolvido como uma distinção feita pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIETS/IASSW) em abril de 2024.

**Palavras-chave:** Serviço Social; crise civilizacional; desafios.

## Introducción

Este artículo es un resumen de algunos de los aspectos tratados en la conferencia titulada: Nuestros tiempos. La misma fue impartida en abril, 2024 en ciudad Panamá., que corresponde con

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89038>

\*Universidad de Costa Rica, San Pedro de Montes de Oca, San José - Costa Rica. E-mail: marialore.molina@gmail.com.

Como citar: MOLINA, M. L. M. Nuestros tiempos. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 18-30, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89038>.

*Recebido em 15 de setembro de 2024.*

*Aprovado para publicação em 08 de novembro de 2024.*

*Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.*



© 2025 A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

el reconocimiento recibido, por parte de la *International Association of Schools of Social Work* (IASSW) a la autora de este artículo. El reconocimiento se denomina *Conferencia Eillem Youghusband*.

El contenido de esta conferencia da inicio con mis puntos de partida, a fin de enfocar algunos rasgos de las mediaciones históricas de nuestro tiempo, que interpelan al Trabajo Social. Mediciones que reconfiguran la reproducción misma del Trabajo Social en los procesos de educación -formación profesional-, y a los objetos de estudio que concitan interés en la producción de conocimiento, mediante el desarrollo de la investigación.

En consecuencia, interesa destacar el capitalismo y la crisis, y en tal contexto, el valor estratégico de la llamada inteligencia artificial en la tensión geopolítica, entre el globalismo y el multilateralismo en esta crisis civilizatoria que vivimos.

Con estos señalamientos, se concluye con grandes desafíos, que la autora identifica para la vida académica-intelectual, desde el Trabajo Social Crítico Latinoamericano en esta transición civilizatoria.

## Mis puntos de partida

Esta exposición coloca algunas categorías como: capitalismo, multilateralismo, globalismo, inteligencia artificial, en tanto en estos tiempos implican al Trabajo Social en su origen y desarrollo. Las mismas emergen de la comprensión de la época actual como dimensión de la universalidad y del Trabajo Social como singularidad histórica.

En mi visión de mundo, la base es el movimiento de la historia, hecha por sujetos sociales, ontológicamente enraizados en las relaciones sociales de su época, con teleologías en tensión y contradicción. Movimientos en contradicción de hegemonías y subalternidades, que construyen tendencias y direccionan la vida social.

Aprehender la universalidad de nuestra época histórica, conlleva comprender el origen y el desarrollo del capitalismo en sus diversas fases y la conformación del Estado en los regímenes autoritarios-dictatoriales y democráticos, y como estos, adquieren particularidades en nuestras regiones y países. Esto explica estructural y coyunturalmente las manifestaciones de la cuestión social -desde donde emergen los objetos de investigación y de trabajo profesional- y, explican el surgimiento de las demandas sociales y las luchas, colocadas ante el Estado. Desde esta superestructura, desempeñamos profesionalmente el Trabajo Social, operando y gestionando políticas públicas, así como, desde organizaciones no estatales, con fines públicos. Y también desde la educación superior, se reproduce como profesión y produce conocimiento.

Debo decir también, que mi comprensión de la universidad pública está referida a la defensa intransigente de su autonomía para garantizar: la libertad de pensa-

miento, el desarrollo del conocimiento científico, el compromiso social y crítico con la sociedad. A su vez, la formación/educación de profesionales-intelectuales forjados con altos estándares de rigurosidad, en sus competencias: éticas, histórico- teóricas, metodológicas - técnicas, y con el desarrollo de sensibilidades, actitudes y habilidades congruentes con la promoción, defensa, ampliación y exigibilidad de los derechos humanos.

Mi horizonte ético político fue gestado en las utopías emancipatorias de los años 70 en el siglo XX, al calor del llamado Movimiento de Reconceptualización y robustecido desde el Trabajo Social crítico, corresponde con la ruptura ético-política, afanada en develar y cuestionar las causas estructurales de nuestro subdesarrollo, y el anhelo de la transformación de las relaciones sociales opresoras del ser humano. Desde luego, con el avance de los debates y nuestros desarrollos teóricos, entendemos que las ruedas de las transformaciones son resultado del movimiento histórico de las hegemonías y subalternidades.

Así como fuimos interpelados en los años 60 del siglo XX, de nuevo desde los años 90, la apremiante discusión sobre las consecuencias de la crisis, el nuevo patrón productivo y la configuración del Estado colocaron la urgencia de la evaluación de los procesos de formación profesional. En estas discusiones se unieron los debates epistémicos sobre: la teoría crítica de base histórico materialista, la discusión de la posmodernidad y sus enfoques cualitativos del aquí y el ahora, los enfoques sistémicos, las discusiones sobre feminismo, la teoría de género, los estudios decoloniales, la informática, las competencias profesionales y los procesos de acreditación.

El meollo de la discusión se abonó desde la ontología del ser social, la epistemología dialéctico materialista, la teoría social crítica y los fundamentos ético político de los derechos humanos. Todo ello, para construir fundamentos curriculares, consonantes con el pensamiento crítico, la innovación pedagógica y a su vez, que atiendan las demandas del mundo del trabajo y los derechos conculcados a las poblaciones objeto de las políticas públicas.

Hoy, con cuatro décadas de políticas neoliberales, de reducción del Estado para los intereses del trabajo y el incremento de la desigualdad, nuestro tiempo exige reflexiones profundas de orden: ético, ontológico y teleológico, de acciones que tengan un horizonte emancipatorio. Nos debatimos entre la extinción de la vida, por un lado, y por el otro, en la búsqueda de otras formas de coexistencia con la naturaleza y entre nosotros mismos.

Los seres humanos somos ontológicamente sociales, la cooperación implicada en las relaciones sociales para producir medios de trabajo y de vida ha configurado las diversas épocas, que tienen sus particulares formas de producir organización social y cultura.

## Mediaciones históricas que nos interpelan: el capitalismo, su crisis galopante y regresividad de derechos.

Partimos del reconocimiento de que el capital es una relación social con carácter histórico, cuyo elemento determinante es la acumulación de valor. La característica medular de la crisis iniciada desde los años 70, es que la crisis está centrada en el mecanismo esencial de la estructura del capital, o sea: cómo satisfacer su imperativo: la acumulación (Mészáros, 2002).

Istvan Mészáros (2002), constata su tesis sobre la crisis estructural del capital, el cual, al no tener límites para su expansión, se convierte en un sistema socio metabólico, que tiene como núcleo el capital- el trabajo y el Estado. Se vuelve incontrolable, expansionista y destructivo porque todo pasa a ser controlado por la lógica de la valorización del capital, sin tener en cuenta los imperativos humanos sociales vitales. Corroe el trabajo con la producción y consumo superfluo y con su consecuente precarización y desempleo estructural. Otros investigadores estudiosos del capitalismo como: Petras, Chomsky, Dierckxensens, Himkelambert, Ianni, Boron, Iamamoto, Antunes y Netto entre otros, siguen esta misma línea histórico-teórica, que subraya que, la base del capitalismo es siempre la expropiación de la fuerza de trabajo, aunque se modifiquen las formas de la organización técnica y social del trabajo, siendo las contradicciones de clase el motor de la historia.

Por otra parte, los aportes del filósofo coreano académico radicado en Alemania, Byung –Chul (2022) en su libro: *La sociedad del cansancio*, refiere a un desplazamiento de la conciencia de las fuentes de la explotación, en tanto el trabajador, negando la fuente externa de la explotación, se auto considera auto-explotado, dirigiendo la mentalidad hacia su responsabilidad individual para estar vinculado en los procesos de trabajo. Esto conduce a una percepción de auto-explotación para ser exitosos, deben ser innovadores y emprendedores para generar sus fuentes de empleo.

Sabemos que a partir del llamado Consenso de Washington se introdujo progresivamente un nuevo patrón productivo y una nueva configuración del Estado. Decisiones a veces graduales, a veces radicales, fueron ensamblando las piezas para el desarrollo de un neoliberalismo, que acentuó la depredación ambiental, la minimización del Estado Social, así como, su maximización para soportar la recuperación de la caída de la tasa de ganancia y de la acumulación privada del capital. La contracara de todo esto: la regresividad en los derechos sociales y la reducción progresiva y diversa (en versión ortodoxa y heterodoxa) del Estado Social, el cual, tiene desiguales desarrollos en los países y en particular en los latinoamericanos. Se impulsó la venta de empresas públicas rentables, la neo-filantropía de lo social, la tercerización de los procesos, el desempleo estructural, el emprendedurismo, la innovación, el alto rendimiento y la productividad. Y también la guerra, como mecanismo necesario de recuperación del capital. Todos estos procesos,



tan solo enunciados configuraron complejidades mayores de la cuestión social entendida desde las elaboraciones de Iamamoto (2007) y Netto (1992) y en consecuencia grandes desafíos en la tensa relación Estado (políticas públicas) y el Trabajo Social. En este siglo XXI, la lógica de la hegemonía del capitalismo globalista con el avance vertiginoso de la inteligencia artificial se posiciona, para un mayor extractivismo del planeta hasta poner en riesgo la vida humana

Nuestros tiempos son objetos de estudio de los que se ocupan del origen, el desarrollo y la decadencia de las civilizaciones, como tiempos que muestran el escenario de la lucha entre tendencias económicas políticas y culturales. En nuestra contemporaneidad: por un lado, la globalización transcontinental y por el otro, el multilateralismo, en una forma de vida, que ya da señales de decadencia civilizatoria. Por otro lado, observamos, un futuro que aún no se delinea con claridad.

Apreciamos prácticas humanas alternativas referidas al cuidado del planeta, al no consumismo, a producir con valor de uso y no valor de cambio, a producir energía con fuentes no contaminantes, a la búsqueda de soberanía alimentaria.

Resumo seguidamente, algunas de las contribuciones centrales de estudiosos de las crisis del capitalismo, en particular me baso en la síntesis que hacen Iamamoto (2007), Dierckxens y Formento (2020), sobre las explicaciones de la crisis, el globalismo y el multilateralismo.

El capital que devenga intereses o capital fetiche se presenta como relación ensimismada, como fuente auto creadora de valor. Integrando grupos industriales, bancos, fondos de seguros, pensiones, fondos de inversión comandando así la acumulación. También requiere de la barbarie, la destrucción, del extractivismo y de las guerras, que son sus instrumentos para destruir y luego invertir en las reconstrucciones.

La voracidad del capital también deja destrucción en el mundo del trabajo: el desempleo, empleo precario, o sea, sin protección social. Sujetos desafiados de los vínculos laborales formales, gremiales engrosan la galopante desigualdad social. La destrucción del empleo ha sido el otro instrumento de la recuperación de la tasa de ganancia y acumulación del capital: disminuir sus gastos en salarios, intensificar las jornadas de trabajo, mantener la sobrevivencia con salarios mínimos- legales. Y también, otras ecuaciones se estructuran en las economías no legales o paralelas o quizás también interceptadas con las llamadas economías formales. Ellas son el tráfico de drogas, el narcomenudeo, el sicariato, la trata de seres humanos, de órganos, la esclavitud sexual, y laboral, la explotación sexual de las niñas, el tráfico humano en las migraciones internacionales y transcontinentales. El capital no tiene fronteras, los seres humanos sí.

La mundialización del capital con el declive de las experiencias del socialismo real, el fin de la guerra fría, la abolición del Pacto de Varsovia, la crisis de acumulación de los

años 70 del siglo XX da inicio de la llamada “permacrisis” (Dierckensens, 2020), que sentó las bases para una nueva fase de globalización del capital con marca neoliberal, neoconservadora y de extrema opresión y discriminación.

La “permacrisis del capital” y su voracidad por mantener la hegemonía comandada por USA y subsidiada por Europa ha desencadenado barbarie, destrucción, guerra en los Balcanes, el Medio Oriente y en África. Guerras visibilizadas como conflictos de naturaleza étnica-religiosa, pero escondiendo el trasfondo geopolítico de la pugna por los recursos de la zona (petróleo, gas, rutas de comercialización, fronteras geopolíticas) y en África, por ejemplo: la extracción de diamantes y el litio entre otros, pero manchadas de sangre en las guerras tribales en la comercialización de las migraciones y en la explotación de la naturaleza humana.

Dierckensens y Formento caracterizan en su complejidad estos tiempos actuales, que evidencian crisis civilizatoria y tensionan la economía y la geopolítica. Nos hablan del globalismo y el multilateralismo. Nos resumen el meollo explicativo de la crisis del capitalismo en los siguientes términos:

El ascenso y la caída de las civilizaciones es una tesis clásica, que con la Gran Depresión del Siglo XXI toma nuevamente vigencia. Durante la depresión, las relaciones sociales de producción, las fuerzas productivas y la conciencia de que éstas pueden entrar en fuerte contradicción al interior de sí mismas, manifiestan el sistema de contradicciones mediante el carácter crecientemente improductivo del capital financiero y la enorme dificultad de un retorno al trabajo productivo en el mundo en general, en primer lugar en los centros del poder. El capital financiero especulativo, basado en trabajo improductivo, se impone hoy más que nunca al trabajo productivo y aparentemente puja por llegar a los límites más extremos. (Dierckensens; Formento, 2020, p.4).

Durante los llamados “años dorados del Estado de Bienestar”, o sea, el período de posguerra, la inversión estaba muy amarrada al proceso productivo, mediante todo un arsenal de regulaciones económicas y el llamado pleno empleo. En ese contexto de regulaciones sobre el capital, la tasa de ganancia tiende a ser descendente en la esfera productiva, hacia finales

de los años sesenta. Esto sentó las bases para otra estrategia e hizo surgir el neoliberalismo, que liberó las trabas o regulaciones de los flujos de capital. En década de los años 70, la concentración de capital en actividades improductivas (fusiones, adquisiciones, etc.) restaba fuerza al crecimiento económico. La única forma de acumular, cuando la riqueza total no crece, es desarrollar una batalla por el reparto de la misma y con ello, se desarrolla el conflicto entre grandes capitales, no solo entre países, sino también al interior de ellos. Seguir con la acumulación a partir de este mismo esquema cada vez más agresivo, provoca una espiral de decrecimiento económico, la recesión mundial, o sea, provoca una reproducción limitada.

En el año 2020 se inaugura una nueva Gran Depresión económica, más amplia y más profunda a nivel mundial, como nunca antes. El anunciado “derrame” del Consenso de Washington solo llegó a la cúspide de la pirámide y un Estado, que se desentiende de las acciones de protección social en cantidad y calidad (cuido de la niñez, la ancianidad, las mujeres, las capacidades diversas, las adicciones, las víctimas de la guerra, la inversión en educación, salud, vivienda, protección ambiental).

Inimaginables genocidios, un extractivismo de minerales en África con posibles complacientes empresas que estimulan conflictos inter-tribales y minerías a cielo abierto en países latinoamericanos. Presenciamos la ausencia de la mínima o nula fraternidad ante el hambre y la desolación. La franja de Gaza es el ejemplo más cercano en nuestro tiempo. Y, los organismos internacionales complacientes con las invasiones de países a otros, con el genocidio, con la venta de armas; con bloqueos económicos para unos países, pero no para otros.

El sistema monetario internacional se ha tornado transnacional, privado, especulativo e inestable. Las corporaciones se transforman en grandes Multinacionales Tricontinentales con múltiples filiales distribuidas en todo el mundo.

La disputa por el reparto del mercado mundial comenzó desde los años ochenta (Dierckxensens; Formento, 2020, p.16) entre grandes capitales globalistas y continentalistas. El capital financiero global opera sobre las naciones y sus bancos centrales, como el poder paralelo a los históricos gobiernos nacionales democráticamente electos. También opera los golpes de mercado financiero, que ocupan el lugar de los golpes de estado militares. (p.19).

La otra característica, apuntada y caracterizada por Dierckxensens y Formento (p.20-42) de estos tiempos actuales, refiere a los globalistas que enfrentan al multilateralismo. En el cuadro geopolítico reciente, tenemos que las fuerzas del capital financiero globalizado procuran imponer un Nuevo Orden Económico con un Estado global sin fronteras ni ciudadanos. No solo las fuerzas globalistas quieren otro sistema monetario internacional, también lo quiere el proyecto multipolar de China-Rusia-India-Sudáfrica-Sudamérica.

## **Las tecnologías 5Gy su valor estratégico en el globalismo – multilateralismo.**

En esta pugna: globalismo vs multilateralismo es fundamental tener claridad de la importancia de las llamadas tecnologías 5G por su interconectividad, hiper velocidad en tiempo real y la disputa de hegemonía sobre esto entre ambos bloques.

La pugna por el liderazgo en las 5G es una pugna por la dominación en el terreno de los Grandes-Datos (Big-Data). Estos son los verdaderos motivos que subyacen en la guerra comercial que Washington mantiene con Pekín, porque quién controle la red 5G,

controlará la producción de los Grandes-Datos (Big-Data) y luego, el proceso de la producción social, económico, político e ideológico-cultural.

Afirman Dierckxenses y Formento (2020), que la empresa china Huawei ha tomado la delantera en el desarrollo 5G y el “Big Data”.

Según los estudiosos citados de la crisis civilizatoria que vivimos, la paradoja de una crisis de productividad a partir de la innovación tecnológica, no tiene otra solución que, regular en forma planificada la vida media de la tecnología, reduciendo la velocidad de la sustitución de la misma en los países centrales y declarar a la vez, la propiedad intelectual como patrimonio mundial.

En vez de recurrir a ello, se desarrolla una gran guerra entre capitales cada vez más grandes y la batalla central se desarrolla al interior de Estados Unidos (EEUU).

Pero, ¿por qué este tema es mencionado en esta conferencia y qué vinculación tiene con nuestro ámbito profesional?

Porque “la revolución de la Inteligencia Artificial - IA, según los estudiosos del tema, tiene la potencialidad de avanzar en el ámbito de la planificación de las políticas públicas interseccionales, atendiendo las necesidades y los derechos de las diversidades económicas, sociales, culturales y territoriales, pues el manejo de los “big data” lo posibilitaría.

Cabe aquí acotar, una reflexión sobre el tema de la tecnología y la inteligencia artificial desde el punto de vista del filósofo. El coreano Byung-Chul (2021, p.55-58) en su libro titulado: Las no cosas, coloca la reflexión sobre la supremacía del pensamiento humano sobre la tecnología. A la inteligencia artificial le falta la dimensión afectivo-analógica, o sea, la emoción, que los datos y la información no pueden comportar. Byung-Chul dice: a la inteligencia artificial le falta la dimensión afectiva.

Antes de dirigir el pensamiento hacia algo, hay una disposición anímica que hace posible dirigirse a ese algo. O sea, hay una teleología. Eso caracteriza el pensamiento humano. La disposición anímica no es un estado subjetivo, que tiña el mundo objetivo. El pensamiento articula en conceptos el mundo o sea abstrae de la realidad categorías, a partir de estar abierto en una disposición anímica fundamental. Solo esa disposición anímica pone al sujeto en un afuera. La IA no piensa porque nunca está fuera de sí misma.

Byung-Chul critica la Inteligencia Artificial en tanto, solo procesa hechos predeterminados. Todo es calculable, predecible y controlable. Aunque se anuncia como toda una era del saber “es bastante primitiva”, porque la minería de datos solo descubre las correlaciones y el reconocimiento de patrones. En la correlación no se sabe por qué sucede esto. No hay comprensión de los resultados de sus cálculos. La IA solo elige entre opciones dadas de antemano. No sale de lo antes dado, a lo intransitado.

En cambio, el pensamiento humano engendra un mundo nuevo. El pensamiento humano es más que cálculo y resolución de problemas: despeja e ilumina el mundo.

El riesgo es que el pensamiento humano se asemeje a la inteligencia de las máquinas y se torne maquinal.

Entonces, el tema de la inteligencia artificial en nuestro campo nos abre el escenario para la reflexión ético-política de nuestro ser en el mundo de las profesiones, posicionada paradigmáticamente en el pensamiento crítico y éticamente en los valores de la justicia social, la libertad y la fraternidad, pilares de los derechos humanos. Esto es ineludible como debate académico-profesional. Nos coloca grandes interrogantes en el campo de la formación y la pedagogía para forjar mentalidades creadoras, sensibilidades y competencias para resistir, luchar contra la depredación del capital en nuestras mentes, afectos y en nuestra materialidad de existencia social.

## **Reflexiones finales colocadas en la formación profesional universitaria**

Concluyendo se puede subrayar que es fundamental preservar y enriquecer el pensamiento crítico histórico en los procesos de formación y en la construcción de agendas de investigación.

Recordemos: el capital es una relación social. Las expresiones de la cuestión social y las respuestas y omisiones del Estado, que interpelan a nuestra profesión están sedimentadas en las características de la crisis estructural centrada en el mecanismo mismo, pivote del capitalismo: la acumulación y su manifestación en el mundo del trabajo, que conlleva formas de explotación, revestidas de alto rendimiento para la productividad, con vidas explotadas y quemadas por esas condiciones laborales.

Nos interpela la depredación de los recursos del planeta y su conversión en mercancías, la violencia estructural generadora de extremas desigualdades, la derechización de los gobiernos y la regresividad de los derechos humanos y, los conflictos armados, las invasiones a países violentando las ciudadanías de las diversidades humanas, el derecho a la paz y la autodeterminación. Y también, los yugos de la deuda externa e interna y la no reinversión productiva y con ello, la movilización masiva de poblaciones transfronterizas, que sueñan con mejores condiciones. Grupos humanos con familias destruidas, despojadas de sus derechos básicos como: la alimentación, la vivienda, la salud, la educación. Condiciones de salud mental, que nos muestran las adicciones en diversas formas, la ansiedad, la angustia, el suicidio, la desesperanza, la autodestrucción. Violencias intrafamiliares, violencias con el comercio de personas, órganos, armas y estupefacientes.

Asimismo, el neoliberalismo desarrolla la cultura del individualismo, la cultura líquida de lo no perdurable, de lo efímero y de la negación de la historia.

También, observamos el peso ideológico de responsabilizar moralmente al sujeto por no ser exitoso. Y ante la exigibilidad de la ciudadanía -por medio de la protesta y la manifestación social- se interpone la judicialización del derecho democrático a manifestarse.

Para reconocer nuestros desafíos, hay que comprender el Trabajo Social, en la dinámica contradictoria, tensionada de las relaciones sociales engendradas por el capital y también comprender los atisbos, que muestran protoformas de otras alternativas de convivencia con el planeta y entre los seres humanos.

Aprehender las relaciones complejas de la totalidad social en su dimensión de universalidad, nos enfrenta a conocer más esta crisis civilizatoria, como crisis del mecanismo de acumulación del sistema capitalista. Comprender las expresiones de esta crisis en la particularidad histórica de nuestros países y regiones es un proceso obligado, y, en consecuencia, conocer y comprender cómo tales dimensiones de la universalidad y particularidad se reproducen y median la existencia de esta singularidad histórica como es esta profesión. Es obligante y apremiante.

El Trabajo Social Crítico va contracorriente, desde su posicionamiento ético-político con los valores de la época actual, que ha subrayado la desigualdad social ha destruido en gran medida el Estado Social y la naturaleza. Neoliberalismo y regímenes de derecha y ultraderecha son la ecuación necesaria que el capitalismo ha generado en esta permacrisis.

Ofrecemos resistencia a esa fuerza neoliberal destructora del Estado Social y a la regresividad que conlleva en la realización de los derechos humanos, acentuada con las consecuencias de la pandemia (COVID) y los gobiernos de derecha y extrema derecha, que acentúan mercantilizar la salud, el agua, la educación, los fondos jubilatorios y más, para transformarlos de bienes públicos en mercancías y negocios rentables. Y, además, desde su neoconservadurismo, buscan retrotraer los avances en materia de derechos civiles a las diversidades humanas con sus posiciones neoconservadoras, opresoras, xenofóbicas, racistas, antifeministas, que se muestran discriminadoras y moralizadoras.

Bien sabemos que, en el desarrollo del capitalismo, el logro pleno de la igualdad no es posible, en tanto que, es negada por el desarrollo de la rentabilidad del capital. Su base de sustentación es la desigualdad generada en la obtención del plusvalor.

No obstante, aunque es esta la crítica medular al capitalismo, los valores de la modernidad (igualdad, justicia social y fraternidad) constituyen aún un horizonte de lucha, para avanzar y respetar las diversidades humanas, sus derechos y exigir que se reviertan en políticas públicas interseccionales.



Sin duda, nos falta avanzar en el otro valor de la modernidad: la fraternidad, la cooperación, entre sujetos y grupos para la convivencia, desde procesos comunitarios participativos que dan soporte a la gestión democrática de la vida social, mediada por un Estado democrático y participativo, para que ciudadanos democráticos vivan en una sociedad plural donde no son iguales, sino que se reconocen en su diversidad, pero con derechos y deberes ciudadanos en tanto seres sociales. En la vida académica tenemos la urgencia de repensar el currículo. Asumir la investigación sobre las diversidades según: sexo, género, proceso de vida (infancias, adolescencias, juventudes adulteces, vejez) territorialidad y riesgos ambientales junto con una visión de interseccionalidad de las políticas públicas y las luchas de los movimientos sociales.

La fraternidad como fundamento de la convivencia de las interdependencias de las particularidades humanas conllevan empatía, receptividad. Conlleva colocar, la estructura como meollo generador de injusticia y también como meollo de transformación, para generar relaciones sociales verdaderamente fraternas, empáticas, altruistas de cooperación, confianza, solidaridad, de cuidado del ambiente, de los otros seres vivos, reconociéndonos en la interdependencia de diversidades humanas (clase, sexo, género, edades).

Desde los fundamentos críticos en los procesos formativos hay que fortalecer lo ético, histórico-teórico para que les estudiantes forjen conocimientos y conciencia. Desde la investigación hay que develar y argumentar esta regresividad, para forjar sensibilidades sociales y conciencia crítica. Así también, para fortalecer el vínculo universidad- sociedad y contribuir con las denuncias, luchas y resistencias con las organizaciones civiles.

Parece apremiante fundar una cátedra latinoamericana sobre el pensamiento crítico. Ofrecer a quienes enseñan y aprenden el Trabajo Social una aproximación al conocimiento gestado en la región por intelectuales “bien-pensantes” desde la economía política, la filosofía, la sociología, el trabajo social, la educación, el feminismo.

También es pertinente profundizar el estudio de las convergencias teórico-críticas y éticas con el feminismo y las diversidades humanas y culturales.

Laura Guzmán (2020), nos llama la atención sobre la afinidad de la ética feminista con el Trabajo Social, referida al cuestionamiento y superación de la opresión en la sociedad patriarcal. Toma sentido cada vez con mayor fuerza, la pertinencia y relevancia de la interseccionalidad de categorías como: territorio, clase social, etnia, edades, género tanto para la formación profesional como en la investigación y el ejercicio profesional.

La perspectiva de género parafraseando a Lagarde (pionera feminista Latinoamérica, activista de los derechos y la no violencia hacia las mujeres), citada por Guzmán (2020), nos subraya que: la ética del feminismo es coherente con hombres y mujeres en su diversidad, que se asumen en la transición hacia sociedades equitativas democráticas.

La cultura del individualismo y la competitividad junto con la virtualidad, -habilitada en tiempos de pandemia- llegó para desplazar la primacía de las relaciones cara a cara, la construcción de empatía y fraternidad en los equipos de trabajo.

Aislamiento y soledad conducen a la falta del ser (Byung-Chul, 2022, p.4). En la sociedad neoliberal del rendimiento, no se construye ningún nosotros, pues aumentar la productividad aísla a las personas y las coloca en una brutal competencia “éxito, rendimiento y competición son formas de supervivencia”.

Byung-Chul en su libro: *Vida contemplativa* (2023, p.6) señala que: “La digitalización / virtualización también desmantela al ser en cuanto ser con los otros. La conectividad sin límites es lo que debilita la vinculación. La vinculación intensa surge con el reflujo de energías psíquicas.”

Pero, con estas características de la digitalización y virtualidad en los procesos productivos y de gestión de la educación hay un no fluir de energías y se produce: angustia, ansiedad, depresión. No se produce riqueza psíquica con la desvinculación.

Lo anterior parece construir una plataforma, que constriñe las posibilidades de la investigación, la reflexión colectiva, la innovación pedagógica y la tecnológica al servicio del proceso de la educación con riqueza de vinculación humana.

La evaluación y la reflexión sobre el currículo formal y real, como parte de la vida académica cotidiana apremia reflexiones y decisiones, acerca de cuál es el Trabajo Social que los tiempos actuales demandan, desde las complejidades de la relación cuestión social- Estado, insertas en las mediaciones del globalismo, el multilateralismo y del desarrollo tecnológico.

Es pertinente también, robustecer la formación ética y el desarrollo de conciencia cívica y política en los procesos educativos, y también desarrollar competencias analíticas sobre: la conculcación de los derechos, y fortalecer las competencias metodológico-técnicas para aprehender e intervenir estratégicamente. Requerimos preguntarnos sobre las prácticas pedagógicas presenciales, que favorecen actitudes pertinentes con la solidaridad, la fraternidad, la igualdad, la justicia, la no discriminación. Avanzar hacia la integralidad analítica de categorías fundantes del ser social y sus refracciones en personas, clases y grupos sociales, según posición y situación de clase, sus diversidades y según accesos a derechos.

Finalmente, tenemos deudas con el análisis de las amenazas y oportunidades de la inteligencia artificial en la vida académica: ¿cuáles serán los perfiles ocupacionales requeridos? ¿Cuáles serán las competencias éticas teórico-metodológicas y técnicas necesarias, referidas a la tecnología y la inteligencia artificial en general? Urge la vigilancia crítica y ética sobre los desarrollos tecnológicos y su implicancia en los procesos formativos y en el trabajo profesional.

**Contribuciones:** No aplica.

**Agradecimientos:** No aplica.

**Agencia financiadora:** No aplica.

**Aprobación por Comité de Ética:** No aplica.

**Conflicto de intereses:** No aplica.

## Referencias

ANTUNES, R. *¿Adiós al trabajo?* Brasil. Editora Cortez, 2001.

BORÓN, A. *Consolidando la explotación: la academia y el Banco Mundial contra el pensamiento crítico*. Córdoba, Ediciones Espartaco, 2008.

BYUNG-CHUL, H. *No-Cosas. Quiebras del mundo de hoy*. Traducción Joaquín Chamorro Mielke. Barcelona. Editorial Taurus, 2021.

BYUNG-CHUL, H. *La sociedad el cansancio*. Traducción de Arantzazu Saratxaga Arregi. Herder Editorial. Barcelona, 2022.

BYUNG-CHUL, H. *Vida contemplativa*. Editorial Taurus Barcelona, 2023.

DIERCKXENSENS, W.; FORMENTO. *La perestroika en Estados Unidos. Choque de civilizaciones*. Costa Rica. Departamento Ecuménico de Investigaciones, Documento inédito, 2020.

GUZMÁN, L. *La categoría género y sus vinculación con el Trabajo Social*. Documento inédito, 2020.

IAMAMOTO, M. *Trabajo Social en tiempos del capital fetiche*. Brasil. Editorial Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Brasil. Editorial Bomtempo, 2002.

NETTO, J. P. *Servicio Social en el capitalismo monopolístico*. Biblioteca latinoamericana. Brasil. Editora Cortez, 1992.

# O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política

*The Social Service Internationalization Process: challenges and political direction*

Maria Carmelita Yazbek\* 

## RESUMO

Este ensaio crítico problematiza a internacionalização do Serviço Social brasileiro, entendendo-a como resultante do intercâmbio entre Programas de Pós-graduação, grupos de pesquisa e cursos de Serviço Social de países distintos, cujo objetivo é a produção de conhecimentos e a ampliação e qualificação do debate acadêmico e da pesquisa. Em sentido mais amplo, é fundamental situar a internacionalização como um processo político, pleno de contradições e disputas, resultantes do intercâmbio, no âmbito de uma “economia global do conhecimento”, processo com tendências globalizantes e imperialistas. Para uma análise desse processo no Brasil, devemos situar a profissão como área de produção de conhecimentos, que vem sendo construídos sobre seu processamento como especialização do trabalho coletivo, sobre as condições de vida da população com a qual trabalha e suas lutas coletivas, especialmente sobre a realidade social, econômica, política e cultural com a qual o Serviço Social estabelece interlocução.

**Palavras** chave: Internacionalização; Serviço Social; Produção de Conhecimento; Direção Política.

## ABSTRACT

This critical essay discusses the internationalization of Brazilian Social Work, understanding it as a result of the exchange between Postgraduate Programs, research groups and Social Work courses from different countries, whose objective is the production of knowledge and the expansion and qualification of academic debate and research. In a broader sense, it is essential to situate internationalization as a political process, full of contradictions and disputes, resulting from the exchange, within the scope of a “global knowledge economy”, a process with globalizing and imperialist tendencies. To analyze this process in Brazil, we must situate the profession as an area of production of knowledge, which has been constructed on its processing as a specialization of collective work, on the living conditions of the population with which it works and their collective struggles and especially on the social, economic, political and cultural reality with which Social Work establishes dialogue.

**Keywords:** Internationalization; Social Work; Production of Knowledge; Political Direction.

## Introdução

Começo afirmando uma concepção Política do processo de Internacionalização, que hoje, entre outros aspectos, ocupa uma dimensão central na avaliação da Pós-Graduação brasileira. Para Oliveira (2007, p.16):

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89039>

\*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil.  
E-mail: [mc Yaz@uol.com.br](mailto:mc Yaz@uol.com.br).

Como citar: YAZBECK, M., C. O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 31-40 jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89039>.

Recebido em 14 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 08 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda, não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. [...] É nesse intercâmbio que se estrutura o jogo da política [...] e de sua permanente reinvenção. [...] Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia...

Melhor explicitando: a internacionalização é um processo de múltiplas dimensões, entre as quais destaco seu caráter político, pleno de contradições e disputas no âmbito de uma economia global do conhecimento, processo globalizante e imperialista, que traz consigo a “mercantilização e monopolização do conhecimento e da informação” (Oliveira; Filgueiras, 2020, p. 360), que alcança, guardadas as particularidades, diversas realidades e não é estranho às profundas transformações societárias que vem configurando

uma reestruturação vasta e dramática do capitalismo global, impulsionada pelo capital financeiro e plataformizado, pela reestruturação produtiva e particularmente pela incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs nas relações de trabalho (Yazbek, 2024, n.p.).

Como apontam Garcia e Ferreira (2023) esse debate se complexifica frente à condição periférica de nosso país, no quadro da mundialização econômica que aprofunda as desigualdades de todos os tipos, alinhando-as com o mercado e sua lógica competitiva. Nessa esteira, a educação é incorporada a uma lógica de competições, com centralidade no desempenho dos docentes e discentes medido pelas avaliações. Lembram as autoras que essa é uma dinâmica global que afeta a educação de muitos países, guardadas as especificidades e temporalidades históricas, geográficas, sociais, culturais e econômicas.

Nesse contexto, o conhecimento produzido por países e instituições de ensino superior “que lideram a geoeconomia política do conhecimento corrobora a tese de que a influência cultural, científica e tecnológica possui fortes nexos com as particularidades de suas revoluções burguesas,” (Leher; Santos, 2023, p. 10) e, assim sendo, se expressam em processos assimétricos que caracterizam a economia do conhecimento, da comunicação e da informação em termos globais. E a geoeconomia política coloca em evidência a assimetria nas relações entre as economias centrais e periféricas no uso da ciência, da tecnologia e da pesquisa. Ou seja, são “[...] verdadeiros centros de atração, a partir dos quais o grosso da produção científica e tecnológica vem gravitando” (Leher; Santos, 2023, p. 10). “O mercado do conhecimento se tornou um lócus dos mais privilegiados na acumulação capitalista global” e um dos principais eixos do processo de agravamento das assimetrias de poder.” Assim sendo, “coloca-se crescentemente, para as universidades brasileiras o desafio de “integrar a economia global do conhecimento.” (Garcia; Ferreira, 2023, p. 32).

Reconhecer as dificuldades e disputas presentes nesse contexto, marcado pela lógica mercantil, não implica desconsiderar a relevância de outras dimensões, mais solidárias, que vem sendo observadas no processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, como as diversas formas de engajamento de docentes, discentes e pesquisadores em diferentes universidades e pesquisas, ou os esforços nacionais mais amplos, em ciência e tecnologia na busca de novas parcerias, novas teses, de novos caminhos, de colaborações, interrogações e construção de alianças solidárias, lembrando sempre que nesse movimento, o Serviço Social vem se construindo, como profissão e como área de produção de conhecimentos, num processo coletivo, com uma direção social comprometida ética e politicamente, com valores emancipatórios.

Sabemos que no contexto mundial a profissão conforma-se como

uma unidade de diversos [...] o que desafia e impulsiona a interlocução acadêmica. A trajetória sócio-histórica e cultural do Serviço Social decorre tanto das particularidades históricas nacionais, quanto da reserva de forças acadêmicas e político-profissionais acumuladas nos países, fruto do protagonismo dos sujeitos que a elas se dedicam (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 11).

Nesse contexto, apesar das diversidades da profissão, em termos mundiais, temos, no âmbito do Serviço Social brasileiro, nas duas últimas décadas a ampliação de iniciativas de intercâmbio acadêmico de parte de Programas de Pós-Graduação da área e de seus pesquisadores. São encontros, seminários e outros eventos *internacionais*, publicações em periódicos científicos de distintos países, resultantes de parcerias internacionais em pesquisa e intercâmbios acadêmicos, nos quais vêm sendo possível difundir a produção do Serviço Social brasileiro, criar possibilidades de troca de conhecimentos e a realizar pesquisas conjuntas.

A apresentação do conteúdo deste artigo está organizada em três tópicos. O primeiro aborda o processo histórico de internacionalização do Serviço Social brasileiro, o segundo apresenta algumas referências analíticas para a problematização desse processo e finalmente são apresentadas algumas considerações finais sobre as reflexões apresentadas.

O processo de Internacionalização do Serviço Social brasileiro

Para problematizar o processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, conforme referimos, é preciso localizar a profissão no movimento da História, em seu processo de maturação e interlocução com a realidade do exercício profissional e de sua inserção no mundo acadêmico.

No âmbito acadêmico, a história profissional é marcada inicialmente, pela priorização da produção técnica, conforme expressam as poucas publicações que marcaram os anos de 1940 até 1960, em um contexto de forte influência do Serviço Social positivista,



norte americano, que, através de diversas instituições, vai oferecer em 1941, 17 bolsas de estudo a assistentes sociais da América Latina, sendo quatro brasileiras.

Entre 1965 e 1975 sob os impactos do Movimento de Reconceituação latino-americano amplia-se, em uma conjuntura de transformações societárias, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa. Sem dúvida, o Movimento de Reconceituação, configurou-se como uma forma de internacionalização, abrindo possibilidades de aproximação entre vários países do continente a partir da perspectiva das relações sociais entre classes. Assim, como é possível observar através do trabalho desenvolvido pelo Centro Latino-americano de Trabajo Social – Celats (1974; 1984), foi criada

uma consciência crítica sobre a problemática estrutural e conjuntural da América Latina como continente subdesenvolvido e dependente na divisão internacional do trabalho. E, ao mesmo tempo, atribui ao Serviço Social, funções de natureza investigativa, [...] (Iamamoto; Raichelis; Bravo, 2021, p. 222).

Em 1972, surgem as pós-graduações, com os Programas nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, contexto em que alguns dos primeiros mestres da área de Serviço Social buscaram programas no exterior para ampliar suas titulações, pois somente em 1980 é criado na PUC-SP o primeiro doutorado do país.

Nos anos seguintes, expandem-se os programas de pós-graduação, especialmente nas universidades federais, contexto em que se destacam as décadas de 1980 e 1990 como momento de expansão da pesquisa no Serviço Social, com cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, que procuram superar marcas históricas tecnicistas, de base conservadora, que dificultavam o aprofundamento teórico da relação entre o exercício profissional e realidade social.

É importante destacar que a criação e a expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, vai configurar-se como espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com diferentes áreas do saber e entre diferentes paradigmas.

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais do país e do exterior. Também neste espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, dos processos de trabalho, da realidade institucional e de outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a assistência social colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais (Yazbek, 2009, p. 27)

Convém observar que este acúmulo teórico instala no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo debate que vai favorecer a construção do projeto profissional.

Nesse cenário, a expansão e a qualidade dos processos de Internacionalização, do Serviço Social brasileiro, podem ser abordados como parte desse projeto político, que tem suas bases na interlocução com o Marxismo. Como sabemos é sobretudo com Iamamoto (2011), no início dos anos 1980, que a Teoria Social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. É pois, no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade, inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações (cf. Iamamoto, 1982).

Esse projeto significou uma ruptura com o pensamento conservador que marcou a origem da profissão, sob influência do pensamento social da Igreja e de teorias de cariz positivista e funcionalista, e se construiu à luz do pensamento de autores marxistas, fundamentalmente a partir da Teoria Social de Marx e de suas explicações mais abrangentes e totalizantes acerca da vida social e de seu sentido histórico.

Estamos falando de um amplo processo de renovação que alcançou, entre outras dimensões, o mundo dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, ancorado no pensamento marxiano e na tradição marxista, esse processo se expressou nas instâncias de ensino e pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais e nos espaços organizacionais do mercado de trabalho do assistente social. Contribuiu para esse processo o avanço de sua produção de conhecimentos sobretudo com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no país.

É importante destacar que a criação e a expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 1970, vai configurar-se como espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com diferentes áreas do saber e entre diferentes paradigmas.

Nos anos recentes, conforme o Documento de Área do Serviço Social da Capes (2019),

os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais (Capes, 2019, p. 05).

A inserção dessa produção, em âmbito internacional, tem se efetivado em periódicos e livros que expressam a participação em redes e grupos de pesquisa, resultantes de acordos e convênios internacionais, a presença de docentes e discentes em conselhos e comitês editoriais de periódicos, congressos e eventos científicos, tanto coordenando grupos de trabalho como apresentando produção científica.

Ainda conforme documento de Área do Serviço Social da Capes (2019), duas tendências são observadas nesse processo: a) a formação de quadros docentes e de pesquisadores em nível de pós-graduação na África, em países da América Latina e Caribe e em Portugal. b) a ampliação de processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais, especialmente com países da Europa do Sul.

É sempre bom lembrar que foram os brasileiros que implantaram em Portugal e na Argentina os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social. O marco decisivo e simbólico dessa cooperação foi o primeiro curso de mestrado em Portugal na Área, em fevereiro de 1987, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - ISSSL, sob a responsabilidade e orientação científica da PUC-SP. Uma década depois é criado no mesmo ISSSL, o primeiro doutorado, ainda sob a responsabilidade da PUC-SP. Como resultado dessa forte cooperação tivemos, até 2006, a titulação de 41 mestres e dez doutores no ISSSL e de 13 mestres e três doutores no Instituto de Serviço Social do Porto – ISSSP, outro parceiro no primeiro intercâmbio para formação de mestres e doutores em Portugal.

Com a Argentina, o primeiro acordo na Área do Serviço Social ocorreu em 1996, resultando na criação do primeiro mestrado e do primeiro doutorado em Serviço Social na neste país. A universidade parceira foi a Universidade Nacional de La Plata - UNLP, onde foram titulados inicialmente 17 mestres e 12 doutores em Serviço Social da Escola de Serviço Social.

Com Angola, além de oferecer cursos para a qualificação do ensino de graduação em Serviço Social, o Brasil formou os três primeiros doutores do país e alguns mestres angolanos em Serviço Social, e segue participando do processo de formação de mestres e doutores.

Nesse processo, cresce o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que, por meio de seus Grupos Temáticos e de Pesquisas - GTP's, vem contribuindo para construir redes de articulação nacional e internacional que subsidiem/impulsionem a pós-Graduação e ações no âmbito da internacionalização. Por fim, sem descuidar de iniciativas que fortaleçam e atendam demandas de solidariedade dentro do país, a entidade reconhece a importância do processo de internacionalização da Área, que corresponde a significativo peso da avaliação geral dos programas de pós-graduação no país.

## Problematizando o processo de Internacionalização

Ao ampliar sua inserção em processos de Internacionalização, com suas várias modalidades, o Serviço Social brasileiro carrega consigo referenciais, que o sustentam como uma profissão consolidada e madura na sociedade, uma profissão com avanços e acúmulos e que, ao longo das últimas quatro décadas construiu, com ativa participação da categoria profissional, um projeto para o Serviço Social brasileiro, forjado nas lutas dos movimentos sociais e articulado a um projeto societário anticapitalista.

Contribuiu para esse processo, que hoje enfrenta as assimetrias que caracterizam em termos globais, a economia do conhecimento, a definição de uma direção sócio-histórica e ideo-política para a profissão expressa, entre outras dimensões na qualidade de sua produção de conhecimentos.

Contribuindo nesse processo, apresento sumariamente três dimensões fundamentais para o debate:

*a. A relação entre conhecimento e processos socio- históricos* — Reitero aqui a posição de que a profissão, seu exercício concreto e o conhecimento que a ilumina, explicam-se no movimento histórico da sociedade, ou seja, a intervenção profissional assim como as tendências teóricas de análise, as pesquisas, explicações e interpretações que o Serviço Social constrói (ou das quais se apropria), acerca de sua intervenção e sobre a realidade na qual se move, derivam dos processos sociais que particularizam o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade. Essas tendências não se configuram como homogêneas e são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque, a compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento das relações sociais. Desvendar esse processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social.

Essa interlocução constitui, por definição, a produção do conhecimento, assim como a formação do docente e do pesquisador e das experiências de pesquisa individual e coletivas;

*b. A relação entre conhecimento e hegemonia* — O contexto das atuais, profundas e dramáticas redefinições da ordem capitalista contemporânea, coloca para o Serviço Social uma extensa, nova e inquietante agenda de questões, que exigem a construção de um conhecimento comprometido com “as demandas específicas colocadas à profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento” (Bourguignon, 2008, p. 53). Portanto, estamos afirmando o privilégio de um conhecimento que tenha relação com a natureza interventiva da profissão e os desafios a ela colocados.

Isso porque, o poder social das práticas tem muito a ver com o conhecimento que as orienta. O conhecimento ratifica, legitima determinadas práticas e, obviamente, deslegitima outras. Trata-se da relação entre conhecimento e hegemonia ou do conhecimento hegemônico. Todavia, não há um só conhecimento e sim vários conhecimentos, o que torna necessário analisar as relações sociais do conhecimento, as teorias sociais em que se sustentam e seu entrelaçamento com a política. Nunca foram tão claras as relações entre conhecimento e política. Nesse sentido, estamos diante de uma enorme estrutura transnacional de poder e dominação, que ganha visibilidade com a mundialização neoliberal e seu ideário. Contexto em que é preciso dar uma especial atenção aos processos de conhecimento que fundamentam os interesses dominantes. Uma sociedade da comunicação, da informação das mídias globalizadas não existe sem conhecimentos que a legitimem. Sem universidades que formem seus quadros.

Se o conhecimento não é neutro, mas social, no sentido aqui referido, é preciso avançar em um conhecimento contra-hegemônico ou que pretenda ser contra-hegemônico. A *hegemonia* é a capacidade de dar a direção, pautar o debate, definir a agenda, logo a pesquisa e o conhecimento que dela advém, não são abstrações, desvinculadas das condições sociais em que se constroem;

c. *A relação conhecimento/Universidade/Pós-graduação* — À Universidade cabe importante papel de formadora, permitindo acesso ao mundo da profissionalidade, da cultura, bom como o avanço das fronteiras do conhecimento, da extensão, ao aprendizado, enfim. Especialmente a pós-graduação, com seus grupos de pesquisa, suas revistas, a produção de dissertações e teses tem sido um *locus* privilegiado de pesquisa e formação profissional. Mas, como sabemos, a universidade hoje expressa a triste conjuntura de mercantilização da educação que vivemos. Um olhar para as mudanças do contexto universitário ditadas pela lógica do mercado coloca em evidência que o sistema educacional brasileiro vem passando por graves e profundas alterações, que objetivam um reordenamento do campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais da esfera econômica. Portanto, temos a enfrentar um extenso conjunto de questões como a perspectiva privatizante, a redução do financiamento da educação em geral, educação à distância, mestrados profissionalizantes dentre outras questões. A dimensão mercadológica passa a ser, então, um novo padrão acadêmico — padrão que não vem do Estado, mas do Mercado —; os currículos flexibilizam-se e tendem a encolher. Mudanças substantivas redesenham o mapa institucional do ensino superior caracterizado pelo crescimento de instituições privadas, que colocam suas ações no mercado e não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão.

## Considerações finais

A partir dessas referências, ao colocar em debate a produção de conhecimento em Serviço Social com suas particularidades e dilemas, especialmente quando a dimensão

desse processo é a internacionalização, cabe, em primeiro lugar, reafirmar a internacionalização como um processo político, pleno de contradições e disputas, decorrentes do *lôcus* do intercâmbio, e de suas relações com a “economia global do conhecimento”, processo com tendências globalizantes e imperialistas. Porém, trata-se de um processo complexo, que contém a possibilidade do contraditório e da mudança. Estamos pois, diante de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução de conhecimentos que reiteram a dominação, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Assim, reafirmo que não há espaços de trabalho profissional e de produção de conhecimentos, sem contradição; não há como o Serviço Social deixar de participar desses processos, cuja direção está sempre em disputa. Podemos até não ter muita clareza dessa disputa, mas fazemos parte dela em qualquer contexto. Em virtude disso, é necessário buscá-la e explicitá-la, caso contrário, dependendo das circunstâncias, caímos em um enorme imobilismo e perdemos a direção social que impulsiona o projeto ético-político desta profissão.

Como afirmamos, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento, dada a centralidade que a pesquisa neles assume. Além disso, o conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas centrais para a sociedade brasileira, como as particularidades da questão social em nosso país, com suas conexões com as dimensões de classe, de gênero e também étnico-raciais, do trabalho e sua nova morfologia, das mudanças nas Políticas Sociais em interlocução com o capitalismo financeiro plataformizado e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social.

Esses são temas de interesse tanto nacional quanto internacional. Entretanto, o enfoque crítico adotado por autores brasileiros se diferencia do trato dado pela literatura internacional da área – marcado por uma análise baseada em teoria social de viés conservador. Ou seja, as publicações internacionais são parte de uma estratégia de disputa em torno de uma concepção de profissão radicalmente vinculada à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

**Contribuições:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.



## Referências

BOURGUIGNON, J. A. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. São Paulo, Veras ed. e Ponta Grossa, Ed. da UEPG, 2008.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ministério da Educação. *Documento de Área*. Área 32: Serviço Social, 2019.

FILGUEIRAS, L.; OLIVEIRA, E. M. A economia política do conhecimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 2(69), p. 359-383, maio/ago. 2020.

GARCIA, M. L.; FERREIRA, E. Internacionalização dos Programas Para quem? Para que? E Como? *Argumentum Debate*, Vitória, v.15, n. 2, maio/ago., 2023.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum Debate*, Vitória, v.15, n. 2, maio/ago., 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2011 (33ª edição).

IAMAMOTO, M.V.; RAICHELIS, R.; A articulação latino americana em Serviço Social: raízes e atualidade. In IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C.M. *A História pelo Averso: A Reconceituação do Serviço Social na America Latina e interlocuções Internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.). *A História pelo avesso*. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de Indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. de.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

YAZBEK, M. C. Fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social. In: CFESS.

*Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Curso de Especialização à Distância CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. (orgs.). *Serviço Social, Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social — TICs e pandemia*. São Paulo: EDUC, 2022.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: MOLINA, P. V.; SOUZA E. Â. de; OLIVEIRA, M. L. (orgs.) *Capitalismo e Trabalho em tempos de Indústria 4.0: Consequências sociais, econômicas e políticas*. Campinas: Papel Social, 2024.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.) *Serviço Social na História*. América latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

# Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa

*On the political organization of social work: the critical turn in the context of bourgeois autocracy*

Carina Berta Moljo\* 

Maria Elizabeth S. Borges\*\* 

Ana Luiza Avelar de Oliveira\*\*\* 

Maria Inês Souza Bravo\*\*\*\* 

## RESUMO

O artigo apresenta uma parte dos avanços do projeto de pesquisa denominado “A organização política da categoria profissional do serviço social no Brasil e a virada crítica nas entidades”, cuja metodologia na primeira etapa da pesquisa consiste em revisão da literatura, revisão bibliográfica e documental. Nossa hipótese de trabalho é que a “virada crítica” e a construção do que chamamos Projeto ético-político-profissional foram possíveis pelo processo organizativo da categoria profissional, na disputa pela direção ético-política das organizações do Serviço Social brasileiro. Este processo, iniciado ainda nos anos de 1960-1970, se deu, simultaneamente, entre as vanguardas vinculadas às universidades e ao sindicalismo. Neste momento, nos atentamos para demonstrar as implicações deste processo nas entidades nacionais articuladas, que assumem como importante e fundamental a aproximação das lutas sociais, em prol da democratização da sociedade brasileira, nas diversas formas de organização da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Renovação Crítica do Serviço Social; organização política; direção ético-política.

## ABSTRACT

This article highlights key developments in the research project titled “The Political Organization of the Social Work Professional Category in Brazil and the Critical Turn in the Entities,” which methodology in the first stage of the research consists of literature, bibliographic, and documentary review. Our working hypothesis is that the “critical turn” and the establishment of what is referred to as the Ethical-Political-Professional Project were made possible by the organizational efforts of the professional category, particularly in the struggle for ethical-political leadership within Brazilian social work organizations. This process, which began in the 1960s and 1970s, evolved concurrently among vanguards connected to universities and the labor movement. We aim to illustrate how this process has influenced national entities, which view their alignment with social struggles as essential for advancing the democratization of Brazilian society through various forms of worker organization.

**Keywords:** Critical Renewal of Social Work; political organization; ethical-political direction.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>

\*Professora titular da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil. [carinamoljo@uol.com.br](mailto:carinamoljo@uol.com.br).

\*\*Professora associada do Instituto de Psicologia e Serviço Social (UFBA), Salvador, BA - Brasil. [bethborges@gmail.com](mailto:bethborges@gmail.com).

\*\*\*Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil. E-mail: [anaavelar.oliveira@ufjf.br](mailto:anaavelar.oliveira@ufjf.br).

\*\*\*\*Professora Adjunta aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ - Brasil. E-mail: [msouzabravo@gmail.com](mailto:msouzabravo@gmail.com).

Como citar: MOLJO, C. B.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, A. L. A. de; BRAVO, M. I. S. Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 41-54, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>.

Recebido em 28 de agosto de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo compartilhar parte de uma investigação em andamento, focada na organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil. A pesquisa faz parte de uma rede que conecta pesquisadores de diferentes países da América Latina e Europa, intitulada *Serviço Social na História: Questão Social, Movimentos Sociais e Lutas Sociais. América Latina e Europa (1960-2020)*.

A hipótese central do estudo é que a construção da direção social, atualmente hegemônica, foi viabilizada, em grande parte, pela força da organização política da categoria ao longo dos últimos 40 anos, caracterizada pela unidade entre a formação acadêmica e o exercício profissional. Com base na metodologia adotada<sup>1</sup>, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais determinações permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social, articulando trabalho e formação profissional?

Esse processo, que teve início nas décadas de 1960 e 1970, desenvolveu-se simultaneamente entre as vanguardas ligadas às universidades e ao movimento sindical. A investigação busca evidenciar o papel dessas entidades nacionais articuladas, que consideraram crucial a aproximação com as lutas sociais em favor da democratização da sociedade brasileira, por meio das diversas formas de organização da classe trabalhadora, e como essa conexão se alinha e se reflete nos princípios fundamentais do Serviço Social.

Nesta exposição, elaboramos uma síntese da revisão bibliográfica realizada, localizando o processo histórico das entidades nacionais do Serviço Social, de modo a apresentar os elementos da realidade brasileira no período correspondente ao “Congresso da Virada”, que sustentam a nossa hipótese.

Dividimos a exposição em dois itens: no primeiro, situamos o significado da autocracia burguesa, principalmente para a política de educação no Brasil; buscamos este conceito, recuperando as elaborações de Netto (2008). No segundo, destacamos a organização política da categoria profissional no contexto dessa autocracia, em especial o debate acadêmico, considerando as articulações que estavam se desenvolvendo na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), a partir da articulação mais geral com o movimento sindical e estudantil, e posteriormente no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Como aproximações conclusivas, destacamos alguns pontos que devem ser aprofundados na fase posterior da pesquisa em andamento.

### O significado da autocracia burguesa

Como é amplamente conhecido, em 2024 estamos “descomemorando” os 60 anos do golpe de abril. Sem dúvida se tratou de um período de lutas pela hegemonia, num contexto internacional de profundas transformações políticas e econômicas. Segundo Ianni

---

1 Na primeira etapa da pesquisa realizaremos revisão bibliográfica, revisão da literatura existente e análise documental. Caso seja necessário realizaremos entrevistas com atores considerados chaves nesse processo.

(1981), no Brasil, no período entre 1961 e 1964, ocorreu uma profunda crise de hegemonia, com o ascenso político dos operários e camponeses, acirrando a disputa entre os grupos da burguesia e com o governo de João Goulart. Neste contexto de crise política e crise econômica, inicia-se uma crise de hegemonia, na qual, através do golpe de Estado, concretizou-se a opção pelo capitalismo dependente, determinado pelo grande capital financeiro e monopolista.

De acordo com Fernandes (1981, p. 319), as classes dominantes executaram um golpe civil-militar no país, completando o “ciclo da Revolução Burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente”, aumentando a dominação imperialista sobre o país, com o objetivo de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa”, de forma a neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”.

Conforme afirma Ianni (1981, p. 34), “diante da possibilidade de formação de um governo de base popular, ou da possibilidade de surtos revolucionários, de base operária e camponesa”, as forças nacionais mais reacionárias, vinculadas ao imperialismo, organizaram e realizaram um golpe.

De acordo com Netto (2008), o golpe de abril foi uma tentativa de parte dos grupos dominantes nacionais para garantir a maturação da inserção do Brasil na dinâmica dos monopólios, representando o massacre das forças democráticas e a condução dos processos diretivos da sociedade, definidos “pelo alto”. Há no contexto autocrático burguês um aprofundamento dos traços heterônomos do capitalismo brasileiro, tendo o Estado intervindo diretamente na economia, como repassador de renda para os monopólios e politicamente mediando conflitos em benefício estratégicos das corporações transnacionais.

Para o autor (2008), a autocracia burguesa no Brasil pode ser compreendida a partir de três momentos: o primeiro deles (entre 1964 e 1968) é marcado pela busca de uma base social de apoio que sustentasse as iniciativas da ditadura; um segundo momento (entre 1968 e 1974), no qual há a conversão do que até então era uma ditadura reacionária para um regime político de nítidas características fascistas; já o terceiro momento (entre 1974 e 1979) é caracterizado pelo aprofundamento da crise do “milagre” e pela estratégia articulada por Geisel, conhecida como “processo de distensão”, que representava um projeto de autorreforma. Esse projeto tinha como objetivo a reconstrução de um bloco sociopolítico, com a finalidade de garantir a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas, em benefício dos monopólios (Netto, 2008).

Desta forma, considera-se que a instauração do golpe autocrático burguês se constituiu numa contrarrevolução preventiva, a fim de manter as bases de dependência ao capi-

tal externo, aprofundando a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas. Diz Chauí (2001, p. 41-42):

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas ideias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.

Netto (2008) afirma que os objetivos da contrarrevolução preventiva eram nítidos, indicando uma tríplice finalidade. Além dos objetivos econômicos de inserção subalterna do Brasil na economia internacional, adequando os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupo de países ao quadro marcado por um ritmo e profundidade maiores de internacionalização do capital, tratava-se de golpear os protagonistas sociopolíticos que disputavam a hegemonia por um Brasil mais progressista, continuando com as reformas de base em andamento desde 1961, ou pelo contrário, um Brasil dependente do capital externo; bem como dinamizar em todas as áreas as tendências que poderiam ser mobilizadas contra a revolução e o socialismo.

Assim, nessa disputa desigual, o estado autocrático burguês reprimiu severamente os grupos e classes organizadas ou em via de organização. Não é por acaso, que sob a doutrina da segurança nacional foram proibidos alguns partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis, entre outros. Lembremos que se tratava de um processo de golpes sincronizados em toda América Latina patrocinados pelos Estados Unidos, no contexto da guerra fria, com o avanço dos movimentos de resistências e o acirramento das lutas de classes (Netto, 1996).

É, então, a partir desse contexto que ocorreu a maturação da inserção do Brasil na dinâmica monopólica mundial, mantendo-se os traços de heteronomia e dependência do capitalismo nacional. De acordo com Netto (1996), o Estado autocrático burguês instalado a partir de 1964 conduziu um modelo de “modernização conservadora”, beneficiando grupos nacionais específicos e o grande capital internacional.

Dessa forma, considera-se que a defesa e expansão desse projeto ocorreu por meio do alinhamento de diversos vetores, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais ou ideológicos. Quanto ao sistema educacional, especialmente em relação às universidades, desde a segunda metade da década de 1960, precisava atender a duas prioridades da auto-

cracia burguesa, sendo elas a repressão às tendências democráticas e populares, no plano político, bem como a viabilização de seu projeto modernizador.

De acordo com Netto (1996), era necessário haver uma compatibilização funcional entre o conjunto das políticas sociais da ditadura com a política educacional, que estivesse alinhado a um modelo de desenvolvimento socioeconômico e político subordinado aos interesses das elites dominantes, que se organizaram para excluir da cena política os protagonistas comprometidos com projetos democráticos e populares.

Por razões políticas, considera-se que a refuncionalização do sistema educacional “foi enquadrado” ao projeto ditatorial de exclusão da massa do povo do direcionamento da vida social, com o objetivo de controlar os instrumentos e espaços de organização de estudantes e professores nas universidades. Isso incluiu a repressão dos movimentos e lideranças que buscavam ou implementavam alternativas voltadas à democratização da política, do sistema e dos processos educativos, em conexão com as necessidades básicas da população (Netto, 1996).

Com o movimento operário e sindical, tanto urbano quanto rural, submetido à coerção, é o movimento estudantil (particularmente nas universidades, mas não apenas nelas) que assumiu o protagonismo na contestação ao regime. A preocupação com a agitação das vanguardas estudantis ocorreu devido ao seu potencial efeito catalisador, tendencialmente capaz de concentrar a oposição geral que o regime tentava manter dispersa. Essa concentração ocorreu em um segmento social que, ao se radicalizar e se afastar drasticamente da coalizão vencedora de abril, poderia desencadear uma dinâmica político-social que realmente representaria uma ameaça séria ao regime, inclusive recriando as condições para um possível ressurgimento do movimento operário e sindical (Netto, 1996).

Isso significa que o ponto central da política educacional durante a ditadura foi a neutralização e a intensificação da resistência e da crítica políticas, especialmente nas universidades públicas ligadas aos movimentos das classes sociais. Este objetivo foi alcançado por meio de repressão e uma gestão “modernizadora”, fortemente influenciada pela lógica empresarial, o que afastou as universidades da vida e dos processos sociais. Como resultado, as universidades perderam seu dinamismo crítico, enquanto a pesquisa e o trabalho intelectual foram esvaziados. Isso culminou na supressão, perseguição e exílio de importantes frentes intelectuais de resistência democrática (Netto, 1996).

Nesse período foram adotadas medidas que impactaram diretamente no ensino superior, causando uma degradação do sistema universitário, assim como o processo de privatização do ensino, abrindo o seu financiamento para capitais externos. Amaral (2019, p. 99) destaca dentre as medidas adotadas pelo governo militar “os convênios, conhecidos comumente pelo nome de “Acordos MEC-USAID”, que tiveram efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura”.



Entretanto, é importante salientar, que apesar de, e contrariamente, ao que esperava a autocracia burguesa, mesmo na universidade domesticada da ditadura, vertentes críticas, ainda que timidamente, foram emergindo (Netto, 1996). No caso do Serviço Social, que se insere no mundo universitário neste período, essa mudança implicou numa nova cultura profissional, com debates e embates pouco conhecidos até então. Segundo Netto (1996), a inserção na universidade implicou em sair do monolitismo, no qual a profissão se encontrava, para um processo de diferenciação de concepções de profissão e portanto, de mundo, tensionando as diversas formas de compreender e intervir na realidade.

Para o autor (NETTO, 1996, p. 135-136), o grande balizamento do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, será a laicização da profissão, apresentando quatro características fundamentais:

A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e práticas; a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para investigação e a pesquisa.

Assim, ele entende a Renovação do Serviço Social como um processo global, que trouxe profundas modificações, tanto na formação quanto no trabalho profissional, à medida que a autocracia burguesa ia começando seu processo de erosão. A chamada “virada” na profissão resultou, portanto, de um processo articulado com os movimentos de resistência presentes na sociedade brasileira, o que, sem dúvida, repercutiu nas instâncias organizativas.

## **A “virada” como processo e as repercussões nas entidades profissionais**

Tomando como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, na cidade de São Paulo, o Serviço Social no Brasil deu início ao que chamamos de Projeto ético-político-profissional. Este ficou conhecido como o “congresso da virada”, por ter conseguido vincular a profissão aos interesses da classe trabalhadora. Desde então, os CBAS passaram a cumprir um papel articulador, ao mobilizar a categoria envolvida com o trabalho profissional com aquela vinculada à academia e às lideranças intelectuais e políticas.

Situamos esse marco no contexto da sociedade brasileira em que estava em curso a mais longa ditadura empresarial-militar, como explicitado no item anterior. Mas como os fenômenos não são unidimensionais, a sociedade não estava inerte e a luta se expressava em movimentos sociais, inclusive acadêmicos. Os acontecimentos do III CBAS resultaram de processos políticos que envolviam a categoria profissional e que eclodiram com o questionamento sobre a dinâmica da sua organização e da temática proposta, que estavam na contramão das mobilizações e lutas da classe trabalhadora no período, na eclosão de greves e denúncias das condições de vida, da repressão e do obscurantismo conduzido pelos militares no poder. O movimento articulado aos debates no campo sindical expressava a crítica aos governos da ditadura e a luta e resistência à exploração da classe trabalhadora. Estava germinando o modelo do sindicalismo classista e autônomo, que motivava o movimento organizativo da categoria profissional.

Nesse momento, assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores, em sua condição de assalariamento e se organizaram participando ativamente de mobilizações, paralisações e greves, além de contribuírem na organização de trabalhadores em serviço público, os quais até 1988 não podiam, por força de lei, organizarem-se em sindicatos. Em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em Belo Horizonte/MG, com a participação de quatro entidades reorganizadas: Associações Profissionais de Assistentes Sociais (Apas) de São Paulo, da Bahia, de Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. Este encontro deliberou por realizar pesquisa nacional sobre salário, condições de trabalho e carga horária de assistentes sociais, para mobilizar os/as profissionais a partir de seus locais de trabalho para a luta sindical. (Abramides, 2016).

Até este período, os CBAS eram organizados pelo Conselho Federal de Assistente Social (CFAS) e pelo Conselho Regional de Assistente Social (CRAS) da localidade. O movimento de alteração, ocorrido no Congresso de 1979, resultou da mobilização realizada pelos integrantes da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), articulados com docentes que faziam o movimento de renovação na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), aliados à insatisfação de participantes manifestada nos grupos de trabalho. No período anterior ao Congresso, foi realizado o I Encontro de Capacitação Continuada, no Rio de Janeiro, e o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, ocorrido na semana anterior ao congresso, ocasião em que foi criada a CENEAS. Ambos os eventos foram patrocinados pelo CELATS e foram estratégicos para o momento da virada.

Durante o CBAS, em assembleia que contou com a presença massiva de assistentes sociais e estudantes presentes, foram realizadas alterações significativas, como: homenagear todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas; alterações na programação, tanto no conteúdo a ser abordado como dos componentes

das mesas e painéis; inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais.

As contradições daquele contexto político, social e econômico estavam presentes e parte da categoria vinculada aos debates partidários e sindicais pôs em discussão as condições de vida da população empobrecida e dos ganhos elitistas do projeto de desenvolvimento econômico-social gerido pelos militares no poder executivo. A organização sindical, que transformou de modo geral as Apas em Sindicatos de Assistentes Sociais, esteve vinculada ao movimento de trabalhadores nos anos 1970. A proposição presente era a democratização das entidades da categoria, a identificação de assistentes sociais como trabalhadores e com isto, a expressão de compromisso de classe.

A partir desse momento histórico, a categoria seguiu um novo rumo. Em 1981, ano da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que reuniu cerca de cinco mil delegados de todo o país, no município de Praia Grande (SP). Foi a primeira grande reunião intersindical realizada no Brasil desde 1964, que deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-CUT. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983, mesmo ano da criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), a qual se filiou à nova Central, que apresentava a concepção do sindicato por ramo de atividade.

Do ponto de vista da formação, a organização se dava através da ABESS, tendo como foco a condução para um currículo acadêmico compatível com os anseios de uma categoria que buscava tomar posição contra processos de alienação e exploração, ao tempo em que se articulava com organizações latino-americanas para construção de uma formação crítica.

Segundo Bravo et al. (2019), a articulação entre jovens professores de vários cursos do país, que se identificaram a partir dos cursos de mestrado em Serviço Social, deu início a um processo de debate com relação à formação profissional e a necessidade de sua alteração levou ao movimento ocorrido na ABESS, na década de 1970, de estimular o debate. Na sequência de quatro Convenções, as decisões foram promovendo mudanças significativas e que deram novos delineamentos democráticos à entidade.

Em 1973, em São Luís (MA), ocorreu a primeira mudança com relação à denominação da entidade, que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, em vez de “Escolas”, garantindo a possibilidade de participação de docentes na Convenção, mantendo o direito de voto na Assembleia Geral não apenas para a representação da direção das unidades filiadas. O outro acontecimento importante foi a apresentação da proposta curricular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), pela professora Leila Lima Santos, vinculada à perspectiva da Reconceitualização Latino-Americana, que tinha por finalidade a construção de uma formação profissional crítica e de superação dos suportes teórico-metodológicos e ideológicos herdados do pensamento conservador.

Em 1975, em Piracicaba (SP) foi dada continuidade à discussão do projeto acadêmico curricular do Serviço Social brasileiro. Nesta convenção houve debates tensos e ficou decidido que até a próxima convenção as unidades de ensino deveriam produzir uma nova proposta, que superasse a, até então, vigente, aprovada em 1970 pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e que apresentasse alternativas unificadoras das disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (Raizer, 2024). Em 1979, em Natal (RN), expressaram-se as diversas tendências do meio profissional, numa ênfase pluralista, com embate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas com relação à orientação da formação profissional (Bravo et al., 2019). A densidade desse processo resultou na proposição de um currículo que representava grande avanço para a época, refletindo a correlação de forças existente naquele momento. Em 1981, ocorreu a histórica Convenção realizada em Vitória (ES), que democratizou a entidade, com a mudança do seu Estatuto, ampliando a participação na Assembleia Geral para estudantes, supervisores de campo e docentes com direito a voto para a eleição da diretoria da entidade.

Essas alterações impactaram a base social da entidade, trazendo para o debate novos sujeitos sociais importantes na formação profissional. A gestão da ABESS, assumida pela professora Josefa Batista Lopes (Universidade Federal do Maranhão - UFMA), realizou a redefinição da entidade como espaço de formação, no sentido mais amplo do termo. Neste período ocorreram outros eventos referentes ao ensino da graduação e pesquisa. Uma das realizações importantes foi a proposição do projeto de investigação-ação denominado *Formação profissional no Brasil: determinantes históricos e perspectivas (1982-1985)*, no I Encontro Nacional de Ensino do Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro, em 1982 e em São Luís (MA) o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, que começou a dar visibilidade aos núcleos/grupos de pesquisa existentes no Brasil e a divulgação dos primeiros financiamentos de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir de 1985, a ABESS desenvolveu novas e diversificadas formas de contribuir para o debate em relação à formação e ao exercício profissional de assistentes sociais e à pesquisa em Serviço Social. Além das suas Convenções, foram promovidos: Encontros Nacionais de Pós-Graduação; Encontros de Graduação e Pesquisadores; Seminários Nacionais sobre o Projeto Pedagógico; e Pesquisa sobre o Ensino da Metodologia em Serviço Social, realizações publicadas em seus “Cadernos ABESS”, a partir de 1986, pela Cortez Editora.

Na Convenção de Fortaleza, em 1987, a assembleia geral da entidade aprovou a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico da ABESS, que havia sido recomendado no III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, realizado em Campinas (SP), em 1986. A construção do CEDEPSS foi a estratégia realizada por docentes progressistas para garantir a unidade na formação e evitar a criação de uma *outra entidade* de pós-graduação.

Os debates iniciados nos anos 1970, dando seguimento nos anos 1980, indicam o adensamento e a maturidade intelectual e política protagonizada pelas gestões da entidade, para inaugurar nos anos 1990 um conjunto de mudanças primordiais nos rumos da formação profissional. A Convenção realizada em 1993, em Londrina (PR) aprovou a proposta de discussão para revisão curricular. Em 1996 foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Assembleia realizada no Rio de Janeiro (RJ). Já em 1998, em Convenção ocorrida em Recife (PE), a entidade passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), incorporando o CEDEPSS.

Desde a “virada” não foi mais possível manter os Conselhos profissionais distanciados da realidade da classe trabalhadora e foi num crescendo o movimento da tomada destes para a construção de uma proposição ético-política. Em linhas gerais, na década de 1980, as pautas estiveram voltadas para a eleição direta para o Conselho Federal que antes era indireta, através dos conselhos Regionais; pela politização das suas gestões; pela reformulação do Código de Ética e da Lei de regulamentação e pela articulação do debate acadêmico com o exercício da profissão.

A virada histórica que estava ocorrendo nas entidades sindicais, na ABESS e no movimento estudantil, forçou os Conselhos a mudarem as composições das direções. Assistentes sociais, até então vinculadas a outros espaços da luta social e política, passaram a contribuir com esse processo, que não estava isolado do que acontecia na realidade do país, com a ditadura sendo exposta e se enfraquecendo, abrindo espaço para os movimentos de redemocratização do Estado e das suas instituições, mobilizando a consciência ético-política da sociedade brasileira.

Em 1986, um novo Código de Ética foi demandado pela categoria, sob influência das mudanças processadas na sociedade brasileira com as esperanças mobilizadas para a derrubada da ditadura e reconstrução do ordenamento jurídico-normativo, seja em relação à Assembleia Nacional Constituinte, formada com parlamentares eleitos para tal fim, seja em relação ao próprio arcabouço normativo da profissão. Este Código teve um grande mérito, que foi a ruptura com o conservadorismo da profissão, restando ainda uma afinação quanto aos valores e compromissos ético-políticos, desdobrando-se com a promulgação do atual Código de Ética em 1993 e com a nova Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93).

Quanto ao movimento estudantil, há poucos registros de fácil acesso, destacamos, especialmente, os estudos de Sâmia Ramos sobre a organização estudantil do Serviço Social. Sabemos que o movimento, de modo geral, tem momentos de articulação e atuação e outros de crise, desde os anos 1960, quando estudantes integraram os grupos de resistência ao regime militar e por isso, suas lideranças foram perseguidas. Segundo Ra-

mos e Santos (1997), no final dos anos 1970, a União Nacional dos Estudantes (UNE) rearticulou o movimento, ressurgindo a juventude organizada, com lideranças vinculadas aos partidos políticos de esquerda. Voltaram a realizar seus Congressos, onde acontecia o debate nacional sobre o papel social do movimento estudantil. Ainda no âmbito da UNE, entre suas estratégias, foram criadas as sessões de cursos, para garantir a presença cotidiana nas Universidades.

Para o curso de Serviço Social, a organização denominada Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) realizou o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em 1978. Desde então, a discussão foi levada para a criação de uma entidade nacional própria. Segundo Ramos e Santos (1997, p. 158):

O processo de criação da entidade nacional de estudantes de Serviço Social foi democraticamente discutido e amadurecido em vários fóruns estudantis e nas entidades de base, propiciando reflexão quanto à própria necessidade da sua criação e um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa (...) criada em 1986 no Eness no Rio de Janeiro, ainda como Sessune.

Para as autoras (1997), ainda que vivenciando dificuldades no processo organizativo, o movimento de estudantes de Serviço Social continuou ativo, realizando anualmente os encontros nacionais, tendo mantido a dinâmica de organização no interior das universidades (ou Escolas), articulando os temas específicos da formação profissional com as lutas mais gerais da classe trabalhadora e da democratização da sociedade, definido como estratégico no plano da disputa ideológica e cultural.

Em 1993, o nome foi alterado para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), “aprovado na plenária final do XV Eness (RS), buscando autonomia em relação à Une e definindo intervenção na esfera da formação profissional” (Ramos e Santos, 1997, pp. 160-161). Importante destacar que o projeto estatutário delineou a articulação com as entidades da categoria e, especialmente, a criação da Coordenação nacional de representação estudantil inserida na direção da Abepss. A ENESSO de forma articulada e construindo unidade estratégica, tem adensado o legado político-organizativo e avançado no que se constituiu como referência para a perspectiva crítica do Serviço Social.

Como registram as autoras (1997, p. 165):

A ENESSO, enquanto um canal de expressão coletiva de estudantes de Serviço Social, constitui-se um dos sujeitos coletivos presentes no cenário político-profissional nos anos 80 e 90 que, ao lado das demais entidades representativas da categoria, vem participando ativamente das discussões e lutas dos (as) assistentes sociais.



A nosso ver, a articulação política das três entidades nacionais (Conjunto CFES-S-CRESS, ABEPSS e ENESSO) é um campo de força importante em ações conjuntas de intervenção na sociedade, diante de fatos que comprometam a democracia, a justiça social e os direitos humanos. Especificamente na profissão, essa articulação afirma a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a centralidade do estágio supervisionado, a integração graduação e pós-graduação, a relação entre formação e trabalho profissional, a atuação política em defesa das políticas públicas, a organização política, inclusive no plano internacional, sobretudo na América Latina.

O Código de Ética (1993), a Lei de regulamentação (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), expressam a direção ético-política fundamentada no compromisso com valores emancipatórios, levando as entidades a assumirem um papel significativo no campo da organização política. Estes instrumentos vêm contribuindo com a categoria profissional, na construção de pautas articuladas aos movimentos sociais em defesa das liberdades democráticas, da diversidade humana, dos direitos sociais e humanos, num crescente acúmulo de experiências significativas, fortalecendo a sociedade civil na defesa de lutas não corporativas, dando visibilidade aos posicionamentos críticos sobre a realidade social do país, buscando ampliar a força de trabalhadores. No lapso de 30 anos, segue sendo atuais na relação com novas pautas de defesa das liberdades democráticas, dentro e fora da profissão.

## Considerações finais

Estas conclusões não são categóricas, posto que a pesquisa ainda está em curso, buscando apreender as determinações concretas e os nexos que permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social no Brasil. Consideramos o marco “o Congresso da virada” como um momento fundamental, que pode expressar o movimento mais geral na sociedade brasileira, principalmente, o papel das entidades sindicais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Assistentes sociais também estiveram presentes em movimentos sociais e organizações de trabalhadores, tendo um significativo crescimento na apreensão da realidade brasileira e do papel do Serviço Social nas lutas de trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Como revelado em nossos estudos, o III CBAS foi um momento de confluência do processo organizativo no final dos anos 1970, na resistência à ditadura empresarial-militar, levando as entidades do Serviço Social a se reposicionarem quanto à direção teórico-política da formação acadêmica e profissional e nas disputas entre projetos de profissão, passando a assumir um importante papel nos transcurso da democratização das relações sociais no Brasil.

Estas entidades romperam com as estruturas burocráticas e corporativas, construindo um campo de força importante. A unidade estratégica entre elas, desde os anos 1980, nas lutas sociais, nas pesquisas e produções de conhecimento, chega aos anos 1990 com maturidade teórico-política, ao construir estratégias coletivas, não cedendo aos modismos presentes nas Ciências Humanas e Sociais ou dos campos de trabalho. A indissociável relação entre trabalho e formação profissional tem sido profícua nas atuações conjuntas, na produção e disseminação do conhecimento, na relação com os assuntos de interesse da categoria profissional e na defesa de direitos humanos e sociais.

Sendo o Brasil um país continental, essa construção estratégica, tanto no trabalho quanto na formação profissional, deu-se na diversidade regional que o particulariza. Também a dinâmica nacional e internacional mostra os ganhos da perspectiva crítica, na disputa com projetos conservadores, e nisso o Serviço Social brasileiro tem sido uma referência. A unidade política resulta da concepção de profissão, respeitando-se a autonomia de cada organização e reconhecendo, ainda, o protagonismo do movimento estudantil.

Como constatado, as estratégias políticas ultrapassaram a forma endógena da profissão, ampliando suas relações com a sociedade e assegurando legitimidade das entidades nacionais, que têm expressado posições críticas e proposições que subsidiam o trabalho profissional, mas não só, pois expressam uma direção democrática, diferenciando-se nos espaços de representação política, na defesa de direitos e no combate a todas as formas de exploração, dominação e opressão.

A nossa pesquisa é parte de uma investigação mais ampla sobre a profissão na história da América Latina, da Europa e recentemente incorporada a África, portanto, outras dimensões serão abordadas ao transversalizar os achados de cada subgrupo, mas por certo, um aspecto importante a ser destacado é o projeto da formação crítica, balizada pelo método dialético-marxiano e nas abordagens da tradição marxista, que permitiram o aprofundamento do debate sobre a profissão, compreendendo seu sentido histórico, sua inserção nas relações sociais capitalistas e assumindo o direcionamento ético-político, numa crescente maturidade intelectual e política.

**Contribuições:** todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

**Agradecimentos:** Maurilio de Castro Matos e Esther de Souza Lemos, pesquisadores do grupo de pesquisa que participaram ativamente na elaboração das questões apresentadas neste artigo.

**Agência financiadora:** não se aplica

**Aprovação por Comitê de Ética:** não se aplica

**Conflito de interesses:** não se aplica

## Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS nº7*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 127, São Paulo: Cortez, 2016, p. 456-476.
- AMARAL, G. Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 5, n. 1, p. 91-108, jan./jun. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 20 dez. 2024.
- BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E.; ELPÍDIO, M. H. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 56-82.
- CFESS. *Resolução CFESS nº 594/2011*: Altera o Código de Ética do Assistente Social (1993), introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília: 2011.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.
- RAIZER, E. C. A histórica relação do curso de Serviço Social da UFES com a Abepss. In: SERPA, A. P. (Org.). *O curso de Serviço Social da UFES: memória, afetos e história*. Vitória: EDUFES, 2024. p. 101-123.
- RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social brasileiro. In: *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 141-165.

# On the political organization of social work: the critical turn in the context of bourgeois autocracy

*Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa*

Carina Berta Moljo\* 

Maria Elizabeth S. Borges\*\* 

Ana Luiza Avelar de Oliveira\*\*\* 

Maria Inês Souza Bravo\*\*\*\* 

## ABSTRACT

This article highlights key developments in the research project titled “The Political Organization of the Social Work Professional Category in Brazil and the Critical Turn in the Entities,” which methodology in the first stage of the research consists of literature, bibliographic, and documentary review. Our working hypothesis is that the “critical turn” and the establishment of what is referred to as the Ethical-Political-Professional Project were made possible by the organizational efforts of the professional category, particularly in the struggle for ethical-political leadership within Brazilian social work organizations. This process, which began in the 1960s and 1970s, evolved concurrently among vanguards connected to universities and the labor movement. We aim to illustrate how this process has influenced national entities, which view their alignment with social struggles as essential for advancing the democratization of Brazilian society through various forms of worker organization.

**Keywords:** Critical Renewal of Social Work; political organization; ethical-political direction.

## RESUMO

O artigo apresenta uma parte dos avanços do projeto de pesquisa denominado “A organização política da categoria profissional do serviço social no Brasil e a virada crítica nas entidades”, cuja metodologia na primeira etapa da pesquisa consiste em revisão da literatura, revisão bibliográfica e documental. Nossa hipótese de trabalho é que a “virada crítica” e a construção do que chamamos Projeto ético-político-profissional foram possíveis pelo processo organizativo da categoria profissional, na disputa pela direção ético-política das organizações do Serviço Social brasileiro. Este processo, iniciado ainda nos anos de 1960-1970, se deu, simultaneamente, entre as vanguardas vinculadas às universidades e ao sindicalismo. Neste momento, nos atentamos para demonstrar as implicações deste processo nas entidades nacionais articuladas, que assumem como importante e fundamental a aproximação das lutas sociais, em prol da democratização da sociedade brasileira, nas diversas formas de organização da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Renovação Crítica do Serviço Social; organização política; direção ético-política.

## ARTICLE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>

\*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil.  
E-mail: carinamoljo@uol.com.br.

\*\*Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA - Brasil.  
E-mail: bethborges@gmail.com.

\*\*\*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil.  
E-mail: anaavelar.oliveira@ufjf.br.

\*\*\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ - Brasil. E-mail: msouzabravo@gmail.com.

How to cite: MOLJO, C. B.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, A. L. A. de; BRAVO, M. I. S. On the political organization of social work: the critical turn in the context of bourgeois autocracy. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 55-68, jan./maio, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>.

Received on August 28, 2024.

Approved for publication on September 20, 2024.

Responsible for final approval: Monica de Jesus César.



© 2025 The Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea is licensed under a License Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

## Introduction

This article aims to share part of an ongoing research focused on the political organization of the social work professional category in Brazil. This research is part of a network that connects researchers from different countries in Latin America and Europe, entitled *Social Work in History: Social Issues and Social Movements – Latin America and Europe (1960-2020)*.

The central hypothesis of the study is that the construction of the social leadership, currently hegemonic, was made possible in large part by the strength of the political organization of the category over the last 40 years, characterized by the unity between academic training and professional practice. Based on the methodology adopted<sup>1</sup>, the research seeks to answer the following question: what determinations allowed the construction of the hegemony of critical social direction in professional social work entities, articulating work and professional training?

This process, which began in the 1960s and 1970s, developed simultaneously between the vanguards linked to universities and the trade union movement. The research seeks to highlight the role of these articulated national entities, which consider it crucial to approach social struggles in favor of the democratization of Brazilian society, through the different forms of organization of the working class, and how this connection aligns and is reflected in the fundamental principles of social work.

In this presentation, we prepared a synthesis of the bibliographical review carried out, locating the historical process of national social work entities in order to present the elements of Brazilian reality in the period corresponding to the “Congress of the Turn,” which support our hypothesis.

We divide the presentation into two parts: in the first, we establish the meaning of bourgeois autocracy, mainly for education policies in Brazil; we searched for this concept, recovering the elaborations of Netto (2008). In the second, we highlight the political organization of the professional category in the context of this autocracy, especially in the academic debate, considering the articulations that were developing at the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), at the *Centro Latino-americano de Trabajo Social* (CELATS), from the more general articulation with the labor and student movement, and later at the Federal Council of Social Work (CFESS). As conclusive approaches, we highlight some points that should be deepened in the subsequent phase of the ongoing research.

---

1 In the first stage of the research, we will carry out a bibliographical review, a review of existing literature, and a documentary analysis. If necessary, we will carry out interviews with actors considered key in this process.

## The meaning of bourgeois autocracy

As is widely known, in 2024 we are “uncelebrating” the 60th anniversary of the April 1964 Brazilian coup d’état. Without a doubt, it was a period of struggles for hegemony, in an international context of profound political and economic transformations. According to Ianni (1981), in the period between 1961 and 1964, a profound crisis of hegemony occurred in Brazil, with the political rise of workers and peasants, intensifying the dispute between groups of the bourgeoisie and the João Goulart administration. In this context of political crisis and economic crisis, a crisis of hegemony began, in which, through the coup d’état, the option for dependent capitalism, determined by big financial and monopolistic capital, came to fruition.

According to Fernandes (1981, p. 319), the dominant classes carried out a civil-military coup in the country, completing the “cycle of the Bourgeois Revolution, but under and within dependent capitalism,” increasing imperialist domination over the country with the objective of “stripping bourgeois domination of any real connection, which was substantively and operationally democratic-bourgeois and nationalist-bourgeois,” in order to neutralize “the specifically democratic and nationalist pressures of the more or less radical sectors of the bourgeoisie” and repress “pressures for economic, social, and political equality or for national integration and class mobilization of the popular masses.”

As Ianni (1981, p. 34) states, “faced with the possibility of forming a popular-based government, or the possibility of revolutionary outbreaks, with a worker and peasant base,” the most reactionary national forces, linked to imperialism, organized and carried out a coup.

According to Netto (2008), the April coup was an attempt by the national dominant groups to guarantee the maturation of Brazil’s insertion into the dynamics of monopolies, representing the massacre of democratic forces and the conduction of society’s directive processes, determined “from above.” In the bourgeois autocratic context, there is a deepening of the heteronomous features of Brazilian capitalism, with the state intervening directly in the economy to transfer income to monopolies and politically mediating conflicts for the strategic benefit of transnational corporations.

For the author (2008), bourgeois autocracy in Brazil can be understood from three moments: the first of them (between 1964 and 1968) is marked by the search for a social base of support that would sustain the dictatorship’s initiatives; a second moment (between 1968 and 1974), in which there was the conversion of what until then was a reactionary dictatorship to a political regime with clear fascist characteristics; and a third (between 1974 and 1979) characterized by the deepening of the crisis of the “miracle” and by the strategy articulated by Geisel, known as the “distension process,” which represented a self-reform project. This project aimed to reconstruct a sociopolitical bloc, with



the aim of guaranteeing the lasting institutionalization of the system of economic-social and political relations, to the benefit of the monopolies (Netto, 2008).

In this way, it is considered that the establishment of the bourgeois autocratic coup constituted a preventive counter-revolution, in order to maintain the bases of dependence on external capital, deepening the link between the Brazilian economy and imperialist interests. According to Chauí (2001, p. 41-42):

The dictatorship, since the 1964 coup d'état, has given itself three tasks: national integration (the consolidation of the nation against its fragmentation and dispersion into regional interests), national security (against the internal and external enemy, i.e. the repressive action of the state in the class struggle), and national development (along the lines of Western Christian democratic nations, that is, capitalists). These ideas were disseminated in schools with the subject of moral and civic education, on television with programs such as "Amaral Neto, the reporter" and those from Televisão Educativa, and on the radio through "Hora do Brasil" and Mobral (Brazilian Literacy Movement), responsible, on one hand, for ensuring qualified labor for the new job market and, on the other, for destroying the Paulo Freire Method of literacy.

Netto (2008) states that the objectives of the preventive counterrevolution were clear, indicating a triple purpose. In addition to the economic objectives of Brazil's subaltern insertion in the international economy, adapting national and group of countries' development patterns to the framework marked by a greater pace and depth of internationalization of capital, it was about striking the sociopolitical protagonists who were vying for hegemony for a more progressive Brazil, continuing with the basic reforms underway since 1961, or on the contrary, a Brazil dependent on external capital; as well as dynamizing in all areas the tendencies that could be mobilized against the revolution and socialism.

Thus, in this unequal dispute, the autocratic bourgeois state severely repressed groups and classes organized or in the process of organizing. It is no coincidence that under the doctrine of national security, some political parties, unions, student movements, among others, were banned. Let us remember that it was part of a process of synchronized coups throughout Latin America sponsored by the United States, in the context of the Cold War, with the advancement of resistance movements and the intensification of class struggles (Netto, 1996).

It is, then, from this context that the maturation of Brazil's insertion in the global monopoly dynamics occurred, maintaining the traces of heteronomy and dependence on national capitalism. According to Netto (1996), the bourgeois autocratic state installed from 1964 onwards led to a model of "conservative modernization," benefiting specific national groups and large international capital.

Therefore, it is considered that the defense and expansion of this project occurred through the alignment of several vectors, be they economic, social, political, cultural, or ideological. As for the educational system, especially in relation to universities, since the second half of the 1960s, it needed to meet two priorities of the bourgeois autocracy, namely the repression of democratic and popular tendencies, at the political level, as well as the viability of its modernizing project.

According to Netto (1996), there needed to be functional compatibility between the dictatorship's set of social policies and educational policy, which needed to be aligned with a model of socioeconomic and political development subordinated to the interests of the dominant elites, who organized themselves to exclude from the political scene the protagonists committed to democratic and popular projects.

For political reasons, it is considered that the refunctionalization of the educational system “was framed” within the dictatorial project of excluding the mass of people from the direction of social life, with the aim of controlling the instruments and spaces for organizing students and teachers at universities. This included the repression of movements and leaders that sought or implemented alternatives aimed at the democratization of politics, educational system, and educational processes, in connection with the basic needs of the population (Netto, 1996).

With the labor and union movement, both urban and rural, subjected to coercion, it is the student movement (particularly in universities, but not only in them) that took the lead in contesting the regime. The concern with the agitation of the student vanguards occurred due to its potential catalytic effect, tending to concentrate the general opposition that the regime was trying to keep dispersed. This concentration occurred in a social segment that, by becoming radicalized and drastically moving away from the April winning coalition, could trigger a social-political dynamic that would actually represent a serious threat to the regime, including recreating the conditions for a possible resurgence of the labor and union movement (Netto, 1996).

This means that the central point of the educational policy during the dictatorship was the neutralization and intensification of political resistance and criticism, especially in public universities linked to social class movements. This objective was achieved through repression and a “modernizing” management, strongly influenced by business logic, which distanced universities from social life and processes. As a result, universities lost their critical dynamism, while research and intellectual work were emptied. This culminated in the suppression, persecution, and exile of important intellectual fronts of democratic resistance (Netto, 1996).

During this period, measures were adopted that directly impacted higher education, causing a degradation of the university system, as well as the process of privatization of

education, opening its financing to external capital. Amaral (2019, p. 99) highlights, among the measures adopted by the military government, “the agreements, commonly known as ‘MEC-USAID Agreements,’ which had the effect of placing the educational problem in the general structure of domination, reoriented since 1964, and giving an objective and practical meaning to this structure.”

However, it is important to highlight that despite, and contrary to, what the bourgeois autocracy expected, even in the domesticated university of the dictatorship, critical aspects, albeit timidly, were emerging (Netto, 1996). In the case of social work, which enters the university world during this period, this change implied a new professional culture, with debates and conflicts little known until then. According to Netto (1996), entering the university implied leaving the monolithism, in which the profession found itself, to a process of differentiating conceptions of the profession and, therefore, of the world, tensioning the different ways of understanding and intervening in reality.

For the author (Netto, 1996, p. 135-136), the great milestone of the process of Renewal of Social Work in Brazil was the secularization of the profession, presenting four fundamental characteristics:

The establishment of theoretical, ideological, and political pluralism in the professional framework, displacing a solid tradition of ideal monolithism; the increasing differentiation of professional conceptions (nature, functions, object, objectives, and practices of social work), derived from the diversified use of alternative theoretical-methodological matrices, breaking with the bias that professionalism would imply a homogeneity (identity) of visions and practices; the harmony of the professional theoretical-methodological controversy with the ongoing discussions in the social sciences as a whole, inserting social work into contemporary academic and cultural dialogue as a protagonist that tries to break away from the (intellectual) subalternity posed by merely executive functions; the creation of avant-garde segments, mainly but exclusively inserted in academic life, focused on investigation and research.

Thus, he understands the Renewal of Social Work as a global process, which brought profound changes, both in training and in professional work, as bourgeois autocracy began its process of erosion. The so-called “turn” in the profession resulted, therefore, from a process articulated with the resistance movements present in Brazilian society, which, without a doubt, had repercussions on organizational bodies.

## **The “turn” as a process and the repercussions on class entities**

Taking as a landmark the 3rd Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), held in 1979, in the city of São Paulo, social work in Brazil began what we call the Ethical-Po-

litical-Professional Project. This became known as the “Congress of the Turn,” as it managed to link the profession to the interests of the working class. Since then, the CBASs began to play an articulating role, mobilizing the category involved in professional work with those linked to academia and intellectual and political leaders.

We place this milestone in the context of Brazilian society in which the longest business-military dictatorship was ongoing, as explained in the previous item. But as phenomena are not one-dimensional, society was not inert and the struggle was expressed in social movements, including academic ones. The events of the 3rd CBAS resulted from political processes that involved the professional category and that erupted with the questioning of the dynamics of its organization and the proposed theme, which went against the mobilizations and struggles of the working class in the period, in the outbreak of strikes and denunciations of living conditions, repression, and obscurantism led by the military in power. The movement linked to debates in the union field expressed criticism of dictatorship administrations and the struggle and resistance to the exploitation of the working class. The model of class-based and autonomous unionism was germinating, which motivated the organizational movement of the professional category.

At that time, social workers recognized themselves as workers, in their salaried condition and organized themselves by actively participating in mobilizations and strikes, in addition to contributing to the organization of public service workers, who until 1988 could not, by law, organize themselves into unions. In 1978, the 1st National Meeting of Social Workers Union Entities took place in Belo Horizonte, Minas Gerais, with the participation of four reorganized entities: Professional Associations of Social Workers (APAS) from São Paulo, Bahia, and Goiás, and the Union of Social Workers from Minas Gerais. This meeting decided to carry out a national research on salaries, working conditions, and working hours of social workers, to mobilize professionals from their workplaces for the union struggle (Abramides, 2016).

Until this period, CBASs were organized by the Federal Council of Social Workers (CFAS) and the local Regional Council of Social Workers (CRAS). The movement of change, which took place in the 1979 Congress, resulted from the mobilization carried out by members of the National Executive Committee of Social Workers Union Entities (CENEAS), in conjunction with teachers who were carrying out the renewal movement at the Brazilian Association of Teaching in Social Work (ABESS), combined with the dissatisfaction of participants expressed in the work groups. In the period prior to the Congress, the 1st Continuing Training Meeting was held in Rio de Janeiro, and the 3rd National Meeting of Social Workers Union Entities took place the week before the congress, when CENEAS was created. Both events were sponsored by CELATS and were strategic for the turning point.

During the CBAS, in an assembly heavily attended by social workers and students, significant changes were made, such as: honoring all the workers who fought and died for democratic freedoms; changes to the schedule, both in the content to be covered and the components of the tables and panels; inclusion of a final closing table with the participation of union leaders and social movements.

The contradictions of that political, social, and economic context were present. Part of the category linked to party and union debates put into discussion the living conditions of the impoverished population and the elitist gains of the economic-social development project managed by the military in the executive branch. The union organization, which generally transformed the APAS into social workers' unions, was linked to the workers' movement in the 1970s. The proposition then was the democratization of the category's entities, the identification of social workers as workers, and with this, the expression of class commitment.

From that historic moment on, the category followed a new direction. In 1981, the year the Workers' Party (PT) was founded, the 1st National Conference of the Working Classes (CONCLAT) was held, which brought together around five thousand delegates from across the country in the municipality of Praia Grande, São Paulo. It was the first major inter-union meeting held in Brazil since 1964, which decided to create the National Pro-CUT Commission. The Unified Workers' Central (CUT) was founded in 1983, the same year as the creation of the National Association of Social Workers (ANAS), which joined the new Central, which presented the union's conception by branch of activity.

From a training point of view, organization took place through ABESS, focusing on leading an academic curriculum compatible with the desires of a category that sought to take a stand against processes of alienation and exploitation, while articulating with Latin American organizations to build a critical formation.

According to Bravo et al. (2019), the articulation between young teachers from various courses in the country, who identified themselves from the master's courses in social work, began a process of debate regarding professional training. The need for its change led to the movement that took place at ABESS, in 1970s, to stimulate debate. Following four conventions, decisions promoted significant changes that gave new democratic outlines to the entity.

In 1973, in São Luís, Maranhão, the first change occurred in relation to the name of the entity, which became known as the Brazilian Association of Teaching in Social Work, instead of the "Brazilian Association of Schools of Social Work", guaranteeing the possibility of teachers participating in the Convention, keeping the right to vote in the General Assembly not only to representatives of the management of affiliated units. The other important event was the presentation of the curricular proposal by the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC-MG), by professor Leila Lima Santos, linked to

the perspective of Latin American Reconceptualization, which aimed to build critical professional training aiming to overcome the theoretical-methodological and ideological supports inherited from conservative thought.

In 1975, in Piracicaba, São Paulo, the discussion of the academic curricular project for Brazilian social work continued. At this convention there were tense debates and it was decided that by the next convention the teaching units should produce a new proposal, which would surpass the one currently in force, approved in 1970 by the Federal Education Council (CFE) and which would present unifying alternatives for the disciplines on Case, Group, and Community Social Work (Raizer, 2024). In 1979, in Natal, Rio Grande do Norte, the different trends in the professional environment were expressed, with a pluralistic emphasis, with a significant theoretical and ideological clash between antagonistic positions in relation to the orientation of professional training (Bravo et al., 2019). The density of this process resulted in the proposal of a curriculum that represented a great advance for the time, reflecting the correlation of forces existing at that time. In 1981, the historic Convention held in Vitória, Espírito Santo took place, which democratized the entity, with the change of its statute, expanding participation in the General Assembly to students, field supervisors, and teachers, including the right to vote in the election for the board of directors of the entity.

These changes impacted the entity's social base, bringing new important social subjects in professional training to debate. The management of ABESS, assumed by Professor Josefa Batista Lopes (Federal University of Maranhão – UFMA), redefined the entity as a training space, in the broadest sense of the term. During this period, other events related to undergraduate teaching and research took place. Important achievements in this period included: the proposal of the action-research project called *Professional training in Brazil: historical determinants and perspectives (1982-1985)*, at the 1st National Meeting of Teaching in Social Work, held in Rio de Janeiro in 1982; the 1st National Meeting of Research in Social Work in São Luís, Maranhão, which began to give visibility to existing research centers/groups in Brazil; and the announcement of the first research financing by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

From 1985 onwards, ABESS developed new and diverse ways of contributing to the debate regarding the training and professional practice of social workers and research in social work. In addition to its conventions, the following were promoted: National Postgraduate Meetings; Undergraduate and Researcher Meetings; National Seminars on the Pedagogical Project; and Research on Teaching Methodology in Social Work. These achievements were published in the “ABESS Notebooks,” from 1986 onwards, by Cortez Editora.

At the Fortaleza Convention, in 1987, the entity's general assembly approved the creation of the Center for Documentation and Research in Social Policies and Social



Work (CEDEPSS), an academic body of ABESS, which had been recommended at the 3rd National Meeting of Research in Social Work, held in Campinas, São Paulo, in 1986. The construction of CEDEPSS was the strategy carried out by progressive teachers to guarantee unity in training and avoid the creation of *another* postgraduate entity.

The debates that began in the 1970s, continuing in the 1980s, indicated the deepening and the intellectual and political maturity carried out by the entity's management, to inaugurate in the 1990s a set of fundamental changes in the direction of professional training. The Convention held in 1993 in Londrina, Paraná approved the discussion proposal for curriculum review. In 1996, the new National Curricular Guidelines were approved at the Assembly held in Rio de Janeiro. In 1998, at a convention held in Recife, Pernambuco, the entity was renamed the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), incorporating CEDEPSS.

Since the “turn”, it was no longer possible to keep the professional councils distanced from the reality of the working class, and the movement to take them over to build an ethical-political proposition grew. In general terms, in the 1980s, the agenda was focused on: the direct election for the Federal Council, which previously was indirect, through the Regional councils; the politicization of its management; the reformulation of the Code of Ethics and the regulatory Law and for the articulation of academic debate with the practice of the profession.

The historic turn that was taking place in the unions, in ABESS and in the student movement, forced the councils to change the composition of the management. Social workers, until then linked to other spaces of social and political struggle, began to contribute to this process, which was not isolated from what was happening in the country's reality, with the dictatorship being exposed and weakening, opening space for redemocratization movements of the state and its institutions, mobilizing the ethical-political awareness of Brazilian society.

In 1986, a new Code of Ethics was demanded by the category, under the influence of the changes taking place in Brazilian society with hopes mobilized for the overthrow of the dictatorship and reconstruction of the legal-normative system, whether in relation to the National Constituent Assembly, formed with elected parliamentarians for this purpose, whether in relation to the profession's own normative framework. This Code had a great merit, which was the break with the conservatism of the profession, keeping a refinement regarding ethical-political values and commitments, unfolding with the promulgation of the current Code of Ethics in 1993 and with the new Regulation Law of the profession (Law 8662/93).

As for the student movement, there are few easily accessible records. We highlight, in particular, the studies by Sâmia Ramos on the social work student organization.

We know that the movement, in general, has moments of articulation and action and others of crisis, since the 1960s, when students joined groups resisting the military regime and, for this reason, their leaders were persecuted. According to Ramos and Santos (1997), in the late 1970s, the National Union of Students (UNE) rearticulated the movement, resurfacing as an organized youth, with leaders linked to left-wing political parties. They held congresses again, where the national debate on the social role of the student movement took place. Still within the scope of UNE, among its strategies, course sessions were created, to guarantee daily presence at universities.

For the social work course, the organization called Subsecretariat of Social Work Students of UNE (SESSUNE) held the 1st National Meeting of Social Work Students (ENESS) in 1978. Since then, discussions led to the creation of a national entity of its own. According to Ramos and Santos (1997, p. 158):

The process of creating the national entity of social work students was democratically discussed and matured in various student forums and grassroots entities, providing reflection on the very need for its creation and a deeper understanding of what would be its objectives and organizational structure, (...) created in 1986 at ENESS in Rio de Janeiro, still as SESSUNE.

For the authors (1997), despite experiencing difficulties in the organizational process, the movement of social work students remained active, holding annual national meetings, having maintained the organizational dynamics within universities (or schools), articulating specific themes from professional training with the more general struggles of the working class and the democratization of society, defined as strategic in terms of ideological and cultural dispute.

In 1993, the name was changed to National Executive of Social Work Students (ENESSO), “approved in the final plenary of the 15th ENESS (Rio Grande do Sul), seeking autonomy in relation to UNE and determining intervention in the sphere of professional training” (Ramos and Santos, 1997, pp. 160-161). It is important to highlight that the statutory project outlined the articulation with entities in the category and, especially, the creation of the National Coordination of Student Representation within the management of ABEPSS. ENESSO, in an articulated way and building strategic unity, has deepened its political-organizational legacy and advanced what has become a reference for the critical perspective of social work.

As the authors record (1997, p. 165):

ENESSO, as a channel of collective expression for social work students, constitutes one of the collective subjects present in the political-professional scenario in the 80s and 90s which, alongside other entities representing the category, has been actively participating in discussions and struggles of social workers.

In our view, the political articulation of the three national entities (Joint CFESS-CRESS, ABEPSS, and ENESSO) is a field of important force in joint actions of intervention in society, in the face of facts that compromise democracy, social justice, and human rights. Specifically in the profession, this articulation affirms the inseparability between teaching-research-extension, the centrality of the supervised internship, undergraduate and postgraduate integration, the relationship between training and professional work, political action in defense of public policies, and political organization, including at the international level, especially in Latin America.

The Code of Ethics (1993), the Regulatory Law (1993), and the Curricular Guidelines (1996) express the ethical-political direction based on the commitment to emancipatory values, leading entities to assume a significant role in the field of political organization. These instruments have been contributing to the professional category, in the construction of agendas linked to social movements in defense of democratic freedoms, human diversity, and social and human rights, in a growing accumulation of significant experiences, strengthening civil society in the defense of non-corporate struggles, giving visibility to critical positions on the country's social reality, seeking to increase the strength of workers. In the space of 30 years, they continue to be current in relation to new agendas in defense of democratic freedoms, inside and outside the profession.

## Final considerations

These conclusions are not categorical, since the research is still ongoing, seeking to understand the concrete determinations and connections that allowed the construction of the hegemony of critical social direction in professional social work entities in Brazil. We consider the milestone “Congress of the Turn” as a fundamental moment, which can express a more general movement in Brazilian society, mainly the role of trade unions in the fight for the democratization of Brazilian society. Social workers were also present in social movements and workers' organizations, experiencing significant growth in understanding Brazilian reality and the role of social work in workers' struggles for better living and working conditions.

As revealed in our studies, the 3rd CBAS was a moment of confluence in the organizational process in the late 1970s, in resistance to the business-military dictatorship, leading social work entities to reposition themselves regarding the theoretical-political direction of academic and professional and in disputes between professional projects, starting to assume an important role in the course of the democratization of social relations in Brazil.

These entities broke with bureaucratic and corporate structures, building a field of important force. The strategic unity between them, since the 1980s, in social struggles, in

research and knowledge production, reaches the 1990s with theoretical-political maturity, by building collective strategies, not giving in to fads present in the humanities and social sciences or in the fields of work. The inseparable relationship between work and professional training has been fruitful in joint actions, in the production and dissemination of knowledge, in the relationship with matters of interest to the professional category, and in the defense of human and social rights.

Since Brazil is a continental country, this strategic construction, both in work and professional training, took place in the regional diversity that characterizes it. The national and international dynamics also show the gains from a critical perspective, in the dispute with conservative projects, and Brazilian social work has been a reference in this. Political unity results from the conception of profession, respecting the autonomy of each organization and also recognizing the leading role of the student movement.

As noted, political strategies went beyond the endogenous form of the profession, expanding its relations with society and ensuring the legitimacy of national entities, which have expressed critical positions and propositions that support professional work, but not only that, as they express a democratic direction, differentiating themselves in spaces of political representation, in the defense of rights and in the fight against all forms of exploitation, domination and oppression.

Our research is part of a broader investigation into the profession in the history of Latin America, Europe, and recently Africa. Therefore, other dimensions will be addressed when transversalizing the findings of each subgroup, but certainly an important aspect to be highlighted is the project of critical training, guided by the dialectical-Marxian method and approaches from the Marxist tradition, which allowed the debate on the profession to be deepened, understanding its historical meaning, its insertion in capitalist social relations, and assuming an ethical-political direction, in growing intellectual and political maturity.

**Contributions:** All authors worked on the preparation, analysis and final version of the article.

**Acknowledgements:** Maurilio de Castro Matos and Esther de Souza Lemos, researchers from the research group who actively participated in the preparation of the questions presented in this article.

**Funding agency:** not applicable

**Approval by Ethics Committee:** not applicable

**Conflict of interests:** not applicable

## References

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS nº7*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 127, São Paulo: Cortez, 2016, p. 456-476.
- AMARAL, G. Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 5, n. 1, p. 91-108, jan./jun. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 20 dez. 2024.
- BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E.; ELPÍDIO, M. H. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 56-82.
- CFESS. *Resolução CFESS nº 594/2011*: Altera o Código de Ética do Assistente Social (1993), introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília: 2011.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.
- RAIZER, E. C. A histórica relação do curso de Serviço Social da UFES com a Abepss. In: SERPA, A. P. (Org.). *O curso de Serviço Social da UFES: memória, afetos e história*. Vitória: EDUFES, 2024. p. 101-123.
- RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social brasileiro. In: *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 141-165.

# Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional

*Approximations and dissonances between Brazilian and British Social Work in challenging the traditional perspective*

Antoniana Defilippo\* 

Giovanna Canêo\*\* 

Shirleny Pereira de Souza Oliveira\*\*\* 

## RESUMO

O presente artigo resulta de parte da pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, articulada à pesquisa em rede “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”. Com base em pesquisa bibliográfica, o estudo tem como objetivo apresentar aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional. Partimos dos determinantes históricos que permitem a emergência de perspectivas contestatórias ao Serviço Social tradicional na realidade brasileira e britânica, sobretudo no contexto das relações sociais capitalistas a partir dos anos 1960 e seu legado nos dias atuais. Nossa hipótese, para tanto, é a de que a interlocução entre vertentes críticas do Serviço Social nos dois países apresenta elementos importantes para o debate contemporâneo na profissão e, por isso, merece ser adensado.

**Palavras-chaves:** Reino Unido; Brasil; Serviço Social Radical; Perspectiva Tradicional; Movimentos Contestatórios.

## ABSTRACT

This article is part of the research “Radical Social Work in the UK: the historical-critical foundations of British Social Work in contemporary times”, linked to the research network “Social Work in History: social issues and social movements - Latin America and Europe”. Based on bibliographical research, the study aims to present similarities and dissonances between Brazilian and British Social Work in challenging the traditional perspective. It starts from the historical determinants that allowed the emergence of contestatory perspectives to traditional Social Work in the Brazilian and British reality, especially in the context of capitalist social relations from the 1960s and its legacy today. The hypothesis is that the interlocution between critical strands of Social Work in the two countries presents important elements for the contemporary debate in the profession and therefore deserves to be further developed.

**Keywords:** United Kingdom; Brazil; Radical Social Work; Traditional Perspective; Contestatory Movements.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89041>

\*Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: antonianadefilippo@id.uff.br.

\*\*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Santos, São Paulo.  
E-mail: gicaneo80@gmail.com.

\*\*\*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.  
E-mail: oliveirashirleny@gmail.com.

Como citar: DEFILIPPO, A.; CANÊO, G.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, S. P. S. Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 69-83, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89041>.

Recebido em 12 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



## Introdução

O presente artigo se trata de um estudo preliminar vinculado à pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, articulada à pesquisa em rede “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”. Para desenvolvê-lo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, revisão bibliográfica e análise documental, tendo como tendo por referência os principais autores do Serviço Social brasileiro contemporâneo e do Serviço Social britânico vinculados à vertente crítica e radical, como: Iamamoto (2007), Netto (1996), Barroco; Terra (2012), Abramides (2019), Corrigan; Leonard (1978), Simpkin (1979), Langan (1989), Ferguson; Lavalette (2024), Ioakimidis (2024), dentre outros.

A pesquisa tem como objetivo apresentar aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional fundamentada na ética liberal-burguesa, sob o enfoque da teoria sociológica positivo-funcionalista que, historicamente, foi absorvida pela profissão, articulando respostas profissionais de caráter conservador (Iamamoto; Yazbek, 2009).

Visando abordar os fundamentos históricos das perspectivas contestatórias ao denominado Serviço Social Tradicional, resguardadas as particularidades de ambas as localidades e desprovido-se de qualquer pretensão comparativa, utilizamos da análise de produções bibliográficas fundamentadas nas vertentes do Serviço Social crítico e/ou radical. Partimos do olhar histórico-crítico de Iamamoto (2007; 2012; 2013), que rompe com uma visão endógena da profissão, isto é, explicada em si mesma, e a situa no movimento histórico da sociedade, no processo das relações sociais capitalistas, que produzem e reproduzem determinações concretas das quais o Serviço Social emerge como produto e frente às quais também atua.

A escolha por esse referencial não se deu de forma aleatória. Conforme ressalta Eiras *et. al.* (2017; 2021), a perspectiva histórico-crítica dos fundamentos da profissão - que encontramos na referida autora, por exemplo, foi impulsionada pela emergência do *Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina*, quando, através da conexão com projetos societários progressistas e/ou revolucionários, ensejou-se posicionamentos críticos às formulações do Serviço Social oriundas de outros continentes, como o europeu, e também estadunidense que, hegemonicamente, assentavam-se em pressupostos conservadores vinculados ao Serviço Social Tradicional.

A título de ilustração, algumas dessas experiências de intenção de ruptura com o viés conservador alçaram hegemonia no seu corpo profissional, como no caso brasileiro, em que suas formulações foram substancialmente incorporadas ao Código de Ética do Serviço Social; às diretrizes curriculares para a formação profissional; à Lei 8662/93 que

regulamenta a profissão; além de fundamentar o conjunto de resoluções e parâmetros para a atuação do assistente social em diversos espaços sócio-ocupacionais, emitidos pelo Conselho da categoria. Outras, no entanto, ainda buscam conquistar seu lugar na categoria, enquanto vertentes ou movimentos contestatórios ao projeto societário e projeto profissional hegemônicos, como se observará adiante ao nos debruçarmos sobre a particularidade do Serviço Social Radical no Reino Unido (Bigogno, 2020; 2021).

Desta forma, partindo deste ângulo de leitura fundado nas vertentes críticas de inspiração marxista no Serviço Social, apresentaremos nas seções subsequentes os determinantes históricos que permitiram o surgimento das perspectivas contestatórias ao Serviço Social Tradicional no Brasil e no Reino Unido a partir da década de 1960, bem como algumas aproximações e dissonâncias nestas realidades distintas, tendo por intuito contribuir com a produção de conhecimento sobre o *Serviço Social na história*.

A exposição do conteúdo deste artigo está organizada em três tópicos. O primeiro é constituído por uma análise conjuntural da crise e das transformações societárias a partir dos anos 1960. O segundo tópico, por sua vez, retrata o Serviço Social brasileiro e sua guinada à perspectiva crítica e, por último, o terceiro tópico orbita em torno do Serviço Social radical britânico e seus elementos centrais de resistência e crítica.

## Crise e transformações societárias a partir dos anos 1960: elementos introdutórios

Não é possível investigar heurísticamente as vertentes contestatórias do serviço social brasileiro e britânico senão situadas no contexto político, social e econômico da sociedade capitalista no transcurso histórico dos anos subsequentes à década de 1960. Isso porque estamos falando de transformações societárias de impacto profundo na acumulação capitalista que foram amalgamadas por uma série de crises no Ocidente expostas, fundamentalmente, pela extinção do sistema *Bretton Woods*, pela crise do petróleo, em 1973 e 1979; crise do dólar, em 1978; Guerra do Vietnã, em 1975; crise fiscal dos Estados Unidos da América (EUA), com elevação da taxa de desemprego e inflação acelerada; crise do modelo de regulação keynesianista-fordista; e a crise do bloco soviético. Neste mesmo cenário se desvelam e emergem processos e confrontos abertos de lutas de classes e, significativamente a partir de 1968, amplas mobilizações se processam, entoando pelo fim da carestia, por melhores condições de vida e trabalho, como a *Primavera de Praga*, o *Maio Francês* e a *Revolução Portuguesa*.

Após a Segunda Guerra Mundial, Mandel (1985) afirma que o capitalismo demonstrou uma fase de grande ascensão e prosperidade, do que resultaram os “anos gloriosos” até os anos 1960, com grande expansão do capital. As políticas econômicas e sociais heterodoxas, direcionadas por John M. Keynes, juntamente com o padrão de desenvolvi-

to fordista/taylorista forjado até os anos 1960, fomentaram o avanço significativo do processo de acumulação capitalista. Este período foi denominado por Mandel de “longa onda expansiva”, com destaque para a grande concentração e centralização do capital. Por quase trinta anos, o capital esteve em franca reprodução, juntamente com uma expansão do investimento tecnológico, racionalização da produção e da geração de lucros, período configurado como o de ampliação da automação do trabalho e geração de “superlucros”.

As novas tecnologias permitiram a expansão da mais-valia relativa, expressando salto quantitativo, principalmente nos solos europeus e estadunidenses. Sob política econômica e social do estado de bem-estar social, o período foi caracterizado pela redução drástica do desemprego e crescimento dos direitos sociais para a classe trabalhadora. Tais resultados somente foram permitidos por conta dos elevados gastos orçamentários que se converteram em melhorias significativas para a vida da classe trabalhadora e permitiram, inclusive, o reavivamento e fortalecimento do movimento sindical e a ilusória sensação de erradicação das contradições próprias do capitalismo.

Todavia, de acordo com Mandel (1985), as consequências advindas dos anos gloriosos, a partir dos anos 1960 e início dos anos 1970, foram sobremaneira impactantes e desvelaram diferentes contradições e conflitos de classes. Desta feita, a ofensiva do capital foi direcionada principalmente às conquistas de direitos dos trabalhadores, refreada, em parte, pela grande resistência da organização dos trabalhadores através de seus então fortalecidos sindicatos.

Em finais da década de 1970 e nos anos 1980, propostas neoliberais, que tiveram como berço o Reino Unido – juntamente com países imperialistas –, foram colocadas como diretrizes para o mundo capitalista e expressaram, de certa forma, grande derrota para a classe trabalhadora, fomentando a retomada da reprodução do capital em nível global.

Reestruturou-se a produção, por meio do sistema toyotista, com medidas liberais na economia e medidas restritivas para o social, rechaçando-se, cada vez mais, o estado de bem-estar social keynesiano. Assim, o capital adaptou-se em busca de reversão de suas próprias crises, demonstrando que esse fenômeno é parte de sua própria constituição, buscando-se superar a si mesmo, num processo de negação das formas precedentes de se produzir, mas conservando sua natureza de busca incessante pelo lucro, desenvolvendo outras estratégias de reprodução.

Este modelo flexível, que tem como proposta o controle da produção e dos gastos públicos, agrava ainda mais as condições de vida dos trabalhadores uma vez que diminui o gasto público com os serviços e políticas sociais, em aliança com privatizações e descentralizações de empresas estatais e serviços públicos, ajustes administrativos e idealismos assistencialistas, conferindo o que muitos autores chamam de Modelo Neoliberal.

Destaca-se que o ideário neoliberal vem acompanhado da “agenda pós-moderna” (Wood, 1999) que engloba, de acordo com Netto (1996): uma tematização imprudente da noção de crise de paradigmas; a crítica à perspectiva de totalidade e uma compreensão que a reduz ao totalitarismo; o fortalecimento de um empirismo imediatista tomado pelo mediato e, com isso, o real é identificado com o existente; e, por isso, é abolida a distinção entre aparência e essência; a realidade deixa de ser a referência como ponto de partida e de chegada do conhecimento científico; consequentemente, a possibilidade e busca pela verdade desaparece da ciência, tomada como “jogos de linguagem” e lutas entre discursos argumentativos; a objetividade é reduzida ao simbólico, assim o imaginário “toma o lugar” da realidade; a arte, o cotidiano, a ciência e a história têm suas fronteiras apagadas; a unidade diferenciada que envolve o ser social e a natureza é substituída pela identidade.

Contraditoriamente aos pressupostos do modelo neoliberal e pós-moderno direcionados ao mundo capitalista em fins dos anos 1970 e anos 1980, no Brasil, sobretudo nos anos 1980 e 1990, no que concerne ao Serviço Social, consolidou-se o projeto profissional de feição ético-política, com estreita relação com o anticapitalismo, com a teoria crítica marxista e com as lutas populares. Nesta mesma direção, emerge o Serviço Social Radical britânico, também numa relação estreita com o anticapitalismo, com a teoria marxista e lutas populares, mas que, porém, fora solapado pela entrada avassaladora neoliberal e pós-moderna, imputando-o um movimento de introspecção, com força retomada somente a partir dos anos 2006.

## **Contestação, hegemonia e resistência: o Serviço Social brasileiro e sua guinada à perspectiva crítica**

Em se tratando de Serviço Social brasileiro, o surgimento de perspectivas contestatórias ao projeto profissional tradicional remonta justamente à transição dos anos 1960/1970 - tendo por precursor e impulsionador o Movimento de Reconceituação Latino-americano -, do que resulta o atual projeto ético político profissional, notadamente fortalecido e consolidado entre os anos 1980 e 1990, num movimento de contestação, recusa e crítica ao projeto profissional conservador até então hegemônico.

O momento que marca temporalmente e simbolicamente essa construção aconteceu no “Congresso da Virada” (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo), em 1979, ainda sob vigência da ditadura militar no país que, no entanto, não intimidou o processo de luta e reivindicação de assistentes sociais por uma nova *direção social* para a profissão – contestatória e crítica ao tradicionalismo conservador de então.

Os processos de redemocratização da sociedade brasileira no confronto com a ditadura militar encontraram consonância no corpo profissional e propiciaram a criação de um quadro necessário para o rompimento da hegemonia do conservadorismo no Serviço Social de então. A ditadura e os processos que culminaram em sua derrota, permitiram

um desvelamento da *condição política* para a construção de um novo projeto profissional que, nos anos subsequentes, mobilizou esforços políticos e teóricos no interior da categoria, despontando como norte o compromisso com a construção de uma outra forma de sociabilidade para além da lógica do capital.

Em termos de organização política da categoria, o momento foi de aglutinação de assistentes sociais brasileiros junto ao movimento sindical, aos movimentos classistas, aos partidos de esquerda, como Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista, e aos movimentos populares em diferentes frentes e bandeiras de luta (educação, habitação, meio ambiente, gênero, questões étnico-raciais, dentre outros) o que propiciou impulso na *direção social* contestatória da profissão e mobilização significativa em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais (Abramides, 2019).

No âmbito teórico, por sua vez, embora o Serviço Social brasileiro tenha se legitimado nos anos 1960 a partir da Reforma Universitária empreendida pela ditadura, foi no decorrer da década 1970, com o surgimento de cursos de pós-graduação, que permitiu-se consolidar a produção de conhecimento da área de Serviço Social, operando uma ambiência e acumulação teórica, a partir da interlocução com as ciências sociais, o que resultou na incorporação de matrizes teórico-metodológicas de inspiração na tradição marxista.

Já no trânsito do final da década de 1980 para o início dos anos 1990, a constituição de uma produção ética crítica, especialmente a vinculada à tradição de Marx, e o desencadeamento de um debate ético sistemático e de uma intervenção ético-política articulada à formação e ao exercício profissional, impulsionaram o fortalecimento do Projeto ético-político, reafirmando a ruptura com o Serviço Social Tradicional (Barroco, 2012), bem como consolidando sua hegemonia na categoria profissional a partir da instituição de importantes instrumentos jurídico-políticos, a saber: o Código de Ética de 1993, a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão no mesmo ano e, na sequência, as Diretrizes Curriculares em 1996.

Embora com muitos avanços rumo à consolidação do projeto ético-político profissional brasileiro, cabe destacar que as determinações das transformações societárias que se processaram no pós 1960 e que culminaram na reestruturação produtiva e entrada do neoliberalismo nos anos 1980, conforme aludido anteriormente, solaparam a sociedade brasileira mais explicitamente a partir de 1995, quando o grande capital passa a ocupar incisivamente o campo das decisões econômico-políticas, tomando o conjunto da sociedade de forma rápida e massificada.

Após 45 anos do Congresso da Virada, a categoria profissional brasileira ainda dispõe de entidades representativas, composta pelo conjunto

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

- ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, que se mantêm firme na defesa de decisões democráticas e progressistas, em consonância com o projeto ético-político profissional. Mas isso não significa dizer que a intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão tenha eliminado os projetos tradicionais e conservadores, principalmente quando se leva em conta os componentes da contemporaneidade. Se o Congresso da Virada possibilitou o rompimento com o conservadorismo político e abriu caminhos para a politização democrática e progressiva do Serviço Social brasileiro, em contexto neoliberal e pós-moderno a politização conservadora que hegemonizou por tanto tempo a profissão no país, se mostra reatualizada e presente (Netto, 2011).

Boschetti (2015, p.647), por exemplo, identifica uma incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos atuais à revelia das Diretrizes Curriculares, desvelando tendências que reatualizam alguns traços conservadores que podem ser observados por meio da valorização de alguns pontos: *metodologismos*, com ênfase no tecnicismo e legalismo positivista enquanto elementos essenciais para a formação e pesquisa, em prejuízo da reflexão fundamentada no pensamento crítico; do *teoricismo acrítico*, caracterizado pela conceituação operacional e incorporação de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais, como da Sociologia, Psicologia e Antropologia, com abordagens que supõem a possibilidade da neutralidade; *aligeiramento* da formação e da pesquisa, traço essencialmente contemporâneo, em que o expansionismo superficial de cursos se mostra como extremamente funcional ao conservadorismo; *pragmatismo*, fermento para uma formação e trabalho profissional utilitaristas, imediatistas, ancorados pelo discurso de que “na prática a teoria é outra”; *voluntarismo*, traço que se revela a partir do descolamento da subjetividade e da objetividade nas múltiplas determinações do real; *contentamento com o possibilismo*, típico do conformismo a partir das mudanças institucionais capitalistas e da concórdia com as “melhorias” sociais no marco do capitalismo, base de sustentação do reformismo social democrata, por exemplo.

Assim, é possível identificar que estas tendências estão menos interessadas à crítica social - conforme assistiu-se à guinada do Serviço Social nas décadas anteriores - voltando seu foco teórico-metodológico à intervenção de um saber profissional meramente executor, acrítico e eclético.

## **Contestação e resistência: o Serviço Social radical britânico**

As décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial foram marcadas pelo estabelecimento do *Welfare State* no Reino Unido, num período de expansão da segurança social, da transferência de renda e das políticas sociais. Destarte, observou-se um aumen-



to da demanda por profissionais do Serviço Social e a expansão do setor educacional de formação profissional. Anteriormente a esse processo, tanto a formação como o trabalho profissional, eram influenciados pela tradição estadunidense de Mary Richmond que orbitava nos metodologismos e na psicoterapia (Corrigan; Leonard, 1978, Langan; Lee, 1989, Simpkin, 1979).

O Serviço Social Radical no Reino Unido surge como resistência ativa à opressão e à repressão política, influenciados pela insurgência dos movimentos sociais nos anos 1960, que eram voltados às lutas dos direitos civis da população negra, aos direitos das mulheres (Ferguson; Lavalette, 2024), movimentos estudantis, movimentos antiguerra e entre outros, que surgiram inicialmente nos Estados Unidos e atingiram níveis globais.

A análise crítica do Serviço Social radical num primeiro momento é voltada ao Serviço Social tradicional, intitulado também de *mainstream social work*, que era focado no tecnicismo e marcado pela cultura do silêncio, sem criticismo frente às desigualdades sociais produzidas no sistema capitalista de produção (Corrigan; Leonard, 1978).

Ademais, destaca-se as principais características do Serviço Social Radical nessa época: ênfase na desigualdade estrutural e não nas falhas individuais; crítica ao Estado de Bem-Estar Social como opressivo e controlador; defesa de uma relação diferente entre trabalhadores e clientes; ênfase nas abordagens coletivas; alianças entre assistentes sociais e coletivos de usuários dos serviços; tomada de consciência de que “os assistentes sociais também são trabalhadores” e o crescente envolvimento dos sindicatos dentro do Serviço Social (Ferguson, Lavalette, 2024, p.377).

Nesse sentido, a literatura que apresentava uma perspectiva radical nos anos 1970 no Reino Unido, tinha como sustentáculo um viés transformador, com propostas que buscassem a igualdade, a justiça social e o combate às formas de opressão, tendo como base ideológica uma perspectiva progressista e socialista de inspiração marxista (Mullaly, 1997, Reisch; Andrews, 2002, Simpkin 1979).

Não obstante, enfatiza-se que não eram perspectivas homogêneas. Langan e Lee (1989, p. 14) elencaram três principais abordagens que apresentavam aproximações de “uma estratégia política”: a) revolucionária - com foco na crítica ao papel de controle estatal, e dos assistentes sociais como seus operativos, numa perspectiva socialista; b) reformista - ao compreender o assistente social como guardião das intervenções do Estado Social, na busca de adequar os serviços às necessidades dos usuários, num combate as propostas mercantilistas e c) prefigurativa - que favorecia novas-estratégias de ruptura de causas de opressão e desigualdade, mas não necessariamente embasadas na condição de classe.

Ressalta-se que o que ganhava mais espaço na agenda radical do Serviço Social no Reino Unido centrava-se na crítica das perspectivas psicoterapêuticas e do *Casework*, utilizado como método de intervenção (Bailey; Brake, 1975, Langan; Lee, 1989).

Os autores Bailey e Brake (1975) e Simpkin (1973) propunham uma análise estrutural dos problemas sociais, rompendo com as perspectivas psicológicas, na busca da diminuição de funções de controle social exercidas pela categoria. Tais críticas também eram voltadas às teorias sistêmicas, que estavam ganhando relevância no Serviço Social dos anos 1970. Na medida que estas extinguíam a dimensão política do trabalho profissional e a possibilidade dos profissionais se reconhecerem nos usuários que atendiam e de se assumirem como atores políticos.

As teorias radicais enfatizavam a importância de maior envolvimento com grupos comunitários e movimentos sociais, para ampliar a dimensão política da profissão e a busca de maior aproximação dos profissionais com os sujeitos e suas condições de vida. Nessa direção, a mobilização sindical tinha papel importante no reforço de um projeto profissional politicamente empenhado, sendo registrada em grande parte da literatura do Serviço Social nos anos 1970 (Joyce; Corrigan; Hayes, 1988). Essa adesão aproximava os assistentes sociais dos movimentos dos trabalhadores e contribuía para a sua consciência de classe. Esta relação próxima entre a vertente radical, o trabalho profissional e os sindicatos, resultou num significativo crescimento no número de assistentes sociais sindicalizados (Ferguson; Lavalette, 2013, tradução nossa).

Em termos teórico-metodológicos, a produção teórica amplia-se e ganha maior visibilidade, a exemplo da revista *Case Con*, que surge com uma perspectiva revolucionária com críticas à abordagem focada no indivíduo frente à questão social. Com um histórico de 25 edições, publicadas no período de 1970 a 1977, a revista trouxe diferentes artigos de assistentes sociais, professores de serviço social e outras áreas das ciências sociais, tematizando questões intrinsecamente vinculadas às lutas da classe trabalhadora e recusa do serviço social tradicional como formação e prática profissional (Feldon; Chenu; Weinstein, 2018).

Mesmo sem a difusão desejada, a *Case Con* teve papel importante no Serviço Social Radical britânico dos anos 1970, na medida que assumia uma direção social explícita nas primeiras aproximações teóricas de inspiração marxista e para a organização política dos profissionais na época, a partir de um projeto de sociedade socialista, com reflexões primordiais para um direcionamento crítico para a profissão (Bigogno, 2020).

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social radical apresentou uma grande retração, sobretudo pelas condições sociais, econômicas e políticas marcadas pelo governo de Margaret Thatcher e suas diretrizes neoliberais, com fortes ataques ao estado de bem-estar social e pela ampliação do gerencialismo de estado que representou uma grande diminuição da autonomia profissional; somado à implantação de medidas que cerceiam produções intelectuais críticas por parte de diretores de universidades (Iaokimidis, 2019).

Segundo Ferguson e Lavalette (2013), os impactos da produção flexível imputam aos trabalhadores as regras do gerencialismo, do que tem resultado, na profissão, o cha-

mado Serviço Social Neoliberal que reduz, sobremaneira, a possibilidade do envolvimento com uma prática progressista ou criativa. Desta forma, para enfrentar estas ameaças existentes são necessárias forças sociais muito mais poderosas do que somente assistentes sociais - forças à altura dos grandes movimentos sociais e movimentos de classe dos anos 1960 ou da Primavera Árabe, de 2011.

Como busca pelo reavivamento do *Radical Social Work* no Reino Unido e pela internacionalização do debate crítico e radical na categoria mundo afora, ilustra-se que os autores Iain Ferguson e Michael Lavalette, têm criado diferentes frentes de debates, reflexões, estudos e organização política, como, com publicações na revista *Critical and Radical Social Work*, e o desenvolvimento da *Social Work Action Network* (SWAN), uma rede de ação de articulação em pautas importantes para categoria na construção de uma agenda política.

A Social Work Action Network - SWAN (Rede Internacional de Ação em Serviço Social) surgiu em 2006 e, desde aquele momento, vem se capilarizando e promovendo conferências anuais com aproximadamente 300 delegados regulares que fomentam o debate sobre o serviço social e Estado de bem-estar social. Atualmente, além de organizar conferências anuais, a SWAN tem organizado ações fundamentalmente políticas e atividades formativas, tendo por objetivo contribuir com o fortalecimento da articulação do Serviço Social Crítico e Radical frente às ofensivas do neoliberalismo, como campanhas contra fascistas das agências locais de serviços sociais no Reino Unido; atividades em apoio a assistentes sociais em greve; e reuniões pró-palestina diante dos ataques de Israel.

Assim, a SWAN vem desempenhando um papel importante de organização político-formativa para contrapor o serviço social tradicional e conservador, identificado na vertente do serviço social neoliberal, por exemplo, e frente aos impactos resultantes do capitalismo e dos drásticos cortes de recursos dos serviços sociais (Lavalette, 2011).

## Considerações Finais

Com base no exposto, é inegável a importância de uma interlocução entre o Serviço Social Brasileiro e outras experiências do Serviço Social mundial que ousaram contestar o serviço social tradicional e conservadorismo, e se situar no campo das lutas progressistas, como é o caso do Serviço Social Radical do Reino Unido. Apesar de inseridos em realidades sócio-históricas distintas e articulados em formas de organizações diversas, é possível identificar elementos de *aproximações* e *dissonâncias* entre eles com vistas a fortalecer, coletivamente e em nível mundial, a resistência ético-política do Serviço Social numa perspectiva crítica e radical frente à ofensiva neoliberal e reavivamento do conservadorismo.

É notável que as duas vertentes contestatórias emergiram em um mesmo contexto histórico e foram inspiradas pelas lutas sociais e emersão de novas expressões da questão

social no contexto de crise do modo de produção capitalista pós década de 1960, além de terem suas bases teóricas assentadas na tradição marxista, resguardando os processos iniciais de aproximação e amadurecimento. Mesmo o Brasil sendo um país de capitalismo dependente e o Reino Unido imperialista, ambas vertentes emergiram enquanto contestatórias ao serviço social tradicional e à sociedade capitalista, assim como foram impactadas pelo neoliberalismo e as novas relações de produção e reavivamento do conservadorismo.

O elemento do conservadorismo na sociedade capitalista é importante porque, embora seja possível considerar que o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão, ressalta-se que ele se alimenta, no tempo presente, de determinações sócio históricas particulares que fortalecem seu avanço e impactam, sobremaneira, a direção social adotada para o trabalho e a formação profissional, quais sejam: no *campo econômico*, reavivadas pela crise do capital por meio de valores, políticas e medidas conservadoras; no *campo social* com a dissolução do “Estado Social” nos países capitalistas europeus, provocando precarização do trabalho, alargamento das desigualdades sociais e perda de conquistas históricas no âmbito das políticas públicas; no *campo ideocultural* com revigoramento da intolerância, discriminação e variadas formas de opressão (Boschetti, 2015).

Ademais, no Brasil, a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo se fortaleceu em consonância com as lutas da classe trabalhadora frente à ditadura militar e busca pela redemocratização e amalgamou um projeto profissional que expressa notável hegemonia através das entidades da categoria - CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO - e seus instrumentos jurídico-políticos que asseguram formalmente a defesa de uma direção social crítica e progressista.

Inobstante, no Reino Unido - vanguarda do neoliberalismo, a perspectiva radical surgida nos anos 1970 e fragilizada nas décadas seguintes, não alçou hegemonia mas tem sido retomada na atualidade -, o que significa que o arcabouço teórico-metodológico de inspiração marxista ainda tem buscado situar seu espaço, articulando-se à amplos movimentos da sociedade civil e a organizações da categoria, como é o caso da SWAN.

Observa-se a dominância do chamado *Serviço Social Neoliberal* (Ferguson; Lavalette, 2013), e, diante dos fortes ataques ao estado de bem-estar social britânico, está havendo expressiva diminuição da autonomia profissional e cerceamento das produções intelectuais críticas no âmbito acadêmico. Esta tendência, hegemônica naquela realidade, tem sinalizado o predomínio de concepções conservadoras e reducionistas da profissão, materializando intervenções burocráticas, limitadas e de manejo de riscos, com a apreensão das demandas sociais descoladas do contexto sociopolítico das transformações societárias, e centradas no indivíduo (Herrero, 2017).

A atualidade brasileira também é marcada pela ofensiva antidemocrática do Capital, fruto dos ditames neoliberais, que são reproduzidos por setores político-partidários

social democratas, liberais, conservadores e de extrema direita e, representam ameaça à manutenção da hegemonia de nosso projeto ético-político (Netto, 2009). Este projeto societário neoliberal tem se concretizado a partir da privatização do “Estado, com desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc.” (Netto, p.19).

Salienta-se que a preservação do projeto profissional do Serviço Social brasileiro e a possível construção e fortalecimento de uma proposta crítica e radical britânica na tessitura das relações sociais em um cenário tão adverso, exige vontade e esforço de uma maioria de profissionais, somado à importância do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão criticado e reprimido nas últimas décadas (Netto, 2009.). Esse movimento remete ao que Boschetti (2015) observa ao analisar os processos que culminaram no fortalecimento do conservadorismo e a necessária busca por resistência: que, embora o Capital crie condições propícias ao seu avanço e reatualização, também revela “suas contradições internas e nos chamam a compreendê-las como requisito para construir nossa intervenção no campo da formação, do trabalho e da política” (Boschetti, 2015, p. 640).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade da defesa constante de valores que rompam com a perspectiva conservadora, que confrontam a banalização da vida social, as opressões e as desigualdades sociais, portanto, numa reafirmação das perspectivas crítica e radical do Serviço Social, haja visto que este posicionamento não deve se resumir ao fazer profissional, mas a uma “contribuição em face da possibilidade de construção de uma nova ordem social” (Forti; Coelho, 2015, p.28).

É possível concluir que a repercussão neoliberal não é exclusiva da realidade brasileira ou britânica, assim como o fortalecimento de ideias repressivas, regressivas, conservadoras e neofascistas também não são. O neoliberalismo tem se espalhado globalmente, demonstrando um fortalecimento de projetos societários alinhados aos interesses do grande capital. Nesse contexto, o compromisso ético-político na defesa de um projeto societário emancipatório se mostra cada vez mais necessário e, para além dos embates no *front* das lutas sociais, faz-se necessária uma interlocução em nível internacional da categoria, numa aproximação importante entre projetos profissionais que se apresentam numa mesma direção social.

**Contribuições:** todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

**Agradecimentos:** não se aplica.

**Agência financiadora:** não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** não se aplica.

**Conflito de interesses:** não se aplica.

## Referências

- ABRAMIDES, M. B. *O Projeto Ético-Político Brasileiro: Ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAILEY, R.; BRAKE, M. Social Work in the Welfare State. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work*, 1st ed., pp. 1–12. Random House, 1975.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- BARROCO, M. L. *Código de ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BIGOGNO, D. D. A. O projeto ético-político profissional brasileiro e as possibilidades de interlocução internacional: aproximações ao Serviço Social Radical do Reino Unido. Tese de Doutorado. UFRJ, 2020.
- BIGOGNO, D. D. A. Serviço Social Radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. In: IAMAMOTO, M.V; DOS SANTOS, C.M. (orgs.) *A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1 Ed. São Paulo: Cortez: CNPQ, 2021.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: 30 dez. 2024.
- COHEN, S. It's All Right for You to Talk: Political and Sociological Manifestos for Social Work Action. In: R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work*, 1st ed., pp. 76–95. Random House, 1975.
- CORRIGAN, P.; LEONARD, P. *Social Work Practice Under Capitalism - A Marxist Approach*. MacMillan, 1978.
- EIRAS, A. *et al.* Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32744>.
- EIRAS, A. L. T. S.; SANTOS, C. M. e YAZBEK, M. C. Serviço Social radical nos EUA (1960- 1980): fundamentos históricos e teórico-políticos IN: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- FELDON, P., CHENU, L., & WEINSTEIN, J. The Case Con generation 1970-1975. *Critical and Radical Social Work*, 6(1), 107–114, 2018.



FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. Critical and Radical Social Work: An Introduction. *Critical and Radical Social Work*, 1(1), 3-14, 2013. Disponível em: [doi.org/10.1332/204986013X665938](https://doi.org/10.1332/204986013X665938). Acesso em: 31 ago. 2024.

FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. “Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: Crises globais, Serviço Social e resistência. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 367 - 386, jan./ jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44930/27603>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuições à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HERRERO, M. I. M. El trabajo social en Inglaterra: el principio y fin de una profesión para la justicia social? In: *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, v. 30, n. 2, p. 343-355, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/CUTS.54606>. Acesso em: 29 ago. 2024.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (19ª edição). São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma Interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2013.

IOAKIMIDIS, V. Reflexões sobre a história: desenvolvimento e evolução do Serviço Social radical na Europa. *Libertas*, v. 19, n. 2, p. 270-285, 2019. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/28978/19930>. Acesso em: 31 ago. 2024.

JOYCE, P.; CORRIGAN, P.; HAYES, M. *Striking Out-Trade Unionism in Social Work*. MacMillan Education, 1988.

LANGAN, M.; LEE, P. Whatever happened to radical social work?. In: LANGAN, M.; LEE, P. (Eds.), *Radical Social Work Today*, pp. 1–18. Unwin Hyman, 1989.

LAVALETTE, M. *Radical Social Work Today. Social work at the crossroads*. The Policy Press. 2011.

MANDEL, E. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MULLALY, B. *Structural social work: Ideology, theory and practice*. 2nd ed.. Oxford University Press Canada, 1997.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Netto\\_A%20construcao%20do%20projeto%20etico%20politico%20SS-2.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Netto_A%20construcao%20do%20projeto%20etico%20politico%20SS-2.pdf). Acesso em: 11 set. 2024.

NETTO, J. P. As perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no Serviço Social. In: *O trabalho social França e Brasil*. São Paulo: SÊSC, 2011.

REISCH, M.; ANDREWS, J. *The Road Not Taken - A History of Radical Social Work in the United States*. Routledge, 2002.

SIMPKIN, M. *Trapped Within Welfare: Surviving Social Work*. MacMillan Press, 1979.

WOOD, E. M. O que é agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (eds.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

# Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social

*Historical considerations on the Portuguese social formation and Social Work*

Carlos Hortmann\* 

Fabília Maciel\*\* 

## RESUMO

Este artigo enquanto ensaio crítico tem por objetivo apresentar algumas particularidades que constituem a formação económico-social de Portugal, no sentido de colaborar para um entendimento mais alargado de como o Serviço Social emergiu e se institucionalizou. Destacamos o facto deste país ter sido um Império Colonial por mais de quatro séculos; a entrada no capitalismo industrial forjando uma condição semiperiférica e dependente; o republicanismo anticlerical que conformou a Primeira República; o Estado Novo de cariz fascista que procurou responder ao somatório das crises capitalistas; bem como o papel estruturante da instituição Igreja Católica na longa duração histórica e sua singular função dentro das organizações do corporativismo salazarista. Nesse sentido, procuramos sinalizar como o Serviço Social foi hegemonicamente tutelado pelos interesses da Igreja e do salazarismo, a desenvolver um papel específico dentro da “ação social” em Portugal, bem como nas “políticas sociais” nas colónias, assinalando a importância da mulher na construção ideológica do regime.

**Palavras-chave:** Império Colonial; Estado Novo Salazarista; Igreja Católica; Serviço Social.

## ABSTRACT

This article as a critical essay aims to present some particularities that constitute the economic and social formation of Portugal, in order to contribute to a broader understanding of how Social Work emerged and became institutionalized. We highlight the fact that it was a Colonial Empire for more than four centuries; the entry into industrial capitalism forging a semi-peripheral and dependent condition; the anticlerical republicanism that shaped the First Republic; the fascist Estado Novo that sought to respond to the sum of capitalist crises; as well as the structuring role of the institution Catholic Church in the long historical duration and its unique function within the organizations of Salazarist corporatism. In this sense, we seek to signal how Social Work was hegemonically protected by the interests of the Church and Salazarism, developing a specific role within “social action” in Portugal, as well as in “social policies” in the colonies, highlighting the importance of women in the ideological construction of the regime.

**Keywords:** Colonial Empire; Salazarist New State; Social Work; Catholic Church.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89042>

\*Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

E-mail: [cafso1@iscte-iul.pt](mailto:cafso1@iscte-iul.pt).

\*\*Universidade mm/Universidades Lusíada - CLISSIS, Lisboa, Portugal.

E-mail: [fabricia.maciell@uab.pt](mailto:fabricia.maciell@uab.pt).

Como citar: HORTMANN, C.; MACIEL, F. Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 84-99, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89042>.

Recebido em 28 de agosto de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

Este artigo, enquanto um ensaio teórico-crítico, visa sinalizar alguns elementos históricos, que no nosso entender, se apresentam como decisivos na compreensão do processo de gênese e institucionalização do Serviço Social em Portugal, a partir de uma revisão bibliográfica, que procura evidenciar os debates historiográficos deste período, considerando determinadas particularidades de longa e média duração histórica que constituem a *formação social* (ou económico-social) lusitana.

Nossa concepção, em termos de teoria da história, ancora-se nas ideias fundamentais de que: os sujeitos coletivos fazem a sua “própria história”, contudo, estes não “escolhem” as condições materiais “sob as quais” a história é feita (Marx, 2011, p. 25); é necessário analisar os fenómenos históricos a partir de uma perspectiva de “longa duração” (BRAUDEL, 2014), a fim de captarmos os pontos de rutura e continuidade que vão propiciar as condições concretas em que o processo histórico *acontece*; a partir da expansão comercial da burguesia no final do século XIV e o processo de colonização das américas, sustenta-se a transição do capitalismo mercantil ao *modo de produção* e relação social capitalista e o mercado mundial, conformando-se enquanto uma *totalidade*, o que Wallerstein (2011) categorizou como “sistema mundo”, a partir das relações entre o centro e a periferia do capitalismo (Wallerstein, 2011). Ainda, em relação à reflexão posicional dos pesquisadores, aporta-se no pressuposto historiográfico benjaminiano, da necessidade de escovar a “história a contrapelo” (Benjamin, 2017, p. 13), a fim de evidenciar as contradições e estruturas sociais (de continuidade e descontinuidade) da ordem vigente.

O conteúdo do presente artigo está estruturado em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro aborda a formação económico-social de Portugal a partir de uma perspectiva de longa duração; num segundo momento procuramos assinalar aspetos e acontecimentos quanto a História Contemporânea portuguesa; e por fim, analisamos as particularidades do Serviço Social neste país, tendo em vista a questão colonial e religiosa.

## Longa duração histórica e a formação económico-social portuguesa

Quais são particularidades da *formação social* ou *económico-social*<sup>1</sup> lusitana desde o século XII? A primeira delas é o facto de manter estável as fronteiras territoriais desde 1297 até o tempo presente, mesmo no período da “União Ibérica” (1580-1640), visto

---

1 A formação social é uma categoria que “serve para ‘explicar [...] porque e como as sociedades mudam e se transformam’, reunindo a ‘existência da estrutura social e a sua historicidade, ou [...], a sua dinâmica interna de mudanças. [...] Este ponto de partida refere-se tanto ao processo ativo de formação da sociedade pelos humanos, como às formas sociais pré-existentes que constituíram as suas pré-condições” (Küttler, 2011, p. 229–230).

que se estruturou toda uma lógica de autonomia relativa para Portugal (Oliveira Marques, 1983, p. 157–158). Um pequeno território de “frente” para o oceano Atlântico, que no século XV esteve na vanguarda da expansão e circunavegação do capitalismo mercantil europeu, um império com aspirações “globais” (Boxer, 2011). A partir do século XVI torna-se precursor no processo de colonização das Américas, na criação do mercado de pessoas escravizadas, retiradas a força do continente africano (desde 1443), portanto, são os pioneiros na construção do que se denominou de *Antigo Sistema colonial* (Novais, 2018). Em síntese, Portugal no século XVI se estabelece como um império global/colonial, visto ter papel central nas rotas comerciais-marítimas, mas fundamentalmente no sistema escravista (tendo o monopólio da “escravidão moderna”) e colonial – só no século XVII os ingleses vão emergir como nova potência colonial.

Evidenciamos particularidades que entendemos serem fundantes do processo de formação social, entretanto, parece-nos necessário assinalar outros elementos: i) a aliança entre a coroa portuguesa e a classe burguesa mercantil, em ascensão, no financiamento das expedições, do conhecimento técnico-científico e toda a dinâmica da circunavegação e subsequente colonização da América (Pedreira, 2010; Schwartz, 2010, p. 25); ii) a Igreja Católica como *instituição* que está desde a formação do que hoje chamamos de Portugal continental e da coroa lusitana, com a dita “reconquista cristã”, ou seja, a expulsão dos muçulmanos do sul do território; a igreja enquanto legitimadora do projeto político e económico da expansão marítima (ex. decretos de Nicola V em 1456); o papel ativo que teve no processo de colonização e aculturação dos povos originários; a *inquisição* e a perseguição cristã aos judeus, chamados de “cristãos-novos” em território europeu; e, enunciadora da justificação ideológica da “escravidão moderna” de pessoas negras, mas também uma instituição escravista (Boxer, 2007, p. 45–53); etc.

Em sentido mais geral, na essência desses supracitados acontecimentos históricos, está a “dialética da modernidade”, como categorizou Enrique Dussel (1993), na célebre obra, *1492 O encobrimento do Outro*: “A Modernidade aparece quando a Europa se afirma como ‘centro’ de uma *História Mundial* que inaugura, e por isso, a ‘periferia’ é parte de sua própria definição” (Dussel, 1993, p. 7). Por outras palavras, o *colonialismo/colonização* (enquanto desdobramento do capitalismo mercantil e das “conquistas”) emerge como uma face da *modernidade* e também uma mudança de paradigma na história da humanidade, porque pela primeira vez “quase todas as civilizações” estão em contatos, substancialmente pela via da violência dominadora e colonial. A outra face desse movimento contraditório está no fator determinante que teve a comercialização dentro do “sistema colonial”, na transferência de riqueza da periferia (América e África) para o centro (Europa), pois, esse processo de acumulação por expropriação susteve as bases do capitalismo europeu, que pós-Revolução Industrial, consolidou-se enquanto *modo de produção e relação social* dominante.

No caso português, o seu pioneirismo e poder dos séculos XV e XVI entrou em declínio, vindo a ser substituído pelo grande e poderoso Império Colonial Inglês/Britânico (“onde sol nunca se põe”). Isto é, a forte decadência lusitana no século XVIII tem como consequência: passar a condição de “semicolónia”, um Estado-moderno “soberano” dentro da “monarquia constitucional”, mas economicamente e militarmente dependente (“*Tratado de Methuen*”) e “protegido” pela Inglaterra a partir do século XVIII/XIX. Tal condição se evidencia diante do “bloqueio continental” e no decurso da transferência/fuga da Corte Portuguesa para o Brasil, em finais de 1807, sendo escoltados pela marinha inglesa e com abertura dos portos às “nações amigas” (Inglaterra); bem como, pós-invasões napoleónicas, a reorganização do Exército português para lutar contra as forças ocupantes, esteve sob a tutela e administração dos britânicos – o *exército* se tornando uma *força institucional e política-armada* incontornável na formação social portuguesa desde então, até o 25 de Abril de 1974 (Bebiano, 1993; Norton, 1938, p. 15–39; Oliveira Marques, 1983, p. 408–409). O aumentar do grau de subordinação aos interesses do Império Colonial Inglês também repercutiu na política interna, dentro do contexto “neocolonização”, também denominado de “terceiro império colonial”, e no famoso *Ultimatum* britânico de 1890, com a consolidação da força política, especialmente nas zonas urbanas, do movimento republicano, que procurava direcionar suas críticas aos interesses da monarquia e oligarquia, como uma das causas do “subdesenvolvimento” e de um suposto “atraso” do Império português (Alexandre, 1979; Catroga, 2010; Lênin, 2021; Teixeira, 1990). Rosas sintetiza:

[...] sua particular situação semiperiférica de [um] país simultaneamente dependente e gerador de dependência, senhor de um império colonial arcaico, escassamente ocupado pelo colonizador e, por isso mesmo, alvo da cobiça por parte de grandes potências coloniais [e imperialistas] (Rosas, 2020, p. 21).

O que pretendemos salientar, enquanto ponto central e decisivo para contemporaneidade é que o lento e baixo “desenvolvimento” industrial metropolitano, nas dinâmicas do modo de produção capitalista que se consolidava como hegemónico, conduz a formação socioeconómica de Portugal para a supracitada condição de *semiperiferia*, dentro do sistema mundo e do comércio mundial em constituição. Inserindo-se na divisão internacional do trabalho com uma força laboral de baixíssima complexidade produtiva (pouco valor agregado). Portanto, a morosa transição do *antigo regime*, ainda hegemónizada pela “classe senhorial” (Pereira, 1978, 1979b), para o modo de produção e relação social capitalista assentou-se numa economia agrícola (rural) e exportadora, sobretudo nas relações comerciais, subordinada e dependente a Grã-Bretanha, que, por exemplo, chegou a concentrar 60% do mercado externo lusitano (Pereira, 1979a, p. 20). Como império colonial português se inseriu no capitalismo?



A estrutura do Antigo Regime, onde o capitalismo comercial já existia, sucedeu-se uma estrutura socioeconómica capitalista, em que o sector motor não era a indústria, mas sim o comércio externo e a agricultura. Surgiu, pois, uma sociedade capitalista, que, por não se industrializar, vem a ficar num estágio de subdesenvolvimento em relação às potencialidades da época, ou seja em relação aos países onde ao desaparecimento do Antigo Regime sucedeu um capitalismo industrial. (Pereira, 1979a, p. 26)

Nesse esteio, é preciso sinalizar para três instituições de longa duração histórica, com força social, política, ideológica e armada, que tiveram um papel determinante na formação social de Portugal enquanto poder político, mas também como legitimadoras da ordem, tanto no *antigo regime* quanto no capitalismo (sob o comando da classe dominante: a burguesia e todas as suas frações de classe). Ressaltamos que essa não é nenhuma particularidade portuguesa, mas é uma floresta comum à *modernidade*, que apresentou diversas “árvores e frutos”. A *Monarquia* que durou quase oito séculos; a *Igreja Católica* que caminha para completar nove séculos a exercer uma força em Portugal; e o *Exército Moderno Português* com pouco mais de dois séculos (Bebiano, 1993, p. 253–257) – sendo este um poder, por vezes, rebelde (ex. “revolta republicana” de 1891), mas sobretudo como força moderadora e tuteladora dos regimes políticos até a *Revolução dos Cravos*.

## Considerações sobre a História Contemporânea Portuguesa

Da Revolução Liberal de 1820, ocorrida no Porto, até a derrubada da realza lusitana, temos o que Rosas (2020) classificou como “a longa agonia” do regime político “da monarquia constitucional”. Isto é, nesse ciclo da formação social e a referida condição em que Portugal marcha ao capitalismo (agrícola, dependente e hegemonizado pela classe senhorial), “duas crises” de dimensão sociopolítica se atravessaram: a do “liberalismo oligárquico” e a da própria Monarquia. O cerne do problema é que “eles” acabaram por arcar o ónus do lento processo de industrialização e subdesenvolvimento, visto que a “incipiente burguesia industrial” só alcançou uma força relevante, *enquanto classe*, pós-crise de 1889-1890, quando conseguiu exercer uma pressão “de cima” para a mudança de regime político (Mendes, 1993; Rosas, 2020, p. 19–22; 2021, p. 20–21). Concomitante, a classe operária (industrial) e o proletariado urbano emergiram com força social substantiva. Com estes, as ideias e os movimentos anarquistas, sindicalistas, socialistas e comunistas alargaram a sua influência, com a “[...] massificação [urbana] da política despertava a consciência de classe [...]” e a *questão social* obtinha novos contornos (ROSAS, 2020, p. 23).

A simultaneidade entre a industrialização e urbanização possibilitou o aparecimento de outras franjas de classes, não pertencentes à burguesia mercantil ou industrial e à nobreza bragantina, como a pequena-burguesia, a dita “aristocracia operária” e os setores intermédios assalariados (ou ‘classe média’), ligadas essencialmente ao emergente “setor

dos serviços”: administração pública (operacionais e altos escalões), lojistas/comerciantes; advogados, médicos, engenheiros, professores e afins. Nesse contexto que o bloco social e político do *republicanismo* adquire forma e robustez, dirigido pelo Partido Republicano Português (PRP), que procurava responder e defender uma gama de interesses de diferentes classes, por vezes difusos e antagônicos, mas que viam no projeto político da república uma “esperança”, especialmente dos setores urbanos não-burgueses de melhorarem de vida e acederem socialmente. Do ponto de vista sociopolítico, o republicanismo se unificava a partir do antimonarquismo, anticlericalismo e anti-imperialismo britânico (Catroga, 2010).

No esteio das convergências e conflitos de interesses é que a Primeira (I) República Portuguesa nasceu, em 05 de outubro de 1910, derrubando “[...] a Monarquia pelas armas em Lisboa e nos seus arredores das margens norte e sul do Tejo” (Rosas, 2021, p. 15), salientando que a Igreja Católica “também caiu abraçada” a coroa portuguesa. Porém, o projeto republicano duraria apenas 16 anos, com 45 governos e com uma constante “instabilidade” política e governativa, tendo como reflexo a intensificação do conflito social. A perpetuação das crises económicas (orçamentária e inflacionária) e a subindustrialização (e dependência), foram sendo frustrados os paradigmas do “progresso” e modernização do projeto republicano (Rollo, 2021). Soma-se a entrada de Portugal, em 1917, na Primeira Guerra Mundial, e, em dezembro do mesmo ano sucede-se um golpe, seguido de uma ditadura militar liderada pelo major Sidónio Pais (com a “mística do líder forte”) – apoiado por alas republicanas, monárquicas e setores da burguesia lusitana.

A Revolução (política) Republicana trazia no seu núcleo uma disputa interna precedente. Sinteticamente, existia uma ala radical ou jacobina, que buscava levar o ideário positivista até ao seu limite, e, outro setor, categorizado de “moderado” ou conservador, com forte presença maçónica e de militares do Exército, mas que confluíam na sua política antioperária e vigorosamente repressiva com os movimentos operários organizados. Por outro lado, as intensas lutas da classe trabalhadora, possibilitaram conquistas mínimas como: o descanso semanal obrigatório; uma legislação que a “protegia” nos casos de acidentes de trabalho; moradias populares e “cozinhas económicas”; o Instituto de Seguros Sociais obrigatórios e de Previdência Geral etc. Em síntese, realizou-se uma “reforma administrativa” no Estado (Martins, 2010, P. 100–104; Samara, 2021).

À vista disso, no processo de “laicização do Estado”, a frente mais jacobina do republicanismo, teve forte impacto social e política com uma série de medidas retiraram poder clerical principalmente como: separar o Estado da Igreja Católica, com a extinção de ordens religiosas (ex. os jesuítas) e a desapropriação das mesmas; a criação de um Código Civil, legalizando o casamento civil e a possibilidade do divórcio; a proibição do ensino religioso nas escolas. Essa radicalidade foi explorada pelos antirrepublicanos transformando a “laicização do Estado” e da sociedade, de uma questão política numa “questão

religiosa”. Esta tática evidenciou uma divisão socioespacial em Portugal, pois, essas forças políticas buscaram mobilizar o “mundo rural” com a bandeira da “*defesa da religião*”, visto serem mais conservadores, religiosos e monárquicos. Em oposição ao “mundo urbano” e republicano, especialmente Lisboa, onde supostamente “reinavam” o ateísmo, os grevistas, anarquistas e comunistas. Entretanto, a “Nova República (pós-1919)”, procurando sobreviver, opta pela linha da conciliação e estabelece novas relações entre o Estado e a Igreja, especialmente no que tange às “missões coloniais” – o pensamento republicano era colonialista e assente no “nacionalismo imperial” (Castelo, 2010) – mas, a “questão religiosa” permanecerá latente na sociedade, mesmo após o golpe militar de 26 de maio de 1926, que derrotou a I República, vindo a ser um dos pilares do salazarismo (Neto, 2021; Rosas, 2020, p. 33–34).

Sobre os 48 anos de ditadura em Portugal (a mais longa da Europa), mais especialmente no período de 1933 até 1974, quando o Estado Novo se consolida enquanto “*forma estatal*”, há um largo debate sobre a natureza do regime político ser ou não *fascista*. Os autores charneiras dessa “polêmica” defendem, sinteticamente, de um lado, que se deve categorizar o *salazarismo* como “regime conservador e monopartidário” (Cruz, 1988). No caso de António Costa Pinto, admite que o regime autoritário tinha “inspiração [nos] fascismos”, contudo, afirma que o *corporativismo* do Estado Novo se fundamentaria nas “ideologias de terceira via” (Pinto, 1992, p. 123, 2016, p. 363). Por outro lado, Fernando Rosas trabalha com a tese de que o salazarismo deve ser categorizado como uma “[...] modalidade portuguesa do fascismo [...] um fascismo conservador” (Rosas, 2019, p. 253), como uma consequência de uma crise sistêmica de alta intensidade do capitalismo. Numa matriz “mais” lukacsiana, Manuel Loff compreende o fenómeno do fascismo como a internalização das “formas ideológicas do irracionalismo” numa escala alargada, resultado do que classifica como “*eurofascismo*” (Loff, 2008).

Os supracitados autores procuraram fazer uma caracterização dos elementos mais gerais e constitutivo do Estado Novo salazarista: o *corporativismo*, o *nacionalismo*, a *violência política*, a *censura*, o *líder forte*, o *partido único*. Mesmo que os qualifiquem e deem sentidos políticos distintos, ou, percebam-os como secundários, seletivos ou de menor intensidade, apontam genericamente tais particularidades. Nesse sentido, há um ponto consensual, que o salazarismo se sustentou em dois poderes fundamentais: nas *Forças Armadas* (Exército) e na *Igreja Católica*. No que tange a esta última instituição, de fulcral importância para o Serviço Social, outra controvérsia essencial surge acerca do tipo de relação que se estabeleceu entre a Igreja Católica e o Estado Novo (Rezola, 2021). Para Braga da Cruz (1999), a instituição eclesiástica teria uma relação de autonomia, mas de cooperação com o salazarismo, legalizado na Concordata de 1940. No entendimento de Costa Pinto (1992, 2016): “A estreita associação Igreja-Estado no Salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político

comum Igreja-Regime [...]” (Pinto, 2016, p. 365), portanto, divergindo de Braga da Cruz (1999) no que concerne ao papel da Igreja Católica, apesar de defenderem uma categorização do salazarismo como um regime não-fascista. Nesse ponto, Costa Pinto (1992, 2016) se aproxima ligeiramente de Rosas (2019) e Loff (2008), mas por razões divergentes, porque para Costa Pinto a Igreja seria um dos “instrumentos de limitação à fascistização do regime” (Pinto, 2016, p. 361), para os outros autores, é um elemento constitutivo do “fascismo lusitano”.

É decisivo analisar tal relação numa perspectiva de longa duração e de *totalidade*, porque não é possível entender o projeto do Império Colonial lusitano (nas diferentes fases) e a pretensa “missão ‘civilizadora’ do colonialismo português” sem a função estruturante e singular da Igreja Católica nesse processo histórico (Jerónimo, 2010). Para Salazar, “civilizar” era sinónimo de *cristianizar*, visto que aparentava compreender, dentro da “mística imperial”, o papel determinante que a clerezia tinha na colonização e dominação, tanto que as “missões católicas portuguesas do ultramar” vão receber “verbas especiais” (Ministério das Colónias, 1933, p. 1915). À vista disso, a alta hierarquia católica procurou responder e se adaptar ao máximo aos interesses e às “novas” necessidades do Estado Novo, por vezes, agindo no sentido contrário às grandes teses do *Concílio Vaticano II*.

Conforme avança as lutas e guerras de libertação colonial em África, no pós-Segunda Guerra, o ditador fascista emprega um esforço em “acomodar” ideologicamente e legalmente o império decadente perante a conjuntura anticolonial, com o objetivo de “salvá-lo”, recorrendo mais especialmente ao “*lusotropicalismo*”, que teve a sua formulação mais “acabada” por Gilberto Freyre (Castelo, 2011). Essa “reinvenção” colonialista tinha uma dimensão económica, com a proposta de um “desenvolvimentismo tardo-colonial” tendo na prática poucas concretizações. Uma vez que a *guerra de libertação* (ou colonial) despoletava em 1961 e o *regime fascista* procurava responder com tropas no terreno, mas também uma política social de “bem-estar” tardo-colonial, com impacto significativo para o Serviço Social (Jerónimo, 2023). Portanto, nos parece incontornável pensar o Serviço Social na história portuguesa a partir da imbricação da *questão colonial e religiosa*.

## Particularidades do Serviço Social Português: entre a Questão Colonial e a Religiosa

As referidas *grandes questões* possibilitam alargar as análises no que diz respeito ao significado social (ou à função social), institucionalização e legitimação desta profissão ao longo da história de Portugal e das contradições que lhes entrelaçam. Portanto, a “maneira e as condições como os países se posicionam na ordem global, suas dinâmicas internas de estruturação do Estado e das classes sociais são determinantes para a compreensão de institucionalização da profissão de Serviço Social nos diversos países” (Maciel, 2022, p. 3).

O processo de mundialização do modo de produção e relação social capitalista requer, por um lado, uma estrutura de formação qualificada para as exigências da mecanização e tecnologização da indústria; e, por outro, impõe a composição de profissões orientadas para o controle social e o disciplinamento da classe trabalhadora.

Os contornos e as especificidades da estruturação e da natureza histórica do Serviço Social em Portugal, sedimenta-se nos meandros da sua formação económico-social. De acordo com Martins (1995) é no contexto da I República (1910-1926), que a ala mais “jacobina” do republicanismo, comprometida com o anticlericalismo e com uma estratégia política definida de “laicização da sociedade portuguesa”, como sinalizamos anteriormente, procurou uma efetiva separação entre o Estado e a Igreja Católica. A exemplo, estabeleceu em 1911 uma lei que retirou a autoridade jurídica, expropriou bens móveis e imóveis da igreja e atacou ofensivamente a sua autonomia eclesial. Tal investida não aconteceu sem resistência do Patriarcado, que a partir de 1917 concebeu uma “organização político-religiosa”, resultando no partido Centro Católico Português (CCP), que interviria política e eleitoralmente em defesa das suas reivindicações católicas. Cabe destacar que, com a consolidação do Estado Novo fascista, o CCP foi reorganizado, para intervir de forma focalizado como braço assistencial e ideológico da Igreja, transformando-o em “Acção Católica Portuguesa” (Martins, 2010).

O republicanismo lusitano inspirou-se nos lemas da Revolução Francesa, agregou o *solidarismo* como uma direção política na organização do enfrentamento à pobreza, em contraponto à caridade e benevolência católica, sob grande influência da maçonaria. Neste sentido, destaca-se que:

[...] os republicanos tomam várias medidas sociais, que refletem uma certa sensibilidade perante a Questão Social, como seja a criação dos seguros sociais obrigatórios, as leis sobre arrendamento urbano, acidentes de trabalho e regulamentação dos horários de trabalho e o reconhecimento de alguns direitos, como o de associação, a greve, do ensino obrigatório, gratuito e neutro e o direito a assistência (Martins, 1995, p. 25).

Sumariamente, na I República a Assistência Pública foi influenciada pelo sistema Alemão “*Elberfeld*”, o “*Charity Organization Society*” (COS) e os “*settlements*”, em que se procurou reorganizar os serviços com ênfase na promoção social; na descentralização, ainda a cargo das Juntas de Paroquia; ainda numa incipiente promoção de formação laica para o trabalho no plano social. Entretanto, conservou-se a estratégia de classificar e distinguir os pobres, desconsiderando a assistência como um direito de todos aqueles que dela necessitava. Por sua vez, foi instituído o Fundo Nacional de Assistência; as Tutorias de Infância; bem como a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, com a criação dos Delegados de Vigilância. É neste contexto que Martins (2010) evidencia

alguns marcadores no que tange à *gênese* do Serviço Social em Portugal, ao distinguir aspectos relevantes que anunciam as *protoformas* desta profissão, para em seguida diferenciar o que denomina de sua *institucionalização*.

Identificamos que o projeto político republicano abriu uma conjuntura propícia para a emergência do Serviço Social português e a sua materialização com algumas práticas assistenciais, contudo, não houve a criação de Escolas de formação profissional na I República. Deste modo, até meados dos anos de 1930, as atividades de ‘ação/assistência social’ em Portugal foram realizadas, substancialmente, por meio da filantropia e da caridade, principalmente vinculadas à igreja católica, não tendo o Serviço Social alcançado o *status* de profissão. Consensualiza-se que a *institucionalização* da profissão se concretiza entre os anos de 1930 a 1950, portanto, dentro do período salazarista. Como procuramos sinalizar, é o momento em que a Igreja e o Estado Novo estão unidos estruturalmente em prol do mesmo projeto político, que circunscreviam os instrumentos de controle social apoiados no *corporativismo* disciplinador do trabalho e, ao mesmo tempo, na *regulação autoritária da economia* (Martins, 2021). Nesse sentido, num recente estudo, Castelo (2024) ressalta que:

O sistema corporativo erigido pelo Estado Novo em Portugal, destinado a neutralizar a tensão laboral e a garantir a paz social, é considerado um dos principais pilares do regime, contribuindo para a sua consolidação e longevidade. Na base da estrutura corporativa, as Casas do Povo (grifo nosso) eram órgãos especiais corporativos congregando trabalhadores agrícolas e proprietários (CASTELO, 2024, p. 16, apud. Freire e Ferreira, 2019, p. 32).

Assim sendo, corroboramos com categorização de Loff (2008) e Rosas (2019) do regime salazarista como “fascista”, pois, no seu cerne estava a repressão violenta aos movimentos operários, sindicais e partidos, que coibiu e prendeu todos/as que colocavam em “risco” a suposta “paz social”. Criou táticas na metrópole e nas colônias com o objetivo de manutenção do poder político e económico, sustentados nos dois pilares referidos; nos princípios conservadores da família enquanto célula-base da sociedade em que a mulher era submetida à rígida hierarquia de poder e autoridade (seja do marido, pais ou irmãos); e, neste sentido, também na divisão social e sexual do trabalho com a definição de funções sociais que se delineavam para a afiançar o regime.

Assinala Castelo (2024) que as *Casas do Povo*<sup>2</sup> edificadas a partir do ano de 1933 se constituíam como “corpos sociais interclassistas e cooperativos com personalidade jurídica

---

2 Cabe aprofundamento da relação entre o Serviço Social e a função social das Casas do Povo, tanto na metrópole quanto nas colônias, com preponderante atuação no “[...] controlo social, o reforço dos papéis de género na tradição católica e patriarcal e a doutrinação da comunidade na defesa do domínio português.” (Castelo, 2024, p. 19).



ca”, delineadas para fazer frente em três significativas valências: i) previdência e assistência; ii) instrução, desporto e lazer; iii) melhoramentos locais. No referido estudo sobre colonialismo tardio, as Casas do Povo e a “promoção social” em Angola, a historiadora afirma que: “O *serviço social* [grifo nosso] era assegurado por uma assistente de família que dava aulas de costura, de educação doméstica, de higiene e de puericultura” (Castelo, 2024, p. 16,18).

Nas palavras de Ferreira (2024) “A família era o símbolo da estabilidade institucional, do vigor moral, o lugar de transmissão de costumes e tradições, com os quais se afirmava a identidade da Nação” (Ferreira, 2024, p. 184). As mulheres deveriam se dedicar ao espaço doméstico, aos cuidados da casa, à educação dos filhos e dos idosos, sendo cerceadas do exercício de algumas profissões, como por exemplo o direito, a diplomacia, a carreira militar, dentre outras, ou sujeitas a aprovação/autorização para exercer profissões como enfermagem, docência e telefonista.

Neste seguimento é relevante ressaltar que a formação em Serviço Social<sup>3</sup>, até os anos de 1960, era obrigatoriamente destinada às mulheres de famílias com rendimentos médios e altos (ou “elites femininas”), em que a profissionalização se assentava em cariz conservador, médico-assistencialista, higienista, moralizante, de vigilância e controle da pobreza e dos pobres. Segundo Casquilho-Martins e Sousa (2024, p.4), as primeiras iniciativas sociais emergiram dos movimentos higienistas, da medicina social e de influências religiosas e morais durante a ditadura, sendo uma profissão feminina e consoante ideologicamente com o modelo político do Estado Novo.

Portanto, um grupo seletivo de mulheres de segmentos médios ocuparam um *papel* fundamental no Regime que, por meio da “ação social”, contribuiu para a reprodução social de uma matriz de sociabilidade patriarcal, tradicionalista e antifeminista no propósito de sedimentar a formação da “consciência nacional”.

O antifeminismo fez parte da ideologia do Estado Novo, pois o feminismo era considerado como um atentado à moral e à família. A emancipação da mulher era vista como um indício de desmoronamento moral e social do país, pelo que as associações feministas que tinham surgido durante a República começaram a ser perseguidas, até a sua completa dissolução (Ferreira, 2024, p. 194).

Os caminhos delineados a partir da década de 1950 com a intenção de intensificar a industrialização e a urbanização passaram a ser projetados, ajustando o campo de atuação

---

3 Em Portugal, a primeira escola de Serviço Social – Instituto de Serviço Social – foi criada em 1935 pelo Patriarcado de Lisboa, cuja doutrina católica e da caridade cristã orientava a formação de mulheres. Em 1937 foi criada a Escola Normal Social em Coimbra, pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria. Ambas as escolas tiveram influência das correntes francófonas do Serviço Social (Casquilho-Martins; Sousa, 2024, p. 5).

das profissionais do Serviço Social. Foram acionadas novas referências teóricas e metodológica para a formação profissional, com relevância para a tendência estadunidense de base positivista de cariz conservador<sup>4</sup>. A obra *Diagnóstico Social*, de Mary Richmond de 1917 (2008), adquire relevância em Portugal, pois vem reforçar os princípios do individualismo, do ajustamento e enquadramento social das pessoas consideradas “desviadas”, “delinquentes” etc. Oferecendo uma gramática de aparente cientificidade para os esforços de “modernização conservadora” que o regime salazarista procurava levar a cabo, em várias dimensões do Império Colonial português, em decadência.

Resumidamente, perpassaram a década de 1960 em Portugal movimentos de elevação da representatividade social, com a intensificação da Guerra Colonial (ou de Libertação), crise económica, emigração massiva, as grandes mobilizações estudantis, a pressão internacional pela independência das colónias; o aumento da participação das mulheres nas lutas antifascista e anticolonial e no mundo laboral. No que tange ao Serviço Social, este foi reconhecido como curso superior, entretanto, ainda não universitário, aos homens foi possibilitado o ingresso nesta formação, dentre outras alterações na história da profissão.

Com enfraquecimento do Estado Novo, uma ligeira tentativa de abertura do regime, a “*primavera marcelista*” entre 1968-1970, contribuiu para que vertentes mais “progressistas” das ciências sociais adentrassem a setores do Serviço Social na metrópole. Todavia, nas colónias, o reacionarismo fascista e corporativista (Casa do Povo), “[...] devia assegurar o controlo social, o reforço dos papéis de género na tradição católica e patriarcal e a doutrinação da comunidade na defesa do domínio português” (Castelo, 2024, p. 19). Salientamos que é importante não perder de vista o modo como a profissão das/dos assistentes sociais insere-se neste processo histórico que buscamos brevemente esboçar.

## Considerações finais

Procuramos circunscrever o que distingue e particulariza a génese e a institucionalização do Serviço Social em Portugal, demarcando os elementos constitutivos da formação socioeconómica que identificamos serem mais relevantes para a profissão. Nesse sentido, cabe entender que o país adentrou às primeiras décadas do século XX na condição de capitalismo semiperiférico e dependente, ao mesmo tempo em que perdurava o decadente Império Colonial, politicamente transitando da “monarquia constitucional” para República, chegando ao regime de cariz fascista. Portanto, as dinâmicas e percursos da parca industrialização - assente numa estrutura económica e social agrícola/rural, aquiescendo uma sociedade de trabalhos precários, baixos salários, escassa escolarização, mínima ou inexistente cobertura de serviços sociais públicos –, das vagas de urbanização e das “mis-

---

4 Caberá noutro ensaio o aprofundamento acerca das matrizes teóricas que fundamentaram e fundamentam o Serviço Social português, tendo em conta suas bases filosóficas, sociológicas e políticas.

sões civilizadoras” do projeto colonial lusitano até os anos setenta, bem como a função estruturante e o poder da Igreja no Estado Novo, configuram singularidades determinantes para institucionalização do Serviço Social.

No contexto de escassez generalizada, ausências de proteção social e injustiças de diversas ordens, o republicanismo acende a esperança da sociedade com a “promessa” de superar a dependência e o subdesenvolvimento, com limitado fôlego. Pois, a incapacidade de enfrentar as expressões da *Questão Social* na sua essência e o forte enraizamento das instituições de longa duração, expôs contradições e um somatório de crises sociais e económicas de alta intensidade, que fez a classe dominante portuguesa recorrer a uma ditadura militar e depois ao fascismo salazarista. Neste esteio, a “legitimidade conferida pela ditadura ao Serviço Social não foi questionada até aos anos de 1950, salvo raras exceções” (Martins, 2021, p. 348). Não obstante, as contradições e resistências de alguns profissionais do Serviço Social, a direção teórica, as ideias e os processos metodológicos e operativos desta profissão se constituíram em coerência e ancorados nos fundamentos do projeto do Estado Novo e capitalista, mas dirigidos politicamente pela hierarquia da Igreja Católica portuguesa. Além disso, destacamos como o salazarismo e o Patriarcado mobilizaram e centralizaram os “papeis tradicionais” da mulher na manutenção do regime, o que também impacta o Serviço Social.

No caso português, entendemos que desde a génese da profissão até o 25 de Abril de 1974, é substancial situar o movimento constitutivo do Serviço Social tanto na sua dimensão metropolitana quanto na tardo-colonial, com especificidades no que tange às expressões da *questão social* e as formas de intervir socialmente em cada realidade.

**Contribuições:** ambos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

**Agradecimentos:** não se aplica.

**Agência financiadora:** não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** não se aplica.

**Conflito de interesses:** não se aplica.

## Referências

ALEXANDRE, V. *Origens do Colonialismo Português Moderno 1822-1891*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

BEBIANO, R. Organização e o papel do Exército. Em: TORGAL, L. R.; ROQUE, J. L. (Eds.). *História de Portugal*. 5: O liberalismo 1807 - 1890. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5p. 253–263.

- BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Tradução: João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2017.
- BOXER, C. R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770*. Tradução: Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português 1415 - 1825*. Tradução: Inês Silva Duarte. 2. ed. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. Tradução: J Guinsburg; Tradução: Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CASTELO, C. O nacionalismo imperial no pensamento republicano. Em: SARDICA, J. M. (Ed.). *A primeira república e as colónias portuguesas*. Lisboa: CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010. p. 29–47.
- CASTELO, C. “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 - 1961). 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
- CASTELO, C. Promoção social em Angola no colonialismo tardio: circulação, controvérsia, convergência. *Análise Social*, v. 59, n. 250, p. 5–28, 15 mar. 2024.
- CATROGA, F. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. 3. ed. Alfragide: Casa das Letras, 2010.
- CRUZ, M. B. DA. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- CRUZ, M. B. DA. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. 2. ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.
- DUSSEL, E. *1492 - O Encobrimento Do Outro: a Origem do Mito da Modernidade*. Tradução: Jaime Clasen. Petropolis - RJ: Editora Vozes, 1993.
- FERREIRA, A. S. O 25 de Abril e as mulheres: uma Revolução incompleta? Em: LOFF, M.; CARDINA, M. (Eds.). *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 Anos de Memória*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. p. 183–214.
- JERÓNIMO, M. B. *Livros brancos, almas negras: a “missão civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. 1ª ed. Lisboa: Impresa de Ciências Sociais, 2010.
- JERÓNIMO, M. B. As políticas do “bem-estar” no império português em África (Anos 1960). *Varia Historia*, v. 39, n. 81, p. e23314, dez. 2023.
- KÜTTLER, W. Social Formation. *Historical Materialism*, v. 19, n. 4, p. 229–237, 2011.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público*. Tradução: Paula Vaz De Almeida. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- LOFF, M. *O nosso século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco, 1936-1945*. Porto: Campo das letras, 2008.
- MACIEL, F. *A formação e a profissão do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho: dilemas intrínsecos ao PEP*. Em: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA

SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2509/2251>>

MARTINS, A. M. DE C. Gênese, emergência e institucionalização do serviço social português: a escola normal social de Coimbra. *Intervenção Social*, n. 11–12, p. 17–34, 1995.

MARTINS, A. M. DE C. *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. 2ª ed. Lisboa: Encadernação Progresso, 2010.

MARTINS, A. M. DE C. Processo de renovação do Serviço Social Português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica. Em: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. DOS (Eds.). *A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2021.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, J. A. Etapas e limites da industrialização. Em: TORGAL, L. R.; ROQUE, J. L. (Eds.). *História de Portugal*. 5: O liberalismo 1807 - 1890. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5p. 355–367.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. *Decreto-lei 23228*. Carta Orgânica do Império Colonial Português. . 15 nov. 1933, p. 1892–1915.

NETO, V. A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.a ed ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 129–147.

NORTON, L. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 8. ed. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

OLIVEIRA MARQUES. *História de Portugal*. 9ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1983. v. 2

PEDREIRA, J. M. Custos e tendências financeiras do Império Português, 1415-1822. Em: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Eds.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 53–91.

PEREIRA, M. H. «Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. *Análise Social*, v. 14, n. 53, p. 7–20, 1978.

PEREIRA, M. H. *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979a.

PEREIRA, M. H. *Revolução, Finanças, Dependência externa*. (De 1820 à convenção de Gramido). Lisboa: Sá da Costa, 1979b. v. 1

PINTO, A. C. *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.

- PINTO, A. C. *Os camisas-azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.
- REZOLA, M. I. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 1, 2021.
- RICHMOND, M. E. *Diagnóstico Social*. Madrid: Siglo XXI, 2008.
- ROLLO, M. F. Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.a ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 225–242.
- ROSAS, F. *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- ROSAS, F. Os quatro Regimes. Em: *O Século XX Português - Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.
- ROSAS, F. A crise do liberalismo oligárquico em Portugal. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 15–26.
- SAMARA, M. A. A questão social: à espera da “Nova Aurora”. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 149–167.
- SCHWARTZ, S. B. A Economia do Império Português. Em: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Eds.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 21–51.
- TEIXEIRA, N. S. *Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*. Sintra: Alfa, 1990.
- WALLERSTEIN, I. M. *The modern world system*. 1: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2011.



# Unidad Popular y Allende: Inspiraciones para el Futuro

*Popular Unity and Allende: Inspirations for the Future*  
*Unidade Popular e Allende: inspirações para o futuro*

Paula Vidal\*



## RESUMEN

El artículo propone una sintética lectura de aspectos para así desprender ideas sobre el socialismo democrático que sirva de base inspiradora de procesos sociales futuros que tengan en el centro la emancipación de los pueblos. En un primer momento, debate las trayectorias históricas que desembocaron en la Unidad Popular y los debates estratégicos llevados a cabo desde fines de los 1950, porque abrieron la puerta para la posibilidad de una transición pacífica al socialismo. En un segundo momento, se requiere entender las acciones impulsadas para realizar derechos, como conquistas que se levantan desde la base popular, por fuera y por dentro de los marcos de la institucionalidad burguesa. A 51 años del golpe civil militar y de un neoliberalismo arrasador y destructivo, la figura de Salvador Allende y el legado de la Unidad Popular, no se desvanecieron, al contrario, recobran nuevas energías para instalarse dentro de las experiencias reales, concretas que sirven para iluminar e imaginar futuros.

**Palabras clave:** Chile; Socialismo democrático; Unidad Popular; Salvador Allende; Golpe cívico-militar.

## ABSTRACT

The article proposes a synthetic reading of aspects in order to derive ideas about democratic socialism that serve as an inspiring basis for future social processes that have the emancipation of peoples at their center. At first, it discusses the historical trajectories that led to Popular Unity and the strategic debates carried out since the late 1950s, because they opened the door for the possibility of a peaceful transition to socialism. In a second moment, it is necessary to understand the actions promoted to realize rights, as achievements that arise from the popular base, outside and inside the frameworks of bourgeois institutionalism. 51 years after the civil-military coup and a devastating and destructive neoliberalism, the figure of Salvador Allende and the legacy of Popular Unity have not faded, on the contrary, they are regaining new energy to settle within the real, concrete experiences that serve to illuminate and imagine futures.

**Keywords:** Chile; Democratic socialism; Popular Unity; Salvador Allende; Civil-military coup.

## RESUMO

O artigo propõe uma leitura sintética de aspectos para derivar ideias sobre o socialismo democrático que sirvam de base inspiradora para futuros processos sociais que tenham como centro a emancipação dos povos. Num primeiro momento, discute as trajetórias históricas que levaram à Unidade Popular e os debates estratégicos realizados desde o final da década de 1950, porque abriram as portas para a possibilidade de uma transição pacífica para o socialismo. Num segundo momento, é necessário compreender as ações promovidas para concretizar direitos, como conquistas que surgem da base popular, fora e dentro dos quadros da institucionalidade burguesa. 51 anos depois do golpe civil-militar e de um neoliberalismo devastador e destrutivo, a figura de Salvador Allende e o legado da Unidade Popular não se apagaram, pelo contrário, recuperam novas energias para se instalarem nas experiências reais e concretas que servem para iluminar e imaginar futuros.

**Palavras-chave:** Chile; Socialismo democrático; Unidade Popular; Salvador Allende; Golpe civil-militar.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89044>

\*Universidad de Chile, Santiago de Chile, Casa Central – Chile.  
E-mail: [pvidal@u.uchile.cl](mailto:pvidal@u.uchile.cl).

Como citar: VIDAL, P. Unidad Popular y Allende: Inspiraciones para el Futuro. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 100-111, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89044>.

Recebido em 04 de agosto de 2024.

Aprovado para publicação em 04 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introducción

¿Qué presente tenemos en curso que justifica volver la mirada al pasado para pensar el futuro? Son tiempos de guerras, pobreza, devastación socioambiental, desigualdades y opresiones que ponen la pregunta urgente por el porvenir. A 51 años del golpe civil militar, la figura de Salvador Allende y el legado de la Unidad Popular, poseen un significado para el futuro, y eso implica comprender 2 ámbitos centrales: en un primer momento, las trayectorias históricas que desembocaron en la Unidad Popular y los debates estratégicos llevados a cabo desde fines de los 1950, porque abrieron la puerta para la posibilidad de una transición pacífica al socialismo. En un segundo momento, se requiere entender las acciones impulsadas para realizar derechos, como conquistas que se levantan desde la base popular, por fuera y por dentro de los marcos de la institucionalidad burguesa.

El artículo, propone una sintética lectura en estas 2 claves para así desprender ideas sobre el socialismo democrático que sirva de base inspiradora de procesos sociales futuros que tengan en el centro la emancipación de los pueblos.

## Tiempos de regresión civilizatoria

La hegemonía de antaño de EEUU, a escala global, se ha degradado en los últimos años, a medida que China aumenta su presencia en la economía mundial. En paralelo, estos países y economías, son los mayores responsables de la crisis socioecológica a nivel planetario, que amenaza la vida en la tierra. Con el golpe civil militar de 1973 en Chile, se implementó el neoliberalismo para expandirse a nivel global y después de 5 décadas vemos que se profundizan las contradicciones capitalistas, se profundiza la desigualdad y la concentración de la riqueza.

Los datos escandalosos de Oxfam (2024) señalan que desde el 2020 la riqueza de los 5 hombres más ricos del planeta se ha duplicado, al mismo tiempo que el poder empresarial y monopolístico profundiza la desigualdad, el 1 % más rico posee el 43% del conjunto de los activos financieros globales, el poder empresarial está impulsando el colapso climático ya que el 1 % más rico de la población mundial genera tantas emisiones de carbono como los dos tercios más pobres de la humanidad, causando a su vez un gran sufrimiento y exacerbando las desigualdades, también en cuanto a raza, clase y género por lo que, de seguir así la tendencia, se necesitarán 230 años para erradicar la pobreza, por otro lado se impacta la democracia liberal, porque los “monopolios actúan como Gobiernos, regulan como Gobiernos y compiten con los Gobiernos por el poder (...) las empresas han invertido durante mucho tiempo en mantener su poder a través de hordas de lobistas, lo que les ha reportado importantes beneficios. Pero sabemos que el monopolio es el poder mismo, el poder de arrebatarse decisiones políticas a la esfera democrática” (Oxfam, 2024, p.32).

Uno de los mismos defensores del capitalismo, el economista Martin Wolf (2023), señala que los últimos 40 años de neoliberalismo han traído fracasos económicos porque las medidas fiscales y de austeridad favorecieron a los ricos y terminaron aumentando la desigualdad de ingresos -la más alta de los últimos 50 años – generando débil crecimiento y empleo precario. Ello ha impactado en el sistema como una crisis en lo económico y “crisis de la democracia”, que se expresa en la recesión democrática que tenemos.

A nivel de las consecuencias políticas del neoliberalismo, se abre un campo para la emergencia de las nuevas derechas o ultraderechas, pues los datos del año 2023 de Latinobarómetro, muestran que solo el 48% apoya la democracia en la región, disminuyendo porcentualmente respecto del 63% que se tenía el año 2010. Señalan que el autoritarismo se ha ido validando poco a poco y aumentaron aquellos a quienes les da lo mismo el tipo de régimen, por lo que “El declive a partir de 2010 ha sido sistemático durante más de una década. Es decir, existen motivos estructurales que no han sido remediados y que profundizan la pérdida de apoyo” [de la democracia] (Corporación Latinobarómetro, 2023, p. 18).

Para Levitsky y Ziblatt (2018), analizando el fenómeno Trump en Estados Unidos (EEUU) y teniendo en mente esa democracia liberal, señalan que estas se pueden quebrar no a manos de generales “sino de líderes electos, de presidentes o primeros ministros que subvierten el proceso mismo que los condujo al poder.” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 9). Por ello, hoy las alternativas “postfascistas”, “autoritarias” o “ultraderechistas”, que venimos presenciando como efecto del descontento generado por la globalización neoliberal, poseen rasgos autoritarios, conservadores, populistas, xenófobos, islamofobia, nacionalistas, opuestos al pluralismo y antiglobalización que apuntalan proyectos de opresión totalitaria (Katz, 2024; Traverso, 2021) y regresión civilizatoria.

En este contexto, ¿la Unidad Popular y Salvador Allende pueden decirnos algo para imaginar alternativas de futuro que se contrapongan a la barbarie?

## Unidad Popular: trayectoria histórica y estrategia de alianza para ganar el gobierno

La experiencia chilena de la Unidad Popular (UP) fue uno de los intentos más importantes en Chile, durante el siglo XX de abordar las necesidades de los sectores subalternos, el pueblo y la clase trabajadora, a través de transformaciones profundas, una vez alcanzado el gobierno. Es por todos conocido que la llamada “vía chilena al socialismo” fue una estrategia inédita en Chile y en el mundo, por avanzar en el camino de la construcción del socialismo, bajo la institucionalidad burguesa, la cual se distinguió de las estrategias cubana y bolchevique. Desde los años ‘60 proliferaron las organizaciones que tomaron la opción por las armas, que respondía a un diagnóstico que hacía evidente el triunfo de la guerrilla en Cuba: el fracaso de la revolución por etapas y la vía pacífica. En

el caso chileno, esta opción encontró eco en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y, por la vía no armada, estuvo Allende y la Unidad Popular.

El gobierno de Allende fue asediado no solo por los norteamericanos sino también por los sectores más conservadores y reaccionarios de la derecha chilena y la burguesía, los cuales, terminaron este proceso de un modo sangriento. Rescatar la Unidad Popular y Allende, en su estrategia y conquistas, se transforma en un proyecto inspirador para el futuro, por todo el sentido que tuvieron y alcanzaron sus conquistas en tan poco tiempo.

Respecto de la trayectoria histórica que desembocó en la Unidad Popular, podemos decir que fue producto de un largo proceso de acumulación de fuerzas y alianzas políticas entre socialistas y comunistas. Sabemos que, a nivel internacional, con el avance del nazismo en Europa, la Unión Soviética adoptó en 1934 un cambio en su estrategia política, consistente en promover la alianza entre las fuerzas antifascistas al interior de cada país. Esto llevó a que surgieran alianzas multipartidistas denominadas Frentes Populares, donde se lograban reunir partidos que iban desde el centro político hacia la izquierda, ganando elecciones en Francia, en 1935, y España, en 1936. Esta política repercutió en el Partido Comunista de Chile y en 1936 se creó el Frente Popular, coalición de centro izquierda conformada por socialistas, comunistas y radicales, que duró poco tiempo, pero permitió sentar las bases de una alianza que se retomaría más adelante.

Allende se presenta por primera vez como candidato a la presidencia en 1952, luego en 1958, en 1964, para en la elección de 1970, triunfar. Las coaliciones que sustentaron estas candidaturas fueron, el Frente Nacional del Pueblo en la primera, el Frente de Acción Popular en la segunda y tercera, posteriormente, ser la Unidad Popular que sostuviera el triunfo de Allende. En todas ellas, la alianza entre el partido socialista y el partido comunista, fue central para levantar programas que fortalecieran la organización y unidad de la clase trabajadora.

El Partido Comunista, después del fracaso de Allende en las elecciones de 1964, mantuvo su tesis de insistir en la vía pacífica, e impulsó la ampliación de su política de alianzas hacia sectores provenientes del centro político, en cambio, el Partido Socialista en el Congreso de Chillán de 1967, expuso la radicalización de sus posturas a nivel discursivo, aceptando la lucha armada como posibilidad estratégica. En paralelo, sectores anarquistas, trotskistas y otros militantes descontentos del Partido Radical, y en contraposición al diagnóstico de la sociedad chilena que planteaban la coalición comunista-socialista, llamaron a tomar las armas y fundaron en 1965 el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Tal proceso de radicalización no se limitó a los partidos políticos de izquierda. Durante los 60, la violencia y la acción directa fueron estrategias de lucha utilizadas por el movimiento obrero.

Sin embargo, la postura oficial del Partido Socialista no impidió que la Unidad Popular incorporara a otros sectores provenientes de la Democracia Cristiana – como el

Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) –, el Partido Radical, los Social Demócratas, la Acción Popular Independiente que, en conjunto, le dieron cuerpo a la Unidad Popular, cuyos ejes políticos fueron la vía pacífica y la estrategia de alianzas, pregonadas por el Partido Comunista, en desmedro de las promovidas por los socialistas.

El Programa de la UP de 1969 se nutrió de insumos como los estudios y diagnósticos económicos realizados sobre la situación chilena y las propuestas programáticas que algunos personeros del PC venían trabajando desde 1956, y que asumían la influencia – adaptando los casos a la realidad chilena- del proceso de la URSS, China, Cuba y Europa Oriental, como también las visiones de Keynes, Prebisch y la Cepal.

En las elecciones de 1970, el triunfo de la UP demostró que la estrategia seguida había sido la correcta, aun cuando el margen de diferencia entre Allende (36,2%) no fue mayoritario respecto del derechista Jorge Alessandri Rodríguez (34,9%) lo cual obligó al Congreso Nacional definir la elección a favor de Allende y la Unidad Popular después del acuerdo alcanzado entre esta y la Democracia Cristiana, sobre los Estatutos de Garantías Democráticas.

En ese sentido, la estrategia política de la Unidad Popular y Allende, posee un significado central que puede ayudar a pensar la actualidad y el futuro en el sentido de la forma para alcanzar el gobierno y disputar el poder de la clase dominante, porque “la vía chilena al socialismo” implicó disputar el gobierno mediante la vía electoral, es decir, dentro de los marcos institucionales burgueses por parte de una alianza política y, al mismo tiempo, movilizand o la base social-popular de un amplio abanico ideológico-político, dentro y fuera de la institucionalidad a partir de un programa que sienta las bases para la transición hacia el socialismo. En este marco, desde el interior del mismo Estado se van generando las condiciones para transformar el aparato.

Esta estrategia, es pertinente en los tiempos de hoy en que la ultraderecha crece en las elecciones a escala global y quiere terminar con mecanismos de la democracia burguesa. Las izquierdas no pueden quedar observando este problema, si es que se tiene en consideración que lo que está en juego es el porvenir del planeta. Las izquierdas, así como lo hizo la Unidad Popular con Allende, deben alcanzar el gobierno, como una etapa para avanzar en la conquista del poder económico, jurídico y político, para ello, se requiere acuerdos de amplias mayorías que avancen y presionen por la conquista del programa contra la barbarie capitalista.

## Unidad Popular y la Realización de derechos: una experiencia de avances civilizatorios

Los avances civilizatorios que realizó la Unidad Popular, conducidos por Allende, se expresan en los programas políticos levantados por la alianza entre el Partido Comunis-

ta y el Partido Socialista desde 1956 hasta 1973. Estos se propusieron en una línea anti oligárquica, antimperialista y antifeudal, donde la Reforma Agraria, la nacionalización de las riquezas básicas, la participación activa del Estado en el desarrollo económico del país, como la democratización de las instituciones y del país fueron la base sobre la cual se podrían obtener bienes y derechos sociales primarios para los sectores populares y las/los trabajadoras, como son la educación, salud, vivienda, trabajo, mejoras salariales, previsión social, mejoras en los barrios, erradicar la pobreza y miseria, etc., como también, la libertad civil y política asociada a lucha por participación y asociación, en definitiva, todo aquello que permitía elevar el nivel de vida de los sectores populares sin discriminación de sexo.

La Unidad Popular con Allende a la cabeza, promovieron realizaciones y conquistas de derechos sociales a favor del pueblo. Para Juan Carlos Concha (2023), ex ministro de salud entre los años 1971-1972, la Unidad Popular promovió, en el ámbito de la salud, la ampliación del enfoque y la democratización en el acceso para la mejora de la salud, asumiendo un enfoque de medicina social, donde la comunidad y los territorios se organizaron y participaron en la implementación de medidas, en ese sentido, se crearon Consejos de Salud con participación activa del pueblo, de organizaciones que definieron sus acciones colectivas a favor de la salud integral y sus distintos niveles, ya sea de educación sanitaria como de prevención, curación y rehabilitación.

En ese marco, se pasó de una medicina intra-hospitalaria, esencialmente curativa y de alto costo, a otra que, sin descuidar la anterior, fuera «puertas afuera», abierta, ofensiva y en contacto con la comunidad organizada. Por otro lado, respecto de la institucionalidad de salud y el acceso, se fortaleció el servicio único de salud, como un sistema de salud universal sin condiciones para el acceso. Las campañas de Vacunación como la de 1972 mostró el compromiso de los equipos, voluntarios y organizaciones. La desigualdad geográfica en el acceso a la salud, se comenzó a abordar con la contratación de profesionales que, junto a la elevación o ampliación de cupos para la formación de médicos (era 1 por cada 1000 habitantes) y los equipos de salud, fueron medidas democratizadoras e igualitarias para la población en su conjunto y especialmente los más desfavorecidos.

Por otro lado, podemos señalar que la medida de alimentación con el medio litro de leche, muestra que el tema de los cuidados pasa de la esfera privada al estado como garante de calidad de vida. La entrega de 150 millones de litros a 3.500.000 millones de niños y niñas, en concreto significó que, en el primer semestre del año 1971, el % de hospitalizados por desnutrición pasó del 60 al 8% (Concha, 2023). Todo ello, pone en el centro la realización de acciones en el ámbito de la salud que generan condiciones de igualdad para la población y que permitan su pleno desarrollo en tanto persona y comunidad.

La situación es muy distinta en un Chile y aquellos países, bajo el capitalismo globalizado o neoliberal, donde la salud no es un derecho universal, sino un bien que se



compra, según, las reglas del mercado, donde la organización de la comunidad no tiene mucho donde incidir, a pesar de que se han superado algunos indicadores de mortalidad infantil. Se consagra, una salud de primera de orden privado y una de segunda, que es pública para la mayoría de la población, según capacidad de pago en un contexto de desigualdad en el acceso a la salud a nivel país.

Otro ámbito relevante de realización de derechos, fueron las medidas impulsadas y las conquistas de la clase trabajadora respecto de la situación de vivienda social y desarrollo urbano. Como ha planteado Miguel Lawner (2021), al comenzar el gobierno de Allende, se señalaba que más de 500 mil familias carecían de vivienda o disponían de una vivienda inadecuada. El gobierno priorizó por las familias sin vivienda y los allegados, y para abordarlas, se modificó el sistema de postulación porque hasta ese momento, se condicionaba al nivel de ingresos de las familias el tipo de solución habitacional que podían tener. Además de incorporar la categoría de urgencia habitacional como un antecedente prioritario para la asignación de la vivienda, se fijó por ley el pago de los dividendos equivalente al 10% del ingreso familiar mensual. Usando la ley 16.615 de Eduardo Frei y subrayando la función social del derecho a propiedad, se permitió expropiar terrenos y acabar con la especulación del suelo urbano, donde se puso el rol del estado en la regulación el mercado del suelo urbano. Se construyeron 158 mil viviendas durante la Unidad Popular, en promedio de 52 mil viviendas anuales, muy superior a las 39 mil del periodo de Eduardo Frei y las 30 mil de la era de Pinochet. El derecho a la vivienda se hizo efectivo.

Si observamos este indicador, podemos decir que el derecho a la vivienda, bajo el capitalismo globalizado o neoliberalismo está pendiente. En el caso de Chile al 2022, según el informe de la plataforma Deficit Cero y centro UC políticas públicas (2022), existe un déficit de 641.421 viviendas, de las cuales el 49,4% se ubica en la RM, ha aumentado la cantidad de campamentos y la especulación con el valor del suelo ha generado y profundizado la segregación social.

Retomando la Unidad Popular, llama la atención la política de equipamiento popular, que implicó construir 16 Balnearios Populares con capacidad de alojar 500 personas cada uno, instalados en las mejores playas de Chile, y entregados en administración a la Central Única de Trabajadores, permitiendo el derecho a vacaciones de miles de modestas familias, que pudieron disfrutar -por primera vez- de este beneficio elemental. Con posterioridad al golpe militar, los Balnearios de Rocas de Santo Domingo, Ritoque y Puchuncaví fueron habilitados como Centros de tortura o campos de concentración.

El espíritu de la época, se expresa en la construcción del edificio destinado a recibir la Tercera Asamblea Mundial de la UNCTAD (Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo), que tuvo lugar en Abril de 1972, una epopeya de trabajo colectivo realizado por profesionales, artistas, artesanos, obreros de la construcción y empresas cons-

tractoras. Cuarenta mil metros cuadrados fueron levantados en el lapso de nueve meses lo que muestra una capacidad del pueblo organizado, de compromiso y participación de diversos ámbitos, actrices y actores en la creación de la ciudad justa, nunca más vuelto a ver en la historia de Chile. Bajo el Neoliberalismo, la solución habitacional terminó por dar cuenta de ciudades segregadas, construcción de guetos urbanos, con mala calidad y estrechez de viviendas, espacios comunes deficitarios, falta de bienes públicos y de equipamientos.

En el plano de la tenencia de la Tierra, Jacques Chonchol (2017) señala que el proceso de Reforma Agraria comenzó antes de la Unidad Popular, tíbiamente con la ley promulgada por Alessandri bajo la presión de la Alianza para el Progreso. Allende quiso modificar la ley, pero no tuvo apoyo en el parlamento, por lo que decidió aplicarla aceleradamente. La ley limitaba la cantidad de hectáreas que podía tener una persona y su familia, de 80 hectáreas de riego básico.

En esas tierras expropiadas se constituyeron cooperativas campesinas, se prohibió que las sociedades anónimas tuvieran tierras porque la tierra tenía que estar en manos de personas naturales y se prohibió que las aguas de regadío fueran privatizadas por ser un bien nacional de uso público. También Allende se hizo cargo del problema de tierras indígenas, se entregaron cerca de 150 mil hectáreas a los mapuches, se creó la Ley indígena en 1972, con ventajas para las comunidades. También, durante el gobierno, se expropiaron 6,5 millones hectáreas que permitió terminar casi con el latifundio en Chile, para aumentar la producción de alimentos y así asegurar el consumo, además, subieron los sueldos de los campesinos y se terminaron formas de explotación.

Bajo la dictadura, se produjo la “des-reforma agraria” vía privatización y apareció una nueva unidad llamada empresa agrícola exportadora. Ejemplos al respecto fueron la industria frutícola y vinícola (Falabella, 2017). Pero también se observa el problema asociado a la propiedad privada del agua que impide cumplir con el derecho al agua para la vida y el uso de la tierra, también se han producido grandes negocios como las parcelas de fin de semana para aquellos ricos pueden escaparse de lo urbano; la política forestal ha permitido que las tierras agrícolas en el sur, se planten pinos, y se observan zonas de sacrificio en las zonas industriales, por ejemplo, Quintero-Puchuncavi.

Otro ámbito importante para el gobierno de Allende, fue la política sociocultural, cuyo mayor éxito fue la creación de la Editora Nacional Quimantú. El gobierno – en 1971- compró la editorial Zig-Zag y se convirtió en un hito en la historia del libro en Chile en tanto volumen de libros publicados nunca visto antes en el país, masificándose en los sectores populares. Con ello, fue una política de democratización (Subercaseaux, 2000) porque permitió el acceso y redistribuyó los bienes culturales tradicionales a las mayorías del país, con publicaciones, pero también, buscó aumentar la creatividad humana para hacer más protagónica a la sociedad en toda la vida cultural.

Otras manifestaciones de la cultura que se potenciaron y desarrollaron producto del proceso social en curso, en la música fue la nueva canción chilena; en las artes podemos señalar el desarrollo del muralismo, el teatro, el cine, la literatura, entre otros, por lo tanto, el acceso a los bienes materiales como aquellos que alimentan el espíritu fueron centrales como derechos a realizar, dando a las expresiones y a las manifestaciones culturales un papel fundamental en su construcción y en la de una sociedad nueva.

Desde la mirada económica, el diagnóstico del país, que tenía la Unidad Popular decía que era una economía monopólica, dependiente de grupos económicos extranjeros donde el Estado era la herramienta de esos grupos, además, de la desigualdad existente en la distribución de ingresos, el creciente desempleo, el estancamiento económico y la subutilización de la capacidad productiva. La orientación del programa económico planteaba la reactivación económica, la reducción del desempleo, la política de redistribución del ingreso, la contención de inflación, la creación del área de propiedad social. Entre las medidas más emblemáticas fue la nacionalización del cobre, claro sello antimperialista, pero también se estatizaron algunas empresas estratégicas y se constituyó el Área de Propiedad Social, se logró la desaparición casi completa del desempleo, se mejoró notablemente la distribución del ingreso, el salario aumentó, se triplicó el índice de sindicalización llegando a casi un millón de afiliados, el Gini alcanzó entre el 0,46-0,48 con un proceso interrumpido porque los años de 1972 y 1973 mostraron fuertemente, una mayor presión de la derecha por obstaculizar los cambios, con la influencia de EEUU por sacar el gobierno, pues se financió el boicot económico a nivel interno y externo del país.

Bajo el capitalismo globalizado, nunca el mercado ha ofrecido pleno empleo, ni ha permitido que los salarios participen significativamente del producto nacional. En Chile, los salarios son bajos, los trabajos precarios e informales que ofrece el mercado laboral, más que ser un fenómeno extraordinario se han hecho natural. A ello se suma, que la economía chilena ha profundizado su carácter extractivista, dependiente y periférico en el concierto de la economía mundial, todo lo cual expresa claramente el sentido igualitario de las medidas de la Unidad Popular en el plano económico.

Durante la Unidad Popular, la ciencia y la tecnología también se puso a favor de las necesidades del pueblo, y el proyecto Synco o Cybersyn (Medina, 2013) fue emblemático, pues consistió en crear un sistema de información y comunicación a tiempo real en todo el país, para que el estado tuviera un mayor control en las decisiones de la economía y proyectar su evolución a favor de las necesidades del pueblo. Sabemos que parte de este se puso a prueba en el paro de octubre de 1972 con mucho éxito y que se eliminó durante la dictadura. Esta idea de la ciencia y la tecnología en la economía a favor del desarrollo humano, es muy evidente y ayuda a problematizar las consecuencias que tiene bajo el neoliberalismo, la tecnología y la Industria 4.0, como el desempleo, la precarización o la informalidad del empleo.

En síntesis, la nacionalización del cobre, profundización de la Reforma Agraria y entrega de tierras a los mapuches, los planes de vivienda para pobladores, el impulso a la infraestructura vial, la ampliación de la formación técnica y superior, la derrota de la desnutrición, el incremento de la demanda y del consumo con políticas de pleno empleo y aumento de salarios, el desarrollo de la cultura y sus diversas expresiones, más la democratización de las estructuras mediante la participación organizada, entre otras, fueron realizaciones que permitieron democratizar y ampliar derechos para toda la sociedad ofreciendo mejoras concretas en condiciones de vida para la población y con ello, igualar condiciones mínimas para el desarrollo pleno de todo ser humano, sin distinción de clase, raza y género.

Estas realizaciones a 51 años del triunfo de la Unidad Popular, toman absoluto sentido para el presente y el futuro, porque desde la crisis global de la década del 2000, hemos sido testigos de un creciente descontento que trajo consigo un ciclo de protestas y luchas sociales en diversos países. Hoy las personas siguen exigiendo cambios para mejorar sus condiciones de vida junto con el cuidado del planeta. Sin embargo, estas luchas por realización de derechos, no han sido conducidas fuertemente por partidos políticos, como sí lo fueron en el siglo XX, y en el caso de la Unidad Popular, claramente la politización de los sectores populares y la vinculación de los partidos políticos de la izquierda con la clase trabajadora y los sectores subalternos, fue central para alcanzar el gobierno y disputar el poder de la clase dominante.

## Consideraciones finales

En tiempos de guerras, pobreza, devastación socioambiental, desigualdades y opresiones, de avance de agrupaciones “postfascistas”, “autoritarias” o “ultraderechistas” con rasgos autoritarios, conservadores, populistas, xenófobos, islamofobia, nacionalistas, opuestos al pluralismo y antiglobalización que apuntalan proyectos de opresión totalitaria, producto del descontento generado por la globalización neoliberal urge la pregunta por el futuro y como cambiar el curso de la historia poniendo un horizonte de esperanza para la humanidad. A 51 años del golpe civil militar y de un neoliberalismo arrasador y destructivo, la figura de Salvador Allende y el legado de la Unidad Popular, no se desvanecieron, al contrario, recobran nuevas energías para instalarse dentro de las experiencias reales, concretas que sirven para iluminar e imaginar futuros.

La cuestión de la estrategia política y los contenidos de una propuesta esperanzadora de cambios sustantivos en la vida social y cotidiana del país, fue central para que Allende llegara al gobierno en 1970 después de un largo camino de acumulación de luchas, que permitiera abrir la posibilidad de una transición pacífica al socialismo, mediante la disputa electoral en el marco burgués, que fue el primer paso para realizar cambios al interior de

este, para generar un cambio en la distribución del poder en Chile. Por ello, es interesante remirar esta estrategia, en conjunto con el contenido del programa, asociado a cambios sustantivos que diera las bases de la soberanía para realizar derechos.

Hoy, esto es una propuesta que sigue vigente, ante la incapacidad del capitalismo de cumplir sus promesas. Realizar derechos, como conquistas que se levantan desde la base popular, por fuera y por dentro de los marcos de la institucionalidad burguesa para ir más allá de sus límites, es parte de los contenidos que “la vía chilena al socialismo” o el socialismo democrático puso en el centro para la emancipación de los pueblos y que es un legado para hoy y el futuro.

**Contribuciones:** No aplica.

**Agradecimientos:** No aplica.

**Agencia financiadora:** No aplica.

**Aprobación por Comité de Ética:** No aplica.

**Conflicto de intereses:** No aplica.

## Referencias

CONCHA, J. *Con el plan de medio litro de leche, se acabó la desnutrición en Chile*. Entrevista 15 septiembre, 2023. Disponible en: <https://elsiglo.cl/con-el-plan-de-medio-litro-de-leche-se-acabo-la-desnutricion-en-chile/>. Acceso en: 02 dez. 2024.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe 2023*. La recesión democrática de América Latina, 2023. <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

CHONCHOL, J. *Ley de Reforma Agraria y Ley de Sindicalización Campesina: Balance a 50 años*. En *Reforma agraria chilena: 50 años, historia y reflexiones*. Biblioteca Nacional del Congreso Nacional. Santiago de Chile, 2017. Disponible en: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/reforma\\_graria\\_chilena.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/reforma_graria_chilena.pdf). Acceso en: 02 dez. 2024.

FALABELLA, G. *Lo que dejó la Reforma Agraria en Chile que permite comprender el modelo socioeconómico actual*, 2017. Disponible en: <https://uchile.cl/noticias/139931/consecuencias-de-la-reforma-agraria-en-chile-en-el-actual-modelo->. Acceso en: 02 dez. 2024.

KATZ, C. *América Latina en la encrucijada global*. Batalla de Ideas. Buenos Aires. Argentina, 2024.

LAWNER, Miguel (2021). Estado, conflicto social y construcción de la ciudad durante la Unidad Popular. *Anales de la Universidad de Chile*, n.18, 2021. pp. 165–186. Disponible en: <https://doi.org/10.5354/0717-8883.2020.60818>. Acceso en: 02 dez. 2024.

LEVITSKY, S.; Ziblatt, D. *Cómo mueren las democracias*. Ariel. Buenos Aires, Argentina, 2018.

MEDINA, E. “*Revolucionarios cibernéticos. Tecnología y política en el Chile de Salvador Allende*”. Santiago: LOM Ediciones. Santiago de Chile, 2013.

OXFAM INTERNACIONAL. DESIGUALDAD S.A. *El poder empresarial y la fractura global: la urgencia de una acción pública transformadora*, 2024. Disponible en: <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-01/Davos%202024%20Report%20-%20Spanish.pdf>. Acceso en: 03 dez. 2024.

PLATAFORMA DEFICIT CERO Y CENTRO UC POLÍTICAS PÚBLICAS. *Déficit habitacional: ¿cuántas familias necesitan una vivienda y en qué territorios?. boletín 1: estimación y caracterización del déficit habitacional en Chile*, 2022. Disponible en: [https://cchc.cl/uploads/comunicacion/archivos/ESTUDIO\\_DEFICIT\\_HABITACIONAL\\_BOLETIN1.pdf](https://cchc.cl/uploads/comunicacion/archivos/ESTUDIO_DEFICIT_HABITACIONAL_BOLETIN1.pdf). Acceso en: 03 dez. 2024.

SUBERCASEAUX, B. *Historia del libro en Chile (Alma y cuerpo)*. Santiago: LOM ediciones. Santiago de Chile, 2000.

TRAVERSO, E. (2021). *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores, 2021.

WOLF, M. *La crisis del capitalismo democrático*, Deusto, Barcelona, 2023.



# Aproximações ao estado em Marx

## *Approaches to the state in Marx*

Kim Taiuara Chavarria Brochardt\* 

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89045>

### RESUMO

O presente artigo analisa as formulações marxianas acerca do Estado, articulando algumas polêmicas, como estrutura e superestrutura, economia e política, autonomia e determinação. Objetiva estabelecer os fundamentos da construção teórica de Marx a respeito do Estado, sua relação geral com a reprodução social do capital e as funções particulares desempenhadas por ele nessa determinada totalidade histórica. Sob a perspectiva materialista histórica e dialética, adotamos a revisão bibliográfica de parte da obra marxiana, concluindo que o autor deixou registrado no todo de sua obra elementos basilares para o desenvolvimento de uma teoria marxista do Estado, pondo a descoberto os seus vínculos materiais com os processos de valorização do capital; seu papel ideológico ao apresentar-se como Estado acima das classes; e seu destacado caráter repressor frente aos antagonismos classistas.

**Palavras-chave:** Marxismo. Estado. Marx.

### ABSTRACT

This article analyzes Marxian formulations about the state, articulating some polemics, such as structure and superstructure, economy and politics, autonomy and determination. It aims to establish the foundations of Marx's theoretical construction of the state, its general relationship with the social reproduction of capital and the particular functions it performs in this given historical totality. From a historical and dialectical materialist perspective, we adopted a bibliographical review of part of Marx's oeuvre, concluding that the author recorded in his work basic elements for the development of a Marxist theory of the state, uncovering its material links with the processes of capital valorization; its ideological role in presenting itself as a state above the classes; and its outstanding repressive character in the face of class antagonisms.

**Keywords:** Marxism. State. Marx.

\*Universidade de Brasília, Brasília, DF  
– Brasil. E-mail: kimtaiua@gmail.com.

Como citar: BROCHARDT, K. T. C.  
Aproximações ao estado em Marx.  
Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro,  
v. 23, n. 58, pp. 112-126, jan./abr.,  
2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89045>.

Recebido em 13 de setembro de 2023.

Aprovado para publicação em  
08 de junho de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.

## Introdução

O tema do Estado na tradição marxista é amplo, polêmico, complexo e, muitas vezes, colidente. Diversos autores e autoras vinculadas a esta tradição teórico-política produziram variada reflexão



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

sobre o tema, mas ainda assim ela se mantém viva, atual e absolutamente necessária para compreendermos o papel do Estado na reprodução da ordem do capital, sobretudo, considerando que cada vez mais ele é convocado a operações de salvamento do grande capital, como ficou explícito na crise de 2007-2008 e, mais recentemente, durante a pandemia do Coronavírus.

Sua liderança na coordenação de processos (re)industrializantes, como o expresso no plano Biden – a despeito da dogmática ideológica neoliberal contra o Estado na economia – também não deixa dúvidas da sua relevância na indução da acumulação capitalista, inclusive, nesses casos, aparecendo, mistificadamente, como Estado representante do interesse geral, nacional, acima das classes. Mais que antes, ele tem servido como meio para absorver o impacto das contradições do capital, especialmente, em momentos de crise; para reforçar ideologicamente a sociabilidade burguesa; e para reprimir qualquer possibilidade de revolta contra a ordem.

Embora Marx não tenha escrito uma obra sistemática especificamente sobre o assunto, a produção teórica levada a cabo pelo mesmo, ao longo da sua vida, contribuiu, significativamente, para o empreendimento, constantemente intencionado, de elaboração de uma teoria marxista do Estado por outros intelectuais. É verdade, todavia, que boa parte da teoria desenvolvida por Marx é atravessada pelo tema do Estado, sendo esta uma questão sobre a qual o nosso autor se debruçou logo cedo, quando se defrontou com a problemática do roubo de madeira (Marx, 2017a). Outras obras são, também, bastante representativas dessa permanente preocupação teórica que acompanhou a vida inteira do fundador – junto a Engels – do materialismo histórico-dialético. E apesar de não ter escrito uma obra autônoma acerca do Estado, Marx tinha a pretensão de fazê-lo, como revelam alguns de seus manuscritos, por exemplo: o “plano de trabalho sobre o Estado” (Marx, 2007a, p. 543) e nos *Grundrisse*, a “síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma” (Marx, 2011a, p. 61).

Múltiplos elementos e formulações expressam-se em suas obras, de tal modo que uma aproximação a estas constituem exercício imprescindível para uma segura apreensão daquilo que Marx escreveu a respeito do Estado. Nosso objetivo, com esse exercício, é estabelecer os fundamentos marxianos do Estado capitalista, sua materialidade histórica, a relação com o capital, enquanto parte desta totalidade, e expor as funções particulares por ele desenvolvidas. Observar atentamente a formulação marxiana, embora não seja suficiente para decifrar problemas atuais, é condição para uma correta apreensão dos fenômenos da realidade, bem como de sua rigorosa abordagem do ponto de vista teórico e metodológico.

O presente artigo se estrutura, afora esta introdução, em três tópicos e finda nas considerações finais. No primeiro tópico, realiza-se uma observação de ordem metodoló-

gica, expondo a relação orgânica entre o Estado e a sua base material-econômica, historicamente determinada pelo modo de produção capitalista. No segundo tópico, aborda-se as dimensões do Estado e as funções por ele desempenhadas na sociedade burguesa, às quais se desenvolvem no âmbito das atividades econômicas, da reprodução ideológica e do recurso à repressão para fins de controle e reprodução das relações sociais capitalistas. No terceiro tópico, aporta-se, brevemente, o debate acerca da emancipação política e da emancipação humana em Marx, evidenciando sua conceituação e contradições mediadas pelo Estado. Por último, apresenta-se, nas considerações finais, os achados da investigação de parte da formulação marxiana a respeito do Estado.

## A base material do Estado

Para uma segura abordagem do objeto deste artigo, recorre-se, de início, a uma consideração de natureza metodológica. Segundo Marx [...] “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; *essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades*” (Marx, 2008, p. 47 — grifos nossos). Em outras palavras, Marx nos informa que há uma determinação material do Estado, que é expressão dela, da sociedade em que se baseia, da(s) totalidade(s) em que se inscreve, portanto, da moderna sociedade burguesa. Essa determinação, esse vínculo inextricável é ressaltado por Marx em diferentes obras e em várias passagens. Na *Crítica ao programa de Gotha*, por exemplo, ele diz:

Os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, *têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa*, mais ou menos desenvolvidas em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns *essenciais*. (Marx, 2012a, p. 42 - grifos nossos).

### E n'A Guerra Civil na França:

O poder estatal, que aparentemente pairava acima da sociedade, era, na verdade, o seu maior escândalo e a incubadora de todas as suas corrupções. [...]. O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a forma acabada do poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio de sua própria emancipação do feudalismo, e que a sociedade burguesa madura acabou transformando em meio para a escravização do trabalho pelo capital (Marx, 2011b, p.56 - grifos nossos).

Fica evidente nos trechos citados que Marx compreende o Estado supondo uma base ou uma estrutura material-econômica que lhe determina e constitui historicamente. Essa

perspectiva nos transmite, também, o seu método de investigação, cuja operação teórica expressa a apropriação intelectual da realidade concreta e o seu produto na forma de concreto pensado, exposto em suas obras. É o método que parte do abstrato ao concreto e o reproduz mentalmente como concreto saturado de determinações (Marx, 2011a); tem na práxis o critério de verdade (Marx, 2007b); visa apreender o movimento essencial da realidade, portanto, o próprio método está submetido às determinações do existente, da vida material. Não poderia ser diferente a compreensão que nosso autor desenvolveu sobre o Estado.

Afirmar que o Estado se erige sobre relações materialmente existentes é dizer também que ele tem um terreno histórico particular; não é um Estado atemporal, abstratamente universal. Corresponde a um ser social determinado, no caso concreto, ao ser social burguês, o ser do capital, pois esta é, historicamente, a sua base material particular e a totalidade em que se inscreve. A estrutura econômica e a sua superestrutura correspondente interagem continuamente, de modo a expressar as contradições inerentes à dinâmica de produção e reprodução da vida sob a ordem social burguesa. Ora, sendo assim, o Estado também revela tais contradições, demonstrando não haver relação mecânica entre uma dimensão e a outra da totalidade social. O Estado não é algo homogêneo e impermeável; a estrutura econômica não é uma coisa estanque; nem a relação entre essas dimensões é de identidade, mas, sim, de uma contraditória unidade.

Há de se chamar a atenção para o seguinte: ao nos referirmos à interação ininterrupta entre Estado e a base econômica, é preciso cautela, insistimos, para não estabelecer uma dissociação rígida entre tais esferas como se fossem partes autônomas de um todo, pois embora Estado e economia não se confundam, as relações de produção capitalistas se produzem e reproduzem também, mediadas ativamente pelo Estado. É impossível conceber a gênese, o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista sem a mediação histórica do Estado, desempenhando distintas funções neste desenrolar.

## As dimensões características do Estado

### *a) O Estado e a acumulação do capital*

Destacamos a conexão com alguns aspectos das relações econômicas observados por Marx. N' *O Capital* ele traz a emissão e circulação do dinheiro como uma das funções exercidas pelo Estado. É sabido que o dinheiro desempenha, nas relações sociais capitalistas, o papel de equivalente geral, signo do valor, meio de circulação, de entesouramento, de pagamento, sendo fundamental para o permanente movimento de acumulação do capital. Esse momento da circulação de capital na forma dinheiro é imprescindível para o processo de compra de meios de produção, de força de trabalho, da produção de mercadorias e da realização delas por meio do consumo, que é o mesmo que realização do valor (Marx, 2013).

O Estado também, segundo Marx, subsidiou empreendimentos capitalistas quando eles não dispunham de montantes necessários para explorar certos nichos econômicos. Isto é, na ausência de condições financeiras por parte de capitalistas particulares para abrir caminhos ao processo de valorização do capital, nosso autor observou que o Estado serviu de financiador de indivíduos privados que não reuniam o mínimo de capital necessário para iniciar uma empresa potencialmente lucrativa, contribuindo decisivamente para a expansão das fronteiras de valorização e, portanto, para acumulação do capital. Esse favorecimento comparece, também, em medidas que legalizam a exploração monopólica de algumas áreas da economia capitalista. Nas suas palavras:

Certas esferas da produção requerem, já nos primórdios da produção capitalista, um mínimo de capital que ainda não se encontra nas mãos dos indivíduos isolados. Isso leva, em parte, ao subsídio estatal a tais particulares, como na França de Colbert e em muitos Estados alemães até a nossa época, e, em parte, à formação de sociedades com monopólio legal para explorar certos ramos das indústrias e do comércio - as precursoras das modernas sociedades por ações (Marx, 2013, p. 381).

Outro mecanismo econômico vinculado ao Estado é a dívida pública. Marx situa a importância da dívida pública no contexto da “assim chamada acumulação primitiva”, contudo, mostrando como dela ganham força processos fetichistas de valorização do valor e que ela continua a exercer papel fundamental no processo de acumulação do capital:

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, [...] a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia (Marx, 2013, p. 824-825).

Chamamos atenção a dois aspectos: primeiro, os credores da dívida ao converter seu dinheiro parado em empréstimos ao Estado, tendo a garantia de poder comerciá-los por meio da propriedade dos títulos da dívida, insere-o num processo de aparente valorização, pois passa a incidir juros e a receber um montante a mais que o dinheiro emprestado. Segundo, essas operações dão causa à constituição de uma fração de rentistas ou financistas que enxergam a possibilidade de lucratividade cada vez mais segura nesse negócio. Posteriormente iriam se tornar o segmento mais poderoso do capital. O Estado, em função de seu endividamento público, é obrigado a fazer receita o suficiente para pagar os

juros, o empréstimo e outros serviços da dívida, atuando, assim, como receptáculo do “dinheiro improdutivo” para devolvê-lo como dinheiro que gerou mais dinheiro, mas que na verdade lança mão do aumento da cobrança de impostos sobre o conjunto da sociedade para atender às necessidades de valorização do capital portador de juros.

Em resposta à necessidade de valorização, o Estado apresenta diversas formas de intervenção, e, como mencionamos, a violência por si só é uma potência econômica que retira obstáculos e garante oportunidades bastante lucrativas ao capital. Se existem mecanismos propriamente econômicos mobilizados pelo Estado para valorizar o capital, existem também aqueles que atuam para proporcionar, manter e acelerar condições profícuas para valorização do valor. Aqui nos referimos ao papel repressor do Estado enquanto forma política da violência concentrada e organizada. Esse talvez seja o traço mais aparentemente salientado por Marx a respeito do Estado.

### ***b) Estado e ação repressiva***

A ação repressiva estatal comparece como defesa da propriedade privada, como meio de expropriação de terras e, simultaneamente, liberação de massas camponesas que se convertem em proletários; como forma de arregimentação de força de trabalho em número necessário às necessidades dos capitalistas privados; como contenção ou eliminação de parte da população sobrando; e como terrorismo contra a insurgência revolucionária da classe trabalhadora.

Marx demonstra essa face do Estado em diversos escritos. Em suas *Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*, ele trava um debate com Arnold Ruge - hegeliano de esquerda - sobre a natureza da derrota sofrida pelos trabalhadores silesianos. Marx centra sua argumentação no sentido social da revolta daqueles(as) trabalhadores(as) e nos mostra que ação dos mesmos, por ter sido capaz de repelir as iniciais investidas truculentas do Estado e voltar-se diretamente contra a propriedade privada, pondo-a em perigo, fez com que o Estado prussiano, ante os riscos anunciados, agisse de maneira enérgica e resolutamente violenta, impondo a derrota aos silesianos(as) (Marx, 2010a).

No seu *As lutas de classes na França*, Marx trata com argúcia ímpar o desenrolar histórico e conjuntural da realidade francesa em meio às aceleradas transformações políticas dinamizadas por revoluções e contrarrevoluções. Após a insurreição de fevereiro de 1848 liderada pelo proletariado francês, cuja iniciativa foi responsável por depor a monarquia de julho e proclamar a república francesa, ao mesmo tempo em que revelou seu potencial revolucionário, as outras classes se puseram em alerta<sup>1</sup>. Organizaram-se, primeiro, para

---

1 “Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele.” (Marx, 2012b, p. 44).



isolá-lo, e, em sequência, debelá-lo do modo mais sanguinário. É preciso colocar em relevo o significado histórico desses acontecimentos: o proletariado francês foi exitoso na sua luta pela derrubada da monarquia e Proclamação da República, trazendo a questão da revolução para o centro da encruzilhada em que se encontrava a luta de classes. A revolução proletária estava viva e ardia diante dos olhos das demais classes, mas, conforme Marx explica, pelo nível de amadurecimento do proletariado revolucionário<sup>2</sup> e pela força da contrarrevolução, as frações burguesas, a pequena burguesia, o campesinato e os monarquistas, através da sua união em torno do Estado, puseram de modo bárbaro um fim a ação política do proletariado francês (Marx, 2012b).

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, contemplando a insurreição do proletariado, sua iniciativa exitosa seguida de derrota; as disputas intraburguesas que se encerram no golpe de Estado de Bonaparte, Marx, mais uma vez, destaca a característica coercitiva do Estado burguês a partir de várias situações particulares ao longo dos conflitos de classe abertos entre 1848 e 1852 na França, no entanto, trazendo elementos de complexidade e originalidade sobre o Estado. De todo modo, restou o ensinamento que em conjunturas de tenso equilíbrio entre as classes e frações de classe e indefinição política, as saídas de força ganham peso e se projetam de maneira significativa, sendo alternativas reais e viáveis, como ocorreu naquela França (Marx, 2011c).

Outro escrito fundamental, *A guerra civil na França*, coloca a questão do Estado no centro da luta de classes sob duas perspectivas: primeiro, como produto da conquista política revolucionária do proletariado parisiense que edificou a Comuna de Paris e adotou uma série de medidas, cuja importância é analisada por Marx sob o ângulo da emancipação humana<sup>3</sup>; e a segunda, enquanto instrumento do terrorismo de classe por parte da burguesia francesa e internacional contra a classe trabalhadora sublevada. Um elemento distinto dos outros escritos é a coalizão entre as burguesias de países distintos, unidas em torno da necessidade de derrotar a iniciativa independente e autônoma do proletariado de Paris. Embora Marx e Engels tenham registrado que os interesses da burguesia transcendem os limites de fronteiras nacionais, *A guerra civil na França* expressa muito bem esta aliança entre as classes dominantes de países não só distintos, mas que naquele contexto se enfrentaram numa guerra, cujos resultados impuseram significativas perdas à burguesia francesa em relação ao Estado e à burguesia prussiana (Marx, 2011b).

---

2 “Uma classe na qual os interesses revolucionários da sociedade se concentram encontra, no momento em que ascende, diretamente em sua própria condição, o conteúdo e o material de sua atividade revolucionária [...]. Contudo, a classe operária francesa ainda não tinha chegado a esse ponto; ela ainda era incapaz de realizar sua própria revolução.” (Marx, 2012b, p. 47).

3 “Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho.” (Marx, 2011b, p.59).

O caráter policial do Estado também é observado em várias passagens de *O Capital* nos seus três volumes, mas notadamente no primeiro volume nos capítulos 8 (a jornada de trabalho), 13 (maquinaria e grande indústria) e 24 (a assim chamada acumulação primitiva). Referimos com mais ênfase este último. O processo de expropriação de terras de camponeses e dos meios de produção de outras categorias, tanto para liberação de espaços para o desenvolvimento da produção capitalista, como para fornecimento de força de trabalho livre e proletarizada, foi extremamente violento.

No caso da expropriação de terras:

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. (Marx, 2013, p. 796).

Além disso, vale frisar que o lumpemproletariado foi tratado de forma absurdamente desumana, sendo submetido a várias leis aviltantes, que iam desde o trabalho forçado, a tortura, mutilação e pena de morte<sup>4</sup>. Apreendemos, assim, que o Estado usa sua força repressora contra a classe trabalhadora para defender a propriedade privada, as classes dominantes e a sociedade burguesa como um todo. Outras obras de Marx também evidenciam esse caráter do Estado burguês, porém as citadas nos parecem deslindar, de maneira inequívoca, que tal aspecto é constitutivo do Estado capitalista e não um expediente meramente acessório.

### *c) Estado e a reprodução da ideologia*

Uma dimensão do Estado também bastante investigada na obra de Marx é a ideológica. Porém, antes de prosseguirmos, há que se fazer, muito brevemente, uma menção sobre a compreensão de ideologia em nosso autor, para assim melhor fundamentar a análise desta função. Para Marx e Engels (2007), a ideologia é uma forma de consciência distorcida sobre a realidade engendrada por esta mesma realidade. Fundada na atividade dos indivíduos reais e concretos, a consciência social só poderia representar as relações estabelecidas entre aqueles. Se esta representação da consciência reflete o modo de ser dos indivíduos sociais como que invertido, é porque a pro-

---

4 “Elizabeth, 1572: mendigos sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser severamente açoitados e ter a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos de idade, devem ser executados, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos” (Marx, 2013, p 807).

dução e reprodução da vida em sociedade numa determinada fase histórica assim lhe fez refletir:

A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Dado que no âmbito das relações capitalistas de produção as desigualdades sociais são gestadas como um imperativo de sua própria lógica, havendo, entretanto, a igualdade formal que o Estado a todos confere, a consciência social formada sob essas relações de produção se expressa na forma de uma naturalização eternizadora. Nesta exata medida, qualquer forma de consciência que justifique relações de exploração de homens e mulheres pelos seus iguais, constitui-se como uma forma ideológica de representar o ser social. A ideologia, portanto, cumpre papel importante na manutenção das relações sociais capitalistas, às quais, como não poderia ser diferente, encontram forte penetração no caráter do Estado.

Num sentido específico, o Estado é a expressão das contradições entre os interesses particulares e o interesse coletivo, adquirindo, no entanto, em função da luta de classes e da dominação que se estabelece, a forma do interesse coletivo como a sua representação autônoma e como uma externalidade, fora ou acima da sociedade<sup>5</sup>. Ao ser erigido sobre a sociedade burguesa moderna, o Estado é legitimado como representante do interesse geral, da nação, aparentemente dissociado dos interesses particulares das diferentes classes e dos indivíduos sociais. No entanto, conforme afirmamos logo de partida, o Estado não paira sobre os interesses antagônicos das classes fundamentais nem, tampouco, é expressão de um suposto universalismo. Ele se apresenta desse modo, pois:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

---

5 “É precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória” (Marx; Engels, 2007, nota “a”, p. 37).

A construção do Estado burguês é produto histórico do capital, da era de supremacia burguesa. Está ancorada nas relações sociais especificamente capitalistas, por isso mesmo, resultado preponderante da iniciativa histórica da burguesia. Enquanto classe dominante, à burguesia estava colocada a necessidade de constituir sua dominação numa forma política, em cuja cristalização se manifestaria seu poder nacional, ao mesmo tempo que uma vontade geral. Para ter força e legitimidade social era preciso que esse Estado de classe manifestasse uma aparência de Estado de todos; que consagrasse princípios particulares como supostamente universais, a exemplo da igualdade, da liberdade formais e que arbitrasse de maneira justa e imparcial, embora seus juízes fossem oriundos das classes dominantes e as leis redigidas por elas mesmas.

O Estado assim se apresenta, porque ele é a forma de organização da sociedade, não se confunde com ela, embora nela esteja fundado. Ele é a atividade organizadora da sociedade, administra as falhas geradas pela própria dinâmica da sociabilidade capitalista, mas sem atuar diretamente sobre as suas causas fundamentais, em vista do que fica evidente a sua contemporização inevitável a respeito das profundas desigualdades provocadas por esta sociedade. Não sendo seu objetivo eliminá-las, posto que isso demandaria atuar sobre sua própria raiz, quer dizer, atuar nas verdadeiras causas, levando a dissolução dos fundamentos a partir dos quais o próprio Estado se mantém, resta a este intervir de maneira paliativa, administrando algumas falhas do sistema e, portanto, deslocando os motivos causais para o âmbito das relações naturais<sup>6</sup>.

O papel na legitimação social se manifesta não só na suposta representação de universalidade e de sua adesão mais ou menos ativa por todos os indivíduos, ainda que não representados efetivamente naquela pretensa universalidade. Em momentos de maior acirramento da luta de classes ou de crise da dominação burguesa, Marx (2011c) demonstrou como certos componentes ideológicos foram mobilizados pelo Estado ao lado também dos seus mecanismos coercitivos, de modo a recuperar o controle que lhe escapava e fazer preponderar o poder político burguês. Nessas conjunturas, o Estado adota o “signo” da conservação e o difunde como suporte para a repressão. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, nosso autor destacou a função desempenhada por certas “palavras-chave” de cariz conservador tanto no intuito de preservação da ordem estabelecida como no de ter êxito na contrarrevolução:

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Eles ‘salvaram’ a sociedade dos ‘inimigos da sociedade’. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: ‘Propriedade, família, religião, ordem’, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: ‘Sob este signo vencerás!’ (Marx, 2011c, p.36).

---

6 “O Estado é a organização da sociedade. Na medida em que o Estado admite a existência de anomalias sociais, ele procura situá-las no âmbito das leis da natureza, que não recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da vida privada, que é independente dele, ou ainda no âmbito da impropriedade da administração, que é dependente dele”(Marx, 2010a, p. 38).

Além da impregnação ideológica no desempenho da função repressiva estatal constatada naquela conjuntura contrarrevolucionária na França, vê-se, também, o Estado atuando, em última instância, para salvaguardar os interesses econômicos das classes dominantes francesas. Ao que destacamos em acréscimo, a íntima relação entre reprodução das relações de propriedade e de trabalho sob o capitalismo – isto é, da defesa da propriedade privada e da exploração da força de trabalho – e a ação legitimadora do Estado como parte de sua função ideológica ante o conjunto das relações sociais.

Portanto, seja ao operar uma universalização abstrata dos projetos particularistas das classes dominantes, coesionando todos os indivíduos sociais em torno dela; seja ao naturalizar as verdadeiras causas das “mazelas” sociais, administrando apenas suas manifestações epidêmicas; seja mobilizando componentes ideológicos conservadores ou ainda ao sacramentar a propriedade privada capitalista e a exploração do trabalho, o Estado, como nos mostra Marx, revela o seu caráter ideológico no processo de reprodução das relações sociais burguesas.

## Estado, emancipação política e emancipação humana

Ademais, destacamos mais um elemento que nos leva a uma curta digressão. Segundo Marx e Engels (2007), somente após satisfazer certas necessidades os indivíduos sociais podem ser efetivamente livres. São as relações de produção mediadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que podem favorecer o desenvolvimento multilateral das potencialidades humanas. No entanto, os indivíduos não escolhem as condições materiais e espirituais de produção da sua existência. Elas lhes aparecem como um legado das gerações anteriores, a partir da qual constituem o seu próprio modo de ser, não de forma magicamente nova, mas sobre as relações sociais com que se defrontam. Essa base material não pode ser recusada ou negada subjetivamente. Apenas em termos objetivos, como consequência de uma revolução social, é que se torna possível negar e superar relações de produção determinadas historicamente.

As bases materiais da emancipação política estão fundadas nas relações de produção capitalistas, ao que correspondem formas jurídicas, políticas e ideológicas (Marx, 2008). Ela representa a emancipação política limitada em oposição à emancipação humana universal, isto é, enquanto na primeira prevalece o “reino da necessidade”, pois atada à propriedade privada burguesa e à exploração do trabalho, na segunda, o “reino de liberdade”<sup>7</sup> se torna uma realidade tangível, visto que baseada na livre associação dos produtores.

---

7 “Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. (Marx, 2017b, p. 883).

Na relação de universalização de interesses particulares mediada pelo Estado, emerge o que Marx chamou de “dupla existência”: a do cidadão do Estado político, em contraste com a do indivíduo real da sociedade burguesa. Por meio do Estado ele é livre, sem que essa liberdade seja um dado concreto de sua existência. Para Marx (2010b), esse feito decorre do Estado enquanto realização da emancipação política da burguesia ante o antigo regime. Essa emancipação parece ser a própria emancipação humana, mas, na verdade, é a emancipação possível nos limites da ordem burguesa. É uma emancipação parcial, pois somente na universalidade abstrata do Estado o indivíduo real é considerado um ser genérico, enquanto na sua vida particular é um ser privado, estranho a essa genericidade. É uma emancipação que se viabiliza como desvio, porque transfere ao Estado político as qualidades de ser formalmente a instância humanizadora dos indivíduos sociais, ao invés da humanização dos indivíduos ser obra da sua própria força social – do proletariado – constituída de modo politicamente autônomo e independente, tanto do Estado como da burguesia. Na sociedade do capital, essa possibilidade só se apresenta:

Na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontra numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução como um estamento particular, é o proletariado. (Marx, 2010c, p. 156).

Embora tenhamos dito que o Estado moderno é o Estado da sociedade burguesa, portanto, um Estado que reflete a supremacia histórica da burguesia, falamos também que o Estado não é algo impermeável, sendo ele mesmo, em grande medida, expressão das contradições sociais desdobradas da luta de classes. A passagem bastante conhecida do *Manifesto do Partido Comunista* que diz “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2017, p. 24), até hoje se consagrou como um grande e polêmico cânone da concepção de Estado pela tradição marxista. Existem questionamentos, indicando ser esta formulação restritiva, pois o Estado seria mais que o afirmado. Da nossa perspectiva, a análise dos principais escritos de Marx não deixam dúvidas de que ele tinha compreensão sobre as possibilidades desse Estado poder refletir tais conquistas, como consequência das lutas travadas pelo proletariado contra seus adversários antagônicos. Por exemplo, “a criação de uma jornada



normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora” (Marx, 2013, p. 370).

Quando Marx se coloca favorável à luta pela jornada diária de oito horas de trabalho, ele está ao mesmo tempo pressupondo ser possível alcançar esta conquista na ordem do capital, imprimindo-a no arcabouço legal do Estado burguês, como historicamente se verificou, tanto em seu tempo como depois. Não somente quanto à limitação da jornada de trabalho, mas outros direitos, em especial ao longo do século XX, foram conquistados pela classe trabalhadora, a partir de suas lutas, seja por causas mais pontuais, reformistas, seja por modificações societárias, mesmo que elas não tenham sido exitosas em alguns casos - em outros elas foram. Marx, entretanto, foi contemporâneo de poucas conquistas mais amplas do proletariado sob a ordem burguesa, talvez, por isso mesmo – além de não ter conseguido cumprir com o seu plano de escrever uma obra sobre o Estado - não tenha desenvolvido tanto sobre esse aspecto contraditório que caracteriza o Estado burguês, isto é, o de ser relativamente permeável às reivindicações da classe trabalhadora.

## Considerações finais

Para enfrentar a questão do Estado em Marx nos pareceu mais que necessário recorrer às suas formulações para, então, extrair o que há de central em sua interpretação acerca dessa problemática tão cara à tradição marxista. Tal exercício de pesquisa não pode ser confundido com apelo a dogmatismos, como se a envergadura intelectual de Marx conferisse aos seus escritos teóricos isenção a erros ou fosse, a priori, livre de correções, discordância etc. Pensamos, pelo contrário, que o zelo quanto ao que foi dito e escrito por qualquer autor(a) é exigência posta incontornavelmente ao(à) pesquisador(a) que almeja assimilar, da maneira mais precisa o possível, a elaboração teórica do objeto estudado, seja para simplesmente compreendê-lo, seja para criticá-lo em vista dos possíveis equívocos ou para reafirmar a validade do que disse ante as mudanças verificadas na sociedade. Essa foi a perspectiva de análise que nos orientou neste artigo.

Assim procedendo, chegamos a algumas conclusões num grau de aproximação maior do que antes. Parece-nos sólido afirmar que em Marx o Estado não pode ser outro senão um Estado de classe, o Estado do capital, pois calçado na materialidade das relações sociais capitalistas e envolto na totalidade do ser social deste tempo histórico, isto é, do ser social burguês. O Estado, como tentamos mostrar, desempenha funções diretamente econômicas, coercitivas, ideológicas; expressa, em diferentes momentos da luta de classes, as contradições e as relações de força entre elas. Na economia, atua diretamente, por meio da emissão e circulação de dinheiro; dá vazão ao dinheiro improdutivo mediante o alargamento da dívida pública; subsidia capitalistas privados para viabilizar empreendimentos

de grande lucratividade; e, portanto, tem participação imprescindível nos processos de valorização do capital.

O expediente da força também foi outro componente característico do Estado burguês, seja para acelerar o desenvolvimento da sociedade capitalista, seja para a defesa dessa mesma ordem social, reprimindo, sobretudo, a ação autônoma do proletariado. Vale ressaltar que o uso desse expediente está intimamente vinculado às necessidades do modo de produção capitalista na sua busca incessante pela realização do capital. No que se refere ao caráter ideológico do Estado, consideramos ser a forma como ele aparece para a sociedade, um dos seus pilares de sustentação, pois ao ser reconhecido como Estado acima das diferenças, autônomo em relação a particulares, mas submetido à vontade geral do povo, ele se legitima perante este, que nele enxerga a igualdade humana, sem conseguir, no entanto, enxergá-la no seu semelhante. O seu caráter ideológico também pode ser identificado tanto ao recobrir de legitimidade a exploração da força de trabalho, como ao consagrar a propriedade privada como um direito inviolável. Por fim, esse mesmo Estado, em conjunturas de maior confronto entre as classes, aciona recursos ideológicos conservadores tanto para defender a ordem dominante, como para justificar a repressão contra os dissidentes.

O Estado também é resultado das contradições determinadas da luta de classes. Manifesta, fundamentalmente, as determinações das relações dominantes – portanto, também das classes dominantes –, mas reflete, em conjunturas históricas específicas, a força das classes dominadas. Inscrito na época histórica do capital, o Estado não dispõe de autonomia, nem mesmo relativa, – excetuando-se as conjunturas de crise revolucionária – pois ele como tal, desempenhando as funções que o caracteriza, só faz sentido neste ser social determinado. Ele é parte constituída e constituinte desse modo de ser particular da história humana. Porém, em relação ao confronto mais ou menos (i)mediato entre as classes sociais, o Estado demonstra ser passível de modificações relevantes também à classe trabalhadora, mas não necessariamente incompatíveis com a manutenção do metabolismo social do capital. Portanto, o Estado não é apenas o Estado-classe como se está mais acostumado a ouvir, mas o Estado de uma relação social historicamente determinada, o Estado do capital.

**Contribuições:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

- MARX, K. Plano de trabalho sobre o Estado. MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007a. p. 543.
- MARX, K. Ad Feuerbach. MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007b. p. 533-534.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. Glosas Críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’: de um prussiano”. *Lutas de classes na Alemanha*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010a. p. 25 – 52.
- MARX, K. *Sobre a questão judaica*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010c. p. 145-157.
- MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, K. *Guerra civil na França*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- MARX, K. *As lutas de classes na França*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Os despossuídos*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

# Direitos Humanos e Questão ambiental: uma crítica em Enrique Dussel

*Human Rights and the environmental question: a review of Enrique Dussel*

César Augusto Costa\* 

## RESUMO

Este artigo realizado a partir da pesquisa bibliográfica apoiado em alguns em alguns escritos do pensador argentino Enrique Dussel (1980; 1993; 2000; 2012; 2015; 2004; 2003) e em diálogo com outros pesquisadores (Herrera Flores, 2009; Wolkmer; Lipstein, 2017; Mignolo, 2017; Quijano, 2005; Costa; Loureiro, 2015; 2019) centra-se nas relações entre a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e a questão ambiental na América Latina (AL). Para este efeito, o texto está organizado em dois eixos principais, que se seguem à introdução, onde reiteramos a necessidade de refletir criticamente os direitos humanos através do reconhecimento dos sujeitos vivos e negados do processo de libertação na América Latina (LA). No primeiro, abordaremos a relevância de Dussel como um pensador que discute radicalmente a América Latina com base na relação entre a sua Filosofia de Libertação e os Direitos Humanos. No segundo, indicaremos alguns elementos da crítica política do filósofo de Mendoza para o debate sobre a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e as implicações para a questão ambiental na América Latina através da subjugação colonial histórica e violenta imposta pelo modelo da civilização capitalista.

**Palavras-chave:** Enrique Dussel; Questão ambiental; Teoria Crítica dos Direitos Humanos.

## ABSTRACT

The article focuses on the relations between the Critical Theory of Human Rights and the environmental issue, based on the contribution of the Argentine philosopher Enrique Dussel. For this purpose, the text is organized in two main axes, which follow the introduction, where we reiterate the need to critically reflect human rights by recognizing the living and denied subjects of the liberation process in Latin America (LA). In the first, we will approach Dussel's relevance as a thinker who radically discusses Latin America based on the relationship between his Liberation Philosophy and Human Rights. In the second, we will indicate some elements of the political criticism of Mendoza's philosopher for the debate on the Critical Theory of Human Rights and the implications for the environmental issue in Latin America through the historical and violent colonial subjugation imposed by the capitalist civilization model.

**Keywords:** Enrique Dussel; Environmental issue; Critical theory of human rights.

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89046>

\*Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS - Brasil.

E-mail: [csc193@hotmail.com](mailto:csc193@hotmail.com).

Como citar: COSTA, C. S. Direitos Humanos e Questão ambiental: uma crítica em Enrique Dussel. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 127-142, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89046>.

Recebido em 11 de fevereiro de 2022.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2022.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

O presente trabalho à luz da pesquisa bibliográfica apoiada em alguns escritos do pensador argentino Enrique Dussel (1980; 1993; 2000; 2012; 2015; 2004; 2003) e em diálogo com outros pesquisadores (Herrera Flores, 2009; Wolkmer; Lipstein, 2017; Mignolo, 2017; Quijano, 2005; Loureiro, 2015; 2019) pretende refletir acerca das relações entre a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e a questão ambiental na América Latina (AL). Dessa forma, para uma compreensão latino-americana de direitos humanos, devemos vislumbrar as raízes da América Latina (AL) a história de lutas, reivindicações e conquistas de direitos pelo reconhecimento de identidade, de pertencimento, de culturas e de todas as relações que definem o povo latino-americano em sua complexa diversidade (Wolkmer; Lipstein, 2017).

Levamos em conta que o sistema universal de Direitos Humanos (DH) possui uma matriz eurocêntrica (como/enquanto um discurso de dominação), ao mesmo tempo de negação de direitos e de negação do reconhecimento da história de outros povos (Dussel, 1993; 2015, 2016). Assim, o monopólio do saber como verdade real revela que jamais será efetivo um sistema de Direitos Humanos que renega a existência de uma conjuntura histórico-sociológica de outras culturas (Wolkmer; Lipstein, 2017).

Aludimos que vivenciar um discurso de Direitos Humanos universal que não pertence a AL, é conceber a subalternização e a perpetuação da colonização. Segundo Wolkmer e Lipstein (2017), mais que a colonização de terras, recursos, pessoas e bens, devemos rever criticamente a colonização do pensamento. Torna-se necessário um pensamento crítico, um pensamento latino-americano decolonial de forma a realizar uma crítica na descolonização do ser, saber e poder dominantes (Quijano, 2005).

O Filósofo argentino, menciona o ex-Presidente boliviano, Juan Evo Morales Ayma, que, em 2006, declarou exercer um “poder obediente”, uma vez que a sua concepção de poder significava obedecer aos direitos e as necessidades dos movimentos sociais (Tunes, 2019). Assim, compreende-se, que o poder não reside na Presidência, ou no governo, na polícia ou em qualquer outra instituição. Para Dussel (2007), a fonte de poder é a comunidade política, ou seja, é o povo. A instituição é o lugar do exercício delegado deste poder.

Para Dussel (2007), o poder que reside sobre o povo é um poder compartilhado simetricamente. Da participação de todos é que emerge a legitimidade das decisões. E a legitimidade permite a convicção interna das decisões tomadas. O povo tem que obedecer às leis, mas se participa das decisões, obedece a si mesmo. Se não participa, vê a lei como estrangeira ou desleal. Para Dussel (2016), o sistema de leis é parte de um sistema de legitimação, o que nos leva a refletir sobre o papel das instituições políticas, pois não acredita que se deva superar ou abolir as instituições, mas compreender que poder elas buscam legitimar.

O pensador argentino aponta que para Gramsci (1975), uma classe dirigente é dirigente quando tem o consenso das pessoas. Quando as vítimas se dão conta de que seus direitos não estão incluídos na lista vigente, elas rompem este consenso. Segundo Dussel (2007), surge o dissenso, ao qual é o consenso crítico dos oprimidos que faz buscar novos direitos.

Na visão de Dussel, o consenso crítico de que a lei “pode matar” faz com que o oprimido não aceite a Lei injusta, o que o coloca na condição de ilegalidade, pois os novos direitos surgem da luta das vítimas (Dussel, 2015). Todo novo direito passou por um tempo de ilegalidade e ilegitimidade. Os novos direitos inevitavelmente se chocam com o Direito instituído, com a legitimidade vigente. Eles se instituem não pelo reconhecimento, mas pela luta (Dussel, 2015). Assim, essa ilegitimidade dos novos direitos está na base da legitimidade do sistema futuro. Novos direitos nunca se decretam, nem se reconhecem. Os direitos se conquistam a partir do sofrimento da vítima. No entender do filósofo argentino, a vítima percebe que lutar pelo direito é melhor do que continuar sofrendo (Dussel, 2012).

Nessa perspectiva o “giro decolonial” é um horizonte necessário ao pensamento, permitindo-se reconhecer outras teorias que dão legitimidade a outras formas de conhecimento. Tal exercício descolonizador do ser e saber (Quijano, 2005), se expressam como “o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser o objetivo da decolonialidade do poder (quer dizer, da ‘matriz colonial do poder’”) (Mignolo, 2007, p. 29 – 30).

Na sua formulação original por Quijano, o “patron colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados (Mignolo, 2017, p. 5).

Para Wolkmer e Lipstein (2015, p. 293) o discurso eurocêntrico como sendo o único “legitimador do conhecimento é algo provençal e revela um projeto perverso de uma europeização do mundo com fundamentos etnocentristas. Esse projeto tem ao fim o objetivo de poder, de dominação e de exploração, são processos de colonização com outras roupagens”.

Desse modo, a base ideológica dos Direitos Humanos (DH) a partir da racionalidade eurocêntrica não é efetiva, pois o discurso hegemônico é incapaz de se identificar com a complexidade da diversidade ambiental das populações da AL. Tal racionalidade valida o discurso hegemônico eurocêntrico direcionando para uma visão de direitos humanos liberal-burguesa, que desconhece as populações tradicionais e indígenas da



AL, negando a existência de qualquer pensamento contra-hegemônico oposto à violenta racionalidade europeia.

Temos convicção que para dimensionar a Teoria crítica dos Direitos Humanos (TCDH), faz-se urgente redefinir a vida humana, refletida na historicidade e identidade dos sujeitos singulares e coletivos, reconhecendo suas diferenças. Esse fato implica ter consciência e luta contra imposições europeias que caracterizaram a sociedade, aliada à selvageria do mercado financeiro e à hegemonia política do neoliberalismo. Nesse sentido, importa destacar o cenário cultural, marcado por fenômenos como globalização e neoliberalismo.

Pensar a TCDH neste horizonte é levar em consideração o espaço transformador e de diálogo intercultural que se buscam formas alternativas e de fundamentação. Certamente que tais pressupostos, instituem-se na *práxis* participativa de sujeitos insurgentes no reconhecimento da satisfação de suas necessidades, entre os quais, a vida humana com dignidade e respeito à diversidade (Wolkmer, 2006). Ou seja, queremos evidenciar que frente aos recentes processos de dominação e de exclusão de mundialização do capital, faz-se relevante indicar as novas formas libertárias e contra-hegemônicas dos DH e sua relação com o campo ambiental.

Trata-se, na verdade, de introduzir como paradigma, um pluralismo jurídico e intercultural, capaz de viabilizar-se como instrumento de resistência e de afirmação aos direitos humanos emergentes. Na visão do pensador de Mendoza, cabe destacar que, a crítica dos DH, parte da superação do saber eurocêntrico que por muitos séculos solidificou a constituição do sistema mundo moderno-colonial (Dussel, 2000), cumprindo função hegemônica e não reconhecendo outros saberes, culturas e seus “sujeitos vivos” (indígenas, negros, populações tradicionais, mulheres, trabalhadores), vítimas da violenta racionalidade europeia.

Dessa forma, concordamos com Herrera Flores (2009) quando diz que reinventar os Direitos Humanos tornou-se uma necessidade por questionar e confrontar o saber eurocêntrico mediante o reconhecimento e afirmação de saberes locais e de seus “sujeitos vivos”. Isso significa refletir uma teoria crítica dos Direitos Humanos que interpele os marginalizados da história, os excluídos e subalternos, as periferias do capitalismo dependente, os sujeitos negados do sistema-mundo moderno-colonial ou do padrão colonial de poder (Mignolo, 2017), reconhecendo-os como verdadeiros sujeitos da *práxis* histórica de libertação (Dussel, 1980).

Para o enfrentamento dessas questões, o artigo está organizado em dois grandes eixos, que se seguem à introdução, onde reiteramos a necessidade de refletir criticamente os Direitos Humanos reconhecendo os sujeitos vivos e negados do processo de libertação na AL. No primeiro eixo abordaremos a relevância de Dussel como um pensador que tematiza de forma radical a AL a partir da relação entre sua *Filosofia da Libertação* (FL) e os Direitos Humanos. No segundo eixo, indicaremos alguns elementos da crítica-política do filósofo de Mendoza para o debate da TCDH e as implicações diante a questão ambiental

na América Latina mediante a violenta subjugação colonial e histórica imposta pelo modelo civilizatório capitalista.

## Enrique Dussel e o pensamento crítico dos Direitos Humanos na América Latina

Dussel (1993) compreende que a AL é um espaço histórico que foi materializada dentro do projeto chamado “modernidade” a partir de 1492 e, em termos geográficos, jurídicos, culturais, sociais, políticos e epistêmicos, foram constituídas primeiro pelas matrizes europeias, cuja forma de racionalidade impera até os dias atuais. Não podemos esquecer que a AL foi e ainda é dominada por várias formas de neocolonialismo que carregam marcas profundas de opressão e desigualdade. Todas as barbáries cometidas produziram e produzem vítimas que até hoje determinam o *ethos* latino-americano, vide os casos recentes de massacres a povos originários, tradicionais e camponeses e o crescimento dos conflitos ambientais decorrentes do padrão de desenvolvimento econômico (Porto-Gonçalves, 2013).

Eduardo Galeano (1978) em sua obra clássica *As veias abertas da América Latina*, afirma que a própria invasão e imposição de outra cultura, vinculada às condutas e valores das classes dominantes, têm gerado um sentimento de não pertencimento à AL, como se os povos originários se sentissem como se estivessem no exílio na própria terra. “É nesse contexto que Dussel enfatiza a necessidade de elaborar uma ética material da vida. Se a vida em sua materialidade, em sua corporalidade é negada (fome, miséria, violência etc.), urge questionar radicalmente o sistema vigente objetivando destruí-lo” (Silva, 2012, p. 98). Assim, a compreensão sobre os Direitos Humanos tradicional, parte de uma visão histórica de 1789 (Revolução Francesa e do surgimento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) como a inauguração da concepção fundamentadora da modernidade que classificou, negou e encobriu experiências históricas, ou seja, invalidando a totalidade das vivências ocorridas no cenário anterior a invasão da América Latina (AL) (Machado; Caciatori, 2017).

Podemos questionar: a luta por Direitos Humanos pode ser “ilegal”? O que lhe dá legitimidade? Para o pensador argentino, precisamos de uma leitura sobre os Direitos Humanos buscando compreender como nascem “os novos direitos”, sobretudo no marco da AL (Dussel, 2016). Como pensar a questão ambiental nesta dimensão?

Em sua abordagem sobre os Direitos Humanos, o filósofo argentino não busca elementos dos direitos nacionais europeus ou o Direito Romano que os influenciou. Ele traz aspectos do Egito Antigo, 5.000 anos atrás, onde no *Livro dos Mortos* já é possível encontrar o deus Osíris julgando os atos da humanidade: Bom é aquele que “dá pão ao faminto, dá de beber ao sedento, roupa ao desnudo e barca (ou abrigo) ao peregrino”. Trinta séculos

depois, diz Dussel, o criador do Cristianismo toma como critério de conduta o cuidado com essas quatro necessidades da corporalidade humana (Tunes, 2019). Também na Babilônia, há 3.700 anos atrás, o Rei Hamurabi legislava sobre a necessidade de se fazer justiça à “viúva, ao órfão e ao pobre”, indo a uma concepção de Direito que vai além do Direito Romano, pontua Dussel (2016). Sua lei prevê direitos não apenas para aqueles que estão no sistema, mas também para os que estão fora dele, assinala o pensador de Mendoza.

O filósofo argentino destacou que os direitos, garantidos pelas leis, enunciam necessidades humanas. Mas, haveria um “direito natural” que valha para todas as épocas? Para Dussel, os direitos são válidos, porém, historicamente. Assim sendo, não é possível a existência de uma “lista de direitos” perfeita para todos os tempos, culturas e lugares, a exemplo do direito de voto feminino, que até 1890 nem havia sido enunciado (Dussel, 2015). Surge o questionamento: como se descobrem, então, os “novos direitos”?

Para o pensador mendocino sempre haverá “vítimas” do sistema que, por não terem participado das decisões políticas, ou seja, dos acordos que definem os direitos, serão excluídos da lista. Logo, ninguém sabe quais serão as vítimas do futuro, porque nenhuma lista é perfeita, indica. O pobre é o excluído do sistema. Aí começa um tema interessante: como nascem, historicamente, os novos direitos (Dussel, 2016).

Nesse contexto, é possível questionar sobre a possibilidade de uma matriz filosófica de sustentação dos Direitos Humanos na AL. Afinal, a própria concepção de direitos humanos na Filosofia do Direito remete ao contexto histórico europeu e norte-americano da segunda metade do século XVIII. De outro modo,

A chamada Filosofia da Libertação trata-se de uma vertente de pensamento que foi desenvolvida no final da década de 60 por pensadores latino-americanos que incorporaram a necessidade de pensar as mazelas socioeconômicas e sociopolíticas desde a realidade histórica do continente. É nesse contexto que se expande nas ciências humanas linhas de pensamento econômico, como a teoria da dependência, pensamento sociológico, como a sociologia da libertação, e mesmo teológico, como a teologia da libertação, ou, então, político, como as lutas pela emancipação (Machado; Caciatori, 2017, p. 334).

Consequentemente, queremos evidenciar como podemos tecer uma fundamentação dos Direitos humanos desde a Filosofia da Libertação a partir de Enrique Dussel (2015). A nossa intenção é alicerçar fundamentos filosóficos ao uso dos direitos humanos como ferramenta das vítimas, dos oprimidos e dos pobres em suas lutas de libertação, aprofundando e ampliando-os – que temos revelado na *práxis* histórica e ambiental. Temos convicção que o pensador argentino é um autor situado no campo ambiental no sentido estrito, mas sua compreensão filosófica e política contribuem de forma decisiva para

alicerçar uma perspectiva de Direitos Humanos crítica nas formas de nos relacionarmos com/na natureza.

Diante disso, pensar a relação entre Direitos Humanos a partir da perspectiva crítica da Filosofia da Libertação de Dussel, representa a possibilidade de refletir outros referenciais que possam explicitar a luta concreta dos povos vitimizados pela ofensiva do sistema mundo moderno-colonial aos direitos humanos. E principalmente, pelo uso hegemônico e distorcido do pensamento dominante neoliberal, as quais utilizam o discurso de proteção e promoção de direitos humanos para a prática de violações aos povos periféricos, impedindo suas lutas.

Para Rosillo Martinez (2015), a Filosofia da Libertação de Dussel toma a sério o espaço geopolítico, uma vez que, o sol que nasce em Miami, não é o mesmo que nasce em Chiapas. Assim, sua fundamentação para os direitos humanos não quer alicerçar a construção de cidadãos burgueses, mas de pessoas, povos e comunidades que, ante a sua exclusão, empoderam-se para chegar a ser sujeitos de sua própria história. Para ele, tampouco se trata de depreciar os aportes da filosofia eurocêntrica dos direitos humanos, invisibilizar suas matrizes históricas, mas de subsumi-las criticamente desde a realidade periférica da AL (Rosillo Martinez, 2015).

Neste viés, as bases dos direitos humanos que constroem a FL devem permitir o diálogo intercultural (Dussel, 2004), cuja sua fundamentação deve partir dos processos de luta próprios de cada povo e cultura (Rosillo Martinez, 2015). Por sua vez, a abordagem do fundamento histórico-social da FL, deve ser compreendida na perspectiva de direitos humanos configurados como um instrumento de libertação efetiva nas condições concretas da periferia (Dussel, 1977). Seu alicerce é a alteridade, o encontro com o outro, como uma condição para que o ser humano se constitua como sujeito crítico em sua intersubjetividade.

Desse modo, a partir de Dussel (2000), podemos indicar que os direitos humanos se constituem como *práxis* de libertação, pois é uma ação possível que transforma a realidade (objetiva e social) tendo como referência última sempre a “vítima ou a comunidade das vítimas”. Segundo Rosillo Martinez, “o processo prático de libertação, agora no âmbito ético e político, é principalmente dialético – ainda que não exclusivamente – enquanto busca negar a negação de seres humanos, e avança afirmando o positivo” (2015, p. 86).

Nesta esteira, a libertação em Dussel pressupõe materialidade e universalidade. É preciso atentar para que não se construa um universalismo abstrato e totalizante, pois é preciso compreender a pluralidade das realidades históricas e as condições materiais dos diversos povos que formam a humanidade. Por isso, a FL considera insuficiente a construção de uma fundamentação de direitos humanos de forma absoluta e dogmática (Machado; Caciatori, 2017). Para Machado e Caciatori (2017, p. 343):

O objeto e também ponto de partida da Filosofia da Libertação é o sujeito da práxis da libertação, que é o débil, a vítima, o marginalizado, não privilegiado e excluído, que não é constituído mediante uma aceção subjetiva individual, mas por meio de uma intersubjetividade, o que significa dizer que a Filosofia da Libertação reconhece a concretude da subjetividade de cada indivíduo humano e a importância de seu encontro com o outro, da alteridade, para o processo de libertação. O sujeito vitimizado constitui-se enquanto sujeito da práxis ao perceber-se dominado pelo sistema que causa a vitimização, em um processo que requer a tomada de consciência da opressão seguida pela elaboração de uma crítica ao sistema vigente.

À luz da Filosofia da Libertação, os direitos humanos são tensionados numa dimensão pessoal e histórica, bem como possui fundamento na *práxis* das vítimas, numa *práxis* de libertação que busca subverter o sistema capitalista, que nega a satisfação das necessidades para a produção e reprodução da vida, transformando-o para um outro sistema.

Para Rosillo Martinez (2015, p. 103):

Isto implica colocar a práxis como fato mais radical, que antecede ao Estado ou a “natureza humana”, enquanto busca de fundamentos de direitos humanos. Não é um fundamento dogmático, nem etnocêntrico, nem historicista; defende a necessidade do sujeito, porém não o sujeito individual e abstrato da modernidade hegemônica, mas o sujeito intersubjetivo que se constitui por meio do desejo de libertação das vítimas reunidas e organizadas em comunidade.

A contribuição dusseliana em contraposição à ética moderna é a sua materialidade, sua concretude que parte de ética material da vida. Dussel parte dos excluídos para fundamentar a possibilidade de construir outra ética, uma ética transmoderna. A Ética da Libertação de Dussel é “uma contribuição para a efetivação de uma nova realidade a ser construída pelos povos e culturas no contexto de exclusão e supressão da dignidade humana na atualidade. É uma rebeldia encarnada na História em favor dos excluídos e das vítimas” (Silva, 2012, p. 106-107).

Chegando ao ponto central da nossa reflexão, vislumbramos a necessidade de abordar as relações existentes entre TCDH e a questão ambiental na AL. Quais seus fundamentos, propostas e articulações? Quais contribuições o pensamento dusseliano nos propõe?

## Teoria Crítica dos Direitos Humanos e questão ambiental à luz de Dussel

Neste momento cabe indicar, que elementos centrais reivindicam a relação entre a Teoria crítica dos Direitos Humanos e o princípio material à luz de Dussel (Costa; Loureiro, 2015). O “*princípio material*” é o centro da reflexão do pensador argentino que encontra alicerce em última instância na vida. Na obra *A Sagrada Família*, Engels, citado

por Dussel (2007, p. 137) expõe de forma clara o fundamento deste princípio material dusseliano: “A última instância na interpretação materialista da história é a produção e reprodução da vida imediata (...) de tudo o que serve para alimento, vestimenta, casa” (...).

Para Dussel (2000), o sistema-mundo moderno não superou a contradição capital-trabalho, sendo que sua *Ética da Libertação* busca refletir filosoficamente a partir deste horizonte planetário, o duplo limite ao qual está configurada a crise do processo civilizatório: a destruição ecológica da vida no planeta e a extinção da vida humana pela miséria a qual sobrevive grande parte da humanidade. Para ele (2003), uma ética ecológica trata da condição primária dos seres vivos, exercida no respeito ao direito universal à sobrevivência dos humanos, de forma singular, os excluídos: pobres do presente e das gerações futuras que herdarão tal miséria, se não adquirirem uma consciência global. Para ele, a vida é uma condição absoluta da existência humana, onde a vida da terra se denomina numa condição ampliada. Segundo Dussel (2003, p. 23), “a Terra não pode ser destruída, nem tampouco a Natureza (em sua constituição física, química ou simplesmente material); o que nela pode ser destruído são as condições de existência para a Vida. A Vida pode ser destruída na Terra”.

Na compreensão de Dussel (1986), a terra como “matéria explorável”, destrutível sem limite, causa do crescimento da taxa de ganância, de mera produção, constitui um momento da ação dominadora do homem. Esta mudança da relação “pessoa-natureza” culminou com a Revolução Industrial e chegou a alucinantes projeções no estado atual do capitalismo transnacional, de uma sociedade “agressivo-destrutiva” da ecologia natural, que corrompeu a natureza como um momento interno ao processo de dominação sobre os outros homens, sobre os pobres, as classes dominadas, os países periféricos. Em sua *Ética Comunitária*, ele afirma: que as transnacionais colocam nos países desenvolvidos as indústrias mais poluentes com as menores garantias de segurança. Com isso, “o colapso ecológico gigantesco cresce. Chegou o momento em que a natureza, por um ato de vingança cósmica, exterminará as espécies homem da superfície do planeta Terra” (Dussel, p. 1986, 212-123).

Dussel tem como horizonte a destruição ecológica da terra articulada com a miséria, a pobreza e a opressão da maioria da humanidade enquanto fenômenos sociais oriundos do capitalismo desigual e dependente. Para ele, devemos recuperar a referência material que tais fatos só podem ser descobertos de forma *crítica*. Por isso, necessitamos reconstruir a verdade de uma ética material onde a *destruição ecológica e a pobreza* sejam visualizadas como problemas éticos articulados a dimensão de *práxis*. Por isso, consideramos que:

Somente a impossibilidade de viver sofrida na corporalidade negada dos oprimidos (ou das gerações futuras), na destruição real ecológica sem a qual não se pode ‘sobre-viver’ (nem como permanência, pela fome, e muito menos como



desenvolvimento ou crescimento, pela educação, por maiores possibilidades espirituais, artísticas, éticas etc.), somente essa impossibilidade vem a ser a origem, o desencadeamento do processo crítico. O recolhimento do Outro no rosto do in-feliz (a intenção ambígua do utilitarismo), do in-justamente tratado, do pobre (Teologia da Libertação) (...) (Dussel, 2003, p. 30-31).

E qual relação podemos apontar entre Teoria crítica dos Direitos Humanos (TCDH) e a questão ambiental na AL? É na perspectiva paradigmática do Pluralismo Jurídico comunitário-participativo e com base num diálogo intercultural para o campo ambiental que se deverá definir e interpretar os marcos de uma nova concepção de direitos humanos. Sendo assim, para enfrentar o momento histórico assumido pela apropriação do capital pela ordem internacional marcada pela globalização neoliberal, constata-se uma nova fase histórica e uma “nova perspectiva teórica e política no que se refere aos Direitos Humanos” que questionar “a natureza individualista, estatista e formalista dos direitos” e partir para uma redefinição intercultural de DH. Segundo Wolkmer (2006, p 114):

Ora, diante dos recentes processos de dominação e exclusão produzidas pela globalização, pelo capital financeiro e pelo neoliberalismo que vem afetando substancialmente relações sociais, formas de representação e de legitimação, impõe-se repensar politicamente o poder de ação da comunidade, o retorno dos agentes históricos, o aparecimento inédito de direitos relacionados às minorias e à produção alternativa de jurisdição, com base no viés interpretativo da pluralidade de fontes. Certamente que a constituição de uma cultura jurídica antiformalista, antiindividualista e antimonista, fundada nos valores do poder da comunidade, está necessariamente vinculada aos critérios de uma nova legitimação social e de um novo diálogo intercultural. O nível dessa eficácia passa pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos sociais (aqui incluindo os grupos culturais minoritários), de suas diferenças, de suas necessidades básicas e de suas reivindicações por autonomia.

Dussel (2004, p. 199) colabora na discussão reafirmando que:

O diálogo intercultural presente não é apenas, nem principalmente um diálogo entre os apologistas de suas próprias culturas, que intentariam mostrar aos outros as virtudes valores de sua própria cultura. É, antes de tudo, o diálogo entre os criadores críticos de sua própria cultura (intelectuais da ‘fronteira’, entre a própria cultura e a Modernidade). Não são dos que meramente defendem de seus inimigos, senão os que primeiramente recriam desde os supostos críticos que se encontram na sua própria tradição cultural e da mesma Modernidade que globaliza. A Modernidade pode servir como um catalizador crítico (se a usa a mão experta da crítica da própria cultura). Mas também, não é sequer o diálogo entre os críticos do ‘centro’ metropolitano com os críticos da periferia cultural. É, antes de tudo, um diálogo entre os críticos da periferia, um diálogo intercultural Sul-Sul, antes de passar ao diálogo Norte-Sul.

Dussel entende que nas culturas indígenas da América Latina, existe uma afirmação da natureza mais integrada, ecológica, sociobiodiversa e mais necessária do que o modo como a modernidade capitalista a define, uma vez que a reduz a algo explorável, vendível e destrutível (Dussel, 2004). Para ele, a morte da natureza é um suicídio coletivo da humanidade e a cultura eurocêntrica, globalizada e hegemônica, nada aprendeu do respeito à natureza que existe em outras culturas, supostamente mais atrasadas, segundo os paradigmas desenvolvimentistas. Esse princípio ecológico dusseliano também pode reconhecer o melhor da modernidade (sem negá-la radicalmente, mas superando-a dialeticamente), buscando integrar seus desenvolvimentos científicos e tecnológicos a outros modos de produzir, organizar-se socialmente e criar culturas. Assim, Dussel (2004, p. 207) visualiza uma América Latina como/enquanto totalidade, não ocultando sua complexa constituição conflituosa interna sempre presente, embora reconheça:

Claro que há ‘muitas’ Américas Latinas, mas ante o cético de sua existência, esta visão daria razão à pulverização nacionalista. Também explicaria tomar a América Latina como um todo, o fato de que quando se efetua um diálogo intercontinental (como no qual temos participado frequentemente entre África, Ásia e América latina e, ainda na Europa ou Estados Unidos), tende-se a falar de América latina como uma unidade (que de todas as maneiras existe, já que um maia ou um aymara são povos originários, mas latino-americanos, porquanto tem feito uma parte de sua história, ao menos os últimos quinhentos anos, junto aos mestiços, crioulos, aos afro-latino-americanos etc.).

Para o filósofo argentino, a Filosofia da Libertação reitera o sentido de que toda filosofia intercultural já está “determinada” pelo diálogo intercultural *crítico* seguindo os critérios de “vítimas” (excluídos) da sua própria cultura (Dussel, 2004). Sendo assim, Dussel (2004, p.208 - grifos do autor) se coloca frente à questão intercultural da seguinte maneira:

Não advertir sobre assimetrias entre as culturas atuais e as assimetrias entre os atores intraculturais, é perder de vista a referência originária do pensar crítico. Esta referência às vítimas, desde a especialidade periférica da “fronteira” como “ponto de partida” do diálogo, é o tema originante de todos os demais na *Filosofia da Libertação*, e, por isso, igualmente de um diálogo *crítico* intercultural. Opino que a articulação com a negatividade da vítima é de novo o pressuposto irrefutável (para expressar-me como K. O. Apel). Por tudo isso, o conceito de “*trans-modernidade*” supõe também a categoria da vítima, de Exterioridade (a extensão cultural das vítimas da Modernidade), e um diálogo *crítico* intercultural também o supõe, ou, caso contrário, a interculturalidade se tornaria apologética, folclórica ou populista (ao não considerar a *negatividade* como ponto de partida).

O método dusseliano implica uma opção ética e uma práxis histórica concreta. Evidencia-se que deve aliar o rigor teórico especulativo e a ação ético-política a favor da libertação humana, uma vez que, a indiferença compactua com o sistema vigente. Pois não é pela lógica e a eficácia que devemos mensurar o conhecimento, mas pelo seu caráter humanizador e justo das relações sociais, sobretudo, nas relações com a natureza. Ou seja, para Dussel é por meio da Ética da Libertação que se “permite o (auto) reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos, etc. e discriminados: mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes, etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias, negadas pelo sistema-mundo vigente” (Oliveira; Dias, 2012, p. 98).

Wolkmer (2006, p. 114) assinala que:

Ressignificar outro modo de vida impulsiona a dimensão cultural por outras modalidades de experiência, de relações sociais e ordenações das práticas emergentes e instituintes. Em tal intento, a prioridade não estará no Estado-nacional e no Mercado, mas, presentemente, na força da sociedade como novo espaço comunitário de efetivação da pluralidade democrática, comprometida com a alteridade e com a diversidade cultural. Em sua capacidade geradora, o poder da instância societária proporciona, para os horizontes institucionais, valores culturais diferenciados, procedimentos distintos de prática política e de acesso à justiça, ‘novas definições de direitos, de identidades e autonomia’, projetando a força de sujeitos sociais como fonte de legitimação do *locus* socio-político e da constituição emergente de direitos que se pautam pela dignidade humana e pelo reconhecimento à diferença.

Dussel interpela tal reflexão através da “consciência ético-crítica das vítimas, dos oprimidos, dos condenados da terra, em comunidade transformadora” (Silva, 2012, p. 104). O filósofo argentino, parte em sua reflexão da pobreza e dependência da AL no sistema-mundo, buscando entender a atividade filosófica como análise e contextualização da realidade que se encontra o povo latino-americano, os pobres e as diversas culturas que têm seu direito de viver negado e balizado pelo modo de produção capitalista. Dussel quer efetivar uma “*práxis* libertadora” que tem concretudes sociais e políticas, frente às lógicas excludentes e desiguais para o ser humano e destrutivas da natureza. Sua *Ética Libertadora*, portanto, contribui noutra realidade a ser construída pelos *povos e culturas* no contexto de supressão da dignidade humana, mediante uma rebeldia encarnada na história em favor dos expropriados e oprimidos.

A proposta da ética dusseliana é, antes de tudo, um esforço de decifrar o ser da realidade latino-americana. Trata-se de enfrentar um problema, um desafio, porém, também uma esperança, uma perspectiva, um compromisso. Nesse âmbito, a responsabilidade pelo outro constitui um dos pilares para a superação dos grandes problemas humanos. Se formos responsáveis uns pelos outros, especifi-

camente pelos excluídos e pelas vítimas, o projeto em todos os níveis (político, erótico, pedagógico, *ecológico*, econômico) a ser construído é lutar para que se efetivem a justiça e a libertação (Silva, 2012, p. 106 - grifos do autor).

Dussel, em sua tese central, busca mostrar o lugar da AL na história universal da qual ela foi “excluída” (Fornet-Betancourt, 2004) diante de todas as atrocidades cometidas que produziram uma série de vítimas que até hoje marcam o *ethos* latino-americano seja, “Esse passo representa o momento culminante na argumentação de Enrique Dussel. Nesse nível desmonta-se a construção histórica eurocêntrica em todas as suas figuras e se lhe opõe, desde a percepção ameríndia, a realidade da invasão e da resistência” (Fornet-Betancourt, 2004, p. 57).

Para o pensador de Mendoza, a AL deve ser afirmada como “povo uno” buscando o desenvolvimento e a defesa de uma *cultura latino-americana* que expresse o projeto de libertação do seu povo. “É nesse contexto que Dussel enfatiza a necessidade de elaborar uma ética material da vida. Se a vida em sua materialidade, em sua corporalidade é negada (fome, miséria, violência etc.), urge questionar radicalmente o sistema vigente objetivando destruí-lo, pois ele é a causa da morte de milhões de seres humanos” (Silva, 2012, p. 98).

Em termos de uma reflexão ambiental, a posição de Dussel coloca-se oposta àqueles que defendem a existência de culturas como mundos da vida incomunicáveis, já que o autor tem como objetivo desenvolver uma filosofia de diálogo e uma comunicação intercultural entre os vitimados pelo sistema-mundo moderno colonial. A *Filosofia da Libertação* dusseliana entra em diálogo com as lutas ambientais críticas, mostrando as possibilidades de realização de um diálogo desde a afirmação da alteridade e respeito com os excluídos. Tal diálogo só é possível com uma crítica radical ao modo de produção capitalista e à razão moderna, eurocêntrica e violenta, postulando como horizonte a afirmação e o reconhecimento do “Outro”, do excluído.

Segundo Dussel, o “princípio material” de respeito à vida deve estar presente em todas as culturas permeando um diálogo intercultural a partir das próprias culturas e com o ambiente (Alonso, 2009). Para Dussel, a superação da colonialidade se faz pelo respeito à “outridade” do outro (povos, culturas, historicidade, modos de viver, ecologia, etc.). A interculturalidade e a libertação pensadas à luz dos elementos de sua filosofia querem contrapor uma perspectiva ambiental que expressa, reproduz e fundamenta a colonização que marca nossos saberes, práticas e poderes. A rigor, a descolonização do saber exige uma consciência histórica das suas origens, caminhos e novos horizontes políticos possíveis (Zanotelli, 2014).

Desse modo, ninguém pode antecipar quais serão os novos direitos do futuro, pois eles se alteram ao longo da história. É preciso compreender que nenhuma cultura tem

todos os direitos, a fim de que se estabeleça um diálogo intercultural com mútuo aprendizado (Tunes, 2019). A partir de Dussel, pontuamos que apoiar os novos direitos que eclodem em toda a América Latina, é apoiar o processo da história, assinalando que a AL vive uma “segunda independência”, com movimentos de emancipação e afirmação de novos direitos (Tunes, 2019).

## Considerações finais

A contribuição da “Política da Libertação” ancorada no pensamento dusseliano para as lutas ambientais e os direitos humanos, consiste na crítica à sociedade capitalista ancorada em categorias libertadoras e emancipatórias, acompanhadas pelo respeito aos povos originários e tradicionais, sua cultura, seus costumes e modos de produção, afirmando o diálogo de saberes que vise o enfrentamento do projeto civilizatório eurocêntrico e possibilite a afirmação de identidades próprias.

Portanto, sustentamos que a luta pelos direitos humanos numa perspectiva crítica para a questão ambiental é uma tarefa coletiva, pois requer que o Estado e o sistema jurídico reconheçam as identidades grupais de populações minoritárias, tradicionalmente marginalizadas e excluídas frente às formas violentas e excludentes do projeto civilizatório capitalista para a questão ambiental.

**Contribuições:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ALONSO, T. Enrique. Dussel: filosofía de la liberación y diálogo intercultural. *Revista Internacional de Filosofía*, nº 47, 2009, p. 107-122.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A Natureza como “princípio material” de libertação: referencias para a questão ambiental a partir de Enrique Dussel. Campinas, *Educação Temática Digital*, v. 17, n.2, 2015, p. 289-307.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A questão ambiental e os “sem direitos”: uma leitura em Enrique Dussel. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.2, abr./jun, 2019, p. 673-698.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1980.

DUSSEL, E. *Hacia um Marx desconocido*: um comentário de los Manuscritos de 61-63. México: Siglo XXI, 1988.

DUSSEL, E. 1492. *O encobrimento do outro*: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, E. Alguns princípios para uma ética material de libertação. In: PIXLEY, J (Coord). *Por um mundo diferente*: alternativas para o mercado global. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUSSEL, E. Transmodernidade e Interculturalidade (Interpretação desde a Filosofia da Libertação). In: FORNET, BETANCOURT, R. *Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

DUSSEL, E. *20 Teses de Política*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

DUSSEL, E. Derechos básicos, capitalismo y liberación. In: DUSSEL, E. *Praxis latino-americana y Filosofía de la Liberación*. Buenos Aires: Docencia, 2012. p. 142-156.

DUSSEL, E. Direitos Humanos e Ética da Libertação: pretensão política de justiça e a luta pelo reconhecimento dos novos direitos. *Revista InSURgência*, Brasília, ano 1, v.1, n.1, | jan./jun, 2015, p. 121-136.

DUSSEL, E. *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulus, 2016.

FORNET BETANCOURT, R. *Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

GALEANO, E. *As Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

HERRERA FLORES, J. *A reinvenção dos Direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

MACHADO, L.; CACIATORI, M. Fundamentação dos Direitos Humanos desde a Filosofia da Libertação. *Revista Direitos Humanos e democracia*. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, 2017, jan./jun.

MIGNOLO, W. El Pensamiento Decolonial: Desprendimiento Y Apertura: Un Manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs). *El giro decolonial*: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, Vol. 32, nº 94, junho, 2017, p. 1-18.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (Des) caminhos do meio ambiente*. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2013.



QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2000.

ROSILLO MARTINEZ, A. *Fundamentação dos Direitos Humanos desde a Filosofia da Libertação*. Ijuí: UNIJUI, 2015.

SILVA, J. V. M. Filosofia, Responsabilidade e Educação em Enrique Dussel. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. II, n. 38, ago./dez, 2012, p. 91-107.

TUNES, S. *A política e os novos direitos humanos: conferência do professor Enrique Dussel na Universidade Metodista*. 2019. Disponível em: <http://portal.metodista.br/fateo/noticias/a-politica-e-os-novos-direitos-humanos-a-primeira-conferencia-do-professor-enrique-dussel-na-universidade-metodista> Acesso em: 27 mar. 2023

WOLKMER, A. C.; LIPSTEIN, D. Por uma educação latino-americana em Direitos Humanos. *R. Dir. Gar. Fund.*, Vitória, v. 18, n. 1, p. 283-301, jan./abr. 2017.

WOLKMER, A. C. Pluralismo jurídico, direitos humanos e Interculturalidade. *Revista Seqüência*, n. 53, 2006, p. 113-128.

ZANOTELLI, J. Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes. Cuiabá, *Revista de Educação Pública*. V. 23, n. 53/2, maio/ago, 2014, p. 491-500.

# Engels diante do materialismo: ciência, iluminismo e dialética

*Engels towards Materialism: Science, Enlightenment and Dialectics*

Vitor Bartoletti Sartori\* 

## RESUMO

Este artigo aborda a posição de Engels sobre o materialismo de sua época a partir da análise imanente, mostrando que ele não possui uma relação acrítica com tal tradição. No desenvolvimento do que ele chama de concepção materialista da história, o autor defende tanto o caráter inicialmente revolucionário do materialismo francês quanto ataca as limitações deste. Com isto, seria preciso ultrapassar ambos os polos antagônicos da filosofia de sua época: de um lado, a dialética que se desenvolve sob solo alemão sob os auspícios da filosofia clássica alemã, Feuerbach incluso, de outro, o materialismo francês.

**Palavras-chave:** Engels; materialismo; iluminismo; dialética.

## ABSTRACT

Using the immanent analysis, this article addresses Engels' position on materialism, showing that he doesn't have an uncritical approach to such tradition. In the development of what he calls materialist conception of history, he shows the revolutionary and the limited character of French materialism. Therefore, it would be necessary to overcome both: the dialectic developed under German soil, related to the classical German philosophy, Feuerbach included, and French materialism.

**Keywords:** Engels; Materialism; Enlightenment; Dialectics.

## Introdução

Não é raro que Engels seja visto como uma espécie de detrator da concepção marxiana. Sobre este ponto, argumenta-se, por exemplo, que o autor teria uma posição muito mais próxima de um materialismo ingênuo se comparado a Marx. Tanto no que diz respeito à natureza (Lukács, 2003) quanto no que dialoga com a certa pretensão sistemática (Musse, 1999), a obra engelsiana, não raro, foi declarada, no mínimo, ultrapassada.

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89047>

\*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG - Brasil.  
E-mail: [vitorbsartori@gmail.com](mailto:vitorbsartori@gmail.com).

Como citar: SARTORI, V. B.  
Engels diante do materialismo: ciência, iluminismo e dialética. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 143-157, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89047>.

Recebido em 11 de fevereiro de 2022.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2022.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Neste cenário, principalmente entre certa heterodoxia marxista, a obra de Marx deixou de ser vista em conjunto com aquela de Engels e, no século XX, passou a ser acompanhada de certo debate com autores não marxistas, como Hegel, Spinoza, Kant, Heidegger, dentre outros (Anderson, 2002). Aqui não entraremos nos méritos dos variados debates que ocorreram devido a tal posicionamento. No entanto, procuraremos analisar a premissa que subjaz a esse tratamento da obra de Friedrich Engels. Para tanto, partiremos daquilo que o filósofo brasileiro José Chasin, na esteira da crítica imanente de György Lukács (1959), chamou de análise imanente, e que busca a apreensão da gênese, da estrutura e da função concreta das formações ideais (Chasin, 2009).

Analisaremos os textos engelsianos procurando explicitar os nexos existentes entre suas concepções de materialismo, de ciência e de dialética. Realizaremos tal objetivo ao explicitar as posições do autor do *Anti-Düring* sobre o iluminismo e procuraremos demonstrar como que o pensador se posiciona criticamente tanto diante do idealismo alemão quanto em relação à tradição materialista que redundava no elogio ao esclarecimento e, de acordo com o autor (2015), a um conceito hipostasiado de razão. Neste percurso, mostraremos que a relação de Engels com o materialismo possui meandros a mais do que se supõe ao enxergar o autor como um materialista ingênuo, próximo de um conceito vulgar de natureza (Schmidt, 1976).

Nessa direção, o artigo está estruturado em dois tópicos. O primeiro situa a atuação engelsiana em relação a Marx e ao materialismo dos séculos XVII e XVIII. O segundo explicita como que o autor alemão também se contrapõe à filosofia clássica alemã para desenvolver sua concepção sobre a ciência e o materialismo.

## Materialismo, França e a crítica à religião

Engels traz para si tarefas importantes depois da morte de Marx, em 1883. Ele procura divulgar as descobertas de seu amigo – e, segundo ele, “devemos a Marx essas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista mediante o mais-valor” (Engels, 2015, p. 215) –, ao mesmo tempo em que isso precisaria de um ímpeto que não fosse só de divulgação. Para que se use a sua dicção, que foi motivo de muitas controvérsias: seria preciso ir da utopia à ciência, do socialismo utópico ao socialismo científico (Engels, 1962).

Nesta esteira, diz Engels sobre as mencionadas descobertas que “elas fizeram do socialismo uma ciência que agora deve, em primeiro lugar, continuar a ser elaborada em todos os seus pormenores e em todas as suas conexões” (Engels, 2015, p. 56). Aquilo que o autor do *Anti-Düring* busca realizar redundava em incursões na história do pensamento. Começa o autor a analisar de modo sistemático, não só o pensamento dos economistas, mas de filósofos, de teóricos da política e mesmo de pensadores de menor estatura, como

aqueles contra os quais se contrapõe. Exemplos desses autores menores são Düring e Menger, que têm influência nos debates vigentes no movimento dos trabalhadores da época. Ou seja, os embates do autor do *Anti-Düring* se colocam em várias frentes e trazem um posicionamento quanto à época.

O autor volta-se para o passado na medida em que, ao explicar as grandes descobertas de Marx, ele precisa as comparar com as posições anteriores, como as de Hegel, dos iluministas, de Feuerbach, e de outros. Para isto, a exemplo do que ocorre em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, é preciso tanto revelar a base material das ideias que analisa quanto explicitar a correlação desta base com a estrutura e com a função de tais ideias.

Nesse texto, bem como em outros, porém, as posições engelsianas destacam como que grande parte das limitações dos autores que trata poderiam e precisariam ser resolvidas, não só devido às insuficiências de seus sistemas, mas com um novo posicionamento diante da realidade. Ou seja, não se trataria somente de uma limitação de época; antes, diante do condicionamento trazido pelas relações sociais, ter-se-ia posições e visões de mundo incapazes de explicar a tessitura das sociedades em que vige o modo capitalista.

Engels explana a determinação social do pensamento, analisa a estrutura das formações ideais e mostra a função concreta delas. Com isso, é possível considerá-lo o primeiro a “aplicar” a concepção materialista da história em diversas esferas do pensamento social. Talvez ele possa ser considerado o primeiro a se utilizar das concepções de Marx, falando em nome daquilo desenvolvido pelo autor de *O capital* e buscando ir além do que já foi consolidado. Ou seja, sobre este aspecto, talvez Engels seja o primeiro marxista (Sartori, 2015; Paço Cunha, 2015).

Engels coloca-se diante do futuro, primeiramente, mostrando o caráter proveitoso da concepção que desenvolveu em conjunto com Marx, mas também ao comparar a grandeza dos autores do passado burguês com o caráter limitado de certos expoentes do presente como Menger e Düring. Engels invoca a herança dos grandes autores do passado e as descobertas científicas de Marx para lidar com tais pensadores (Lukács, 2010). Aodebater com autores do presente – muitas vezes menores – nosso autor procura também desenvolver de modo mais sistemático as posições da concepção materialista da história.

Essas tarefas engelsianas fazem com que ele venha a se deparar com a história do pensamento posicionando-se diante desse último em duplo movimento, de crítica e de afirmação. Ao debater com os grandes sistemas do passado, critica o caráter dogmático destes. Procura, porém, desenvolver um compêndio materialista baseado nas ciências positivas e nos princípios materialistas, que seriam necessários ao presente e ao futuro.

Nosso autor vê com bons olhos o ímpeto dos enciclopedistas, mas os critica; também não deixa de enumerar os méritos do sistema hegeliano, mas o enxerga como algo a

ser superado. Para o que nos diz respeito aqui, um tema constante na análise engelsiana de outros pensadores é a crítica à religião. Isso ocorre desde o seu *Esboço de uma crítica à economia política*, de 1844. (Engels, 1979a) mas se estende até o final de sua vida e se dá, não só ao debater com o pensamento alemão, em que o tema é recorrente na década de 1840 (Lukács, 1959). Ao tratar de autores franceses, a questão vem à tona com força, inclusive, revolucionária.

Os grandes homens que, na França, iluminavam as mentes para a revolução vindoura atuavam, eles próprios, de modo sumamente revolucionário. Eles não reconheciam nenhuma autoridade exterior, qualquer que fosse sua espécie. Religião, visão da natureza, sociedade, ordem estatal – tudo era submetido à crítica mais implacável, tudo tinha de justificar sua existência diante do tribunal da razão ou renunciar a ela. O entendimento pensante era o parâmetro exclusivo para tudo. Foi a época em que, como diz Hegel, o mundo foi virado de cabeça para baixo, primeiramente, no sentido de que a mente humana e os enunciados descobertos pelo seu pensamento reivindicam validade como fundamento de toda ação e socialização humanas e, mais tarde, no sentido mais amplo de que a realidade que contradissesse esses enunciados de fato havia sido invertida de alto a baixo (Engels, 2015, p. 45).

Para Engels, a imanência do pensamento dos materialistas franceses fazia com que a crítica à religião fosse uma parte essencial da concepção de mundo destes homens. O tribunal da razão voltar-se-ia contra quaisquer autoridades externas e transcendentais (Engels, 1962). E, desse modo, o materialismo francês teria um caráter revolucionário. Para os autores que defendem o esclarecimento em oposição à teologia e às posições transcendentais, caso se quisesse ser coerente com a defesa da razão, seria preciso admitir que natureza, religião e política deveriam ser racionais. Nesse ímpeto, os homens deveriam ter o controle sobre as suas próprias criações, controlando-as racionalmente. Ou seja, juntamente com o materialismo francês, veio um tipo específico de racionalismo. E Engels aponta nessa união algo formativo para os grandes homens da época, que, por isso, atuavam de modo revolucionário.

Nesse sentido específico, Engels é bastante elogioso quanto ao materialismo francês, que não deixa de relacionar com o desenvolvimento das ciências da natureza, bem como com o ímpeto de se contrapor às irracionalidades práticas e teóricas ligadas à concepção religiosa de mundo (Engels, 2015; Sartori, 2018a, 2018b, 2020b). Por mais que o “lado ativo” da filosofia tivesse sido desenvolvido de modo mais profícuo pela filosofia clássica alemã, os grandes homens franceses teriam aberto caminho para uma concepção revolucionária e socialista.

O autor de *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* destaca que a classe trabalhadora, bem como o ímpeto de se suprimir o sistema capitalista de produção,

seriam também herdeiros dessa grande cultura; mesmo que ela precisasse ser superada, tratar-se-ia de algo a ser valorizado como parte do percurso formativo que redundava justamente no que Engels chamou de concepção materialista da história (Engels, 1982).

Para que remetamos ao nosso tema de modo mais claro: os olhos engelsianos se voltam aos materialistas franceses devido à grandiosidade de seus pensamentos, certamente. Porém, o que vêm à tona de modo claro é a posição deles diante da religião, posição essa que, de acordo com o autor do *Anti-Düring*, é muito importante para que se compreenda, inclusive, a passagem do feudalismo ao capitalismo. O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia teriam como um dos elementos importantíssimos a crítica à religião, bem como a emergência de uma concepção de mundo distinta, a concepção jurídica de mundo (Engels, 2020).

A luta contra o terreno da religião seria essencial à própria consolidação da sociedade civil-burguesa, em oposição à sociedade feudal. Tal posição seria revolucionária, também, na medida em que teria um papel ativo na Revolução Francesa. Ela se consolidaria trazendo à tona ideias jurídicas e políticas ao primeiro plano (Engels; Kautsky, 2012). E, com isso, de acordo com o autor alemão, a burguesia deixa de ter por central o terreno da religião e se coloca no terreno do Direito: “no século XVIII, a burguesia se fortaleceu o suficiente para ter a sua própria ideologia, adequada ao seu ponto de vista de classe, fez, então, a sua grande e definitiva revolução, a francesa, sob o apelo exclusivo a ideias jurídicas e políticas”; continua Engels, “e só se preocupou com a religião na medida em que ela lhe barrava o caminho.” (Engels, 1982, p. 400) Tratava-se da defesa da razão e da ciência contra a teologia, processo que é muito bem-visto por nosso autor. Porém, esse processo, ao mesmo tempo, é aquele em que se tem uma mudança importante, a qual tem início justamente ao se olhar para a França, bem como para a concepção jurídica: “A bandeira religiosa tremulou pela última vez na Inglaterra no século XVII, e menos de cinquenta anos mais tarde aparecia na França, sem disfarces, a nova concepção de mundo (*Weltanschauung*), fadada a se tornar clássica para a burguesia, a concepção jurídica de mundo (*juristische Weltanschauung*)” (Engels; Kautsky, 2012, p. 18).

Tratava-se, porém, de subordinar a religião à política e ao Direito, e não de suprimir a religião. Se na idade média, havia uma subordinação destas últimas esferas à primeira, tratar-se-ia de inverter tal relação. Contra a força tradicional da religião, a defesa da política como esfera resolutiva dos conflitos sociais aparece como algo central. Contra a regulamentação tradicional e contra o privilégio, o fortalecimento do Direito ganha força; porém, o que tais grandes homens franceses não perceberiam, de acordo com nosso autor, é a determinação da própria política, que se coloca na esfera econômica.

Diz Engels (1982, p. 419): “a religião, uma vez formada, contém sempre uma matéria tradicional, assim como que, em todos os domínios ideológicos, a tradição é uma



grande força conservadora”. Porém, nosso autor complementa enfatizando: “mas, as transformações que se processam nessa matéria resultam das relações das classes, portanto, das relações económicas dos homens que efetuam essas transformações. E, para aqui, isto é suficiente” (Engels, 1982, p. 419). Ou seja, por mais que o materialismo francês dos séculos XVII e XVIII tivesse méritos, suas limitações também seriam de tal monta. A função concreta da crítica materialista francesa à religião, com isso, não poderia trazer a uma razão hipostasiada, mas algo bastante concreto pois, diz Engels (1990, p. 223) sobre o iluminismo francês, “na verdade essa razão eterna não era senão a inteligência idealizada do homem de classe média daqueles tempos, do qual haveria de sair, em seguida, o burguês.” Dessa maneira, tem-se uma equação proveitosa entre materialismo e racionalismo: ela leva, inclusive, à crítica da religião. Porém, ao mesmo tempo, tal posicionamento redonda na emergência da concepção jurídica de mundo, bem como na idealização do entendimento típico do homem de classe média, e do agente capitalista.

Tanto as ações humanas quanto a própria efetividade, para tais autores, deveriam ser racionais; porém, as condições históricas, bem como as reais determinações dessa realidade, não teriam sido analisadas de modo devido. Parra Engels, o iluminismo trazia uma espécie de visão idealizada da própria sociedade civil-burguesa, trazendo como pressuposto o sistema capitalista de produção, que acompanha tal posição filosófica. Neste sentido, Engels é bastante enfático:

Os filósofos franceses do século XVIII que abriram o caminho para a revolução, apelavam para a razão como único juiz de tudo quanto existe. Pretendia-se instaurar um Estado racional, e tudo que contradissesse a razão eterna deveria ser enterrado sem a menor piedade. [...] na verdade essa razão eterna não era senão a inteligência idealizada do homem de classe média daqueles tempos, do qual haveria de sair, em seguida, o burguês (Engels, 1990, p. 170; p. 223).

Tal apelo racional – bastante oposto à religião e ao domínio temporal da igreja – seria revolucionário, não apesar da extrapolação da noção de razão, mas por causa dela. Esta extrapolação estaria acompanhada, de um modo ou doutro, de certa ênfase no Direito e na política. Tal carga que a razão trazia consigo, parecendo ser capaz de, por si, colocar-se contra os vícios de uma época, é o fruto do próprio desenvolvimento burguês. Com ela, buscou-se um Estado racional, tomando a política como capaz de se opor à vida civil-burguesa; o Direito, por sua vez, parecia colocar-se não só contra o privilégio, mas contra quaisquer irracionalidades. Ao mesmo tempo, porém, a base mesma de tal vida aparece como intocada; daí, dizer Engels que tal noção eterna de razão seria uma espécie de idealização do homem de classe média, que daria origem ao típico burguês posteriormente. Na análise da história do pensamento, nosso autor trata da gênese, da estrutura e da função social das formações ideais, buscando romper com qualquer história das ideias

que as autonomize; ele procura também escapar de qualquer reducionismo que enxergue as formas ideológicas a um reflexo passivo da realidade.

Com isto, diz Engels que o iluminismo tem uma base concreta. Ela faz com que ele seja, ao mesmo tempo, algo revolucionário em determinada época e que traz diversas ilusões noutra. A conjugação entre materialismo e racionalismo seria ligada à luta contra a visão de mundo teológica e à afirmação da visão jurídica de mundo (Engels; Kautsky, 2012). Deste modo, nota-se que a afirmação do Estado racional contra a igreja precisaria de um solo ideológico que fora plantado pela posição destes grandes homens. Porém, as limitações deste movimento são muitas. Daí, segundo Engels, ser impossível tomar como parâmetro para o presente o materialismo dos franceses. Este materialismo precisaria ser superado por uma concepção mais avançada e que fosse capaz de se perceber dos problemas desta formação ideal, bem como da época em que ela surge e é efetiva. O autor do *Anti-Düring*, portanto, destaca os méritos de tal posição, mas não deixa de mostrar como que eles dependem de certo caráter ilusório da concepção de razão utilizada. Haveria barreiras intransponíveis a esse pensamento:

Agora sabemos que esse império da razão nada mais era que o império idealizado da burguesia, que a justiça eterna foi concretizada nos tribunais da burguesia, que a igualdade desembocou na igualdade burguesa diante da lei, que como um dos direitos humanos mais essenciais foi proclamada a propriedade burguesa e que o Estado racional, o contrato social de Rousseau, veio e só poderia vir à existência como república democrática, burguesa. Assim como seus predecessores, os grandes pensadores do século XVIII não foram capazes de transpor as barreiras que lhes foram impostas pela época (Engels, 2015, p. 46).

A razão que se desenvolve sobre o solo da sociedade burguesa remeteria à justiça eterna, bem como aos direitos do homem. Porém, isto ocorreria ao passo que o Estado racional teria como base real a propriedade burguesa, bem como as contradições que a marcam. Tal conjugação entre razão, justiça, Direito e política seria efetiva nas próprias sociedades e república burguesas, e em nenhuma outra mais. As intenções destes grandes autores, bem como a organização interna de seus pensamentos, não são propriamente colocadas em questão por Engels. O autor, porém, mostra como que o processo social passa às constas destes homens, que, inconscientemente, são dominados por este último.

Diz Engels sobre o assunto “que as condições materiais de vida dos homens, em cuja cabeça este processo de pensamento se dá, determinam finalmente o curso deste processo” no que reafirma sobre estas mesmas condições materiais que elas “permanecem necessariamente inconscientes para estes homens” (Engels, 1982, p. 418). Os ditames da razão iluminista, portanto, levam à submissão a determinações da sociedade capitalista. Mesmo que o materialismo da época se voltasse contra as consequências do processo que domina os homens da época, ele não é capaz de pensar este próprio processo.

Com isto, tal materialismo afasta-se da dialética e se aproxima da visão metafísica, incapaz de apreender o mundo como processo.

O materialismo do século passado era predominantemente mecânico, porque, de todas as ciências da Natureza daquela altura, apenas a mecânica, e, a bem dizer, também só a dos corpos sólidos — celestes e terrestres —, em suma, a mecânica dos graves, tinha chegado a um certo acabamento. [...] A segunda limitação específica deste materialismo consistiu na sua incapacidade de apreender o mundo como um processo, como uma matéria compreendida numa continuada formação [Fortbildung] histórica. Isto correspondia ao estado da ciência da Natureza da altura e à maneira metafísica, isto é, antidialética, do filosofar, com aquele conexas. (Engels, 1982, p. 393)

O caráter revolucionário do materialismo e do racionalismo dos franceses esbarraria nas condições sociais da sociedade civil-burguesa, portanto. O Estado racional, a justiça eterna e os Direitos do homem teriam suas realidades nesta sociedade.

A estrutura de tal pensamento padeceria de uma concepção, não raro, mecanicista sobre o materialismo, sendo incapaz de pensar os processos sociais – cuja base está na interrelação entre sociedade e natureza (Engels, 1979b); isto teria suas razões sociais tanto no estado das ciências da natureza da época quanto no grau de desenvolvimento da sociedade, que ainda não explicitava de modo claro as contradições da própria sociedade civil-burguesa (Engels, 1962). Ou seja, para Engels, no materialismo francês, a natureza e a sociedade não são compreendidas em sua processualidade real e, assim, a crítica à religião fica no meio do caminho.

O que estipulou Engels em 1844 é válido para essa situação: “o materialismo não atacou o desprezo e a humilhação do homem no cristianismo: limitou-se a instaurar a natureza como absoluto frente ao homem, substituindo-a ao deus cristão” (Engels, 1979a, p. 3). Seria, pois, preciso passar da crítica à religião, a crítica à política e à sociedade civil-burguesa. E, com isso, tal forma de materialismo acompanharia o movimento da própria sociedade: adquiriria contornos dogmáticos, metafísicos. A crítica à religião, portanto, não poderia partir da afirmação da razão sem trazer consigo uma crítica às próprias bases da sociedade civil-burguesa. Por isto, o raciocínio do materialismo e do racionalismo franceses seria insatisfatório. Desta maneira, podemos dizer que Engels não adota de modo desavisado qualquer posição materialista.

Conjuntamente com Marx, Engels procura desenvolver aquilo que foi chamado de concepção materialista da história, estando ciente dos limites e das possibilidades das posições materialistas do passado. No caso, vimos sua relação com o materialismo francês, que mesmo sendo revolucionário em determinado momento, vem a ser incapaz de pensar os processos naturais e sociais de outro modo que não o mecanicista. E, segundo nosso autor, seria preciso justamente ultrapassar este modo de conceber os processos.

## Do idealismo ao materialismo – ciência e dialética

Um dos motes do neohegelianismo da década de 1840 na Alemanha foi a crítica da religião. E, neste ponto, é possível dizer que há certa convergência entre a posição de Engels sobre o materialismo e sobre o idealismo; na esteira das discussões sobre Hegel e Schelling, os chamados jovens hegelianos foram levados não só à crítica à religião, mas ao próprio debate com o materialismo francês, bem como com o inglês. Tanto o materialismo quanto o idealismo dos neohegelianos deveriam ser vistos considerando suas relações com a sociedade civil-burguesa, e com as dimensões políticas, jurídicas e econômicas. (Engels, 1979a).

Ao tratar destas formações ideais, Engels pontua que ambas as posições analisadas (materialista e idealista) não seriam resolutivas no que diz respeito à religião. Isto se dá, pois elas pressupunham aquilo que precisaria ser criticado, a própria estrutura da sociedade. E seria necessário ter em mente o processo de constituição desta própria sociedade, que teria por base ineliminável a correlação entre a sociedade e a natureza, colocada no modo de produção.

Deste modo, é preciso que se destaque que algo importante para a compreensão da disposição do materialismo engelsiano é a maneira pela qual a natureza aparece tanto em Hegel (e nos neohegelianos) quanto nos materialistas:

A massa dos jovens-hegelianos mais decididos foi remetida, pelas necessidades práticas da sua luta contra a religião positiva, para o materialismo anglo-francês. E aí entrou em conflito com o seu sistema de escola. Enquanto o materialismo apreendia a Natureza como o unicamente real, esta representava, no sistema de Hegel, apenas a «exteriorização» [*Entäusserung*] da Ideia absoluta, por assim dizer, uma degradação da Ideia; em todas as circunstâncias, o pensar e o seu produto de pensamento — a Ideia — são aqui o originário, a Natureza [por sua vez é] o derivado que, em geral, só existe por condescendência da Ideia. E era à volta desta contradição que melhor ou pior, se andava (Engels, 1982, p. 387).

As necessidades práticas engendradas a partir das relações materiais de produção teriam levado os neohegelianos, de um lado, à crítica à religião, doutro, ao debate com o materialismo. A influência dos franceses, bem como dos ingleses, traria certa contradição ao seio do debate em torno da dialética. De um lado, com os materialistas – e até certo ponto com Feuerbach – a natureza aparecia como “o unicamente real”, dotada de autonomia, mas enxergada de modo mais ou menos mecanicista; doutro, com o idealismo alemão, destacava-se a influência da atividade humana ao se reconhecer a natureza como um produto, e não como algo dado e disponível. O idealismo alemão não tomava a natureza como dotada de uma existência autárquica, mas ela decorreria da atividade espiritual, aparecendo como exteriorização da ideia

absoluta. Engels, enxerga unilateralidade no idealismo hegeliano e nos materialismos francês e inglês, pois o materialismo toma a natureza como um absoluto, o idealismo toma a ideia.

Segundo Engels, seria preciso rumar ao materialismo, mas não ao materialismo dos franceses ou dos ingleses. Com o desenvolvimento da ciência, e das ciências da natureza em especial, não teria sido mais possível ao idealismo estar fincado sobre os próprios pés (Engels, 2015). Mas, os limites do idealismo já teriam sido atingidos. Os pensadores idealistas se colocavam, por assim dizer, sobre a cabeça; “os sistemas idealistas se encheram cada vez mais com um conteúdo materialista e procuraram conciliar a oposição de espírito e matéria panteisticamente” no que continua Engels: “de tal modo que, finalmente, o sistema de Hegel representou apenas um materialismo, segundo método e conteúdo idealistamente posto de cabeça para baixo [auf den Kopf]” (Engels, 1982, p. 391). E, de certo modo, seria preciso, com a dialética hegeliana, ir contra a dialética hegeliana. Para levar à frente a crítica ao presente, seria necessário um materialismo consequente e, segundo Engels, isso não seria possível com Hegel e sua figuração sistemática da dialética; seria preciso tirar a compreensão da realidade da consciência hipostasiada e a colocar sobre os próprios pés:

Hegel era um idealista, isto é, as ideias em sua mente não equivaliam, para ele, a retratos mais ou menos abstratos das coisas e dos processos reais, mas, em vez disso, as coisas e seu desenvolvimento eram apenas retratos mais ou menos abstratos da ‘ideia’ que já existia em algum lugar antes do mundo. Desse modo, foi posto de cabeça para baixo e o nexos real do mundo foi completamente invertido (Engels, 2015, p. 53)

Seria necessário inverter Hegel porque, mesmo que ele trouxesse consigo o conhecimento das ciências positivas, e mesmo que buscasse apreender a real tessitura da efetividade, isto ocorreria de modo especulativo: o nexos real do mundo apareceria como um fruto do desenvolvimento da ideia, e não do próprio real. Desse modo, o sujeito aparece como predicado e, com isto, tal qual na religião, o criador como criatura e a criatura como criador. A especulação da filosofia hegeliana levaria a uma concepção idealista sobre a religião e sobre a natureza. A natureza hegeliana é plasmada e a apropriação daquilo trazido pelas ciências positivas da natureza mostraria que tal posição precisaria ser ultrapassada no e pelo materialismo, um materialismo capaz de apreender de modo reto o movimento do real.

Tomar ciência do completo desacerto do idealismo alemão pregresso levou necessariamente ao materialismo – mas, note-se bem, não ao materialismo simplesmente metafísico, exclusivamente mecânico do século XVIII. Diante da mera condenação revolucionária ingênua de toda a história progressiva,

o materialismo moderno vê a história como o progresso de desenvolvimento da humanidade, sendo a sua tarefa desvendar as leis dinâmicas desse processo. Contrapondo-se à concepção, reinante tanto entre os franceses do século XVII como em Hegel da natureza como um todo que se mantém sempre igual e que se move em ciclos estreitos, sendo composto por corpos celestes eternos, [...] o materialismo sintetiza os progressos mais recentes da ciência da natureza segundo a qual a natureza também tem sua história no tempo [...] o materialismo é essencialmente dialético e não necessita mais de nenhuma filosofia posicionada acima de quaisquer ciências (Engels, 2015, p. 53-54).

A crítica à religião levaria à crítica ao próprio idealismo alemão. Tratar-se-ia de questionar o posicionamento de uma filosofia que pretenda se colocar acima de quaisquer ciências. O modo como Hegel enxergou a natureza seria a expressão mais clara do caráter especulativo de seu pensamento, bem como das pretensões exageradas de sua filosofia.

O pensamento materialista deveria ter uma relação menos impositiva e mais respeitosa com as ciências positivas (Musse, 1999); ter-se-ia, não uma subordinação às ciências parcelares e a qualquer espécie de positivismo acrítico (Sartori, 2015), mas uma visão em que sociedade e natureza se correlacionassem tal qual ocorre no real; o conteúdo materialista da filosofia hegeliana “se dissolve na ciência positiva da natureza e da história” (Engels, 1962, pp. 60-61).

E, com isto, seria preciso tanto superar o idealismo quanto o materialismo dos iluministas. Ambos tenderiam a uma abordagem metafísica, de modo que somente seria possível ser coerente com uma abordagem dialética caso se questionasse as próprias leis da sociedade a fundo. Por isso, diz Engels que da “dissolução da escola” hegeliana saiu “ainda uma outra orientação, a única que realmente deu frutos, e esta orientação liga-se essencialmente ao nome de Marx” (Engels, 1982, p. 406). As outras orientações saídas daí tentariam, sem qualquer possibilidade de sucesso, salvar o idealismo hegeliano, ou uma concepção ahistórica sobre a natureza, como em Feuerbach (Engels, 2015).

Isso seria incompatível tanto com o grau de desenvolvimento social da época quanto com o desenvolvimento científico que, por exemplo com Darwin e Laplace, já provavam que a natureza não possuía qualquer sentido teleológico ou unidade prévia e prostrada. Se o materialismo anterior teria sido ingenuamente revolucionário, não haveria mais espaço para tal posição. Porém, mesmo na Alemanha, desenvolver-se-ia uma outra concepção, que pretendia superar Hegel de modo materialista, a de Feuerbach. Ou seja, antes da concepção de Marx, Engels aponta outra tentativa materialista de colocar a natureza e a atividade humana contra a visão teológica, sobre os próprios pés. Diante da concepção de natureza vigente na Alemanha quando os neohegelianos se deparam com os materialismos, tem-se o seguinte:



Veio então a *Wesen des Christenthums* de Feuerbach. Com um só golpe, pulverizou a contradição, ao pôr de novo no trono, sem rodeios, o materialismo. A Natureza existe independentemente de toda a filosofia; ela é a base sobre a qual nós, homens, nós mesmos produtos da Natureza, crescemos; fora da Natureza e dos homens não existe nada, e os seres superiores que a nossa fantasia religiosa criou são apenas o reflexo [*Ruckspiegelung*] fantástico do nosso próprio ser. O encantamento foi quebrado; o ‘sistema’ foi feito explodir e atirado para o lado, a contradição, porque existente apenas na imaginação, foi resolvida. Uma pessoa tem, ela própria, que ter vivido o efeito libertador deste livro, para fazer uma ideia disso. O entusiasmo foi geral: momentaneamente fomos todos feuerbachianos. Quão entusiasticamente Marx saudou a nova concepção e quanto ele — apesar de todas as reservas críticas — foi por ela influenciado, pode ler-se na *Heilige Familie* (Engels, 1982, p. 387).

O grande mérito de Feurbach teria sido trazer uma posição materialista decidida ao solo alemão. O efeito disto teria sido bastante visível a ponto de muitos terem acreditado tratar-se da real superação do sistema hegeliano; porém, mesmo reconhecendo os méritos de Feuerbach – e apontando a sua influência em seu pensamento e no de Marx – Engels diz que não se trata efetivamente de uma superação, pois o autor da *Essência do cristianismo* “não acabou com Hegel criticamente, atirou-o simplesmente para o lado como inutilizável” (Engels, 1982, p. 405). Ou seja, as contradições da sociedade civil-burguesa, tratadas por Hegel, mesmo que de modo idealista, deixam de aparecer em Feuerbach; enquanto o autor da *Enciclopédia das ciências filosóficas* desenvolve um sistema positivo que procura compreender a complexa tessitura da sociedade e da história da época, diz Engels sobre Feuerbach que “ele próprio, face à riqueza enciclopédica do sistema de Hegel, não chegou a nada de positivo, para além de uma empolada religião do amor e de uma magra, impotente, moral” (Engels, 1982, p. 405). A crítica de Feuerbach, portanto, reafirma corretamente a importância do materialismo; porém, ainda ao modo dos iluministas e dos materialistas franceses. Seu materialismo depara-se com a dialética hegeliana e a crítica, porém, é incapaz de lidar com os méritos do sistema hegeliano, em que a política, o Direito e a economia política são centrais na compreensão do presente:

O mesmo Feuerbach que a cada página prega a sensibilidade, o mergulho no concreto, na realidade, torna-se de uma ponta à outra abstrato assim que começa a falar de um comércio entre os homens mais amplo do que o mero comércio sexual. Este comércio só lhe oferece um lado: a moral. E aqui chocamos de novo a espantosa pobreza de Feuerbach comparado com Hegel. Hegel cuja ética ou doutrina da eticidade [*Sittlichkeit*] é a filosofia do direito e abrange: 1. o direito abstrato, 2. a moralidade [*Moralität*], 3. a eticidade [*Sittlichkeit*], sob a qual, por sua vez, estão reunidos: a família, a sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*], o Estado. Tão idealista é aqui a forma, quanto realista é o conteúdo. Todo o domínio do Direito, da economia, da política, está aqui compreendido junto com a moral. Em Feuerbach, precisamente o inverso (Engels, 1982, p. 401).

Feuerbach estaria muito aquém de Hegel na compreensão da história e da política. Se para o autor da *Fenomenologia do espírito* o central é a eticidade, ou seja, a relação entre família, sociedade civil-burguesa e Estado, o autor da *Essência do cristianismo* acaba se esquivando das contradições que marcam esta relação. Ele as pensa sob a perspectiva moral e, com isso, por mais que critique o idealismo hegeliano apelando à realidade, à sensibilidade e ao concreto, vem a posicionar-se de modo absolutamente idealista com certo apelo moral e, em verdade, moralista. Se Hegel tratava de um conteúdo que correspondia à própria realidade, mesmo que de uma forma idealista, Feuerbach trata de uma forma materialista de um conteúdo que ele não consegue apreender, trazendo as questões decisivas para a conformação da sociedade como questões que seriam vistas sob o prisma essencialmente moral. Ou seja, a crítica à religião que se dá no autor da *Essência do cristianismo* não consegue chegar às raízes da própria religião; vem a aceitar seus pressupostos. E, deste modo, as insuficiências do modo de proceder do pensador são ainda mais salientes que aquelas de Hegel.

Feuerbach identifica na figura divina uma imagem invertida do homem real, buscando reapropriar-se dos atributos divinos como atributos humanos. Porém, com isto, ele traz a religião à terra, não para superá-la, mas para que a filosofia acabe dissolvida nesta esfera: “o efetivo idealismo de Feuerbach vem à luz do dia logo que chegamos à sua filosofia da religião e ética. Ele não quer de modo nenhum abolir a religião, quer aperfeiçoá-la [*vollenden*]. A própria filosofia deve dissolver-se em religião” (Engels, 1982, p. 397-398). Ou seja, por mais que Engels renda homenagens ao pensador, ele ainda é muito crítico quanto a ele. Devemos mesmo mitigar a afirmação engelsiana segundo a qual todos aqueles que debatiam a crítica à religião em sua época teriam sido feuerbachianos; se compreendemos no sentido forte a afirmação, isto é uma inverdade. A passagem engelsiana para o materialismo tem como momento a crítica ao idealismo hegeliano e o desenvolvimento do materialismo. Porém, este último é *sui generis* e não pode ser reduzido às posições progressas.

## Considerações finais

O desenvolvimento da concepção materialista de Engels tem como um dos fios condutores a crítica à religião; ela marca tanto os racionalistas quanto os materialistas franceses e está presente nos neohegelianos alemães também. O autor do *Anti-Düring*, porém, desenvolve sua concepção materialista a partir de uma crítica imanente a estas posições. Com isso, seu materialismo defende a dialética ao se opor a um tratamento da realidade que fosse incapaz de apreendê-la enquanto um processo histórico cuja base está colocada na correlação entre sociedade e natureza. Neste sentido, restou claro que não se trata de um autor dotado de uma visão vulgar e simplificadora sobre o materialismo. O materialismo engelsiano coloca-se sobre os próprios pés, não só com o apoio nas con-

cepções de Marx e na crítica a Hegel. Trata-se de uma posição que explicita a diferença específica entre o materialismo moderno e a posição marcada por uma visão socialista e científica diante do materialismo francês, do materialismo empirista inglês e do materialismo feuerbachiano. Sem que se compreenda isso, as críticas ao materialismo engelsiano não acertam o alvo e criticam uma caricatura do pensamento do autor.

**Contribuições:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2002.

CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico; Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Trad. José Severo de C. Pereira. São Paulo: Fulgor, 1962, p. 60.

ENGELS, F. *Esboço de uma crítica à economia política*. Trad. Maria Filomena Vieras. In: Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 5, 1979a.

ENGELS, F. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979b.

ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Trad. José Barata-Moura. In: Obras escolhidas. Moscovo, 1982.

ENGELS, F. *A questão da habitação*. São Paulo, Editora Acadêmica, 1988.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, F. *Anti-Düring*. Tradução por Nélcio Schneideman. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia. *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 26, n. 2. Belo Horizonte: 2020.

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. *O socialismo jurídico*. Trad. Márcio Naves e Livia Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2012.

- HORKHEIMER, M. *Teoria crítica*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*. Trad. Wenceslau Rocés. México: Fundo de cultura econômica, 1959.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O capital*, Livro I, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- MUSSE, R. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP, n. 17, v. 1. São Paulo: USP, 2005.
- MUSSE, R. Sistema e método no último Engels. *Discurso*, n. 30. São Paulo: USP, 1999.
- PAÇO CUNHA, E. Engels como marxólogo. *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20. Belo Horizonte, 2015.
- SARTORI, V. B. De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta, *Kriterion*, v.55, n.130. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- SARTORI, V. B. Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels. *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20. Belo Horizonte, 2015.
- SARTORI, V. B. Engels como crítico do direito e da igualdade jurídica: a luta por direitos e sua ambiguidade. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 18, série 2. Vitória: UFES, 2018a.
- SARTORI, V. B. Engels e a igualdade jurídica: notas acerca da questão da secularização da visão de mundo teológica no Direito. *Revista Projeto História*, n. 68. São Paulo: PUC SP, 2018b.
- SARTORI, V. B. A crítica marxista do Direito diante de Friedrich Engels: a tensão entre exposição e pesquisa em sua análise da esfera jurídica. *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 26, n. 2. Belo Horizonte, 2020.
- SCHMIDT, A. *El concepto de natureza en Marx*. Trad. Julia M T de Pietro e Eduardo Pietro. Madrid: Siglo XXI, 1976.

# A formação de professores reflexivos na perspectiva de John Dewey

*The development of reflective teachers in the perspective of John Dewey*

Antonio Jose Muller\* 

Eliane Kormann\*\* 

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a filosofia de John Dewey na formação e desenvolvimento de professores reflexivos possibilitando experiências de aprendizagem de forma transformadora e democrática, estimulando o aluno a pensar criticamente. John Dewey é considerado um dos mais significantes filósofos da educação e um dos fundadores do pragmatismo, como abordagem filosófica. Suas ideias progressistas influenciaram nos processos de ensino-aprendizagem, na formação de professores e nos sistemas educacionais em diversos países. Contudo, sua teoria ainda é pouco entendida e não devidamente aplicada na educação atual. Este artigo de natureza qualitativa, de cunho teórico e exploratório, apresenta uma contextualização da teoria de Dewey, direcionada à formação de professores reflexivos. O estudo destaca que a democracia para Dewey é o indispensável ético na educação e fazer docente, e que a educação progressista e os conceitos de pragmatismo e experiência se desvelam fundamentais no processo formativo docente de perspectiva reflexiva.

**Palavras-chave:** John Dewey; filosofia da educação; formação de professores; professores reflexivos.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze John Dewey's philosophy and its application in the training and reflective teachers' development, enabling learning experiences in a transforming and democratic way and stimulating students to think critically. John Dewey is considered one of the most significant philosophers of education and one of the founders of pragmatism as a philosophical approach. His progressive ideas influenced teaching-learning processes, teacher education, and educational systems in various countries. However, his theory is still weakly understood and not improperly applied in current education. This qualitative, theoretical, and exploratory article addresses the contextualization of Dewey's theory, directed toward the of reflective teachers' development. The study highlights that democracy for Dewey is indispensable ethical in education and teaching and that progressive education and the pragmatism concepts and experience are fundamental in the teacher training process from a reflective perspective.

**Keywords:** John Dewey; philosophy of education; teacher education; reflective teachers.

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89048>

\*Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: antoniomuller2@hotmail.com.

\*\*Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), Brusque, Santa Catarina, Brasil. E-mail: eliane.kormann@unifebe.edu.br.

Como citar: MULLER, A. J.; KORMANN, E. A formação de professores reflexivos na perspectiva de John Dewey. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 158-172, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89048>.

Recebido em 27 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 15 de outubro de 2023.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

John Dewey é um dos pensadores mais significativos para a educação, em especial na primeira metade do século XX. Como filósofo e educador, ele transformou as abordagens fundamentais do processo de ensino-aprendizagem e que constituíram o pensamento progressista de reforma educacional em uma variedade de contextos ao redor do mundo. No Brasil, suas ideias inspiraram o movimento de renovação do ensino, conhecido como Escola Nova. Ao longo de sua vida, trabalhou incansavelmente para avançar nossa compreensão de como deve ser e funcionar um sistema educacional no qual o foco está no aluno. Apesar dessa concepção ter sido elaborada há mais de 100 anos, o pensamento de Dewey se encaixa na realidade atual de transformações, sendo contemporâneo e aplicável ao sistema de ensino.

O conceito de educação de Dewey valoriza a atividade significativa de aprendizagem e participação democrática dos alunos em sala de aula, sendo o estudante o protagonista, porém “deixou bem claro que o papel crucial deveria ser desempenhado pelos[as] professores[as], associando os interesses dos estudantes de modo a assegurar o desenvolvimento intelectual com as experiências educativas (Apple; Teitelbaum, 2001). Ao contrário dos modelos anteriores de ensino, baseados na autoridade do professor e na aprendizagem passiva e mecânica, a educação progressista possibilita aos alunos participar do processo educativo, e não apenas assisti-lo, como mero espectador.

Para Dewey o currículo deve ser relevante para a vida dos alunos. Ele via o aprendizado na prática e o desenvolvimento de habilidades para a vida como cruciais para a educação das crianças. Contudo, muitos aspectos de sua teoria têm sido relativamente mal compreendidos e aplicados ao acaso até hoje. Alguns críticos presumiram que o sistema de Dewey seria anti-intelectual, pois os alunos não conseguiriam adquirir conhecimentos e habilidades acadêmicas básicas. Outros acreditavam que a ordem da sala de aula e a autoridade do professor desapareceriam (PBS, 2020).

Destaca-se que, para Apple e Teitelbaum (2001), a chave do desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente do progresso social, era a escolarização. Tinham como ideia que a natureza moral e social da escola poderia servir como uma “comunidade em miniatura, uma sociedade embriônica”. Essa visão contrastava com o modelo do “sistema fabril”, adaptado pelos planejadores escolares (e “peritos em eficiência”) que deveriam preparar os estudantes como matéria-prima relativamente passiva a ser moldada pelos professores, em que os métodos de ensino eram pautados na repetição de conteúdos escolares divorciados do conteúdo social.

Para Dewey (1976) esse contexto requeria não só a escolarização universal como crucial na rápida transformação social, mas uma nova educação, que seria vital quando guiada pela perspectiva de que a escola é a própria vida e não uma preparação para ela, envolvendo professores e estudantes de forma a engajarem-se ativamente na vida democrática.



Assim sendo, a discussão da abordagem de Dewey na educação atual, passa primeiramente pela compreensão do papel social da escola e do professor, pois antes de propor essa abordagem em sala de aula com os estudantes, devemos pensar naquele que a possibilitará: o professor, e mais, o professor reflexivo. Assim sendo, discutir a formação de professores seria um dos caminhos para compreender e aplicar de uma forma abrangente esta importante filosofia educacional.

Cabe pontuar que nos cursos de formação inicial de professores existem abordagens de teorias e pensamentos de diversos autores importantes, sendo a de Dewey uma delas. Contudo, na maioria dos casos, esse aprendizado é meramente teórico, apresentando valores e termos generalizados, até pelos modelos das matrizes curriculares dos Cursos de Licenciaturas, estabelecidas com componentes curriculares superficiais e com uma breve carga horária, dificultando um aprendizado integrado e com profundidade. A integração desses conceitos e filosofias deve ser constante nas práticas cotidianas da universidade, permeando toda base formativa, e, inclusive nos estágios, nos quais as abordagens práticas das teorias encontrariam lugar de aplicação de forma consolidada e crítica. Sabe-se que a formação reflexiva dos futuros professores pode melhorar significativamente a condição de aprendizagem dos alunos e, inclusive, aumentar o interesse e a permanência na escola, destaca-se aqui, a teoria de Dewey para este contexto educacional.

Sendo assim, existe grande necessidade de redescoberta e reconsideração do pensamento de Dewey especialmente na formação de professores e na organização da prática educativa nas escolas. De tal modo, o objetivo deste artigo é analisar os princípios filosóficos de John Dewey e a sua aplicação na formação e desenvolvimento de professores reflexivos.

O conteúdo deste artigo de cunho qualitativo, teórico e exploratório está exposto em quatro tópicos que correspondem aos principais conceitos da teoria de Dewey: democracia, pragmatismo, experiência e o papel do professor reflexivo.

## Democracia

A democracia é um dos conceitos fundantes para Dewey, muito mais do que uma forma de governar, sendo acima de tudo uma maneira de vida associada, de experiência compartilhada em conjunto. Nessa perspectiva, uma educação democrática implica o compartilhar experiências entre professores e alunos, em um ambiente de cooperação no qual compete aos mestres agregar os interesses dos estudantes de modo a assegurar o desenvolvimento intelectual com as experiências educacionais (Apple; Teitelbaum, 2001).

Dewey fez duras críticas ao sistema escolar norte-americano da época. Para ele as escolas eram baseadas no individualismo, na competição entre os alunos e na submissão deles aos professores e, assim, reproduziam-se os conceitos da classe dominante (Gauthier; Tardif, 2014). Para modificar essa realidade descreve que os espaços escolares deveriam ser

totalmente reconstruídos, de modo que os alunos seriam o centro do processo, estimulados a pensar por conta própria, de forma cooperativa e democrática, transformando a sociedade como um todo.

O filósofo defendia que o indispensável ético central na educação era a democracia. Ele afirmava que a formação de determinado caráter é o único fundamento verdadeiro de uma conduta moral, que seria uma preparação para exercer a democracia (Dewey, 1897). Assim, a função decisiva da educação em uma sociedade democrática era auxiliar a criança a adquirir o caráter (Gauthier; Tardif, 2014). Cada escola, como escreve Dewey, deve se tornar

uma vida comunitária embrionária, ativa com tipos de ocupações que refletem a vida da sociedade em geral e permeada pelo espírito da arte, da história e da ciência. Quando a escola apresenta e treina cada filho da sociedade para se tornar membro de uma comunidade tão pequena, saturando-o com o espírito de serviço e fornecendo-lhe instrumentos de autodireção eficaz, teremos a mais profunda e melhor garantia de uma sociedade maior que é digna, adorável e harmoniosa (Dewey, 2002, p. 44).

Esse pensamento traz o sentido da cooperação, somos seres sociais e o aprendizado deve partir de uma aproximação e discussão de forma democrática. Para Dewey (1979a), o aprendizado acontece quando compartilhamos experiências, nas quais não existem empecilhos para a troca de ideias e isso só é possível num ambiente democrático. A escola é um lugar propício para a criança atuar como um ser social, onde, por meio de suas experiências compartilhadas com as dos demais, em atividades de cooperação, compreende as suas responsabilidades e constrói, assim, o senso de democracia.

Cabe reiterar que os estudos de Dewey influenciaram as ideias do filósofo Kilpatrick, que desenvolveu a Pedagogia de Projetos, destacando que essa abordagem está fundamentada na concepção de democracia também. Para Dewey (1976) e Kilpatrick (1978), a democracia pressupõe que cada pessoa deve ter a oportunidade do desenvolvimento e expressão individual. Suas ideias sugerem uma profunda transformação na educação escolar, e uma delas traduz de forma prática e simples como aprender democracia: vivenciá-la. No entanto, frequentemente tal expressão carrega mais o sentido de jargão do que o de um conceito demarcado política e historicamente.

Por isso, pensar a perspectiva democrática de Dewey como uma das políticas da formação docente reflexiva nos traz a importância de ouvir o professor, dar voz a ele, pensar a formação com ele e não para ele (Nóvoa, 1992). A expressão individual desse sujeito deve constituir a formação e, assim, o ser também na formação inicial, em que futuros professores devem vivenciar o princípio democrático no dia a dia do seu processo formativo. A proposta de trabalho com projetos, conforme já pontuado, pode ser uma das práticas

que possibilita o diálogo, a cooperação e as escolhas de forma democrática, pois como nos diz o próprio Dewey, a aprendizagem sobre democracia só ocorre quando a vivenciamos. Nesse ciclo, virão os estudantes, pois professores formados de forma democrática também o serão em suas práticas docentes, promovendo a democracia em suas aulas.

## Pragmatismo

Dewey é um pensador que se filia ao pensamento filosófico do pragmatismo, inicialmente desenvolvido por Charles Sanders Peirce e William James, considerados os fundadores dessa corrente filosófica surgida nos Estados Unidos no final do século XIX. Peirce foi o primeiro a propor um novo papel para a filosofia e sua relação com a ciência. A palavra “pragmatismo” tem sua origem no termo grego *pragma*, que tem por significado ação, trabalho, negócio. De forma geral, os filósofos da linha pragmática defendem que a verdade de uma situação é obtida pela análise de sua utilidade prática, de sua aplicação (Placides; Costa, 2021).

De acordo Placides e Costa (2021), tomando uma postura contrária à visão tradicional, os pragmatistas sugerem que o pensamento não ocorre de uma maneira isolada da natureza. Ao contrário, para eles, as ideias são verdadeiras na proporção em que ajudam a entrar em relação aceitável com outras partes da experiência.

A premissa dessa teoria educacional é fundamentada em uma educação que seja construída a partir das experiências dos sujeitos, com base na solução de problemas reais, e de forma comunitária para uma aprendizagem contextualizada, partilhada e significativa. John Dewey defendia que a escola era uma instituição social e as salas de aula deveriam possibilitar experiências de aprendizagem, permitindo aos alunos se envolverem em atividades sociais adequadas, interagindo com seus pares.

Assim sendo, as ideias sobre educação de Dewey surgiram de um sistema filosófico e foram centrais para o Movimento Progressista na escolarização, que ficou conhecido também como a Pedagogia do Pragmatismo. Para ele, existia a necessidade de comprovar o pensamento por meio da ação e, assim, a possibilidade de transformá-lo em conhecimento. Sua ideia era de que a finalidade da educação seria a aprendizagem prática e a solução de problemas reais, preparando a criança para enfrentar a realidade cotidiana. A educação é um processo social, torna-se desenvolvimento. Não sendo uma preparação para a vida, mas a própria vida (Dewey, 1976).

O pragmatismo ou instrumentalismo de Dewey, assim também denominado, compreende a solução de problemas relacionados à vida e ao interesse da criança por meio da prática de atividades manuais e criativas, estimulando a experiência da pesquisa e da descoberta, desenvolvendo ainda a autonomia. Ressalta-se que ao final de cada prática desempenhada, faz-se necessária a *práxis* (ação+reflexão), na proposta para uma prática posterior

melhorada. Essa perspectiva, Dewey traz à ação docente, na qual os professores eram vistos por esse autor como profissionais criativos, demonstrando não apenas compreensão do assunto, mas também paixão pelo conhecimento, curiosidade intelectual, entendimento do processo de aprendizagem e ainda, interesse nas crianças sob seus cuidados (Stobie, 2016).

A compreensão desses autores e suas teorias podem explicar como a aprendizagem profunda acontece. E da mesma forma, como podemos aplicar seus conceitos na formação de professores numa perspectiva de promover uma prática pedagógica reflexiva. Nesse sentido, promotora do conhecimento dos estudantes em uma aprendizagem envolvente, significativa e desafiadora, relacionando-a com a experiência e ouvindo a voz desses sujeitos, a fim de compreender o pensamento e replanejar o processo de ensino-aprendizagem.

A vertente pragmática de sua teoria mostra a preocupação de Dewey com a escola, com um processo educativo que desvincula ideias de ações, que se distancia do contexto, das experiências dos alunos, que não transforma em prática, o que, para o filósofo, todo pensamento, conhecimento só possuem valor se tiverem aplicabilidade.

## Experiência

Um dos conceitos mais valorizados no pensamento de Dewey é o da experiência na educação. Para o nosso propósito, discute-se nesta parte do texto, a obra *Experiência e Educação* escrita por ele em 1938. Nesse livro, Dewey critica tanto a educação tradicional quanto a progressista, sendo ambas deseducativas, pois não aplicavam os princípios da filosofia da experiência ou não destacavam a importância da experiência do estudante. Essas abordagens traziam a ideia de que os estudantes seriam como “um quadro em branco” esperando ser preenchido com conhecimentos na escola. Em oposição a isso, Dewey sugeriu que os professores organizassem a prática educativa, baseada em fatos, concepções e conhecimentos anteriores por meio das experiências já vivenciadas pelos estudantes. Assim, o conhecimento seria promovido enfatizando o experimento, a aprendizagem intencional e significativa, a liberdade e outros conceitos de educação progressista. Dewey argumenta que a qualidade de uma experiência educacional é crítica e enfatiza a importância dos processos sociais e interativos de aprendizagem.

Para Dewey, nenhum conceito ou certeza é comprovada antes da experiência. O filósofo contrasta dois modos de educação: *o tradicional*, baseado na transmissão de conhecimentos culturais estáticos a alunos essencialmente passivos, retratando o professor como uma autoridade divina, levando os alunos ignorantes à verdade; já no modo *progressista*, busca-se ensinar não o conteúdo/conhecimento do passado de forma estática, mas a capacidade de pensá-lo criticamente sobre as experiências do presente e do futuro com informações obtidas em comunidades de investigação e prática, sendo o professor retratado como um facilitador.

Nesse sentido, Cunha (1998, p. 2) destaca que

Dewey não está propondo um método de ensinar qualquer, não está falando do pensamento do aluno como ser humano genérico ou das matérias de estudo situadas num e noutro espaço político, mas sim do método adequado a uma sociedade que deseje educar seres humanos para a vida associada, do pensamento como instrumento da experiência livremente compartilhada e das matérias de ensino como depositárias desta mesma experiência.

Um outro ponto principal de Dewey é que o conhecimento não é apenas um aprendizado teórico, não fica limitado aos domínios da escola, do currículo ou aos professores, e sim produzido dentro da experiência aplicada à realidade dos alunos, ou seja, a interpretação de uma experiência educativa real. Por exemplo, em vez de ler sobre astronomia, corpos celestes, planetas e estrelas, os alunos deveriam observar esses fenômenos em telescópios, mapas celestes, entender a influência da lua no nosso planeta, enfim, ver a astronomia em ação, e não apenas teorizar o aprendizado.

Essa interpretação de uma experiência educativa produz o conhecimento relevante, contínuo e renovável. Para Anísio Teixeira (1978, p. 17),

A experiência educativa, é sim tratada como uma experiência inteligente e válida, em que participa o pensamento, através do qual se vêm a perceber relações e continuidades antes não percebidas. Todas as vezes que a experiência for assim reflexiva, isto é, que atentarmos no antes e no depois do seu processo, a aquisição de novos conhecimentos mais extensos do que antes será um dos seus resultados naturais. A experiência alarga, deste modo, os conhecimentos, enriquece o nosso espírito e dá, dia a dia, significação mais profunda à vida.

Contudo, Dewey argumenta que nem todas as experiências são educativas e que, de fato, algumas delas podem ser deseducativas, as quais “pára ou distorce o crescimento da experiência posterior” (Dewey, 1979a, p. 28). O desafio central da aprendizagem baseada nesse pensamento é criar experiências frutíferas e organizá-las em progressão para orientar a aprendizagem dos alunos. Uma experiência deseducativa bloqueia o crescimento de outras experiências. Assim, mesmo as prazerosas podem ser deseducativas se forem desconectadas, dispersas ou de pouca qualidade. Portanto, o dever do educador é determinar a qualidade de uma experiência e seu impacto na experiência posterior.

No Capítulo 4 do livro em questão, *Experiência e Educação*, Dewey argumenta que na educação progressista, as convenções sociais seriam aplicadas pelos alunos sendo parte da comunidade e não impostas a eles pelo professor. Dewey usa o exemplo de crianças jogando ou brincando no recreio. Esses jogos envolvem regras que ordenam a conduta dos participantes. Os jogos não acontecem ao acaso ou por uma sucessão de improvisações. Sem regras não há jogo. Mas no jogo a criança é espontânea e livre para experimentar.

Para o filósofo, o controle das ações individuais é efetuado por toda a situação na qual os indivíduos estão envolvidos, em que eles compartilham e dos quais são partes cooperativas ou interativas, pois mesmo em um jogo competitivo há um certo tipo de participação, de compartilhar uma experiência comum. Aqueles que participam não se sentem comandados por uma pessoa individual ou estão sendo submetidos à vontade de algum superior externo tentando impor sua vontade individual sobre outra pessoa (Dewey, 1976). Como acontecia nas escolas tradicionais, que não dependiam do estabelecimento de uma comunidade social de aprendizagem, tendiam a não ter esse controle social e, portanto, o professor só tinha a opção de “intervenção direta” para “manter a ordem”.

Dewey afirma que a experiência pode desenvolver a liberdade de inteligência – o ato de pensar, observar e julgar livremente – sendo a única liberdade de importância duradoura. A liberdade de movimento também é um componente integral da saúde física e mental. Os professores devem permitir a liberdade de inteligência dos alunos atribuindo-lhes o poder de formular propósitos, julgar com sabedoria e avaliar seus desejos (Dewey, 1976).

Um modelo de educação baseado na experiência implica encontrar, pelos alunos, uma maneira de fundamentar conceitos e ideias desconhecidos dentro do escopo da experiência de vida comum (Dewey, 1976). A educação progressista com ênfase na aprendizagem ligada à experiência depende do papel do educador para estruturar o material de forma a promover experiências de aprendizagem, de modo que o aluno seja protagonista.

Destaca-se que nessa abordagem, a colaboração entre educador e estudante se torna fundamental, de forma a ocorrer em um sistema aberto e colaborativo, numa construção coletiva, coordenada e continuada com a finalidade do aprimoramento do ensino e da valorização da construção dos saberes coletivos, objetivado pela possibilidade de interação e compartilhamento de experiências (Behrens, 2005).

Uma das preocupações proeminentes de Dewey era o papel do educador na criação de um ambiente de educação que fornece continuidade dentro desse modelo assimilativo contextualizado baseado na experiência de aprendizagem do aluno. A dificuldade desse desafio está em adaptar continuamente o assunto à crescente esfera das experiências individuais à medida que os alunos progridem (Dewey, 1976).

## O papel do professor reflexivo na perspectiva de Dewey

A pedagogia de Dewey considera a noção de pensamento reflexivo tanto do aluno quanto do professor, como um dos conceitos fundamentais para uma prática transformadora. Isso se relaciona à formação de professores, que, combinado com as possibilidades de refletir a prática e replanejá-la, tem-se o desenvolvimento do pensamento e da ação (García, 1992). A influência de Dewey para a formação docente foi retomada a partir de



conceitos fundamentais de seu pensamento, como a noção de pensamento reflexivo ao conceito de *professor reflexivo*, o que busca o equilíbrio entre o agir e o pensar, como processos simultâneos e permanentes.

Nesse cenário, o profissional reflexivo, na teoria da investigação deweyana, especialmente em relação ao processo de reflexão na ação e na aprendizagem por meio do fazer, deve possibilitar ao aluno que ele veja por ele mesmo. Ou seja, se ele pode “aprender a pensar no sentido empregar efetivamente poderes que ele já possui” (Dewey, 1910, p.29-30).

Na mesma perspectiva, Antônio Nóvoa (1992) na obra *Os professores e sua formação*, discute sobre o professor reflexivo e nela apresenta Schön (2000), situando-o como “referência obrigatória” na formação dos profissionais, ainda que identificada a importância das discussões de Dewey sobre ação, experiência e reflexão, é em Schön que ele vê a configuração do “profissional reflexivo”. Na prática reflexiva, os termos discutidos por Schön (2000), reflexão sobre a ação, reflexão na ação e reflexão sobre a reflexão na ação, são as “condições” para uma aprendizagem significativa, uma nova epistemologia da prática, a qual se embasa nos conceitos de conhecimento na ação e reflexão na ação.

Realizando uma análise sobre os conceitos de Schön e Dewey, autores primários sobre reflexão na prática pedagógica, Dorigon e Romanowski (2008, p. 9), definem que:

[...] a prática reflexiva na profissão docente é um movimento para colocar em suspensão a prática e para isso é necessário criar condições para a análise, para a crítica, criar modos de trabalho coletivo dentro das escolas, favorecendo uma atitude reflexiva. Refletir sobre sua prática, seu fazer, seu pensar educativo, suas condições de trabalho, sua identidade como profissional, assume constatar como o que faz, reinventa e protagoniza a ação, está constituído social e historicamente. Uma mudança de atitude, de modo de pensar e fazer, de compreender e de explicar é inevitável e necessária.

Cabe destacar que tanto a prática reflexiva do professor quanto a do aluno, tratam “[...] a importância de incentivar na escola os bons hábitos de pensar” (Dewey, 1979a, p. 167). Sabe-se que a formação docente, inicial e continuada, em sua maioria, não vem na construção desse profissional reflexivo, e que se urge retomar essa proposição para uma transformação educacional, pois não se faz um processo educativo nessa perspectiva sem o professor.

Importa-se nessa profunda reflexão da teoria de Dewey, trazer algumas proposições destacadas pelo filósofo que retratam a importância de seus princípios para a formação de professores de forma reflexiva.

- 1- A educação não é a preparação para a vida, é a própria vida (Dewey, 1976) - essa máxima de Dewey mostra a importância de conceber a aprendizagem de forma ativa, em que o aluno seja o sujeito principal do processo educativo e o conhecimento construí-

do com base no contexto sociocultural do educando. O currículo precisa promover a relação entre os saberes escolares e os saberes discentes, sendo a escola um lugar que aborda a própria vida. E, assim, constitui-se a formação docente, em que o processo formativo do educador se pauta na sua própria ação, na sua vida profissional real, nas suas necessidades.

- 2- Se todos os professores percebessem que a qualidade do processo mental, não a produção de respostas corretas, é a medida do crescimento educativo, seria trabalhado algo pouco menos do que uma revolução no ensino (Dewey, 1979b) - Dewey destaca que crescimento intelectual ocorre na medida em que a sala de aula seja um lugar de perguntas, de hipóteses e investigação por parte do aluno e não de respostas prontas dadas ao professor. Na formação de professores cabe perguntar a eles o que é necessário, o que se pretende conhecer e compreender da sua própria prática, não trazer o tema ou a questão definida. Os educadores precisam entender a maneira como os estudantes pensam, mas também precisam entender seus próprios processos de pensamento e sua relação com o crescimento educativo (Cole, 2016).
- 3- Se ensinarmos os alunos de hoje como ensinamos os de ontem, roubamos deles o amanhã (Dewey, 1979a) – nessa afirmativa Dewey traz o quão grave é para o desenvolvimento humano e de uma sociedade, um ensino pautado num modelo conteudista, mecânico e reprodutor. Num itinerário em que o professor é o centro e detentor do saber e o aluno um sujeito passivo e que reproduz, inibe-se qualquer forma de expansão do conhecimento e de pensamento próprio. Firme nessa *práxis* (ação-reflexão-ação), o filósofo mostra o quanto a maneira como ensinamos pode ser alterada, revista e melhorada, em especial, com o advento da tecnologia cada vez mais presente no cotidiano escolar. Assim sendo, deve-se pensar a formação de professores, de forma a ignorar a mesma pauta reprodutora e mecanicista.
- 4- A criança e o currículo são simplesmente dois limites que definem um único processo. Assim como dois pontos definem uma linha reta, o ponto de vista atual da criança e os fatos e verdades dos estudos definem a instrução (Dewey, 2002) – pode-se considerar que a aprendizagem deve ser desenvolvida por situações reais, pela prática e não por situações abstratas e distanciadas da experiência do educando. Ele deve participar ativamente para encontrar respostas e solucionar problemas e não esperar passivamente a resposta pronta e única. Já no que se refere à formação docente, faz-se necessário compreender a concepção de currículo e de aprendizagem, o quanto esses elementos definem uma educação de fato progressista, pragmática e democrática. Deve-se refletir os interesses que perpassam nos currículos, as relações de poder que os constituem.
- 5- “Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável

reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada” (Dewey, 1979b, p. 106) - nessa afirmação, Dewey destaca uma importante relação entre democracia e educação, refletida na sociedade, nas relações e formas de vida associadas. A democracia não é apenas estender os direitos de voto, por exemplo, mas também equipar os cidadãos com a capacidade de assumir a responsabilidade de fazer escolhas e tomar decisões que levem ao bem comum, um ideal ético com participação ativa e coerente de todos os envolvidos. Para que a democracia funcione, ela requer cidadãos informados, instruídos e sábios e, portanto, a educação tem um propósito moral. Os professores, quando reflexivos, em sala de aula têm a responsabilidade de nutrir o caráter, não apenas de promover o conhecimento.

- 6- As ideias só são instrumentos quando têm utilidade prática. A busca da verdade do ponto de vista da investigação científica, Dewey argumenta que “a correspondência é entendida no sentido operacional de resposta, como uma chave responde a condições impostas por uma fechadura, ou como dois correspondentes ‘respondem’ um ao outro; ou, em geral, como uma resposta é adequada a uma pergunta ou crítica; pois, em suma, uma solução responde aos requisitos de um problema” (Dewey, 1941, p.178) - nessa visão, atinge-se a verdade pela correspondência como uma marca de um significado ou proposição, exatamente no mesmo sentido em que é usada em qualquer outro lugar, como as partes de uma máquina correspondem. A fechadura seria o problema e a chave seria o método para solução do problema. Na perspectiva da formação de professores reflexivos, deve-se desenvolver o sentido crítico da construção da dúvida e não a busca de respostas prontas. Também, pensar a formação docente a partir das práticas dos professores, refletir sobre os problemas que eles encontram no dia a dia, e a partir desse cenário pensar as soluções para novas práticas, enfim ter uma correspondência, uma responder à outra, como mesmo discute Dewey, uma solução respondendo aos requisitos de um problema.
- 7- “Um grama de experiência é melhor do que uma tonelada de teoria simplesmente porque é apenas na experiência que qualquer teoria tem significado vital e verificável” (Dewey, 1979a, n.p.) - as experiências devem ser de tal natureza que conduzam à investigação, exigindo o pensamento e o desenvolvimento do senso crítico. A criança é curiosa por natureza e pode questionar sobre quaisquer coisas. As crianças devem ter a oportunidade de explorar suas questões como os bebês exploram o mundo ao seu redor, experienciando os espaços que os cercam. O professor reflexivo condiciona essas experiências e a exploração do mundo a partir de sua didática, proporcionando ao aluno oportunidades de pensar, refletir e aprender. Assim, a formação de professores deve seguir, a partir das experiências na prática docente, discutindo-a para analisar a teoria que a embasa e, dessa forma, buscar a *práxis*.

Portanto, pensar o papel do professor reflexivo na perspectiva de Dewey é ver a contribuição desse educador e filósofo em incluir e realçar o valor da experiência na prática docente, em que ação e reflexão são partes constituintes do processo de ensino-aprendizagem, no qual professor e aluno se reconhecem, se veem nesse lugar.

## Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a filosofia de Dewey, considerado um dos mais importantes filósofos da educação, e sua aplicação na formação e desenvolvimento de professores reflexivos. Suas ideias progressistas influenciaram nos processos de ensino-aprendizagem, na formação de professores e nos sistemas educacionais em diversos países.

Dewey faleceu há mais de 70 anos, mas seu pensamento continua inesgotável para o século XXI. Nos tempos atuais, pode-se convergir sua teoria na busca de uma educação para o pensamento crítico e democrático. Em especial, à medida que prosseguimos na era da globalização capitalista que fere o conceito de liberdade do pensamento crítico, a preocupação de Dewey com a relação entre democracia efetiva e educação seja sua lição mais relevante. Nunca foi tão importante ajudar as crianças e adolescentes a lidar com a incerteza, aprender e compreender que a educação é um empreendimento moral que se preocupa em desenvolver cidadãos informados, capazes de fazer escolhas e tomar decisões conscientes.

A premissa dessa teoria educacional é baseada em uma educação que seja construída por meio das experiências dos sujeitos, com base na solução de problemas reais, de forma comunitária para uma aprendizagem contextualizada, partilhada e significativa. John Dewey defendia que a escola era uma instituição social e as salas de aula espaços de oportunidades de aprendizagem, permitindo aos alunos se envolverem em atividades sociais adequadas, baseados nas suas experiências e num processo democrático interagindo com seus pares.

Assim, essa proposta educacional será possível somente por meio de um professor reflexivo em sua formação e prática. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi atingido, quando se apresentou os conceitos de Dewey: *Democracia*, *Pragmatismo* e *Experiência* articulados de tal forma que se pode aplicá-los no processo formativo docente de caráter reflexivo.

Discutiu-se em *Democracia*, um dos conceitos fundantes para Dewey, que ela seria muito mais do que uma forma de governar, sendo acima de tudo uma maneira de vida associada, de experiência compartilhada, com a oportunidade do desenvolvimento e expressão individual, e que a compreendemos quando a vivenciamos. Ainda, a discussão na perspectiva democrática de Dewey como uma das políticas da formação docente reflexiva trazendo a importância de ouvir o professor, dar voz a ele, pensar a formação com ele e não para ele.

Descreveu-se o *Pragmatismo* como a necessidade de comprovar o pensamento por meio da ação e, assim, a possibilidade de transformá-lo em conhecimento, por meio da

aprendizagem prática e a solução de problemas relacionados à vida e ao interesse do aluno, preparando-o para enfrentar a realidade dos problemas cotidianos.

A vertente pragmática mostra a preocupação de Dewey com um processo educativo que desvincula ideias de ações, que se distancia do contexto, das experiências dos alunos, que não transforma em prática, pois, para ele, todo pensamento e conhecimento só possuem valor se tiverem aplicabilidade. Nesse aspecto, pensar o quanto esse ideário deweyano precisa encontrar lugar na formação de professores, que, como espaço para construção de sujeitos reflexivos de sua ação docente, necessitam pensar o conhecimento como um princípio de transformação social, fazendo o aluno dialogar com a realidade para assim compreendê-la e transformá-la.

Viu-se ainda a *Experiência* que deve ser promovida pelos professores de forma educativa, baseada em fatos, concepções e conhecimentos anteriores por meio das experiências já vivenciadas pelos estudantes. Portanto, o conhecimento seria promovido, enfatizando o experimento, a aprendizagem intencional e significativa, a liberdade e outros conceitos de educação progressista. Um dos conceitos mais valorizados no pensamento de Dewey é o da experiência no processo educativo. O professor reflexivo condiciona as experiências e a exploração do mundo a partir de sua didática, abrindo ao aluno oportunidades de pensar, refletir e aprender. Assim, a formação de professores deve seguir, a partir das experiências na prática docente, para a análise da teoria que a embasa, buscando a *práxis*.

Os principais conceitos da teoria de Dewey convergem para a construção do *Professor Reflexivo*, pois explicam como o processo formativo acarreta numa prática docente promotora de experiências educativas transformadoras, gerando processos de ensino-aprendizagem ricos e significativos, promovendo o conhecimento dos alunos em uma aprendizagem envolvente e desafiadora, relacionando-a com a solução de problemas, a fim de compreender o pensamento deles e ajustar o processo de ensino-aprendizagem. Assim, condicionando não apenas o *professor reflexivo*, mas também o *aluno reflexivo*, mesmo que no início da vida estudantil.

Como se percebe, Dewey mostra as possibilidades de uma educação que pode revolucionar os processos de ensino-aprendizagem, pautada inicialmente nas experiências dos educadores na proposta de reflexão da sua prática para assim pensar a formação, o que mais adiante eles o farão com seus alunos. Assim, a educação deweyana se estabelece na medida em que o processo formativo tenha relação com a vida de ambos. Portanto, com base neste estudo, destaca-se que a democracia para Dewey é o indispensável ético central na educação e no fazer docente, e que a educação progressista e os conceitos de pragmatismo e experiência se desvelam fundamentais em um processo formativo docente de perspectiva reflexiva.

**Contribuições:** todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.  
Revisão ortográfica inicial: Rosana Paza

**Agradecimentos:** não se aplica

**Agência financiadora:** não se aplica

**Aprovação por Comitê de Ética:** não se aplica

**Conflito de interesses:** não se aplica

## Referências

- APPLE, M.; TEITELBAUM, K. Clássicos John Dewey. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp. 194-201, jul/dez 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/classicos/teiapple.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BEHRENS, M. A. *O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COLE, P. *5 Brilliant Insights About Education from John Dewey* - September 28, 2016. Disponível em: <https://www.emergingedtech.com/2016/09/5-brilliant-insights-about-teaching-from-john-dewey/>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- CUNHA, M. V. da. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DEWEY, J. My pedagogic creed. *The School Journal*, Volume LIV, Number 3 (January 16, 1897), pages 77-80.1897. Disponível em: <https://infed.org/john-dewey-my-pedagogical-creed/>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- DEWEY, J. *How We Think*. New York: Forgotten Books. 1910.
- DEWEY, J. Propositions, warranted assertibility, and truth. *Journal of Philosophy* 38 (7), pp.169-186. 1941. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2017978>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- DEWEY, J. *Experiência e educação*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- DEWEY, J. *Democracia e educação*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979a.
- DEWEY, J. *Como Pensamos como se relaciona o Pensamento Reflexivo com o Processo Educativo: uma reexposição*. Tradução: Haydée Camargo Campos. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979b.
- DEWEY, J. *A escola e a sociedade / a criança e o currículo*. 1. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.
- DORIGON, T. C.; ROMANOWSKI, J. P. A reflexão em Dewey e Schön. *Revista Intersaberes*, Curitiba, ano 3, n. 5, p. 8 - 22, jan./jul. 2008.



GARCÍA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GAUTHIER, C.; TARDIF, M. *A pedagogia*. Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KILPATRICK, W. H. *Educação para uma civilização em mudança*. 16. ed. Trad. Noemy Rudolfer. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PBS. Public Broadcasting Service. *Only a teacher. Schoolhouse pioneers. John Dewey*. Disponível em: <https://www.pbs.org/onlyateacher/john.html>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PLACIDES, F. M.; COSTA, J. W. da. John Dewey e a aprendizagem como experiência. *Revista Apotheke*. v. 7, n. 2, p. 129-145, out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/20411/13624>. Acesso em: 1º abr. 2023.

SCHÖN, D. *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.

STOBIE, T. *Reflections on the 100<sup>th</sup> year anniversary of John Dewey 'Democracy and Education'*. 09 ago. 2016. Disponível em: <https://blog.cambridgeinternational.org/reflections-on-the-100th-year-anniversary-of-john-deweys-democracy-and-education/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

TEIXEIRA, A. A Pedagogia de Dewey. In: DEWEY, J. *Vida e educação*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

# Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia

*Agingism: intersectionalities of class, gender/sexuality and race/ethnicity*

Glenia Rouse Costa\* 

Solange Maria Teixeira\*\* 

## RESUMO

A literatura sobre envelhecimento não apresenta uma visão uniformizante sobre a imagem social da velhice. Nas sociedades modernas, com o advento do modo de produção capitalista, a pessoa idosa tem uma imagem social conectada ao não produtivo e obsoleto, provocando desvalorização, preconceitos e estereótipos, como o idosismo. O objetivo deste artigo é problematizar esses universalismos. Assim, a partir dos imbricamentos de classe social, gênero/sexualidade e raça/etnia apontar as maiores incidências de desigualdades do idosismo, ou seja, verificar se os cruzamentos desses demarcadores podem intensificar os preconceitos já existentes no seio social. Este estudo se originou de uma pesquisa teórica, de base bibliográfica, com metodologia qualitativa e escolha intencional da literatura para atender ao objetivo levantado. Conclui-se que a luta de classes, cor da pele, etnia, sexualidade e idade têm implicações no modo de vivenciar e sofrer o idosismo, inclusive, intensificando processos de exclusão, opressão e desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Idosismo; Demarcadores Sociais; Desigualdades Sociais.

## ABSTRACT

The literature on aging does not present a uniform view of the social image of old age. In modern societies, with the advent of the capitalist mode of production, the elderly person has a social image connected to the non-productive and obsolete, causing devaluation, prejudice, and stereotypes, such as old age. The purpose of this article is to problematize these universalisms. Thus, from the intertwining of social class, gender/sexuality and race/ethnicity, point out the highest incidences of inequalities in the elderly, that is, verify whether the crossing of these demarcators can intensify the prejudices that already exist within society. This study originated from a theoretical research, based on literature, with a qualitative methodology and intentional choice of literature to meet the raised objective. It is concluded that class struggle, skin color, ethnicity, sexuality and age have implications on the way of experiencing and suffering from old age, including intensifying processes of exclusion, oppression and social inequalities.

**Keywords:** Aging; Ageism; Social Demarcations; Social differences.

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89049>

\*Universidade Federal do Piauí,  
Teresina, PI – Brasil. E-mail:  
[rouseglenia@gmail.com](mailto:rouseglenia@gmail.com).

\*\*Universidade Federal do Piauí,  
Teresina, PI – Brasil. E-mail:  
[solangenteixeira@hotmail.com](mailto:solangenteixeira@hotmail.com).

Como citar: COSTA, G. R.; TEIXEIRA, S. M. Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp.173-188, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89049>.

Recebido em 14 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 15 de novembro de 2023.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

Em 2020, Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um plano de ação para construir a “Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030”. De acordo com a ONU, esse movimento, teria como finalidade encorajar ações internacionais e a união entre sociedade civil, governos e setores privados para melhorar a vida das pessoas idosas. Outras instituições parceiras, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana (OPAS) estão envolvidas com objetivo de trabalhar em conjunto para desenvolver conhecimentos e ações que possam responder às demandas das pessoas idosas, tendo em vista, a admissão por partes dessas instituições de que a sociedade não estaria preparada para necessidades e direitos do envelhecer.

Por outro lado, o ano de 2020, marcou a história como sendo um período de emergência do vírus do COVID-19. Em consequência desse cenário a OMS declarou em março que a doença causada pela COVID-19 se trata de uma situação de pandemia, com isso a OMS informou que estava-se vivenciando um alerta de saúde pública internacional. Diante de tal realidade a pessoa idosa passou a sofrer não apenas com os isolamentos sociais, quarentenas, toques de recolher, uso obrigatório de máscara, mas com os preconceitos e discriminações. Esses foram intensificados e percebidos na priorização do tratamento de pessoas mais jovens do que pessoas idosas (OMS, 2020).

Dois anos depois a OMS e a OPAS (2022, p. 9) elaboraram o Relatório Mundial sobre Idadismo. Esse relatório materializa as preocupações dessas organizações internacionais acerca de narrativas e ações que prejudicam, excluem e oprimem o indivíduo em decorrência da idade, que teve, principalmente, a pessoa idosa em tempos pandêmicos. Assim, esse relatório tem como finalidade “mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento” (OMS/OPAS, 2022, p. 21). E ainda esclarece que tais atitudes negativas sobre a idade são construídas na primeira infância e internalizadas ao longo da vida e, conseqüentemente, limitam, marginalizam e impõem barreiras de convivência em comunidade e no acesso às políticas públicas.

O documento ressalta que “quando há uma intersecção com outras formas de discriminação, a discriminação por idade pode ser particularmente prejudicial para mulheres idosas e para pessoas idosas com deficiência” (OMS/OPAS, 2022, p. 9), ou seja, o cruzamento desses demarcadores sociais pode ocasionar a intensificação das discriminações. Essa tese, entretanto, não é desenvolvida ao longo do documento, que aponta uma tendência uniformizante de tratar o idosismo.

Acreditando nessa tese e buscando fundamentá-la, parte-se, neste artigo, do seguinte questionamento: quais os possíveis impactos da interseccionalidade ou dos imbricamentos de demarcadores sociais como classe, gênero/sexualidade, raça/etnia nas discriminações das pessoas idosas? Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo foi analisar

as incidências do idosismo conforme os demarcadores sociais de classe social, gênero/sexualidade, raça/etnia.

Do ponto de vista do percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica e qualitativa, uma vez que a revisão de literatura foi do tipo intencional, selecionando o que pode apontar respostas ao problema levantado. Este estudo soma-se ao campo da Gerontologia Social Crítica que, com base em Vieira e Teixeira (2020, p. 263), tem como foco “os aspectos do envelhecimento humano fundamentado em análises deste como um processo biopsicossocial dinâmico, dialético e articulado”. Deste modo, considera-se que os condicionantes macrosociais (econômicos, políticos, sociais e culturais) determinam as diferenças entre as populações idosas.

Esse campo científico tem filiação ao materialismo histórico-dialético, porque esse método de análise da realidade permite uma compreensão da relação entre totalidade, particularidade e singularidade, que possibilita superar a imediatez da realidade.

Para desenvolver os argumentos, o artigo foi dividido em três seções, a saber: a primeira, problematiza os conceitos utilizados para denominar os preconceitos e discriminações contra a pessoa idosa em decorrência da idade e justifica o porquê da escolha teórica do termo idosismo; a segunda, discute a intensificação do idosismo a partir dos demarcadores sociais, evocando autores e dados que contribuem para esta discussão; e a terceira, demonstra as formas de idosismo nos índices de mortalidade e adoecimento por covid-19.

## **Discriminação, preconceito e rejeição: o porquê da escolha do termo idosismo**

Em 2022, a OPAS lançou o Relatório Mundial sobre o Idadismo. Esse documento apresenta as diversas formas de preconceito, rejeição e discriminação contra pessoas com idade avançada, por isso a denominação de idadismo: “O idadismo se refere a estereótipos (como pensamos), preconceitos (como nos sentimos) e discriminação (como agimos) direcionadas às pessoas com base na idade que têm” (OMS/OPAS, 2022, p. 21). O relatório admite ainda que o idadismo ocorre em espaços institucionais, leis e até em políticas que são desenvolvidas.

Na concepção apresentada no relatório, o idadismo se cruza e, às vezes, soma-se a outras formas preconceituosas de discriminação já conhecidas na sociedade, como o racismo, o capacitismo e o sexismo. Embora a OPAS adote a nomenclatura de idadismo, no referido relatório existem outras denominações no âmbito acadêmico que têm problematizado essa discussão, por isso se faz necessário refletir sobre cada uma. Em 1969, o gerontologista norte-americano Robert Neil Butler elaborou o conceito de *Ageism*, que é um termo em inglês para conceituar ações discriminatórias e preconceituosas em virtude da

idade avançada. Cabe salientar que será considerada de idade avançada a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa (2022).

O material “Quem nunca? Um guia sobre velhice e direitos da pessoa idosa”, elaborado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública do Distrito Federal, em 2022, discorreu também sobre a origem do termo *Ageísmo* e acrescentou a expressão “etarismo” como sendo outra nomenclatura capaz de abarcar a problematização sobre discriminação pela idade avançada. Com base no relatório, diferentemente de outras formas de discriminação, como o sexismo e o racismo, o etarismo não tem tanta discussão e visibilidade, por isso passa a ser comum e, muitas vezes, ocorre de forma silenciosa nas instituições.

É possível verificar, na literatura que tem discutido essa temática, outros termos complementares que têm o mesmo significado, como “idosismo” e “velhismo”. Na concepção de Agich (2008), o idosismo envolve um processo de discriminação apenas pelo fato de serem idosos, assim como ocorre com o sexismo e o racismo. Acredita-se que o termo idosismo, que advém de idoso/idoso, seja o que possa proporcionar mais visibilidade e representatividade em relação ao preconceito à idade avançada, já que etarismo e idadismo envolvem outras idades.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p.17) define o idadismo como uma forma de preconceito, discriminação e estereótipos direcionada às pessoas com base na idade. Nesse aspecto, o termo e conceituação estão em conformidade. No entanto, percebe-se que esse termo pode contemplar discriminações que ocorrem em todas as faixas etárias da vida humana. Segundo a OMS/OPAS (2022, p.17), o “idadismo surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças, e para arruinar a solidariedade entre as gerações”. Diante dessa afirmação, é possível também compreender a abertura para reconhecer que outras faixas etárias/idades da vida humana podem, em algum momento, vivenciar situações que se enquadram na concepção de idadismo, pois são prejudicadas, discriminadas ou sofrem com algum estigma pelo simples fato da idade que tem.

Um exemplo desse problema ocorre com relação às pessoas consideradas jovens, que estão recém-formadas. São recorrentes as inúmeras situações de preconceito enfrentadas quando os jovens buscam uma vaga no mercado de trabalho, pois eles se deparam com pessoas que os julgam apenas pela idade. Uma reportagem da BBC News Brasil, escrita por Gorvett (2021) que tem como título “Como a aparência jovem pode afetar sua carreira”, relata que nos escritórios é comum as pessoas serem afetadas, de maneira negativa, pelo fato de terem uma aparência jovem, o que poderia interferir na forma como sua competência é vista.

Com isso, os jovens sofrem com a construção de imagens que associa faixa etária “nova” e “sem experiência” como negativo ou sem ausência de habilidades e competência para determinada função. Reforça-se que o fator idade não deve determinar nem “qualidades” e nem “defeitos”, e quando essas situações ocorrem, trata-se de processos de discriminação que resultam em idadismo, ou seja, o fator idade é o determinante para qualificar, incluir ou excluir.

Ressalta-se que pessoas em outras fases, como a infância e a adolescência, também podem enfrentar preconceitos que destituem sua condição de sujeito de direitos e poder de decisão, com isso, ocasionando situações de idadismo. Porém, é na velhice que discriminações e julgamentos tomam formas mais perversas, que podem culminar em violências e violações de direitos incidindo sobre o bem-estar de pessoas idosas. O preconceito contra a pessoa idosa nega um dos maiores ganhos da humanidade, que é celebrar o aumento da expectativa da vida.

A opção teórica pelo termo idosismo ocorre porque ele dá mais representatividade e visibilidade à intensificação das discriminações sofridas pela pessoa idosa. Para a OMS/OPAS (2020, p. 56), uma das áreas de ação da Década do Envelhecimento Saudável seria “[...] mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade ao envelhecimento”. As discussões nessa área reconhecem que todas as faixas etárias sofrem com discriminações, mas nas pessoas idosas elas têm consequências específicas sobre a saúde e o bem-estar.

A Fundação Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio (SESC) São Paulo (2020, p. 12) divulgaram o resultado de uma pesquisa que afirma que a “[...] percepção da população idosa de como os mais jovens os enxergam é majoritariamente negativa (75%) [...]”. Segundo a pesquisa, a imagem da pessoa idosa em pontos negativos e positivos seriam:

[...] entre as principais citações espontâneas estão referências à “incapacidade” com um total de 40% das menções (‘Não servem para nada’ com 23%, e os veem ‘como um incômodo’ 17%), referências ao ‘desprezo’ 27%, ‘desrespeito’ 26% aparecem em seguida. As referências positivas somam 19%, nesse caso os mais jovens dizem ter ‘sentimento de respeito’ (8%); consideram que os idosos ‘tem mais experiência’ (8%), ou merecem ‘atenção e cuidado’ (8%).

A pesquisa supracitada confirma que as discussões e o aprofundamento sobre o idosismo são necessários e urgentes. Dessa forma, seria o idosismo uma discriminação/preconceito e estereótipo dirigido a todas as pessoas idosas apenas pelo critério da idade avançada? Sua incidência é universal ou também está diretamente relacionada a outras formas estruturais de explorações, opressões e dominações?



## As manifestações do idosismo e a interseccionalidade das discriminações: discussões a partir dos demarcadores sociais de classe social, raça/etnia, gênero/sexualidade

O envelhecimento humano é um processo biopsicossocial, faz parte do ciclo natural da vida, mas é condicionado por múltiplos fatores, como os socioeconômicos e os socio-culturais, que se imbricam com as dimensões biológicas e promovem efeitos psicossociais diversos, dando origem a diferentes formas de viver e experimentar a velhice, que também seria plural. De acordo com Teixeira (2008), reconhecer a pluralidade na vivência do envelhecimento é condição *sine qua non* para desvelar as manifestações diversas de discriminações e preconceitos que ocorrem nos cruzamentos de demarcadores sociais que estruturam a vida em sociedade.

Um desses marcadores é a condição de classe que é dada pelo lugar que o indivíduo ocupa nas estruturas produtivas, promovendo um abismo entre as formas de envelhecer da classe trabalhadora e da classe dominante, que sempre foi longaeva. Em uma sociedade, conduzida pelo capital financeiro, que estrutura suas bases na superexploração do trabalho para alcançar o objetivo da lucratividade, o que resta à classe trabalhadora para sua subsistência é a venda da força de trabalho, mesmo que em condições precarizadas.

Para o capital, a força de trabalho é uma mercadoria que só tem valor de uso no vigor de suas forças físicas. É nesse cenário de valorização da alta performance que se gesta a glorificação da juventude (uma pseudovalorização) para o desenvolvimento das atividades laborais, sendo que o/a trabalhador/a envelhecido/a não teria utilidade ao capital e estaria em posição de descartabilidade social, sendo denominado de improdutivo, estorvo para a família e a sociedade e custo social para o Estado, conforme destacado por Teixeira (2008).

A descartabilidade social, provocada pelos padrões capitalistas, tem consequências severas na imagem e nas relações sociais para a população idosa da classe trabalhadora. Esses sujeitos, considerados improdutivos e alijados do processo de produção social, são desvalorizados, inativos, excluídos e isolados da sociedade. Lopes e Deus (2007) lembram os termos pejorativos atribuídos à pessoa idosa, como: surdo, lerdo, gagá e bruxa, corroborando para a instalação de uma sociedade preconceituosa ancorada no idosismo.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p.5) reconhece pontos que apresentam estereótipos negativos no trabalho, como: incompetentes ou improdutivos, desmotivados e resistentes a mudanças, difíceis de treinar, incapazes de aprender, inflexíveis e tecnologicamente incompetentes. Todavia, essas discriminações recaem de forma diferenciada sobre a população idosa, especialmente sobre aqueles da classe trabalhadora, nas frações dessa classe que são mais pauperizadas, com uma trajetória de exclusões do mercado

formal de trabalho (força de trabalho excedente), da proteção social, dos bens e serviços criados socialmente.

Com isso, o idosismo não atinge a população idosa da mesma forma. Na classe dominante e suas frações de classe, como destaca Teixeira (2023), ninguém é velho demais para continuar nos processos de decisões de empresas, de participação na política, na vida artística, intelectual/criativa, de formar novas famílias com os casamentos, dentre outras ações.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p. 5) também faz menção à identificação de estereótipos generalizantes encontrados na mídia, como: pouco atraentes, infelizes, inativos, dependentes e insalubres, pobres e vulneráveis e até diabólicos. Sabe-se que a mídia se configura como um mecanismo capaz de formar opinião e incutir comportamentos, atitudes, ideias e informações acerca de determinado assunto, mesmo que de forma silenciosa e não perceptível em um primeiro momento. As notícias com termos, imagens, opiniões negativas sobre o envelhecer contribuem, significativamente, para a consolidação do idosismo.

A classe trabalhadora envelhecida tem sido impactada com processos particulares de exclusão. Uma parcela dessa classe social sobrevive de aposentadorias e dependente, muitas vezes, exclusivamente, dos serviços públicos oferecidos pelo Estado, como saúde, educação, assistência social etc. O documento denominado “Análise situacional: Panorama da resposta do sistema de saúde às necessidades das pessoas idosas” pela OMS/OPAS (2023), com o objetivo de compreender o panorama das respostas do sistema de saúde brasileiro às necessidades das pessoas idosas, indica que a Estratégia de Saúde da Família não tem conseguido atender às pessoas idosas que necessitam de atenção de saúde. Com base na pesquisa, 73% das famílias brasileiras estão cobertas pelos serviços de saúde, mas quando se trata da pessoa idosa, esse número cai para apenas 56,3%. O documento expõe que 50% das pessoas idosas vivem abaixo da linha de pobreza e ainda têm dificuldades de acessar médicos e medicamentos.

O Estatuto da Pessoa Idosa (2022) também apresenta artigos que penalizam pessoas que venham a discriminar, menosprezar, desdenhar ou humilhar essa população, sendo configurado como crime, com penas que podem variar de seis meses a um ano e até multa, podendo ser agravado, inclusive, se a vítima estiver sob a responsabilidade dos agentes. A lei existe e é um mecanismo que precisa ser fortalecido, divulgado e aplicado mediante a localização dessas formas de idosismo, especialmente nos serviços público e privado.

Uma das expressões muito usadas para o idosismo é a infantilização da pessoa idosa, ou seja, tratar esse sujeito como alguém sem autonomia, sem poder de escolha, sem discernimento, opinião, além da utilização de uma linguagem no diminutivo (comidinha, banhinho, caminha etc.) em diálogos, tratando a pessoa idosa como uma criança.

Com isso, infantiliza a pessoa idosa, trazendo como consequência a construção da imagem estigmatizada e com ausência de capacidade cognitiva de decisão. Essa infantilização provoca uma baixa autoestima, sofrimento, sensação de incapacidade, desrespeito, regressão do seu papel social, inutilidade, o que afeta diretamente o seu bem-estar físico, mental e social. Evidentemente, é preciso reconhecer que, em alguns casos, esse tipo de tratamento é encarado pelas pessoas como atitudes de carinho e cuidado, todavia, é necessário refletir sobre os limites do carinho e cuidado e a diminuição da capacidade de autonomia e independência.

Além dos marcadores de classe que promovem heterogeneidades nas formas de viver o envelhecimento e a velhice, estudos de autoras feministas negras introduzem o conceito de interseccionalidade para discutir o cruzamento de opressões, situações de desigualdades agudizadas em que se somam desigualdades sociais, raciais e de gênero. Há nesse debate uma negação dos universalismos, a luta pelo reconhecimento das diferenças e pelo fim das assimetrias, hierarquias e privilégios.

Como destaca Biroli (2018, p. 23 - grifos nossos), “*a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero*. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe”. Para a autora, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. Assim, o sexismo ou cisheteropatriarcalismo e racismo são formas de classificar, hierarquizar, inferiorizar pessoas pela cor da pele, fenótipos negros, pelo sexo, sexualidade, mas que não incide sobre todos de forma universal.

O idosismo também tem rebatimentos particulares quando é analisado, além do determinante de classe, considerando-se as relações de gênero e raça. Ele incide de forma ainda mais cruel sobre as mulheres negras idosas, tais como: frases preconceituosas, inibição sexual feminina, na inserção no mercado de trabalho, nos padrões de beleza, nos formatos familiares, que são vivenciadas em diversos espaços: família, comunidade, instituições, mídia etc.

No que tange à inibição sexual, ocorre a construção de estereótipos que provocam a falácia do desligamento do envelhecer e a sexualidade. Um estudo realizado pelo Grupo de Informação em Saúde e Envelhecimento da Fiocruz (GISE/FIOCRUZ), em 2020, evidencia que as equipes de saúde têm deixado de lado a saúde sexual das pessoas idosas, o que traz como consequência que os diagnósticos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV) são descobertos por acaso, uma vez que subestima-se a prática sexual no envelhecimento. Esses apontamentos reforçam como as expressões do idosismo têm se manifestado e afetado de forma significativa a saúde da pessoa idosa (Fiocruz, 2020a).

Em relação às frases ditas para mulheres idosas pobres, essas são abusivas, silenciosas e discretas, mas que impõem formas de diminuição, barreiras, perdas de pertencimento e de submissão. As mulheres da classe trabalhadora, de periferias, pobres, negras ou pardas vivenciam essa discriminação, a exemplo do se destaca do Glossário Coletivo de Enfretamento ao Idadismo – Termos, expressões e depoimentos que denotam preconceito contra mulheres idosas, elaborado pela Longevida Consultoria na área de Envelhecimento (2021).

Esse material expõe frases que estão no cotidiano da vida social e, muitas vezes, passam despercebidas em formas de “brincadeiras”, “conselhos” ou julgamentos. As narrativas preconceituosas são diversas como: “é vergonhoso, você com essa idade estar com um rapaz que poderia ser seu filho”, “mulher velha que se casa com homem mais jovem é para demonstrar que ainda tem vida sexual”, “uma velha querendo ser nova, nem se enxerga.”

Para Debert (2012, p. 33), “as mulheres na velhice experimentariam uma situação de dupla vulnerabilidade com o peso somado de dois tipos de discriminação enquanto mulher e enquanto idosa”. Mas que se imbricam com outros, como a raça/etnia e com a situação de classe. O envelhecer feminino é marcado pela construção social de um corpo envelhecido como sendo “feio” e fora dos “padrões”, com estigmas de declínio, fraco e assexuado.

A sexualidade da mulher idosa trabalhadora é permeada por proibições, controles, repressão, vergonha, preconceitos e falta de liberdade. Para essas mulheres, a sexualidade é ainda mais discriminada, oprimida e negada em relação a mulheres jovens, principalmente porque a sexualidade esteve, ao longo do da história, associada à reprodução humana, isto é, à maternidade, especialmente para as mulheres brancas. As mulheres negras não se encaixavam nessa construção social da feminilidade por serem abusadas, terem seus filhos vendidos como escravizados, trabalharem o tempo todo, mesmo quando estavam na condição de puerpera. Como destaca Akotirene (2020, p. 27), “velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo”, pela superexploração.

Para Akotirene (2020, p. 26), “é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas a seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas” Assim, embora o ageísmo atinja as mulheres mais que os homens, “iniquidades e gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas, gênero inscreve o corpo racializado” (Akotirene, 2020, p. 28) e classista.

Logo, pensar a interseccionalidade para essa discussão permite refletir sobre o cruzamento dessas categorias estruturadoras da vida em sociedades de classes, com um alargamento crítico, que ultrapassa a superficialidade da aparência da sociedade capitalista, patriarcal, racista, que funciona como um sistema opressor e desqualificador do sujeito.

Para Collins e Bilge (2021, p. 91), “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”.

Ainda para as autoras, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica capaz de considerar “[...] que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins; Bilge, 2021, p. 91). Na discussão sobre o idosismo, a interseccionalidade é necessária para perceber o cruzamento dessas categorias nas velhices.

Com base em Silva (2021), ao citar a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAB), a população idosa preta está próxima de ser a maioria na faixa acima de 60 anos, mas não a que tem maior expectativa de vida, porque as discriminações afetam o acesso às políticas sociais. Os dados do relatório das desigualdades raciais apontam que a expectativa de vida entre os negros é de 67,6 anos; de pardos, 68 anos; de brancos, 74 anos (Paixão *et al.*, 2011).

Isso porque a população idosa negra é impactada pelo racismo, sexismo e o idosismo, o que dificulta as condições de vida, de saúde e intensifica as vulnerabilidades sociais. Os autores supracitados destacam que, com a pandemia da covid-19, o grupo de pessoas idosas negras: domésticas, cuidadoras informais, privadas de liberdade, quilombolas, institucionalizadas, residentes de periferia, não tiveram o mesmo direito de respirar nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e leitos hospitalares, tendo maior mortalidade e agravamentos.

Os estudos da pesquisa ConVid-Pesquisa de Comportamento, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (2020b), afirmam que a desigualdade racial está presente no acesso de idosos aos cuidados, evidenciando o cruzamento. O resultado aponta que antes do período pandêmico, 8% dos domicílios brasileiros tinham ao menos um idoso ou idosa com limitações para realização de atividades básicas diárias e precisavam de alguém para auxiliar. Os 40% dos idosos/idosas que se declaram brancas tinham auxílio no cuidado com um profissional; já com idosos pardos, esse percentual diminui para 17,5%, e apenas 10% para idosos pretos (Fiocruz, 2020b, n.p).

## Adoecimento e mortalidade por covid-19: a visibilidade dos imbricamentos e do idosismo

Negri *et al.* (2022), em uma revisão de literatura sobre mortalidade e adoecimento por covid-19, cita diversos trabalhos com dados agregados por sexo e raça/cor. A maioria aponta que pessoas idosas, populações negras e indígenas foram as mais afetadas pela morte por essa doença no Brasil. Batista *et al.* (2020) relacionaram os casos confirmados

e os óbitos pela covid-19 para o país, a partir dos dados das notificações de síndrome respiratória aguda grave (SRAG), com idade, raça/cor, escolaridade e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os autores apontaram que as taxas de letalidade estão diretamente relacionadas às condições de vida, de trabalho, de moradia e de saúde desses grupos no país, por isso elas crescem nos grupos de mais idade, decrescem nos grupos que possuem maiores níveis educacionais e de IDHM, sendo os negros/as e indígenas mais afetados que os brancos.

Em muitos lugares, os serviços de saúde escolheram as pessoas mais jovens para ter acesso ao oxigênio, ao leito hospitalar, à UTI e para receber equipamentos de proteção. Grupos de pessoas negras têm maior prevalência de hipertensão e diabetes, e grupos indígenas têm baixa resistência imunológica às doenças das cidades, tornando-os mais vulneráveis.

As discriminações devem ser percebidas também do ponto de vista institucional, já que o Governo do Ex-presidente Jair Bolsonaro tentou, na época mais grave da crise sanitária, omitir e até desqualificar as questões de gênero, raça/etnia, classe social e de geração, não reconhecendo, com isso, as desigualdades sociais (Maia *et al*, 2020). Conforme Almeida (2019), esses demarcadores sociais são capazes de interferir e impactar nos desfechos da doença, cuidado e até no total de mortes. O autor alerta que essas informações eram fundamentais para assegurar o enfrentamento da pandemia e para o planejamento de ações como meio de combater o alto número de óbitos entre as pessoas pretas.

Em relação aos indígenas, é imprescindível reconhecer que suas comunidades têm sido historicamente atacadas, excluídas, invisibilizadas e violentadas, sobretudo no desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, que reprimiu, negou direitos sociais, estimulou falas preconceituosas e, sobretudo, sempre se posicionou contrário à demarcação das terras indígenas. O preconceito, a rejeição e a discriminação a essas comunidades pela sociedade brasileira não são recentes. Pelo contrário, têm sido historicamente construídas e disseminadas, provocando violações dos direitos humanos, perseguição, violência e extermínio.

Nesse cenário, a população indígena sofre pela ausência de políticas sociais, principalmente em relação ao acesso a direitos básicos, como saúde, educação e alimentação. Neri (2020, p. 1), em uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que as pessoas idosas que “[...] apresentaram condições médicas delicadas anteriores ao contato com o vírus se mostraram mais propensas a desenvolver um quadro severo da doença, consequentemente, estando ambos sujeitos a uma maior taxa de letalidade”. Fica evidente que a pessoa idosa que tinha as condições de saúde mais frágeis foi atingida pela covid-19, o que implicou índices elevados de mortes no grupo etário e seus subgrupos e entre negros/as e indígenas.



Com base na Articulação dos Povos Indígenas (APIB), em 2020, a fragilidade da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas já existia antes da pandemia, e com a instauração da crise sanitária, a situação se agravou rapidamente, atingindo, até novembro de 2020, mais de 41 mil indígenas. A APIB informa que devido à ausência de transparência e detalhamento das informações pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), não foi possível verificar a exatidão do número de casos confirmados e de óbitos.

Assim, os imbricamentos de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia expõem os grupos mais propensos a morrerem por uma epidemia como a covid-19 e terem seu quadro agravado pelas históricas condições de existência, de acesso aos bens e serviços públicos e privados. As desigualdades de gênero e as opressões sexistas também são diversificadas na velhice. As discriminações por sexualidade têm levado as mulheres trans compulsoriamente à prostituição, a situações de risco e à mortalidade antes da velhice. Logo, também lhes são negados direitos fundamentais, dentre eles, a longevidade, quiçá saudável, ativa e participativa.

A preocupação com essa questão resultou em uma audiência pública na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados (2021), que debateu a necessidade de criação de políticas públicas para o envelhecer de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações de gênero (LGBTQIA+), inclusive, reconhecendo a dupla exposição à vulnerabilidade e discriminações que essa população sofre.

O Atlas da Violência de 2020, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), admitia a escassez na produção de indicadores sociais de violência contra a população LGBTQI+. Com isso, cria-se uma barreira para a intervenção do próprio Estado, por meio de políticas públicas. O Atlas da Violência de 2019 destaca que o IBGE não inclui no material de pesquisa domiciliar qualquer questionamento sobre a orientação sexual. Isso reforça a omissão do Estado brasileiro em conhecer as demandas específicas desses sujeitos.

Os dados que se aproximam do envelhecimento LGBTQI+ estão no documento “Mortes Violentas Contra LGBTQI+ no Brasil - Dossiê 2021”. Nesse documento, é possível verificar que, dentre as faixas etárias pesquisadas, as idades de 60 a 69 anos, pessoas idosas, estão nos dados estatísticos por mortes por serem LGBTQI+. De acordo com a pesquisa, cerca de 4,11% desses sujeitos, o que corresponde a 13 pessoas, entre as idades citadas, a maioria gays, travestis ou mulher transexual. Costa e Oliveira (2022) também alertam que, nesse contexto hétero-cis-normativo, produzem-se ausências ou poucos debates teóricos sobre sujeitos LGBTQI+ velhos, o que tem provocado formas de sobreviver paralelas às políticas públicas e um vazio deixado pelo não reconhecimento das diferenças.

## Considerações Finais

Embora o termo ageísmo ou idosismo seja relacionado de forma generalizante a todas as formas de discriminações, preconceitos – inclusive os interiorizados e reproduzidos – e os estereótipos feitos à pessoa idosa pelo critério da idade, que oprimem, inferiorizam, dominam e infantilizam, afetando as relações intergeracionais e os acessos aos serviços públicos e privados, ele atinge a população idosa de forma diferenciada.

De acordo com a revisão teórico-bibliográfica realizada, há classes, frações e subgrupos da classe trabalhadora que vivenciam uma velhice com mais discriminação, que também é variável conforme gênero/sexualidade e raça/etnia. Logo, os chamados cruzamentos são as situações sociais em que essas desigualdades são exponenciadas, resultante de explorações e opressões convergentes e cruzadas. Nesse lugar social, as mulheres negras, idosas, pobres e de periferia são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento de opressões, estruturas de dominação e da exploração.

**Contribuições:** todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

**Agradecimentos:** ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.

**Agência financiadora:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Aprovação por Comitê de Ética:** não se aplica.

**Conflito de interesses:** não se aplica.

## Referências

AGICH, G. *Dependência e autonomia na velhice: um modelo ético para o cuidado de longo prazo*. São Paulo: Layola; Centro Universitário São Camilo, 2008.

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

AGÊNCIA CAMARA DE NOTÍCIAS. *Comissão promove debate sobre população idosa LGBTQIA+*. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/827001-comissao-promove-debate-sobre-populacao-idosa>. Acesso em: 09 fev. 2023.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (APIB). *Relatório de impacto da COVID-19 nos povos indígenas do Brasil*. 2020. Disponível em: [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB\\_nossalutaepelavida\\_v7PT.pdf](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf). Acesso em: 08 fev. 2023.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTA, A. et al. *Análise socioeconômica da taxa de letalidade da covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Nois, 2020. (Nota Técnica, n. 11).

BRASIL, *Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022*. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal E dos Territórios. *Quem nunca? um guia sobre velhice e direitos da Pessoa Idosa*. 2022. Disponível em: [https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/imagens-2022/cartilha-quem-nunca\\_jun-2022.pdf](https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/imagens-2022/cartilha-quem-nunca_jun-2022.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Boas práticas na gestão de saúde da Pessoa Idosa: políticas públicas e promoção da saúde na prática do SUS*. 2020a. Disponível em: [https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/livro\\_digital\\_-\\_boas\\_praticas\\_na\\_gestao\\_de\\_saude\\_da\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/livro_digital_-_boas_praticas_na_gestao_de_saude_da_pessoa_idosa.pdf). Acesso em: 03 fev. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *ConVid - Pesquisa de Comportamentos*. 2020b. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=principaladolescentes>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU. *Idosos no Brasil II: Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa-v2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GOVERTT, Z. *Como a aparência jovem pode afetar sua carreira*. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-57088964>. Acesso em: 03 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010*. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) *Indígena: pirâmide*. 2023. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/piramide-etaria-2.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência 2020*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 06 fev. 2023.

LOPES, D. DEUS, S I. A. Negritude e envelhecimento. In: NERI, Anita L. (Org.) *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC São Paulo, 2007.

LONGEVIDA. *Glossário de enfrentamento ao idadismo*. 2021. Disponível em: [https://www.longevida.org.br/glossario\\_idadismo.pdf](https://www.longevida.org.br/glossario_idadismo.pdf). Acesso em: 19 maio 2023.

MAIA, G.; SHINOHARA, G.; GULLINO, D.; ALFANO, B. *Tem que deixar de ser um país de maricas', diz Bolsonaro sobre Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19-1-24739111>. Acesso em 04 abr. 2023.

NERI, M. *Onde estão os idosos? conhecimento contra o covid-19*. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32348/Sumario-Executivo-Covidage-FGV-Social-Marcelo-Neri.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NEGRI, F. de. *at al. Aspectos socioeconômicos da covid-19: evidências dos trabalhadores formais do estado do Rio de Janeiro*. Brasília: IPEA, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OMS/OPAS). 2020. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus.2-1OMS*. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANÁ DA SAÚDE (OMS/OPAS). *Relatório Mundial sobre Idadismo*. OPAS/ONU, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OMS/OPAS). *Análise situacional: Panorama da resposta do sistema de saúde às necessidades das pessoas idosas*. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (ONU/OMS/OPAS). *Decade of Healthy Ageing*, 2020. Disponível em: [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-proposal-final-apr2020rev-es.pdf?sfvrsn=b4b75ebc\\_25&download=true](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-proposal-final-apr2020rev-es.pdf?sfvrsn=b4b75ebc_25&download=true). Acesso em: 01 mar. 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS NO BRASIL LGBTI+ NO BRASIL. *Mortes e Violências no Brasil LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021*. 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. (Orgs.) *Relatório Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)*. Garamond Universitária, 2011.

SILVA, A. *População idosa negra e covid-19: por que invisibilizar e negar direitos?* 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2021/02/01/populacao-idosa-negra-e-covid-19-por-que-invisibilizar-e-negar-direitos/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital*: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimentos e Velhices na Sociabilidade do Capital*: imbricamentos de classe, gênero, raça/etnia e ageísmo no acesso e garantias de direitos, 2023 (mimeo.)

VIEIRA, N. H.; TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e Velhice na perspectiva da gerontologia social crítica: aspectos conceituais e teóricos. *In*: MUSTAFÁ, M. A. S. M. (Org). *Serviço social e gerontologia*: a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia. Recife: Editora UFPE, 2020, p. 252-270.

# Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus

*Diary of the soul: inequalities seen through the eyes of Carolina de Jesus*

Pollyanna de Souza Carvalho\* 

## RESUMO

O objetivo deste ensaio é correlacionar os olhares de Carolina de Jesus, em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, com a desigualdade vivenciada, na atualidade, pelos segmentos sociais mais violados em seus direitos a partir de revisão teórico-bibliográfica e análise do conteúdo da referida obra, dando ênfase a alguns eixos temáticos como desigualdade social, racismo e violência de gênero. A condição pela qual os brasileiros passam atualmente é a da fome, pobreza, dificuldades de acesso aos serviços públicos, entre outras expressões da questão social. Tal cenário foi agravado pela pandemia de Covid-19, quando foram evidenciadas ainda mais a injustiça social e a ofensiva conservadora e neoliberal contra trabalhadores e trabalhadoras. A crise sanitária associou-se à crise do capital em curso, aprofundando suas repercussões no mundo do trabalho e nas relações sociais. A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* mostra a formação de uma consciência crítica sobre realidade, a partir do olhar de uma trabalhadora, que vivenciou as iniquidades sociais na sua condição de mãe, negra, empobrecida e favelada, para romper a aparência e alcançar a essência dos fenômenos. Essa consciência crítica é fundamental para combater as narrativas adversas à democracia que surgem para destruir e deslegitimar os direitos sociais como conquistas da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Carolina de Jesus; desigualdades; direitos sociais; Brasil.

## ABSTRACT

The objective of this essay is to correlate the views of Carolina de Jesus, in her work “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, with the inequality currently experienced by the social segments that most violate their rights based on a theoretical-bibliographic review. and analysis of the content of said work, emphasizing some thematic axes such as social inequality, racism and gender violence. The condition that Brazilians are currently experiencing is hunger, poverty, difficulties in accessing public services, among other expressions of social issues. This scenario was worsened by the Covid-19 pandemic, when social injustice and the conservative and neoliberal offensive against workers were further highlighted. The health crisis was associated with the ongoing capital crisis, deepening its repercussions on the world of work and social relations. The work “Dump room: diary of a favela” shows the formation of a critical consciousness about reality, from the perspective of a worker, who experienced social inequities in her condition as a mother, black, impoverished and living in a favela, to break the appearance and reach the essence of phenomena. This critical awareness is fundamental to combat narratives adverse to democracy that emerge to destroy and delegitimize social rights as achievements of the working class.

**Keywords:** Carolina de Jesus; inequalities; social rights; Brazil.

## TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89050>

\*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil.  
E-mail: pollyannacecf@gmail.com.

Como citar: CARVALHO, P. D. Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 189-203, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89050>.

Recebido em 04 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 11 de dezembro de 2022.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



## Introdução

A obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* é um legado histórico e crítico da saudosa escritora Carolina Maria de Jesus para a nossa sociedade atual. Desde seu lançamento em 1960, ela representa um conjunto de expressões da “questão social” no Brasil, entendida como um fenômeno tributário das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e, portanto, “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas [...]” (Iamamoto, 2001, p. 11).

A obra de Carolina de Jesus mostra um cotidiano de favela permeado de violências urbanas e institucionais, sob a outorga do Estado, um ente que deveria proteger ao invés de permitir o extermínio dos povos. Deste modo, debateremos os olhares de Carolina de Jesus para a desigualdade vivenciada pelos segmentos sociais mais discriminados e violados em seus direitos humanos: os negros, periféricos, favelados, idosos, doentes, empobrecidos, precarizados, desempregados, enfim, trabalhadores que, despossuídos de seus meios de produção, se tornaram mais explorados e subalternizados no modo de acumulação do capital, no contexto atual.

Como muitos trabalhadores, Carolina de Jesus era empregada doméstica, mãe e arrimo de família, catadora, lavadora de roupa, poetisa, semianalfabeta, empobrecida, negra, periférica etc. Características de muitas Carolinas ao redor do “território usado”, aquele como refletem Santos e Silveira (2013), em que se processam práticas e movimentos, novas racionalidades e atores. Assim, ninguém melhor do que a própria Carolina, que viveu a maior parte de sua vida na favela de Canindé/SP, para descortinar o universo de precarização experienciado pelos trabalhadores brasileiros, nos tempos correntes.

Carolina começou a escrever seu primeiro diário publicado aos 41 anos de idade, em 1955, e sua obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* de 1960 é muito relevante para a análise da situação vivida pelos brasileiros na atualidade, sobretudo com o aumento da desigualdade social verificada no contexto da pandemia de Covid-19. Essa pandemia foi o trampolim para o lançamento de narrativas aos brasileiros de que era necessário salvar a economia, do que as suas próprias vidas. Sucatearam-se hospitais, postos de saúde e a saúde de profissionais da linha de frente. Os pacientes, sobretudo com o vírus, dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), passam por uma hecatombe, representando um projeto político de extermínio, ou nas palavras de Gomes (2020): “a morte como projeto”, pois “o índice de Gini, que mede a desigualdade, que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019, saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021, ficando acima de toda série histórica pré pandemia” (Brasil, 2021, n.p.).

Como o mundo pensado por Carolina de Jesus, o país vem vivendo uma erosão de sua democracia e asfixia do espaço cívico e público (Chade, 2020), onde os empobrecidos pagam pelos autoritarismos políticos. Chade (2020) relembra que essa realidade está sendo desenhada pela violência, pressão e morte. O país se retraiu mediante leis, processos judiciais, ataques à imprensa, corte de orçamentos e até mesmo pela violência armada. Na própria pandemia, vimos claramente o genocídio das populações, junto a pedidos de investigação de crimes no país. Outro ponto importante que obstaculiza à democratização e acesso aos serviços, é a pilhagem dos conselhos e da esfera pública e a pouca participação dos trabalhadores nas decisões políticas, as quais interferem em suas vidas. Dada à situação, proferia Carolina de Jesus que “[...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (Jesus, s.d., s.p.).

O objetivo deste ensaio é correlacionar os olhares de Carolina de Jesus, em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, com a desigualdade vivenciada, na atualidade, pelos segmentos sociais mais violados em seus direitos. A partir de revisão teórico-bibliográfica e da análise do conteúdo da referida obra, a ênfase é dada aos eixos temáticos desigualdades sociais, racismo e violência de gênero, divididos nos dois tópicos que estruturam o desenvolvimento do conteúdo do artigo.

## O retrato das desigualdades sociais no olhar poético de Carolina de Jesus

A atuação do Estado e as leis são importantes para a efetividade dos direitos e serviços para a população, principalmente das parcelas majoritariamente empobrecidas. O Estado não se ausenta das decisões econômicas, sociais e políticas. Ele se encontra ativo em seu papel de regulador da pobreza, das desigualdades e dos interesses no campo econômico., principalmente em tempos de crise do capital.

Segundo Harvey (2005, p. 27):

A ideia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho.

Logo, o que vemos não é a ausência do poder estatal, mas a prevalência do mundo das finanças, pois segundo Harvey (2005, p. 28), “o aspecto realmente novo do capita-

lismo que emergiu [...] da década de 1970 não é tanto a flexibilidade total dos mercados de trabalho, mas a inaudita autonomia do capital financeiro dos circuitos da produção material; uma hipertrofia das finanças [...].”

A crise capitalista afetou profundamente o mundo do trabalho e as relações sociais, aprofundando o desemprego e a precarização do trabalho, e fazendo avançar o neoliberalismo, com as privatizações e a mercantilização dos serviços sociais, desmontando as políticas públicas e os espaços públicos de constituição e garantia dos direitos. Certamente, a parcela da população que mais sofreu com as mudanças no padrão de acumulação do capital foi a trabalhadora, sobretudo a empobrecida, desempregada, subempregada e precarizada. Se nem os empregos informais estão fáceis de conseguir, quicá os empregos formais de carteira assinada. Durante a pandemia de Covid-19 a situação dos trabalhadores e trabalhadoras ficou ainda pior:

O Ministério do Trabalho e Previdência informou nesta terça-feira (30) que o Brasil gerou 253.083 empregos com carteira assinada em outubro deste ano. Os dados constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Ao todo, segundo o ministério, o país registrou em outubro 1.760.739 contratações e 1.507.656 demissões. O resultado representa piora na comparação com outubro do ano passado, quando foram abertas 366.295 vagas formais. Esse também é o pior resultado mensal desde abril, quando foram criados 82.188 empregos com carteira assinada (Martello; Racanicci, 2021).

Neste liame, como garantir a produção e reprodução social dos brasileiros nesse cenário de desproteção à vida? Segundo Carolina de Jesus, (s.d., p. 114) “[...] o povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palacio do Ibirapuera e na Assembleia e dar uma surra nestes políticos alinhavados que não sabem administrar o país”. Para ela,

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus, s.d., p. 34).

De fato, é um engano achar que a realidade denunciada na obra *o Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (1960) de Carolina de Jesus, seria distante do que vivemos hoje. Tal realidade desponta informações sobre o consumo exagerado na sociedade, tendo, conseqüentemente, o descarte das mercadorias. Este descarte é despejado em diversos territórios e aproveitados por pessoas desnutridas, famintas e na extrema pobreza.

Sendo desqualificadas como cidadãos, portadores de direitos, esses seres humanos utilizam para o consumo o lixo, altamente nocivo à saúde<sup>1</sup>.

A própria vida diária de Carolina de Jesus era destinada à coleta de materiais e ao aproveitamento de alimentos jogados no lixo, deixando a poetisa insegura ao ingerir por medo de doenças e morte. “Chegou um caminhão aqui na favela. [...] É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados” (Jesus, s.d., p. 29).

Cabe relembrar aqui um caso que marcou o final do ano de 2021, quando um adolescente maranhense encontra uma pequena árvore de Natal no lixo. A imagem veiculada na mídia brasileira, denunciou o inadequado manuseio e consumo de lixo, por animais, crianças e adultos, estes dois últimos sem proteção de equipamentos individuais e da própria legislação. A imagem revelou o descaso em relação aos direitos fundamentais, principalmente daqueles em fase de crescimento e desenvolvimento humano, como as crianças e adolescentes. Como Carolina de Jesus, esse adolescente representa a marca da pobreza e desigualdade de um país com alta concentração de renda. Descartes são lançados frequentemente nos lugares negligenciados pelo poder público, especialmente nas áreas rurais, urbanas (distantes do centro) e nas favelas. Esta última “[...] é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (Jesus, s.d., p. 171).

A sociedade atual representa um mundo em que a efemeridade e perenidade da vida é mais importante do que assegurar políticas, programas e serviços à classe trabalhadora. Tonet (2009) reitera que as mercadorias giram rapidamente para gerar o lucro dos capitalistas. O descarte faz parte desse processo quando se gera mais consumo, uma vez que as mercadorias estão sem qualidade e durabilidade. Desta forma, o essencial é invisível aos olhos, pois não se altera a estrutura, mas ratifica-se a descartabilidade e o modismo do cotidiano.

As consequências disso são percebidas no aumento da pobreza e na fome que muitos brasileiros estão passando. No final de 2021, circulava-se na mídia que famílias desempregadas e empobrecidas estavam em filas de açougue em busca de ossos de animais e em filas de doações de alimentos.

Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões [...].

---

1 Sobre esta temática, o Documentário *Ilha das flores* (1989), do Diretor Jorge Furtado, mostra a realidade de um aterro de Porto Alegre, onde o material orgânico considerado adequado é selecionado como alimento para suínos de um dono de um terreno no local. O resto, que é considerado inadequado para os porcos, é dado a mulheres e crianças pobres para comer. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=h30BO\\_6kFNM](https://www.youtube.com/watch?v=h30BO_6kFNM). Acesso em: 03 jan. 2025.

Em Cuiabá, uma cena chama atenção: a distribuição de pedaços de ossos com retalhos de carne tem formado filas. O açougue, que distribui os ossos há dez anos, diz que isso acontecia antes apenas uma vez por semana e, agora, são três. A crise provocada pela pandemia só fez a fila crescer. [...] A auxiliar de serviços gerais Cátia Barbosa Gomes, que está desempregada e conta apenas com R\$ 260 do Bolsa Família para alimentar os três filhos, é uma delas. (Fantástico, 2021).

Esses retratos da desigualdade, da pobreza e da fome eram denunciados pela Carolina de Jesus, sobretudo a necessidade de conseguir ossos, por causa do encarecimento dos alimentos. “Amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e uns ossos. Fui buscar agua para por os ossos ferver” (Jesus, s.d., p. 39). Observamos com isso, junto à reportagem da Globo (2021), como a acumulação do capital aumenta o pauperismo dos trabalhadores e as desigualdades sociais (Marx, 1996).

Uma das sensações mais intensas para os empobrecidos é a dor sentida quando seus estômagos reclamam da falta de comida, causando-lhes tontura e sensação de desmaio. Em duas passagens, a poetisa Carolina de Jesus (s.d.) elucida que: a) “[...] A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago [...]. Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (p. 39-40), b) “[...] Contemplei a paisagem. Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos” (p. 123). Um mundo de cor amarela e roxa é dolorido somente para aqueles que sentem, e os que se sensibilizam e lutam contra o sofrimento alheio.

As dores e traumas são acompanhados pelo “[...] empobrecimento da população brasileira com aumento da desigualdade de renda; precarização do trabalho e crescente vulnerabilidade do trabalhador; e, ainda, profunda crise habitacional” (Lago, 2000, p. 15). Sem poder aquisitivo, endividamento e empréstimos contraídos, os brasileiros não têm encontrado alternativas viáveis para o enfrentamento de suas necessidades sociais, nem de tratamento de saúde, uma vez que o SUS se encontra sucateado e os planos de saúde são adquiridos como mercadorias por quem tem poder aquisitivo mais elevado.

Narrativas marcantes de Carolina de Jesus (s.d. - *grifos nossos*), denotam a fraqueza da alma e do corpo, além do quadro de doenças (vermes, parasitas, contaminação) que acometem os periféricos, contraditoriamente, em tempos de abundância e riqueza: “[...] *Sai indisposta*, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa” (p. 10); “[...] Os meninos estão *nervosos* por não ter o que comer” (p. 25); “Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de *morrer* [...]” (p. 35); “[...] De manhã eu estou sempre *nervosa*. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer” (p. 44).

O sofrimento mental também está se alastrando na sociedade, destacando-se o suicídio, conceituado por Durkheim (2000, p. 13-14), como “[...] todo caso de morte que

resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. ” Para o autor, o suicídio está relacionado com a existência de uma pressão da coletividade e dos fatos sociais. Sendo assim, para cada grupo social existe uma tendência específica ao suicídio que não é possível ser explicada seja pela constituição orgânico-psíquica dos indivíduos, seja pela natureza do meio físico. “Disso resulta, por eliminação, que ela deve depender necessariamente de causas sociais e constituir por si mesma um fenômeno coletivo [...]” (Durkheim, 2000, p. 165).

Essa pressão foi vivenciada pela população durante a pandemia de Covid-19 , em que houve casos e tentativas de suicídio, demonstrando que longe de ser apenas uma “gripezinha”, como pronunciado pelo Presidente da República, a Covid-19 englobava um conjunto de fatores epidemiológicos, econômicos, políticos, sociais etc. “Uma pesquisa desenvolvida e publicada pelo Pine Rest Christian Mental Health Services, um hospital psiquiátrico e de saúde comportamental, situado em Michigan (EUA), demonstrou que o número de suicídios ampliou em 32% no decorrer do contexto pandêmico” (UOL/Exitoína, 2020 *apud* Carvalho, 2020).

Em uma pesquisa preliminar intitulada *Setembro amarelo e saúde mental: uma reflexão de proteção à vida na pandemia*, Carvalho (2020) resgatou depoimentos de especialistas da área da saúde, os quais sublinham que o coronavírus associou-se a outros sentimentos e sensações nos indivíduos. Foi ressaltada também a precariedade do acesso à rede de saúde. Segundo a psicóloga Ana Gabriela Andriani, a “insegurança e o sentimento de vulnerabilidade vividos por conta da pandemia somados à instabilidade econômica aumentou o número de casos de depressão no mundo [...]” (UOL, 2020 *apud* Carvalho, 2020). Além disso, o psiquiatra e diretor médico do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), Emerson Arcoverde, ressaltou que “[...] não só pelo estresse que isso está causando na população, pelo adoecimento não só físico como emocional, mas também pela diminuição do acesso à saúde” (Lobo, 2020 *apud* Carvalho, 2020).

Neste contexto, o estudo de Carolina de Jesus (s.d.) desponta esse fato recorrentemente nos anos 60: a) “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver?” (p. 29); b) “... Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver” (p. 56); c) “Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicidio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida” (p. 141).

*Mutatis mutandis*, associados a essas demandas urbanas, surgem outras dimensões, como a infraestrutura e saneamento básico, os quais interferem na reprodução social dos sujeitos, configurando a espoliação urbana. Cunhado em 1979, o termo “espoliação urbana” reflete a condição de deterioração dos lugares periféricos e da rede de



proteção sanitária. Para Kowarick (1979) a espoliação urbana constitui um conjunto de extorsões, que exprime a “[...] inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1979, p. 59).

No Brasil, recordemos que as periferias urbanas, *lôcus* da precariedade de saneamento, foram demarcadas pelos “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979, p. 31). Dada à condição de precariedade, os moradores ficam imersos em um universo de vulnerabilidade socioeconômica e civil, representada por violações em seus cotidianos, principalmente a sua integridade física. Isso expressa a “[...] situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania” (Kowarick, 2009, p. 19).

Não por acaso, percebemos ainda nesses territórios que “[...] o unico perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga” (Jesus, s.d., p. 42). Muitos moradores empobrecidos têm descontentamento com esses lugares desprotegidos pelo Estado, pelo fato de estarem marginalizados e sem quaisquer seguranças. Carolina de Jesus detestava residir na favela do Canindé/SP, apelidando-a de diversos nomes: “Favela, sucursal do Inferno, ou o proprio Inferno” (Jesus, s.d., p. 145). Além desses termos, ela avisava que estava em um quarto de despejo, na obra do Diabo, diferente das áreas centrais de SP: “Eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, s.d., p. 28).

## Racismo e violência de gênero sob o olhar crítico de Carolina de Jesus

Nos lugares desvalorizados pelo Estado reside a parcela mais segregada e empobrecida da população pobre. Ainda se processa a mesma lógica de exclusão histórica de pessoas específicas, sobretudo com marcadores étnicos raciais, de gênero e de classe. Desde a pós-abolição não se tem aberto melhores oportunidades aos negros, pobres e pardos – herdeiros das opressões. Dívidas se arrolam para diminuir as desigualdades seculares a esses segmentos pela via da democratização do acesso às políticas públicas.

Tratado como um “[...] crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (Ferreira, 2013, p. 23), o racismo se constitui uma prática intolerante e discriminatória, pois para além da cor, nega-se o ser. O racismo se espalha para

todos os espaços da vida social, especialmente com relação à moradia. Almeida (2019, n.p.) diz que “o racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos [...]”. O racismo socioespacial é, sobretudo, estrutural.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, n.p).

Em sua vida, Carolina de Jesus (s.d.) notava uma intensa discriminação de sua cor, inferiorizando por isso a sua escrita. Vejamos nos trechos seguintes. I) “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (p. 58); II) “Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco” (p. 96); III) “O Brasil é predominado pelos brancos. Em muitas coisas eles precisam dos pretos e os pretos precisam deles” p. (102); IV) “E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (p. 147).

Apesar do preconceito, ela resguardava sua identidade, elencando o orgulho de ser negra, desejando ser novamente. Além de afirmar a identidade negra, a consciência de Carolina de Jesus se espalhava para os acontecimentos sócio-históricos do país. “Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (Jesus, s.d., p. 27).

As práticas discriminatórias revestidas de ódio ao pobre, principalmente ao negro, são acompanhadas pelas violências que assolam o conjunto dos trabalhadores. Elas se expressam em violências urbanas, de gênero, de raça, de etnia, de sexualidade, entre outras. A experiência de Carolina de Jesus na favela, ou no “inferno”, foi de uma profunda violência doméstica. Dia após dia, havia conflitos envolvendo marido e mulher dentro dos barracos, onde a mulher era agredida, espancada e entrava em desespero. Quando a violência não era contra as mulheres, ocorria no núcleo familiar entre pai e filho, junto à

coerção física e emocional. Outro ponto é a violência de cunho sexual entre membros de uma família.

Nas memórias de Carolina de Jesus (s.d.), podemos interpretar a violência percebida como uma ação comum nas favelas, assim como o uso do álcool. Não dizemos que a violência se naturaliza, pois a própria poetisa defendeu alguns moradores, mas é um fato corriqueiro e por vezes tratada com conformismo por parte de alguns residentes.

Carolina de Jesus expõe várias problemáticas envolvendo violência intrafamiliar: I) “Tem um adolescente por nome Julião que as vezes espanca o pai. Quando bate no pai é com tanto sadismo e prazer” (p. 34); II) “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão” (p. 10). III) “Fui carregar água. Não tinha ninguém. Só eu e a filha do T., a mulher que fica grávida e ninguém sabe quem é o pai de seus filhos. Ela diz que os seus filhos são filhos de seu pai” (p. 123). Carolina de Jesus demonstra mais uma problemática.

Falamos do J. P., que quer amasiar-se com a sua filha I. [...] Ele mostra para a filha e convida ... – Vem minha filha! Dá para o seu papaizinho! Dá... só um pouquinho. Eu já estou cansada de ouvir isto, porque infelizmente eu sou vizinha do J.P. [...] É um homem que não pode ser admitido numa casa onde tem crianças. [...] – É por isso que eu digo que a favela é o chiqueiro de São Paulo. [...] Por isso que eu digo que a favela é o Gabinete do Diabo (Jesus, s.d., p. 157).

Em todos os modos de expressão, a violência de gênero é definida como crime na Lei Maria da Penha (2006). “Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2017, p. 10). Numa linha de continuidade entre passado e presente, vemos que a mulher, hoje, passa por várias violências, a do tipo físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral, chegando ao feminicídio.

**Art. 7º** São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:  
I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;  
II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;  
IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;  
V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2017, p. 11).

Para se ter uma noção da complexidade da situação, na pandemia de Covid-19, dados do Datafolha (2021) indicam que houve um incremento de casos de violência doméstica em todo o mundo, majoritariamente de mulheres. No caso brasileiro, perceberam que uma em cada quatro (24,4%) mulheres acima de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses. Nesse sentido, em média, 17 milhões de mulheres sofreram violência alicerçada em gênero no último ano. Inclusive, os autores das violências são pessoas mais próximas (72,8%), com ênfase para os cônjuges/companheiros/namorados (25,4%). No tocante ao perfil racial, as mulheres pretas sofreram graus mais elevados de violência (28,3%) do que as mulheres pardas (24,6%) e as mulheres brancas (23,5%).

A violência contra a mulher também está relacionada com a monoparentalidade feminina. Mulheres empobrecidas que chefiam famílias são as mais responsabilizadas pela tarefa do cuidado. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2005) ressalta que a matricialidade sociofamiliar prevê que a família tenha centralidade nas ações da assistência e que possam ter condições para tal. Entretanto, na atualidade, vem ocorrendo a retração do Estado no campo dos serviços e políticas sociais para a população. Isso passa a sobrecarregar demasiadamente a mulher que é arrimo de família. Dependendo da quantidade de membros no mesmo lar, o ônus recai sobre os seus ombros, desencadeando o acréscimo de demandas familiares apresentadas às instituições, especialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a fim de benefícios e programas sociais.

Nesse caso, é a mulher empobrecida, periférica, negra, desempregada, doente, com deficiência, isto é, aquelas que carregam diversos marcadores sociais legados pela formação social brasileira, que sofrem as múltiplas violências e expropriações enveredadas pelo capitalismo. Carolina de Jesus, por exemplo, pensou que não poderia se suicidar e nem pensar em outra coisa para se refugiar, tipo a bebida, para cuidar dos filhos, porque ela era o único meio de sobrevivência familiar. “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos.

Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (Jesus, s.d., p. 19).

Outros elementos agudizam a situação de vulnerabilidade das mulheres, tais como o aborto e a prostituição. Carolina de Jesus também se refere à ocorrência do aborto na favela do Canindé/SP. Pensemos, se o aborto fosse legalmente reconhecido e permitido, não apenas por meio de riscos e estupros, muitas mulheres não precisariam passar por perigos de vida, especialmente aquelas que realizam abortos clandestinos em lugares insalubres e com técnicas inadequadas. Carolina de Jesus, também se preocupa com a prostituição, principalmente, de adolescentes: “A I. e a C. estão começando a prostituir-se. Com jovens de 16 anos. É uma folia. Mais de 20 homens atrás delas. [...] Vi as moças da Fabrica de Doces, tão limpinhas. A I. e a C. podiam trabalhar. Ainda não tem 18 anos. São infelizes que iniciam a vida no lodo” (Jesus, s.d., p. 120).

Estas práticas de violência contra a mulher são enraizadas na formação social dos países colonizados. Federici (2017) relembra a subjugação das populações locais e das mulheres, no “caça às bruxas”, que mais representava uma lógica de extirpar o corpo feminino e sua resistência, por meio da estrutura de poder e guerra. Dussel (1993) também resgata que durante as colonizações, ou no “encobrimento” do Outro, ocorreram diversas violências de gênero contra as mulheres negras escravizadas e indígenas. Disso resultaram os crioulos, mestiços e bastardos, a mão de obra (barata) para o capital. Observa-se, na atualidade, a mesma reprodução da estrutura de poder e de violência, sobretudo em questões como feminicídio e exploração sexual de crianças e adolescentes. Todavia, a violência contra a mulher e o feminicídio estão aumentando exponencialmente e vem se complexificando no contexto de crise do capital.

Os fatores pensados por Carolina de Jesus, compilados nesse estudo, integram perspectivas importantes para o campo das políticas públicas. Sem uma redistribuição de renda, saúde, educação, saneamento, infraestrutura, entre outras dimensões da reprodução social, o cotidiano dos sujeitos é duramente atingido. “Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (Maricato, 2013, p. 19-20). No entanto, as políticas públicas dependem da intervenção do Estado e de seus governantes e, nas palavras de Carolina de Jesus, precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores, pois “quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido” (Jesus, s.d., p. 35).

Carolina de Jesus é um exemplo de vida de uma trabalhadora, de uma mulher negra e pobre que lutou para sobreviver diante as agruras da realidade brasileira. Sua obra expressa de um modo singular as mazelas enfrentadas pela população legatária das dívidas

históricas da formação social brasileira. Num cenário desolador, comandado por representantes conservadores e de extrema direita que defendem a acumulação capitalista a qualquer preço, a ideia a ser seguida é a da luta e enfrentamento cotidiano. Por isso, escrever sobre “[...] a miséria e a vida infausta dos favelados” (Jesus, s.d., p. 171), é um ponto de partida para a transformação das relações sociais e para a emancipação humana.

## Considerações finais

O sofrimento e a precariedade das condições de vida das populações empobrecidas não terminarão sem o enfrentamento e a lutas de classes. O “Inferno” representava um lugar onde Carolina de Jesus não gostava de residir: na favela, no chiqueiro, enfim, no quarto de despejo, onde os empobrecidos são lançados, sem proteção social. O “Inferno” também não terá fim se a pobreza continuar se ampliando e adquirindo formas complexas e multifacetadas de desigualdades, iniquidades, violências e opressões.

A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* mostra a necessidade de que seja lançado um olhar crítico sobre a realidade, rompendo a aparência para se alcançar a essência dos fenômenos. Isso porque narrativas adversas à democracia têm surgido para deslegitimar os direitos sociais como conquistas da classe trabalhadora. Estes direitos têm sido desmontados em prol da precarização e desproteção do trabalho, bem como da mercantilização das políticas sociais, quando estas deveriam estar sendo ampliadas para abarcar as demandas da classe trabalhadora, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Isto porque, no capitalismo contemporâneo, a atuação do Estado vem sendo direcionada pelos ditames dos organismos multilaterais para a primazia do mercado financeiro e, com isso, as populações pobres vem sendo deixadas ao sabor da pobreza, da fome, das doenças, da violência, do descaso, do extermínio e do genocídio como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Carolina de Jesus vê criticamente a realidade com os olhos de uma trabalhadora que vivenciou as múltiplas expressões da questão social, na sua condição de mãe, negra, empobrecida e favelada. A favela, apesar de sua revolta com o lugar, possibilitou-lhe escrever sua célebre obra tão reveladora, instigante e notoriamente reconhecida por sua atualidade. A consciência de classe de Carolina de Jesus foi tecida na favela. A sua experiência e seu testemunho escrito foram talhados por intermédio dessa vivência. Isso quer dizer que a consciência de classe e a dimensão política pode ser estruturada em um espaço permeado por muita precariedade. Portanto, na favela é possível ter agentes formadores de opinião que possam escrever, denunciar e pressionar para que ocorram mudanças e alterações estruturais na realidade tão complexa.



Os antagonismos entre o capital e trabalho se acirram intensamente e a exploração capitalista se intensifica cada vez mais, expropriando a classe trabalhadora. O desafio posto para trabalhadores e trabalhadoras é o de defender seus direitos e os espaços de representação política. Carolina de Jesus já dizia que a população deveria “dar uma surra” nos representantes políticos, demonstrando o descontentamento com a tragédia humana. Portanto, é preciso lutar para que a classe trabalhadora seja incluída no campo de negociação e articulação política, exercendo o controle social para assegurar os seus direitos. Se o racismo, o machismo e a desigualdade social são traços que atravessam a história do país, cabe aos “de baixo” não deixar que esses traços se tornem perenes nem tampouco negar ou perder a cidadania alcançada até o momento. E como pensa a visionária Carolina de Jesus (s.d.), “quando o homem decidir reformar a sua consciência, o mundo tomará outro roteiro”.

**Contribuições:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** CNPq.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, C. I. do. FGV: mais pobres sofrem maior impacto na pandemia. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 9. set. 2021.

BRASIL. [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome]. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social* - NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. *Lei Maria da Penha*: Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. 22p.

CARVALHO, P. de S. Setembro amarelo e saúde mental: uma reflexão de proteção à vida na pandemia. *Boletim IPPUR*, nº 35, 16 de setembro de 2020.

CHADE, J. Brasil vive erosão da democracia e asfixia do espaço cívico, revelam dados. *UOL*, 03 out. 2020.

DATAFOLHA. [Instituto de Pesquisas]. *Visível e invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 3. ed., Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

DURKHEIM, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUSSEL, E. 1492. *O encobrimento do outro: A origem do mito da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *G1 - Globo*, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, L. A. M. *Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, V. L. C. A morte como projeto. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (orgs.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2020.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, ano 2, nº 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, p. 9-32, 2001.

ILHA das flores, Direção de Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=h30BO\\_6kFNM](https://www.youtube.com/watch?v=h30BO_6kFNM). Acesso em: 03 jan. 2025.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. Edição Popular, p. 3-173, s.d.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, L. *A Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C. do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240p.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, E. (et al.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTELLO, A.; RACANICCI, J. No pior resultado mensal desde abril, Brasil gera 253 mil empregos formais em outubro, diz governo. *G1 - Globo*, Brasília, Economia, 30 nov. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TONET, I. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: UNB, p. 1-18, 2009.

# Desafíos del Trabajo Social en Nuestra America: diálogo con la Presidenta de Alaeits (2023 – 2025)

*Challenges of Social Work in Nuestra America: dialogue with the President of Alaeits (2023 – 2025)*

*Desafios do Serviço Social em Nuestra America: diálogo com o Presidenta da Alaeits (2023 – 2025)*

Esther Luiza de Souza Lemos\* 

Por invitación del comité editorial de la Revista Em Pauta, tuve la oportunidad de entrevistar al actual presidenta de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social - ALAEITS, profa. Sonia Brito quien, desde Chile, contextualizó los desafíos que enfrenta actualmente la formación profesional en Trabajo Social.

En una entrevista relajada, realizada de manera virtual, hablamos en español y en esta oportunidad, la compartimos íntegramente con el objetivo de, además de registrar lo tiempo presente, dar visibilidad al trabajo que realiza la entidad latinoamericana de la que somos parte.

La Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social – ABEPSS está afiliada a ALAEITS desde su refundación en 2006, contribuyendo colectivamente al proceso de su rearticulación en el continente. El directorio de la primera administración de ALAEITS estuvo presidido por el profa. Ana Elizabete Mota (UFPE) quien, junto a otras docentes brasileñas, lideró la reorganización política de la entidad con otros docentes latinoamericanas(os). ¡Este proceso histórico necesita ser conocido y divulgado a las nuevas generaciones!

En el contexto de las relaciones internacionales de ABEPSS, la coordinación entre entidades latinoamericanas en el ámbito laboral y de formación profesional es una prioridad. La acumulación teórico-política crítica heredada del Movimiento de Reconceptualización Trabajo Social en América Latina es el motor que moviliza la construcción de unidad política y estratégica entre nuestras entidades.

## ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89052>

\*Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Toledo, Toledo, PR – Brasil. E-mail: [estherlemos@gmail.com](mailto:estherlemos@gmail.com).

Como citar: LEMOS, E. L. S. Desafíos del Trabajo Social en Nuestra America: diálogo con la Presidenta de Alaeits (2023 – 2025). *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 204-222, jan/abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89052>.

Recebido em 20 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 05 de dezembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Los desafíos nacionales e internacionales no contexto de crisis se conectan en los espacios colectivos contruidos y heredados por nuestra categoría, avanzando en la dimensión ético-política de nuestro proyecto profesional. ¡En 2025 celebramos 100 años de Servicio Social en América Latina! Con “certidumbre al frente y la historia en la mano”, esperamos que esta preciosa entrevista contribuya a la profundización del conocimiento, la ampliación de los lazos de pertenencia y la unidad latinoamericana, movilizándonos para estar juntas(os) en el XXIV Seminario ALAEITS! ¡Únete a esta conversación!

**Esther Lemos** — Buenas tardes, Sonia, es un gusto estar con usted esta tarde para una entrevista con la revista *En Pauta*, un periódico de nuestra Universidad Estatal de Rio de Janeiro, que tiene un acceso público e gratuito, entonces para nosotras es un gran placer estar con usted para una edición que tiene como temática un dossier temático que se llama *Trabajo Social en la Historia, Contribuciones de una Perspectiva Internacionalista*.

Entonces, Sonia, por favor, ¿podrías presentarte, de dónde hablas, ¿qué estás haciendo ahora?

**Sonia Brito** — Muchas gracias, Esther, por la invitación, me siento muy alagada y muy genuinamente agradecida.

Soy Sonia Brito Rodriguez, académica investigadora de la Universidad Alberto Hurtado de Chile, presidenta de la Asociación Chilena de enseñanza en Trabajo Social Universitario (ACHETSU), presidenta de la Asociación latinoamericana de enseñanza e investigación en Trabajo social (ALAEITS). Y desde este rol tenemos un desafío importante que es organizar los cien años del trabajo social con toda América Latina. Así que estamos en ese afán. Soy una mujer chilena que he realizado recorridos desde nuestra disciplina y profesión, donde la investigación, la intervención y la formación se encuentran y dialogan permanentemente.

El trabajo social es una disciplina y profesión compleja, no es neutra y requiere necesariamente un posicionamiento ético político, donde la resistencia y la incidencia en perspectiva de la equidad, igualdad y justicia social son condiciones *sine cuanon*. Esas son nuestras banderas de lucha. Por tanto, no somos una disciplina-profesión aséptica, apolítica, exige conocimientos interdisciplinarios, de política pública, de investigación, de intervención, metodológicas y técnicas, considerando, además, una amplia gama de campos profesionales.

Somos una disciplina- profesión, reconocer esta condición abre posibilidades para que la investigación y la intervención se evidencien como circuitos inacabados que se retroalimentan y no como la contracara de una moneda, es decir, no podemos realizar intervención, sin ejercer la investigación. En ese punto la formación profesional tiene la

responsabilidad de formar personas habilitadas para trabajar en instituciones públicas, privadas o del tercer sector y desde esos lugares institucionales propender a la transformación social y al empoderamiento de personas, comunidades y territorios, propiciando el tejido social y la participación en un mundo cada vez más individualista, capitalista y donde los gobiernos son más proclives al mercado, por tanto, las políticas públicas se tornan focalizadas y excluyentes, desde una lógica subsidiaria. Esto ha sido una constante en los países de América latina.

El discurso de las inequidades requiere de una profunda reflexión sobre la intervención social, la formación profesional y la importancia de comprender a América Latina en su totalidad, con todos sus desafíos y riquezas históricas, culturales y sociales. Entonces, la intervención social, no debe reducirse a un simple tránsito técnico o académico, sino que debe estar impregnada por una visión crítica e integrada que considere las experiencias y los contextos de las personas con las que se trabaja.

Desde mi rol como presidenta de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), enfatizo en la necesidad de formar profesionales con una mirada que no sea ingenua, sino crítica y consciente de los procesos históricos de colonización que han marcado a América Latina. La intervención social debe ir más allá de lo técnico y debe estar anclada en la realidad de los pueblos de la región, respetando y recuperando sus lenguajes, tradiciones, formas de comunicación y cosmovisiones.

Además, debo resaltar que la construcción de una visión integral de América Latina requiere una preparación profunda que se enfoque en la justicia social y en la promoción de una buena vida, que no sea una idea romántica o fantástica, sino una cimentación basada en el respeto a los derechos humanos y la equidad social, considerando el patrimonio que portamos como región.

El trabajo social, como disciplina, debe ser abordado con un enfoque humano, entendiendo al ser humano como una persona integral, y luego desplegando las técnicas y procedimientos propios de la profesión. Esto implica una mirada crítica hacia los problemas sociales, pero también una apertura para reconocer las distintas formas de vida y la riqueza de los pueblos latinoamericanos. La intervención e investigación social debe ir acompañada de una formación que considere la historia, la cultura, los lenguajes y las realidades de América Latina, con un compromiso hacia la justicia social y la humanización del trabajo profesional. No considerarse significa que nos quedamos con una formación incompleta si solamente transitamos hacia un solo lugar.

Los desafíos de la formación también requieren de la revisión profunda los currículum, de tal forma, que se incorpore en la trayectoria formativa de las/los estudiantes, actividades articuladas que refieran a fenómenos tales como interculturalidad, migraciones, pobreza, salud, territorios, familias, entre otros, que permita el análisis

político, ético para una mejor comprensión de los procesos epocales de América latina. La interculturalidad no solo refiere a la convivencia de culturas, sino a un proceso activo de reconocimiento, diálogo y a veces también de confrontación entre culturas, especialmente en el contexto latinoamericano como una impronta profunda y multifacética, que abarca tanto riquezas como obstáculos históricos, sociales y económicos. Lo anterior, para dislocar y pensar de otra manera sugiere un desafío a las narrativas coloniales y hegemónicas. La invitación es recuperar y repensar la historia de América Latina desde una perspectiva que valore las cosmovisiones y culturas previas a la colonización, recuperando su riqueza y significado en el presente. Es así, como se problematiza los efectos de la colonización que ha tenido un impacto duradero en América Latina. Este proceso de colonización se presenta como algo más que una invasión genética; ha sido una colonización cultural, económica y, sobre todo, una superposición de una cultura dominante sobre las culturas originarias, invisibilizando o desvalorizando las cosmovisiones autóctonas.

El trabajo social, debe tener la capacidad de reconocer la humanidad en los demás, nuestro trabajo no debe ser solo un ejercicio técnico, sino un compromiso con las personas, con sus historias, luchas y dignidad, solo a partir de esta comprensión se puede desarrollar un trabajo profesional genuino. Esto significa cuestionarnos de manera profunda sobre el contexto y las dinámicas que subyacen a cualquier interacción o fenómeno, entendiendo la complejidad de las realidades sociales en que estamos inmersos.

**Esther Lemos** — Entonces, a partir de este lugar, en este contexto, en el contexto global de extensión de crisis de capital, bajo la hegemonía de las finanzas.

¿En Latinoamérica, como entidad histórica de nuestra categoría, en el continente, como analiza nuestra vinculación con las luchas de resistencias de los sujetos y movimientos sociales, las respuestas de los estados nacionales, de nuestros pueblos, a través de las políticas públicas, para enfrentar las múltiples expresiones de la cuestión social, en particularidad de nuestra América?

¿Cómo tú percebes nuestros desafíos frente a la conjuntura actual de nuestros pueblos?

**Sonia Brito** — Para contestar esta pregunta necesariamente tengo que situarme considerando la multicrisis global, dado que, América Latina forma parte de este entramado mucho mayor que es el mundo.

Es necesario realizar un análisis crítico y reflexivo sobre la situación actual de América Latina en el contexto de la globalización, las crisis múltiples que atraviesa la región, y la influencia del sistema neoliberal y capitalista. América Latina ha sido históricamente una región dependiente de la exportación de materias primas baratas, mientras importa



productos manufacturados a precios elevados. Esto revela una estructura económica desigual, donde las economías latinoamericanas no han logrado diversificarse y siguen siendo vulnerables a las fluctuaciones del mercado global.

Estamos viviendo y habitando una “multi-crisis”, considerada como un conjunto de crisis interrelacionadas que incluyen dimensiones cognitivas, económicas y sociales. Esta crisis afecta a la región, no solo desde el punto de vista económico, sino también en términos de la percepción y los valores, lo que repercute en la vida cotidiana de las personas y en la organización de la sociedad.

Otro aspecto importante refiere a la geopolítica, el poder económico y lucha por el territorio, lo que incluye la explotación de recursos naturales y la dominación de las áreas más ricas en recursos. El sistema neoliberal y sus representantes megalomaniacos se han apropiado del territorio, a través de la instalación de grandes empresas transnacionales y potencias económicas que han devastado el ecosistema, han dejado zonas de sacrificio, deforestación, quema de pulmones verdes y generado crisis ecológicas que ha traído como consecuencia el calentamiento global y muerte violenta de la flora y la fauna, entre otros. Estos son algunos de un sinnúmero de efectos directos de un sistema capitalista que prioriza los beneficios económicos por encima de la conservación ambiental, la sostenibilidad y el equilibrio.

Observo la falta o escasez de alternativas, disposición y organización por parte de los Estados, que no han sido capaces de ofrecer soluciones coordinadas e innovadoras a este modelo destructivo. O han importado modelos foráneos a pesar de los impactos negativos de las políticas implementadas en países del norte o Europeos o han reproducido fórmulas que han tenido “éxito” en otros lugares, sin cuestionar la viabilidad de esas soluciones en el contexto local.

No hay que olvidar el experimento neoliberal en Chile, considerando que fue el laboratorio del capitalismo y donde se instaló y se experimentó con el sistema neoliberal, especialmente después del golpe de estado en 1973. Chile fue considerado uno de los países más “avanzados” en la implementación de políticas neoliberales, y estas políticas tuvieron un gran impacto no solo en el país, sino que también sirvieron de modelo para otras naciones de la región. La implementación de estas políticas no solo tuvo efectos económicos, sino que también transformó profundamente las estructuras sociales y políticas del país. Es urgente repensar este modelo y buscar alternativas que realmente favorezcan el bienestar de los pueblos latinoamericanos, en lugar de seguir reproduciendo fórmulas ajenas a la realidad de la región.

**Sonia Brito** — ¿Cómo se instala una manera de entender las relaciones humanas, la economía, la educación, la política?

Primero señalar, que se evidencia el fracaso de la promesa de equidad. El sistema capitalista, instaló como discurso la esperanza del establecimiento del sistema neoliberal, en el que se prometió que todos tendrían igualdad de acceso y oportunidades. Sin embargo, esa promesa no solo no se cumplió, sino que el sistema ha profundizado las desigualdades, con la devastación del ecosistema y un modelo económico que favorece a las grandes corporaciones y a las potencias globales, mientras que las clases populares sufren las consecuencias, puesto que estamos atrapados en este sistema del cual no podemos escapar.

Lo anterior, queda reflejado en la revuelta social y demandas populares que estallaron en muchos países de América Latina como una manifestación del descontento popular. Las demandas clave incluyeron educación y salud de calidad y gratuitas, pensiones dignas y seguridad pública. Estas movilizaciones reflejan un rechazo al modelo neoliberal y a la gestión estatal que ha fallado en garantizar el bienestar de la población.

Es imprescindible hacer alusión a la pandemia del COVID-19 como un reflejo de la crisis estructural que atraviesa el mundo y la región. La crisis sanitaria no solo se debe a la falta de preparación, sino también a la irresponsabilidad de los Estados y las grandes potencias, que ignoraron las advertencias sobre problemas de salud respiratoria realizada persistentemente por la Organización Mundial de la Salud (OMS). Además, la pandemia ha puesto de manifiesto la fragilidad de los sistemas de salud y la incapacidad de los Estados para proteger a los más vulnerables.

El modelo de “todo vale”, que refleja una actitud en la que los medios para alcanzar un fin no importan, lo que se traduce en una explotación sin límites del medio ambiente y de los recursos naturales. Este enfoque, que ha sido central en el neoliberalismo, tiene consecuencias devastadoras no solo en la salud de las personas, sino también en la sostenibilidad del planeta. El llamado urgente es a la responsabilidad colectiva en América Latina, un llamado a una mayor cooperación entre los países, puesto que es trascendental abordar problemas como la migración, la salud y la economía desde una perspectiva regional y de justicia social. La migración, en particular, debería resolverse no a través de soluciones aisladas, sino con acuerdos entre los países de la región, como países hermanos, basados en los derechos humanos, la solidaridad y reciprocidad.

La geopolítica del agua es un aspecto para considerar, la siguiente guerra será por el agua. Así como hace 500 años la mirada del mundo se centró en América Latina por sus recursos naturales, hoy la atención se está desplazando nuevamente hacia la región, debido a su control sobre recursos estratégicos como el agua y se coloca el foco en territorios que tienen agua dulce. Me temo que, al igual que en el pasado, América Latina no está preparada para defender estos recursos de las potencias globales, que continúan luchando por el control de estos bienes. Entonces, se está volcando la mirada nuevamente hacia América Latina, y América Latina no tiene ninguna herramienta, ninguna estrategia.

Si bien la ONU, ha convocado a mandatarios/as de Estados en cumbres mundiales para discutir, analizar y buscar soluciones conjuntas, tal como los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) adoptados en 2015 y proyectados al 2030, se observa críticamente el escaso progreso, monitoreo y evaluaciones permanentes. Aunque los ODS son declaraciones importantes, la falta de voluntad política y de estrategias concretas en los países de la región ha impedido que se materialicen avances sustantivos, dejando muchas de las metas solo en el nivel de la retórica. El llamado es a la cooperación regional, la solidaridad y que considere una visión crítica que desafíe las estructuras económicas y políticas actuales.

La falta de políticas públicas efectivas en América Latina (y en particular en Chile) no han sido adecuadas para avanzar hacia los ODS. A menudo, no se realizan evaluaciones de impacto de las políticas públicas, lo que provoca que se sigan implementando las mismas políticas bajo diferentes nombres, sin saber si están teniendo el efecto deseado. Esto lleva a un desperdicio de recursos en iniciativas que no están resultando eficaces.

Respecto de lo mismo, en América Latina, las políticas sociales se han ido reduciendo progresivamente. El Estado ha optado por focalizar los recursos de manera cada vez más limitada, lo que se traduce en políticas subsidiarias que no abordan las causas estructurales de los problemas sociales. Esto se ejemplifica con el caso de la ficha protección social en Chile, que utiliza tecnología para clasificar a las personas según sus necesidades, pero no resuelve los problemas profundos ni promueve una transformación social significativa. La transformación social profunda requiere de una articulación interdisciplinaria, intersectorial e internacional. Este tipo de transformación no puede lograrse a nivel de un solo país, ya que el mundo está interconectado, lo que significa que los efectos de las decisiones globales se sienten rápidamente en las naciones, especialmente en una región como América Latina, que tiene una economía débil y depende de las dinámicas internacionales.

Este punto es importante, porque no debemos olvidar la interconexión global actual, donde los problemas económicos, sociales y políticos en un país pueden tener repercusiones inmediatas en otros lugares, como en el caso de los desastres naturales o las crisis económicas. Por ejemplo, ocurre un terremoto en Japón y repercute en un tsunami en Chile, o los problemas económicos en China y sus efectos en América Latina, para ilustrar cómo las economías y las sociedades están cada vez más interconectadas.

Las supremacías en América Latina no solo están relacionadas con los asuntos económicos, sino que son multihegemonías, operan en todos los ámbitos de la vida. Estas hegemonías afectan diversas áreas, como la cultura, la política y la economía, configurando un sistema que trasciende la mera cuestión financiera y tiene un impacto profundo en las dinámicas sociales y políticas de la región. En ese sentido, la resistencia es central en el discurso, especialmente cuando se combina con un posicionamiento ético-político-peda-

gógico. Esta resistencia no es solo un acto de oposición, sino también de incidencia, es decir, de generar acciones concretas que puedan desencadenar un cambio real. La resistencia ética implica oponerse a un sistema injusto, y también trabajar para generar alternativas viables y prácticas. Esta resistencia no debe ser solo teórica, sino que debe incidir en las políticas y prácticas sociales.

Respecto de la formación del Trabajo Social crítico, existen grandes matices en cómo se forma el Trabajo Social en la región. En algunos países hay un enfoque más crítico, que busca transformar las estructuras sociales y políticas injustas, en otros el Trabajo Social tiende a ser más técnico o de gestión, sin un enfoque claramente crítico o transformador. Es perentorio concordar en algunos mínimos en la Trabajo Social para generar una práctica transformadora y no solo mantener el statu quo. Se destaca una tradición de Trabajo Social público y orientado al bien común, en otros la mercantilización de los servicios sociales crea un enfoque más individualista y privado, lo que limita las posibilidades de cambio estructural.

**Esther Lemos** – Entonces vamos a pensar la particularidad de nuestra organización profesional ¿cómo analizas la organización del campo de formación profesional de trabajadores y trabajadoras sociales?

¿Cómo analizas la naturaliza de la AIETS en su relación con ALAEITS y particularmente con las asociaciones nacionales, con las particularidades que tú hablas?

¿Cuáles son las estrategias que tenemos construido?

¿Cómo también en el último período en su gestión de 2022 a 2025?

¿Qué acciones, por ejemplo, podemos pensar en este contexto que tú hablas, en la formación profesional?

**Sonia Brito** - El desafío que tenemos como profesión es responder a las nuevas demandas y preguntas de un mundo globalizado y que atraviesa permanentemente crisis. Las complejidades de las nuevas demandas sociales, políticas sociales y problemas sociales actuales exigen de respuestas flexibles y actualizadas en la formación profesional. Lo anterior, requiere que los curriculums en Trabajo Social adapten enfoques y herramientas para abordar las realidades cambiantes de la región. La Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) porta un patrimonio de mucha riqueza cultural, hay un tremendo potencial respecto de la formación, intervención e investigación y se constituye como bisagra, dado que articula y aporta en convocar al trabajo social de la Región. En ese sentido, insta a una formación profesional crítica y contextualizada, la que debería incluir mínimos fundamentales que no pueden faltar en los programas de las universidades latinoamericanas, tales como la ética profesional, la

investigación social, metodologías de intervención y posicionamientos políticos en perspectiva de la justicia social y derechos Humanos. Esto, no solo como asignaturas aisladas, sino como una impronta transversal que guíe toda la trayectoria formativa. La ética, por ejemplo, debe ser parte integral del proceso educativo, en lugar de un tema puntual.

En cuanto a la investigación social, cuestiono la visión tradicional que coloca al Trabajo Social como una disciplina únicamente interventora, dado que no se puede intervenir sin una base sólida de investigación, creo necesario reconceptualizar la investigación en Trabajo Social, viéndola como parte de un continuo de intervención, investigación y formación profesional. Considero importante recuperar el sentido identitario de la profesión, ya que, a menudo, las formas de enseñar y practicar Trabajo Social se han desvinculado de la realidad local, territorial, de las personas y comunidades y de las necesidades propias de los pueblos latinoamericanos.

Dicho lo anterior, la formación no puede ser vista como un proceso estanco que se separa de la intervención práctica, la educación en Trabajo Social debe estar abierta al territorio y a los fenómenos sociales específicos de cada país. Entonces, la vinculación entre el aula, la formación teórica y la intervención práctica debe ser clara y continua, en donde los procesos de intervención sean más dinámicos y fluidos y que consideren la relación entre teoría y práctica.

La formación en Trabajo Social debe considerar tanto lo actitudinal (los valores y la ética), lo cognitivo (el conocimiento teórico y académico) y lo procedimental (las habilidades prácticas). Estos tres aspectos deben estar integrados y ser fundamentales en la formación de los profesionales. Propongo pensar en epistemologías abiertas, latinoamericanas, del sur, decoloniales y territoriales que recojan la riqueza de nuestra región, de tal manera de tener una impronta que exceda lo contenidista.

Para tener mayor fuerza en lo antes dicho, la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) ha enfrentado tanto desafíos internos como externos (pandemia y conflictos políticos, económicos, entre otros). Además, considero que la estructura de la organización podría modificarse para que las voces de los países de la región puedan ser más escuchadas y que las decisiones respondan mejor a las necesidades locales. Esto implica una estructura más descentralizada en la que los países miembros tengan un papel más activo en la dirección ejecutiva de ALAEITS.

Me parece que existe una desconexión entre la academia, los gremios y las prácticas profesionales. Existe una brecha, una separación entre la formación académica y la práctica profesional. Preexiste una lógica de “producción” de profesionales en la que las universidades y las entidades educativas “sacan” a los graduados al mercado laboral sin hacerse realmente responsables de su desarrollo continuo y sin evaluar si esos profesionales realmente contribuyen a mejorar las sociedades. Considero que la formación profesional debe

ser un proceso continuo, no algo que se da por terminado al final de un ciclo académico, en ese sentido, las instituciones educativas y profesionales deben tener un compromiso a largo plazo en la formación y acompañamiento de los egresados, apoyándoles a lo largo de su carrera y asegurándose de que los conocimientos y las herramientas adquiridas realmente impacten positivamente en la sociedad.

El desafío a corto plazo de ALAEITS es realizar una revisión de sus estatutos para asegurarse de que su trabajo realmente responda a las necesidades de la región. ALAEITS debería tener una misión más concreta y relevante, orientada a mejorar el impacto social y político del Trabajo Social. Este impacto no debe ser ingenuo ni limitado a lo técnico, sino que debe estar vinculado al trabajo real con las personas y a la capacidad de incidir en la política pública de forma efectiva, teniendo mayor incidencia y un trabajo más directo con todos los países de la región con el compromiso de aquellos mínimos que hemos conversado en esta entrevista.

También es importante mirar hacia los saberes ancestrales y cosmovisiones propias de los pueblos originarios de América Latina, puesto que a pesar de que la resistencia al colonialismo y los nuevos colonialismos ha sido una línea importante en las discusiones recientes (como los feminismos decoloniales y ecofeminismos), no se ha considerado la gran riqueza de la sabiduría ancestral, cuestión que se ha dejado de lado en muchos debates contemporáneos. Este conocimiento, tanto material como inmaterial, es una clave importante para construir una nueva forma de pensar y actuar en la región, la que esté más alineada con los valores y las prácticas de nuestras comunidades originarias. Sin embargo, el problema es que estos saberes no están suficientemente integrados en la academia ni en las investigaciones ni en las prácticas de intervención profesional.

Lo anterior requiere que revaloricemos la sabiduría ancestral, hay falta de integración de las cosmovisiones indígenas y los saberes ancestrales dentro de las discusiones académicas y profesionales del Trabajo Social. La resistencia a los colonialismos y las luchas feministas han sido importantes, pero se ha dejado de lado la sabiduría de los pueblos originarios que puede ser una fuente poderosa para reimaginar y construir nuevas formas de intervención y desarrollo social. Además de oponerse y hacer resistencia al colonialismo, cuestión que ha tenido basto desarrollo en la región, es necesario reivindicar y promover los saberes propios que poseen nuestras comunidades, para avanzar hacia una epistemología propia de América Latina.

Se requiere considerar lo ancestral y lo moderno desde una mirada integradora, en la que se pueda recoger tanto la sabiduría ancestral de los pueblos originarios como los enfoques contemporáneos para afrontar los problemas sociales actuales. Este enfoque debe ser incluido no solo en la academia y la investigación, sino también en la práctica profesional. Para ello, es necesario que haya un diálogo más profundo entre estos saberes y las metodo-



logías actuales del Trabajo Social. Este enfoque permitiría transformar las intervenciones profesionales de manera que realmente se alineen con las realidades locales, respetando y promoviendo el patrimonio cultural de la región.

**Esther Lemos** — Me gustó su referencia a los estándares. Hace poco tiempo la AIETS aprobó los estándares para la educación de nuestra área. Sobre ese tema, ¿cuál es la relación de la ALAEITS con la AIETS?

**Sonia Brito** - Existen diversos desafíos estructurales y epistemológicos que enfrenta la formación y la práctica del Trabajo Social en América Latina, en particular en el marco de la Asociación Mundial de Trabajo Social (AIETS).

Me parece que es insuficiente, que no basta con una definición para realizar un cambio paradigmático en el Trabajo Social. Si bien las definiciones pueden ser un punto de entrada, se necesita una fundamentación más robusta y profunda, que implique otros marcos epistemológicos, especialmente aquellos que provienen de América Latina, como las cosmovisiones indígenas y los saberes ancestrales. En lugar de simplemente definir qué es el Trabajo Social, debe haber una reflexión profunda sobre cómo integrar estos enfoques en la formación profesional, entendiendo que la formación no es solo un cúmulo de asignaturas, sino un proceso continuo e integral.

Una de mis preocupaciones es la relación subalterna que América Latina mantiene con las potencias del norte, especialmente en el contexto académico. Uno de los ejemplos, es el hecho de que se exige que las personas hablen inglés, lo que coloca a muchos en una situación de desventaja. La falta de traducción simultánea y recursos para igualar las voces dificulta que las contribuciones de América Latina se escuchen en igualdad de condiciones. Esto no es solo una cuestión técnica, sino una estrategia de exclusión que refuerza la subordinación de las voces latinoamericanas.

Otra dificultad es que las universidades no tienen los recursos para involucrarse plenamente en las organizaciones internacionales y las personas que pueden participar deben pagar por hacerlo, esto genera una barrera económica que limita la participación activa en los proyectos internacionales. La propuesta es que AIETS debería promover un sistema más horizontal y accesible, donde las voces de todos los países pudieran circular más libremente, sin que existieran barreras económicas. AIETS debe potenciarse para convertirse en un ente académico más sólido, que no solo defina el Trabajo Social de manera general, sino que también fundamente sus posiciones en cuestiones éticas y políticas. Una crítica importante es que, cuando se intenta emitir comunicados sobre temas sensibles como los conflictos en Palestina e Israel, o en Rusia y Ucrania, AIETS no siempre logra encontrar un consenso claro debido a la falta de una base sólida en términos de un posicionamiento

éticos-político. Esto se constituye en un obstáculo para intervenir eficazmente en debates internacionales que afectan a la disciplina.

Las escuelas de Trabajo Social en América Latina suelen tener un posicionamiento ético-político más claro, lo que les permite abordar cuestiones profundas desde una perspectiva crítica. Sin embargo, se enfrenta a la dificultad de dialogar con otros continentes, donde las racionalidades pueden ser completamente diferentes, y donde, incluso dentro de las organizaciones internacionales, la subalternidad de América Latina sigue siendo una realidad difícil de superar, sin duda, falta definir horizontes compartidos entre los distintos continentes. A pesar de los esfuerzos, aún no existe un diálogo global claro que permita que América Latina y otras regiones con historias similares (como África) puedan cooperar más profundamente. Para que la relación entre los países del sur sea más efectiva, es necesario avanzar hacia una comprensión más profunda y compartida sobre los problemas comunes y las formas de abordarlos.

**Esther Lemos** — Continuando en el ámbito de la articulación entre el ámbito de la formación con ámbito de trabajo profesional y nuestras organizaciones AIETS, FITS, ALAEITS, FITS América Latina y Caribe, ¿cómo se ha construido una articulación en nuestro continente en el ámbito mundial de Trabajo Social, como área de intervención y como área de producción de conocimiento?

¿Cómo tú ves la articulación en una perspectiva de construcción de un proyecto emancipatorio para esos pueblos?

**Sonia Brito** - Efectivamente existen dificultades de interacción entre las asociaciones y Federaciones, me parece que los desafíos que existen entre el mundo académico y el mundo profesional en el contexto del Trabajo Social, particularmente en América Latina.

Hay una deuda y una distancia significativa de la academia con el mundo profesional, lo que provoca un aislamiento de las necesidades del trabajo profesional. Este aislamiento genera un reclamo por parte de los/las profesionales, que sienten que la academia los ha dejado solos, ya que no se está respondiendo a los problemas reales que enfrentan en la práctica profesional y campos profesionales.

Una crítica importante es el enfoque demasiado pragmático y economicista que las universidades han adoptado, centrado en acreditaciones, titulaciones oportunas y credenciales. Esto ha desviado la atención de la formación integral y la intervención social, haciendo que la educación continua y los posgrados se enfoquen más en la obtención de títulos que en un diálogo genuino con las necesidades sociales y profesionales del entorno. La calidad educativa se ve afectada por esta lógica credencialista, y se ha perdido el fundamento y sustento real del trabajo académico.

En otro sentido, la investigación académica a menudo está desconectada de las necesidades reales del mundo profesional. Las investigaciones, en algunas ocasiones se enfocan más en gustos e intereses personales de académicos/as, en lugar de responder a los desafíos reales de la sociedad y del trabajo social. Las/los profesionales, quienes están en contacto directo con los problemas sociales, tienen conocimientos valiosos sobre las políticas públicas, salud pública, seguridad, y salud mental, entre otros, pero estas informaciones y experiencias no se reflejan en la investigación ni en el diseño de los programas académicos.

Las federaciones y asociaciones profesionales, como la FITS (Federación Internacional de Trabajadores Sociales), dialogan poco con entidades académicas como el ALAIETS, AIETS, colegios profesionales de cada país, entre otras. Durante la preparación de reuniones, como la de Panamá, surgieron muchas dificultades de visiones y acuerdos mínimos, lo que refleja una falta de cohesión y una fractura entre los dos mundos (académico y profesional). Esto se debe en parte a una percepción de superioridad que se tiene de la academia, cuestión que genera incomodidad y exclusión del mundo profesional.

Para superar esta brecha, es necesario generar puentes entre el ámbito académico y el profesional. Es fundamental que la academia salga del aula, se vuelque hacia los territorios e instituciones para provocar un genuino aporte a las políticas públicas y a las realidades sociales. El diálogo constante con los profesionales es esencial para asegurar que la academia esté alineada con las necesidades reales de la sociedad y de la profesión, puesto que son estos (profesionales) los que están al tanto de las nuevas políticas públicas y los modelos sociales emergentes, y que son ellos quienes tienen que enseñar a los académicos sobre las realidades del mundo laboral. La academia, a menudo está encapsulada en sus teorías y análisis rígidos, puede provocar perder de vista lo que realmente requiere la sociedad, por lo que el intercambio constante con la práctica profesional es esencial para mantener la relevancia y la pertinencia de la formación.

**Esther Lemos** — Muchos desafíos que tenemos avanzado, tú hablas de puentes absolutamente necesarios. Para finalizar, una gran expectativa que todos tenemos para el próximo año en 2025, los 100 años de trabajo social en América Latina, en nuestra América y el seminario de ALAEITS que se realizará en Chile. Entonces, como la están preparando, cuáles son sus retos, cuáles son sus finalidades, que esperan y que les gustaría dejar para el futuro para que podamos caminar los próximos años, cómo se ha construido, cómo podemos compartir y también convocar para que sea articulada en este propósito.

**Sonia Brito** - El próximo año, el 2025 vamos a cumplir 100 años de nuestra disciplina-profesión en América Latina. Estamos muy agradecidas que ustedes nos hayan elegido para que Chile sea la sede del XXIV seminario, considerando que fue la primera escuela de trabajo social de América Latina.

A través de la celebración de los 100 años del Trabajo Social en América Latina, se busca redefinir y fortalecer la profesión en la región, asegurando que se construya de manera colaborativa y participativa.

La celebración de los 100 años de la disciplina- profesión en América Latina no se limita solo a una conmemoración, sino que busca constituirse en una oportunidad histórica para reflexionar, analizar profundamente sobre el sentido y el significado del Trabajo Social. El proceso está siendo colaborativo, involucrando a estudiantes, académicos, profesionales y comunidades de la región. Desde el 2023, se han propuesto varias preguntas clave como: ¿Cuál es el sentido y significado de los 100 años? ¿Cuáles deberían ser los ejes de la disciplina en el futuro? ¿Qué propósito debe tener el profesional del Trabajo Social en el contexto actual? Para asegurarnos que todos los actores involucrados tengan voz y puedan contribuir al proceso de definición de los ejes estratégicos de la disciplina.

Se realizó un concurso para el diseño de un logo que representara esta celebración, buscando una imagen que reflejara la identidad de América Latina en el contexto del Trabajo Social. Este proceso no solo fue un ejercicio visual, sino también un reflejo de las diversas perspectivas y debates que surgieron en torno a lo que representa el Trabajo Social en la región, en este sentido, se buscó integrar los diferentes puntos de vista para que todas las personas se sintieran representados. Brasil obtuvo el premio con el compañero Cristiano, un logo en donde nos identificáramos y aquí lo interesante es que como todo proceso humano ha habido conversaciones, puntos de vista, diferencias, etc.

También firmamos un convenio para que estuvieran estipuladas y establecidas las bases de desarrollo del Seminario, en los aspectos procedimentales, financieros, en la organización y el funcionamiento, considerando los comités, equipos de trabajo y las responsabilidades de cada orgánica en la gestión del evento y de las tareas relacionadas. Además, asegura la inclusión de las diversas voces y perspectivas de los distintos actores estén representadas (estudiantes, profesionales, instituciones académicas, asociaciones, etc.). La organización quiere garantizar que haya una participación activa y continua de todos los involucrados, con un enfoque hacia el trabajo conjunto y la colaboración en cada fase del proceso, lo que permitirá que el evento no solo se realice de manera efectiva, sino que también sea un espacio de aprendizaje colectivo y de construcción de una visión compartida sobre el futuro del trabajo social en la región.

Comparo también, como quedaron estipulados los comités de trabajo para la celebración.

Comité de coordinación general: Incluye representantes de todas las regiones y actores clave, como estudiantes y colegios profesionales. Tiene como misión velar por la organización del seminario, desempeña un papel Principal en la planificación, coordinación y ejecución exitosa del evento. El comité debe estar preparado para abordar situaciones imprevistas que puedan surgir durante el seminario, como cambios en el programa, pro-

blemas técnicos o emergencias. Después del evento, el comité organiza la recopilación de opiniones y retroalimentación de los participantes para evaluar el éxito del seminario y tomar notas para futuras ediciones

**Comité científico:** Enfocado en los ejes del seminario XXIV y generan las condiciones de participación y el alcance de los eventos, tales como ponencias, simposios, material audiovisual, presentaciones de libros, entre otros. Conducir el proceso de presentación de trabajos, elaboración del Programa Académico, la definición de plazo para la entrega de resúmenes de ponencias, de entrega de ponencias, los cierres de plazos, la elaboración de guías académicas, entre otros.

**Comité de relaciones públicas y comunicaciones:** Este equipo tendrá como misión generar y mantener la promoción y difusión del seminario para informar a participantes. Esto puede incluir la creación de material promocional, el uso de medios de comunicación y redes sociales, y la colaboración con asociaciones y organizaciones relacionadas nacionales e internacionales.

**Comité historia y memoria histórica:** Este equipo, tendrá la misión de acompañar el proceso de levantamiento de información y recopilación de material histórico de América latina, como, por ejemplo, desarrollar un producto académico en formato libro que recoja la historia y memoria del Trabajo social latinoamericano.

**Comité organizador de seminarios preparatorios:** Este equipo tendrá como misión gestionar seminarios previos al XXIV Seminario de escuelas de Trabajo social, para ello, coordinará con las tres regiones de ALAEITS para levantar y acompañar los seminarios que emerjan, acompañando los procesos y alcances de los eventos.

**Comité de finanzas y logística:** Este comité tendrá como misión gestionar recursos, hacer vínculos y alianzas con auspiciadores y patrocinadores, el comité administra el presupuesto asignado para el seminario, asegurando que los gastos se mantengan bajo control y se utilicen eficientemente. El comité se encarga de la logística del evento, como la elección del lugar, el diseño y montaje del espacio, la disposición de equipos audiovisuales y tecnológicos, resguardando que el evento cumpla con los más altos estándares de sustentabilidad.

La inclusión de todos los actores en estos comités asegura que las voces diversas sean escuchadas y consideradas en cada decisión.

Entonces, los desafíos son gigantes. El trabajo no se limita a celebrar el pasado, sino que se enfoca debatir los desafíos contemporáneos del Trabajo Social de América Latina y proponer vías para enfrentar problemáticas actuales y futuras que requieren un análisis profundo en áreas clave, como la Educación, Salud, Seguridad social, Crisis medioambientales, Desigualdades sociales, entre otros, además, se busca reflexionar sobre cómo el Trabajo Social se adapta a los nuevos desafíos de la región, considerando tanto los grupos vulnerados, como los cambios estructurales necesarios.

La celebración de los 100 años no es solo un ejercicio retrospectivo, sino un impulso hacia el futuro, donde el análisis crítico y resistencias a las estructuras coloniales y neoliberales que aún afectan a la región nos encaminen hacia un proceso de transformación, considerando nuevas formas de construcción social basadas en la sabiduría ancestral y las cosmovisiones indígenas que han sido históricamente ignoradas. Un aspecto clave de este proceso es superar la colonialidad y avanzar hacia una disidencia activa, que implique una búsqueda de alternativas basadas en el respeto por las identidades ancestrales y las formas de conocimiento que surgen de la tradición indígena. Esto implica no solo una crítica al sistema actual, sino una acción propositiva y transformadora desde la región y que apunte hacia un futuro más justo y equitativo para América Latina.

**Esther Lemos** — ¿cuál es su tema central? Y por favor un invite para las datas de 13 a 16 de octubre, ¿no?

**Sonia Brito** — La fecha del seminario principal será del 13 al 15 de octubre de 2025, y la reunión de cierre se llevará a cabo el 16 de octubre de 2025, en la cual se realizará la elección de la nueva directiva, se llevará a cabo una evaluación de la gestión y se presentará una evaluación preliminar del seminario, incluyendo una revisión del presupuesto. Este día también servirá como un espacio para aprender de los resultados y las evaluaciones, lo que permitirá mejorar la organización y ejecución de futuras actividades.

La estructura de este proceso de cierre es muy importante, ya que no solo se evalúan los aspectos organizativos, sino que también se busca integrar los aprendizajes de esta experiencia para fortalecer el trabajo colaborativo y las dinámicas de la organización en los próximos años.

**Esther Lemos** — Respecto de las temáticas el temario...

**Sonia Brito** - El nombre del seminario es Crisis civilizatoria, luchas contra hegemónicas y proyectos emancipatorios: Desafíos, rupturas y organización frente al avance ultraconservador.

Se establecieron 8 ejes temáticos: Historia y memoria: tensiones contemporáneas del centenario del Trabajo Social; Crisis capitalista y regresividad en materia de derechos sociales; Inflexiones ético-políticas y teórico-metodológicas en la garantía de derechos; Tensiones y desafíos de la formación, la investigación y la extensión en el contexto de la mercantilización de la educación superior; Proyectos de investigación emancipatorios fundados en derechos humanos, resistencias y proyecto ético político disciplinar-profesio-



nal.; Procesos de intervención social anti-opresivos, contextualizados y basados en derechos; La formación de posgrado: alcances y retos académicos y profesionales; Articulación latinoamericana del Trabajo Social: construcción de una agenda política temática.

Las temáticas que hemos comenzado a trabajar son aún preliminares, pero ya reflejan las grandes cuestiones que nos convocan como profesionales del trabajo social en América Latina. El comité científico, con la participación de voces de distintos lugares de nuestra región, ha empezado a configurar un mapa de tensiones y desafíos que debemos enfrentar con urgencia y que abordaremos en los próximos años, con especial énfasis en el centenario de nuestra disciplina.

Algunas de estas temáticas están profundamente conectadas con el contexto global y regional. La crisis capitalista es una realidad que ha impactado directamente en la regresividad de los derechos sociales, mientras que las tensiones ético-políticas y teórico-metodológicas demandan una reflexión crítica sobre el trabajo social como práctica transformadora. En este sentido, el trabajo social debe ser capaz de garantizar derechos en medio de las dificultades sociales y económicas, planteando proyectos emancipatorios enfocados en derechos humanos y justicia social.

Una de las cuestiones más relevantes en la actualidad es cómo formamos, investigamos y publicamos juntos/juntas, desde una mirada crítica que no se limite a la repetición de enfoques coloniales o tradicionales. El tema de la internacionalización y el posgrado se vuelven clave, especialmente cuando pensamos en la articulación de América Latina. Cómo trabajar en red, cómo fomentar la movilidad académica y estudiantil, especialmente en tiempos de crisis económica, es una pregunta urgente, por tanto, el trabajo conjunto no puede ser solo un discurso, sino una realidad vivida en cada una de nuestras prácticas académicas y profesionales.

Dentro de los temas que hemos comenzado a explorar, se encuentran cuestiones complejas y profundas, como la génesis profesional del trabajo social, la reconfiguración del Estado, la reducción de su rol en la protección del bienestar y la privatización de los servicios públicos. La importancia de mantener una democracia sólida en medio de los desafíos del neoliberalismo es un aspecto central de nuestra labor como profesionales del trabajo social, quienes debemos seguir cuestionando la mercantilización de la educación y la formación superior, especialmente frente a la acreditación y los modelos impuestos por las estructuras internacionales.

Asimismo, hay que reconocer los movimientos sociales como actores fundamentales en los proyectos emancipatorios, con un énfasis especial en las nuevas demandas que surgen de los feminismos, la identidad de género, el extractivismo y la ecología. Estos movimientos están marcando nuevas formas de resistencia y lucha en un contexto global que exige una mirada crítica y transformadora.

La articulación de América Latina también se plantea como un desafío central: ¿cómo fortalecer nuestros vínculos a través de los movimientos estudiantiles y cómo reimaginar el papel de los estudiantes en la construcción de currículos y en la transformación de la disciplina? En este sentido, es clave que la Asociación Latinoamericana de Trabajo Social también reflexione sobre los desafíos de la internacionalización y cómo podemos avanzar juntos a través de la movilidad y la colaboración académica, especialmente en momentos de crisis, donde las distancias físicas se pueden reducir a través de las pantallas.

Un concepto clave en este proceso de unidad y reflexión es el de Ubuntu, que nos invita a pensar que “soy porque somos”, una concepción profunda de la interconexión humana que refleja nuestra capacidad para avanzar como sociedad solo si lo hacemos juntos. También me resuena la profundidad del significado Sumay Kamaña o Sumay Kawsay, que se refiere a la buena vida en armonía con los demás y con la naturaleza, un concepto que no es solo una idea abstracta, sino una cosmovisión compartida que orienta nuestras prácticas y nuestra forma de vivir.

Finalmente, la palabra notrocidad, un término ancestral, que nos recuerda que no podemos avanzar como humanidad si no lo hacemos colectivamente. Los desafíos globales, como el calentamiento global y la contaminación ambiental, son ejemplos claros de que los problemas de hoy no se limitan a un solo país ni a un solo sector de la sociedad. Los problemas son comunes y, por lo tanto, debemos pensarnos juntos para poder encontrar soluciones. El trabajo social, como disciplina- profesión, tiene mucho que aportar en esta búsqueda de respuestas, ofreciendo pistas para caminar juntos y juntas hacia un futuro más justo y sostenible, a través de la colaboración, la reflexión y la acción conjunta. Este es el gran desafío del centenario, no solo mirar atrás con orgullo, sino proyectarnos hacia el futuro con responsabilidad y convicción.

**Esther Lemos** — Muchas gracias, Sonia, fue un gusto entrevistarla en esta oportunidad tenía alguna palabra final para registrar.

**Sonia Brito** - Agradezco profundamente, porque, más allá de las diferencias que puedan existir en América latina respecto de las visiones y perspectivas del Trabajo Social, siento que estamos creando un espacio de generosidad, de reciprocidad y de construcción conjunta. Lo he notado, no solo yo, sino también todo el equipo directivo de ALAEITS y de la Asociación Chilena de Enseñanza en Trabajo Social universitario (ACHETSU). Nos hemos reunido con la sensación de estar trabajando en un mismo propósito, compartiendo la responsabilidad del trabajo.

Este espíritu de colaboración es, para mí, lo que realmente da sentido a nuestra labor. Y es importante subrayar que este trabajo no está marcado por el temor de diferencias

territoriales o por la competencia, sino por el reconocimiento de que todos compartimos la misma misión: avanzar hacia un trabajo social con impacto real, que tenga sentido, que contribuya a una mejor calidad de vida para las personas.

Por eso, quiero agradecer nuevamente por la disposición, por el trabajo colaborativo, por el respeto y la responsabilidad con la que todos nos hemos comprometido. Esto, sin duda, es el cimiento para seguir creciendo y aprendiendo juntos. A veces, no es fácil, especialmente cuando nos enfrentamos a desafíos complejos, pero me siento convencida de que la generosidad, la solidaridad y el respeto mutuo son los valores que nos ayudarán a superar cualquier obstáculo.

Y, sobre todo, quiero recordar que el camino hacia una mayor equidad y justicia social requiere de todas y todos. Como región, como América Latina, tenemos una responsabilidad hermosa y grande de reencontrarnos, de crear un espacio común donde podamos compartir nuestros conocimientos, nuestras tradiciones y nuestras sabidurías. Ese es el trabajo que estamos haciendo, con todo el esfuerzo y la dedicación que podemos ofrecer.

Aprovecho de agradecer y hacer un reconocimiento a las fiscales Nora, Esterla y el fiscal Alejandro que tuvieron un rol fundamental en los acuerdos establecidos.

Agradezco también a los representantes de las regiones: Ramiro, Jorge y Marcos, a las/los representantes de los países y académicos y académicas comprometidas tanto con nuestra disciplina- profesión como con nuestra América Latina.

Agradecimiento a las/los estudiantes, colegios profesionales, a las Trabajadoras y trabajadores sociales de la Red CRUCH, a las socias y socios de ACHETSU, Red de sistematización.

Un agradecimiento especial a las/los integrantes de la Dirección ejecutiva ALAEITS (Alberto, Hugo, Andrea, Víctor, Nélida) y a la Dirección de ACHETSU (Paula, Nélida, Wendy, Esteban) y al Consejo Directivo compuesto por directores y directoras de escuelas, carreras y Departamentos de trabajo Social de Chile que están adscritas a ACHETSU.

**Esther Lemos** — De nuestra parte, de nuestra parte, Sonia, tenemos que agradecer su disposición y la abertura también para compartir desafíos, compartir también dilemas, compartir experiencias y el cúmulo crítico histórico que tenemos en nuestras organizaciones. Somos trabajadoras y trabajadores sociales en este tiempo presente que nos toca estar juntos, entonces es muy importante este momento y yo agradezco mucho en nombre de la revista *En Pauta* que me invitó para hablar con usted por cuenta de también estar en este momento como trabajadoras y trabajadores sociales de Brasil nosotros tenemos un gran reconocimiento por su trabajo y por su desafío, ¿no? Haber aceptado este desafío tan intenso entonces continuamos trabajando, compartiendo y llevar muchos y muchas brasileñas y brasileños para Chile 2025.

¡Nos vemos!

Muchas gracias por todo. Muchas gracias.

# Crítica ontológica ou pretensa crítica de lugar nenhum

*Ontological critique or the pretentious claim of critique from nowhere*

María Fernanda Escurra\* 

## Resenha do livro *Teoria social, verdade e transformação: ensaios de crítica ontológica*, de Mario Duayer.

“Na crítica ontológica de Marx, as ciências sociais, em lugar do eterno aperfeiçoamento deste mundo, cada vez mais inalcançável, implausível, papel que elas assumem com triste ou animada (e bem remunerada) resignação, deveriam contribuir para a tarefa que é hoje um imperativo, a saber, reconstruir o sistema de crenças em que outro mundo pode ser descortinado, concebido”.

M. Duayer (2023)

São poucas as páginas destinadas para escrever a resenha de um livro, aspecto que, neste caso particular, certamente, torna a tarefa um pouco menos difícil. Essa missão permitiu revisitar textos que muito contribuíram e contribuem para a minha formação crítica e foi aceita na perspectiva que transcende os contornos objetivos de resenhar uma obra, pois, para mim, constitui uma homenagem a Mario Duayer<sup>1</sup>.

Desejo que seja extensiva a parte significativa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, docentes, pesquisadores, colegas técnicos e estudantes, que tiveram a oportunidade de conviver com ele, com seu bom humor, sua ironia, contribuição intelectual e

<sup>1</sup> Homenagem que faço extensiva à Malena Escurra Paixão Oliveira, minha filha, que conviveu sua infância com Mario e de quem ele estaria orgulhoso ao ver a adolescente que hoje é.

## RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89053>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
E-mail: mfescurra@gmail.com.

Como citar: ESCURRA, M. F. Crítica ontológica ou pretensa crítica de lugar nenhum. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 223-228, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89053>.

Recebido em 15 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 03 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

política, na qualidade de professor visitante, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2016. Sem dúvida, sua passagem pelo Programa resultou em contribuições na perspectiva de uma reflexão crítica, não isentas de debates, controvérsias, dilemas e divergências, na medida em que interpretações de Mario Duayer – tendo o pensamento marxiano como referencial teórico – colocavam abertamente em questão algumas posições defendidas pelo Serviço Social a partir desse pensamento e da tradição marxista.

De perto, no decorrer de 2015, tive o privilégio de acompanhar a organização desta obra pelo próprio Mario, conversar com ele a respeito, admirar o entusiasmo e zelo investido neste projeto editorial. O livro intitulado *Teoria social, verdade e transformação: ensaios de crítica ontológica* só chegou ao público em setembro de 2023, mas o autor não conseguiu ver concretizado o projeto por ter sua vida cruelmente arrebatada, aos 73 anos, de forma repentina, na noite do sábado 16 de janeiro de 2021, no contexto da Covid-19, como mais uma vítima do descaso do governo fascista e negacionista de Bolsonaro.

Também tive a oportunidade de admirar a atenção e o estudo rigoroso que dispensava ao desenvolvimento de cada ideia que resultava em formulações originais, as quais, como ele bem dizia, não poucas vezes lhe provocara solidão entre muitos de seus pares. Todavia, decerto seus escritos deixam transparecer tratar-se de um intelectual original que fugiu a todo e qualquer tipo de modismo, simplificação e produtivismo que, de forma avassaladora, caracteriza parte importante da academia e das ciências sociais em nossos tempos.

Mario era uma pessoa generosa, extremamente cuidadosa em relação aos seus afetos, detalhista e com um senso de humor peculiar. Atribuía suas habilidades ao bom desempenho em atividades domésticas, especificamente para a instalação e o conserto de aparelhos, à sua graduação em Engenharia Industrial Mecânica, aspecto que, segundo ele, constituía a contribuição do curso de graduação para a sua vida. Com doutorado e dois pós-doutorados no exterior, professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, foi professor visitante em outras universidades do Brasil. Ensinou a pensar criticamente, influenciando, de forma direta e indireta, gerações de estudantes, professores e pesquisadores marxistas. Desenvolveu um trabalho intelectual caracterizado por um estilo próprio, rigoroso, exigente e provocativo, cuja contribuição fica entre nós em inúmeros artigos, capítulos de livros e ensinamentos originais.

Em meados dos anos 1990, Mario Duayer participou ativamente do processo de organização e fundação da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP, atual referência internacional no âmbito da teoria econômica crítica e heterodoxa. Uma de suas características era agregar e investir com enorme entusiasmo na organização de grupos de estudos e pesquisas, tarefa que desenvolveu de forma incansável nos diferentes espaços acadêmicos que integrou, como foi o caso do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica – GEPOC, grupo interdisciplinar inicialmente criado na Universidade do Estado do Rio

de Janeiro - UERJ em 2011, passando a partir de 2017 a estar vinculado à Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, GEPOC – UFF, com coordenação compartilhada com o professor Paulo Henrique Furtado de Araujo.

Sua atuação teve relevância no pensamento crítico marxista, com ênfase na filosofia da ciência, crítica da economia política, teoria social crítica e crítica ontológica. Rigoroso estudioso de Marx, também foi responsável pela apresentação e divulgação, no Brasil, de autores como Bhaskar, Lukács e Postone, sendo um dos tradutores e supervisor editorial dos *Grundrisse*, de Marx; um dos tradutores de *Para uma Ontologia do Ser Social I*, de Lukács (2012); e colaborador na revisão técnica de *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, de Postone (2014).

O presente livro conta com prefácio de Virgínia Fontes, apresentação de Maurício Vieira Martins e orelha de Eleutério Prado, autores que, nos seus textos, já deixam transparecer a originalidade e profundidade da crítica e das reflexões fundamentais que o pensamento radical de Mario Duayer traz no contexto de filosofias conservadoras, de negação da possibilidade de conhecimento objetivo, em que o capitalismo aparece como o fim da história.

A obra, antecedida de prólogo, reúne a seleção de dez ensaios e um apêndice, escritos e publicados anteriormente com os mesmos títulos, em diferentes momentos, na procura de respostas para distintas questões unificadas pela crítica ontológica que estimulou e orientou a atividade de pesquisa do autor, com base em três interrogações principais: historicidade, trabalho e ontologia. Tal crítica

não representa apenas uma afirmação da ontologia, mas, em seu exercício, demonstra sob diferentes ângulos que o espírito antiontológico hegemônico mal dissimula uma ontologia do existente [...] funciona como antídoto contra o ceticismo secretado pelo antiontologismo de fachada. Contra a ideia de que o nosso conhecimento, por ser histórico, não pode ser objetivo. Contra o corolário desta ideia, tão nefasto quanto ela: que a crítica é impossível e, portanto, quando exercida, é ‘autoritária’. Contra a submissão voluntária, subentendida por tal ideia, ao mundo imediatamente dado, à vida social regrada pelo capital (Duayer, 2023, p. 24).

Mario Duayer procura mostrar, já no primeiro ensaio desta obra, que Marx não concedia primazia à crítica de natureza lógico-gnosiológica, tratando, ao contrário, de ressaltar a natureza ontológica do pensamento de Marx, assim como desvelar em várias passagens a pretensa anulação de todo critério de verdade por parte da chamada filosofia pós-moderna, aspecto que se faz cada vez mais presente nos dias atuais. Porém, como bem lembra o autor, Marx, tendo antecipado muitas questões, “decerto não poderia ter antecipado a época, a nossa, em que impera uma completa licenciosidade ou indiferença em relação às modalidades de discurso” (Duayer, 2023, p. 32).



Em diferentes ensaios, o autor defende sua tese principal sobre “crítica genuína e crítica ontológica” com base na análise dos argumentos básicos utilizados por autores “pós-positivistas” (como Kuhn e Lakatos) contra posições sobre a natureza da ciência e da explicação científica da tradição positivista. Entretanto, como ele demonstra, se bem a corrente pós-positivista afirma o fundamento ontológico de todo sistema teórico, na sequência, declara-o negócio privado de cada sistema. Diante disso, “as figurações de mundo assim produzidas são incotejáveis. Relativismo ontológico que não passa de outra maneira de negar as objetividades do conhecimento” (Duayer, 2023, p. 25), na medida em que defende a incomensurabilidade das posições ontológicas de tradições teóricas concorrentes.

Nesse sentido, em alguns de seus ensaios, o autor contesta e apresenta uma crítica contundente dessa posição, seja na área da filosofia da ciência, seja através da ilustração de suas consequências teóricas na obra de autores que a adotam, como é o caso do filósofo neopragmático Rorty. Para isso, Mario Duayer recorre a autores como Lukács e Bhaskar, os quais, nas suas obras, sustentam a objetividade do conhecimento e afirmam a necessidade de incorporar as questões ontológicas, assim como a contestação do relativismo subjacente de modo explícito. Inclusive, deve-se ao autor o esforço de aproximação teórica, presente em vários dos ensaios do livro, da ontologia de Lukács (2012) e da reinterpretação do pensamento marxiano sustentada por Postone (2014). Ademais, cabe ressaltar que, em outro ensaio, o autor denuncia, de maneira extremamente interessante, que o relativismo ontológico representa uma estratégia de grande utilidade ao capitalismo,

com sua ênfase na diferença, na identidade e no pluralismo. O capital pode tolerar todos os particularismos, todas as diferenças, mas promove objetivamente sua dissolução; só não admite a abolição da diferença que infla as particularidades: a diferença de classe, universal da sociedade do capital. Mas esse universal que o capital, por sua própria natureza, não pode abolir é precisamente aquele que, apesar da dureza de sua realidade, o relativismo ontológico proíbe tematizar e, por conseguinte, abolir. Ao assumir, paradoxalmente, o capital (o positivo) como seu absoluto, o relativismo só pode promover aquilo que Ahmad chama de ‘política da Diferença infinita’ (Duayer, 2023, p. 85).

Jorge Luis Borges também comparece na discussão com alguns de seus ensaios trazidos por Duayer para provar que, inclusive na literatura e na ficção, corrobora-se a natureza objetiva do conhecimento do mundo. Em contraposição, ele mostra que tanto no caso do positivismo lógico quanto nos próprios pós-positivistas, a defesa da impossibilidade do conhecimento objetivo significa atribuir à ciência o papel de procurar estruturas e relações estáveis para a construção de teorias preditivas, assumindo, com isso, evidente papel instrumental. “E ser instrumental é ser eficaz no mundo em que emerge e que, por isso mesmo, contribui por reproduzir. Ciência sempre a serviço do existente” (Duayer, 2023, p. 26).

É importante enfatizar que os ensaios evidenciam novas possibilidades para pesquisas no campo da teoria social com base no estudo em ontologia crítica e propõem superar as análises tradicionais e reducionistas de Marx. O autor defende que é evidente a crítica ontológica cuja teoria de Marx subentende, portanto,

[n]ão pode ser teoria para administrar este mundo. É a negação e, por essa razão, é afirmação de sua historicidade e transitoriedade. Mas não sendo teoria de gerenciamento, nem por isso esquece o papel do sujeito. Ao contrário, pretende-se teoria em que o sujeito tem um verdadeiro papel de sujeito: o de construir autoconscientemente a sua história, em lugar de ser o seu eterno espectador. Espectador da história como absoluta contingência (Duayer, 2023, p. 107).

Nessa perspectiva, vários dos ensaios recuperam a fertilidade analítica do pensamento marxiano, o qual permite superar os limites provocados pelas interpretações que o reduzem a questões relativas à exploração, às formas de distribuição e de propriedade, à luta de classes, recuperando a problematização e a análise da natureza do modo de produção capitalista na sua totalidade. Com isso, como sustenta Mario Duayer, o estudo da ontologia do ser social proporciona condições para a apropriada apreensão do trabalho na sociedade moderna, no seu caráter histórico.

O trabalho adquire centralidade sob o capital, na medida em que constitui uma categoria estruturante da totalidade social e que representa uma forma de mediação social constitutiva de suas relações sociais, formulação que, sustentada em Postone (2014), possibilita fundamentar a crítica de leituras que amparam a categoria trabalho em Marx como transistórica. Coerente com essa linha interpretativa, o autor afirma que se trata da crítica do trabalho no capitalismo, ou seja, é concepção negativa do trabalho assalariado, do trabalho estranhado que cria valor, dispositivo fundamental que valoriza o capital.

É crítica do trabalho assalariado, não a sua heroicização. [...] seria apropriado considerar que a crítica de Marx é crítica da centralidade do trabalho. Por conseguinte, pode-se defender que é crítica ontológica do modo de produção, do modo de produzir no capitalismo e, em consequência, consiste de uma figuração do mundo – de uma ontologia – em que o sujeito pode emancipar-se da escravização à dinâmica descontrolada de seu produto como capital (Duayer, 2023, p. 156).

Tal concepção de Marx, negativa do trabalho no capitalismo, como ressalta Duayer com base nos termos formulados pelo teórico norte-americano Postone, constitui uma crítica do trabalho no capitalismo, crítica que se dirige aos pressupostos estruturais, à sociabilidade fundada no trabalho, crítica que refigura o mundo de forma radical e profunda. Em oposição, a crítica do ponto de vista do trabalho é a crítica positiva

que se circunscreve a propor a organização mais ‘humana’ do trabalho no capitalismo, ou seja, o trabalho historicamente específico, devidamente hipostasiado. Apesar de sublinhar a possibilidade e necessidade objetivas desse tipo de crítica, inclusive de sua genuína busca de solução para os problemas sociais, indica seu limite. [...] Procura, nesse contexto, estabelecer a diferença entre crítica negativa e positiva, entre teoria social positiva e teoria social negativa (Duayer, 2023, p. 156).

Buscou-se, sabendo dos limites deste espaço, apresentar algumas das muitas questões instigantes presentes nos ensaios. Cabe registrar que o título desta resenha inspira-se no romance utópico *Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade*, que traz uma visão imaginária da Inglaterra, depois da revolução socialista, em 2102, lembrando com imenso carinho o primeiro presente que recebi do Mario. Fazendo uma analogia e salvando a grande distância da riqueza e beleza do livro escrito pelo socialista William Morris, autor desse romance, afirma-se, com base na defesa explícita de Duayer, de uma perspectiva ontológica, que sempre se fala de “algum lugar, e esse lugar é ontológico” (2023, p. 25). Portanto, inexiste a possibilidade de um vácuo ontológico. E, mais ainda, como ele bem mostra, a defesa de uma posição neutra confirma a presença de uma ontologia conservadora implícita.

Por último, os sentimentos que resultam ao ter a possibilidade de recomendar a leitura desta obra são de alegria, convicção e tristeza na mesma profundidade: alegria pelo que este projeto significava para Mario; convicção pelo reconhecimento da relevância do seu conteúdo em tempos cada vez mais sombrios e da necessidade de restaurar a crítica marxiana como crítica ontológica; e tristeza sem limite pelo que ele representou na minha vida e por não estar mais entre nós...

## Referências

DUAYER, M. *Teoria social, verdade e transformação: ensaios de crítica ontológica*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORRIS, W. *Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade*. Um romance utópico. São Paulo: Editor Fundação Perseu Abramo, 2002.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

# A Tortura no Superencarceramento Brasileiro: a prática de neutralização das “classes perigosas”

*Torture in Brazilian Superincarceration: the practice of neutralizing “dangerous classes”*

Gabrieli Carreiro\* 

## Resenha do livro *A Tortura no Superencarceramento Brasileiro*, de Fábio do Nascimento Simas.

Fábio do Nascimento Simas é mestre e doutor em Serviço Social (UERJ) e professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nascido e criado na cidade do Rio de Janeiro, Fábio Simas construiu sua trajetória profissional como assistente social na luta contra as múltiplas violações dos Direitos Humanos, tornando-se especialista nessa temática. Foi perito na Corte Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e membro do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Rio de Janeiro. Atualmente, compõe o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e coordena o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS/UFF).

Sua trajetória corroborou para que o autor produzisse a obra *A Tortura no Superencarceramento Brasileiro* (2024), fruto de sua tese de doutorado, reduzida e revisada para essa publicação. Neste livro, Fábio Simas realiza um extenso, importante e crítico debate sobre as diversas formas de tortura que permeiam o cotidiano institucional do sistema penitenciário brasileiro, considerando a condição de superencarceramento. Para isso, Simas (2024) fundamenta a discussão de forma primorosa entendendo o Estado como executor dessa prática cruel e degradante de violência e afirmando que as prisões são instituições resultantes do sistema capitalista. Esta pesquisa é fundamental para todos aqueles pesquisadores ou interessados na temática e na defesa dos Direitos Humanos, pois, além de apresentar dados muito bem fundamentados sobre a lógica do sistema prisional e a tortura, o pesquisador responsabiliza e relaciona o Estado

## RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89054>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [carreirogab@gmail.com](mailto:carreirogab@gmail.com).

Como citar: CARREIRO, G. A. *Tortura no Superencarceramento Brasileiro: a prática de neutralização das “classes perigosas”*. Em *Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 229-232, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89054>.

Recebido em 10 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 11 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

e a sociabilidade burguesa com o cotidiano violador dessas instituições de privação de liberdade e, propriamente, com as práticas de tortura.

Ao analisar o caráter do Estado, a obra articula essencialmente esta instituição com o sistema capitalista. Assim, partindo de Karl Marx e Friedrich Engels (2014, p. 35 – *grifos nossos*) que salientam que o Estado “[...] é *apenas* uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”, Fábio (2024) acrescenta que, para além disso, de forma dialética e contraditória, o Estado também é um importante espaço de disputa e luta social. É um espaço contraditório que produziu e produz avanços significativos no processo de dignidade humana, ao mesmo tempo em que defende os interesses de uma classe social. Por isso, a defesa de que “O progresso e a barbárie são irmãs siamesas” (Simas, 2024, p. 24) parte do pressuposto de que a ordem do capital sempre utilizou o aparato repressivo estatal para a reprodução das relações sociais, empregando estratégias de produção de coerção e consenso aplicadas a extratos da classe trabalhadora.

Junto a isso, também há a pontuação fundamental que demonstra como a formação social brasileira, marcada pelo sangue de pessoas negras traficadas e escravizadas por mais de 300 anos, e a condição de dependência do sistema capitalista deste país são importantes fatores que corroboram para que o Brasil tenha a terceira maior população carcerária do mundo, segundo dados analisados na pesquisa. Outro fator relevante é a política proibicionista de drogas adotada pelo Estado brasileiro, que, na verdade, é mais uma estratégia para punir e exterminar pessoas historicamente criminalizadas, contribuindo de forma direta e significativa para o fenômeno do superencarceramento no Brasil.

O autor se utilizou de pesquisas científicas, documentos e dados oficiais sobre o assunto para fundamentar o debate sobre o superencarceramento e a tortura no Brasil. Especificamente, utilizou-se de dados coletados pela Pastoral Carcerária Nacional e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, visando uma análise das últimas três décadas para aprofundar a questão da tortura no superencarceramento brasileiro. A partir desses dados e com base em diversos relatórios do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro<sup>1</sup>, é possível afirmar que o cenário de tortura no sistema prisional é característico das instituições que privam pessoas de liberdade. Fábio Simas (2024) sustenta essa afirmação e ainda acrescenta que apenas o fato de privar alguém de liberdade já configura uma prática de tortura, caracterizando, para o autor, a *tortura institucional*. As dimensões relacionadas à superlotação, à assistência material e profissional e à relação com o ambiente externo deste tipo de tortura tem a ver, respectivamente, com a aglomeração de pessoas em um restrito espaço

---

1 Fábio Simas (2024) utilizou esses relatórios dos anos de 2012 a 2018. No entanto, acrescentamos que os relatórios anuais e temáticos produzidos até 2024 também reafirmam os espaços de privação de liberdade como produtores de diversas formas de tortura tanto na prática cotidiana dos agentes públicos como também pelo caráter da instituição.

de habitação, a falta de insumos básicos, a alimentação irregular, a falta ou escassez de água e restrição a serviços de saúde e acesso aos familiares.

Além desta forma de tortura, o autor ainda elenca outra forma: a *tortura típica*. Esta refere-se às técnicas de tortura utilizadas por agentes públicos para infligir dor e sofrimento físico ou psicológico a outra pessoa, com a intenção de produzir provas ou punir. O autor ainda faz uma contundente crítica à Lei nº 9455 de 1977, que define os crimes de tortura. Isso porque, a legislação brasileira acaba por expandir a autoria da tortura a qualquer pessoa. Dessa forma, a crítica se justifica, uma vez que “[...] ao estender os autores da tortura, criou mecanismos para desresponsabilizar o Estado como principal agente desta forma de violência.” (Simas, 2024. p. 258). Portanto, há uma baixa responsabilização de agentes públicos pelo sistema de justiça em relação à prática de tortura, sendo possível comprovar esse fato com os dados que sustentam essa argumentação na pesquisa.

Considerando o tempo de produção e publicação, a pesquisa expõe que de 1990 a 2022, houve um acréscimo exponencial do número de pessoas presas no nosso país, mas não dá conta de acrescentar que a partir de 2022 o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil foi reduzido, tanto no sistema prisional quanto no socioeducativo, com a aplicação mais frequente da prisão domiciliar<sup>2</sup>. Aqui é preciso ressaltar que ainda são motivo de pesquisa as explicações para que de 2022 a 2024 as taxas de encarceramento por responsabilização tenham caído. Contudo, apesar dessa redução, o Brasil permanece como o terceiro maior país do mundo em população carcerária, por isso entendemos a importância desta obra na luta contra a tortura e, conseqüentemente, na busca pelo fim de todo e qualquer espaço de privação ou restrição de liberdade.

De forma cirúrgica, o autor separa capítulos preciosíssimos para dissertar sobre as características da tortura no Brasil. Ele apresenta que essa prática é contínua desde o modo de produção escravista colonial quando eram aplicadas contra pessoas escravizadas. No entanto, no Brasil, as práticas e técnicas de tortura foram aprimoradas durante o período da ditadura civil-militar, aperfeiçoando também os instrumentos coercitivos do Estado para o controle de corpos específicos tendo em vista a “manutenção da ordem”.

A conclusão desta análise, a partir de todos os fundamentos e dados apresentados na obra, é que o sistema prisional foi criado como opção para neutralizar as “*classes perigosas*” (termo muito utilizado no livro). Isso se torna evidente ao observar que os corpos de pessoas negras são as maiores vítimas da violência estatal, seja por meio da violação de direitos, como acesso precário à educação, saúde, saneamento básico, alimentação, moradia, empregabilidade formal, ou pelas violências ocorridas em intervenções policiais e nas altas taxas de letalidade

---

2 Dados apresentados pelo professor Taiguara Libano Soares da Universidade Federal Fluminense e do IBMEC no seminário sobre o Dia Internacional em Apoio às Vítimas de Tortura sediado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 26 de junho de 2024.



decorrentes dessas intervenções. Assim, é necessário considerar o racismo como um elemento estruturante das relações de reprodução social neste sistema. Por isso, a população negra, em sua maioria periférica e empobrecida no Brasil, compõe as chamadas “*classes perigosas*”.

É a dominação do Estado burguês, portanto, que vai dar materialidade à prisão como método predominante de punição sob o modo de produção capitalista ancorada na aparência da igualdade formal na distribuição das penas, dos regimes penitenciários e no controle dos corpos privados de sua liberdade. No entanto, revela, em sua essência, uma das formas mais eficazes de dominação de classe, construindo consensos e neutralizando sujeitos ‘perigosos’ para a sua reprodução social (Simas, 2024, p. 138).

Logo, as pessoas submetidas à tortura no Brasil são aquelas que, historicamente, convivem com a barbárie cotidiana produzida por essa forma de produção e reprodução da vida sob a égide do capital de característica dependente. Aplicando a metodologia histórico-dialética – que é fundamental para entender a perspectiva de pesquisa do autor em questão – é possível compreender que, embora a prática de tortura seja proibida pelo Estado, ela é intensamente utilizada por este mesmo Estado, muitas vezes, legitimada pelo sistema de justiça ao não responsabilizar os agentes públicos pela prática dessa violência. O racismo, que estrutura a sociedade brasileira, é então fundamental para a análise crítica dessa prática.

Por fim, para que seja possível abolir a tortura da realidade democrática, e de todas as outras possíveis formas de governo, é necessário o posicionamento contundente em favor da abolição do sistema prisional e de outros espaços de privação de liberdade, mesmo que reformas nesses locais sejam essenciais a curto prazo. Portanto, é imprescindível que superemos a ordem burguesa do capital, que, por si só, é produtora de desigualdades sociais e violências contra a classe trabalhadora, mantendo a lógica da tortura e do superencarceramento intactas, mesmos com todas as legislações nacionais e internacionais para assegurar os direitos da pessoa humana e a prevenção e combate à tortura. Esta obra é de fundamental importância para pensar estratégias neste árduo caminho contra as prisões e em defesa dos Direitos Humanos.

## Referências

BRASIL, República Federativa do. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define o crime de tortura e dá outras providências.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. tradução Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MEPCT/RJ - Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. *Relatório Anual 2017 - 2024*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2017-2024.

SIMAS, F. N. *Tortura no Superencarceramento*. Rio de Janeiro: Telha, 2024.

# Uma brasileira honorária

*An honorary Brazilian*

José Paulo Netto\*

Minha parca competência jurídico-administrativo não me permite discorrer com segurança sobre a concessão do título de *cidadão/dã honorário/a* – sei apenas que é uma honraria, conferida no Brasil geralmente pelo Poder Legislativo a um homem ou a uma mulher que presta/prestou serviços relevantes, em determinada comunidade e em campo específico (cultura, ciência ou outro, entre tantos). Ao atribuir-lhe o título, uma instância do poder reconhece-o/a como merecedor/a dessa alta homenagem.

Na minha limitada condição de simples cidadão, carente de qualquer outro poder que não o livre uso razão, da palavra e da escrita, ousar, todavia, propor que consideremos – em especial os/as assistentes sociais – uma cidadã portuguesa como pessoa qualificada a receber a honraria. Vale dizer: proponho que se lhe conceda o título de brasileira honorária.

A mulher em questão é Alcina Martins (nome de pia: Alcina Maria de Castro Martins). Ela nasceu em Coimbra, em maio de 1955. Em 1973 ingressou no curso de Serviço Social da sua cidade natal – à época, existiam em Portugal apenas três cursos formadores de assistentes sociais, os *institutos superiores* de Lisboa, Coimbra e Porto –, que concluiu em 1977. Neste mesmo ano, evidenciados os seus talentos, ingressou no magistério, no Instituto de Coimbra, aposentando-se em 2022. E digo-o, sem temer a inevitável repetição vocabular: trata-se de uma personalidade que jamais *se serviu* do Serviço Social – ao contrário, sempre *serviu ao* Serviço Social e até hoje atua prestando a sua ativa contribuição a este campo profissional.

A vida acadêmica de Alcina Martins registra uma rara produtividade intelectual, própria de uma pesquisadora incansável. Possui textos, individuais ou em coautoria, publicados em Portugal, no Brasil, no Chile, no Reino Unido, no Canadá, na Alemanha e na Itália – cerca de duas dezenas de escritos. É da sua lavra um ensaio fundamental para o conhecimento do Serviço Social em Portugal,

## HOMENAGEM DE VIDA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89055>.

\*Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  
E-mail: [jpnetto@uol.com.br](mailto:jpnetto@uol.com.br).

COMO CITAR: NETTO, J. P.  
Uma brasileira honorária. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 233-238, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89055>.

Recebido em 15 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 05 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

uma substantiva análise, minuciosa e documentada, da origem e do evoluir da profissão no país até o fim da Segunda Guerra Mundial: *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*<sup>1</sup>. Esta obra permanece, 25 anos após a sua publicação, uma referência inarredável na bibliografia profissional.

Mencionei, linhas acima, que Alcina Martins é uma pesquisadora incansável – caberia caracterizá-la, mais rigorosamente, como uma pesquisadora de excelência. Foi uma das fundadoras, em 1993, do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS) — a primeira associação científica voltada para a pesquisa da história da profissão no país. Ademais de fomentar as atividades de pesquisa no Instituto Superior Miguel Torga – designação atual do antigo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra –, Alcina Martins mantém vinculações com o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese), do Porto, e participou da fundação da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, em 2016, e nela continua trabalhando. É ainda integrante do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (Clissis), da Universidade Lusíada (Lisboa).

No Brasil, no grande projeto de pesquisa de que resultou o imprescindível volume *A história pelo avesso. A Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*, organizado pelas professoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021), Alcina Martins marca presença<sup>2</sup>. Um pouco antes, um artigo seu, em coautoria, foi coligido por Maria Carmelita Yazbek e Marilda Villela Iamamoto em *Serviço Social na história. América Latina, África e Europa* (2019); juntamente com as professoras Sandra de Faria e Walderez Loureiro Miguel, Alcina Martins organizou o livro *Formação em Serviço Social. História, memória e projetos. Goiás-Brasil e Coimbra-Portugal* (2020) e sua contribuição também comparece no material reunido por Andrea A. Vale e Larissa D. Pereira em *O ensino à distância na formação em Serviço Social. Análise de uma década* (2019)<sup>3</sup>. Além dessas intervenções, a pesquisadora tem mantido, no presente século, um diálogo constante com o nosso Serviço Social, frequentando e enriquecendo encontros acadêmicos e profissionais aqui realizados.

Mas o motivo principal que me leva a propor que a consideremos uma brasileira honorária não se deve à sua brilhante carreira docente – deve-se à sua relação objetiva

---

1 Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, 413 pp. – com nova edição em 2010.

2 Ver, nesta obra, as pp. 92-108.

3 Permito-me lembrar, ainda, que Alcina Martins colaborou no livro, organizado pelas professoras Adrianycy A. Silva de Sousa e Mavi Rodrigues, *O marxismo impenitente de José Paulo Netto* (S. Paulo: Outras expressões, 2019), com um ensaio sobre as minhas atividades em Portugal na sequência da Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim à quase quinquentenária ditadura fascista de Antônio de Oliveira Salazar, nefando regime político a que ela sempre se opôs.

com o Brasil e ao seu protagonismo na relação direta e personalizada que estabeleceu com muitos/as assistentes sociais brasileiros/as.

No caso da relação objetiva com o Brasil, Alcina Martins, em suas diversas estâncias em nosso país, não se limitou a dele ter a visão de uma turista accidental (basta observar que chegou até a passar dias na ilha de Marajó para conhecer a cultura marajoara): ela palmilhou as principais unidades federadas e perscrutou as várias expressões da “questão social” em muitas das nossas regiões; e mais: familiarizou-se com os nossos literatos e artistas e, em se tratando de Serviço Social, examinou com cuidado o melhor do acervo da nossa bibliografia profissional. Sem deixar de lado a perspectiva crítica que orienta toda a sua vida, desenvolveu uma relação com o Brasil e a nossa cultura profundamente amorável.

Quanto à relação direta entre assistentes sociais brasileiros/as e portugueses/as, vale recordar que elas *não* precedem à primeira metade da década de 1970; tudo indica que, antes, elas foram pontuais e episódicas. Ao que sei, no início dos anos 1960, duas assistentes sociais gaúchas – Lúcia Gavelo Castilho e Lourdes Medeiros, ambas docentes da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – ministraram cursos breves no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (no velho e saudoso casarão do Largo do Mitelo). Doutra parte, tenho informações de que Teresa Abrantes, assistente social católica, perseguida pelo salazarismo por participar da “vigília da Capela do Rato”, em 1963 esteve algum tempo no Brasil, frequentando aulas na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>4</sup>.

Só após a Revolução dos Cravos os/as assistentes sociais portugueses/as começaram a manter contatos regulares com seus/suas colegas brasileiros/as e mesmo latino-americanos/as. Logo que se viu livre dos torcionários do genocida Augusto Pinochet, o primeiro assistente social brasileiro que passou por Lisboa, divulgando as ideias da *Reconceitualização*, foi Vicente de Paula Faleiros. Quase simultaneamente, o uruguaio Herman Kruse esteve na capital portuguesa, em conversações com Tília Fonseca, à época docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL).

---

4 Sabe-se que a ditadura fascista de Salazar, ao longo dos seus 48 anos de existência, sempre se confrontou com diferentes setores de oposição, ainda que somente uma única organização política tenha resistido no combate a ela por todas essas quatro décadas – o Partido Comunista Português.

A Igreja católica, como instituição, jamais se opôs à ditadura fascista: a sua cúpula esteve teimosamente associada ao salazarismo. Entretanto, entre os leigos, na transição dos anos 1950/1960, gestou-se uma pequena, mas significativa, fração que se incorporou corajosamente à luta democrática. Esta fração iniciou, a 30 de dezembro de 1962, uma vigília na Capela do Rato (Lisboa) em protesto contra o regime de Salazar e a guerra colonial. O evento foi objeto da imediata e violenta repressão desatada pela ditadura.

Sugiro aqui a leitura do belo artigo de Alcina Martins acerca da profissão sob o fascismo, *Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*, publicado na Revista Em Pauta. Rio de Janeiro: UERJ, nº. 40, vol. 15, 2º. semestre de 2017.

De fato, a liquidação da ditadura salazarista possibilitou aos/às assistentes sociais portugueses/as o estabelecimento de relações regulares, institucionais, com o Serviço Social de outros países, ao mesmo tempo em que permitiu que emergissem novas formas associativas (exemplificadas na criação, em 1975-1976, da Associação dos Profissionais de Serviço Social - APSS) e que ganhassem força as tendências profissionais renovadoras, que se gestavam, já antes, mas sob a asfixia fascista, no próprio corpo profissional lusitano.

No que toca às relações com o Brasil, uma grande viragem só se concretizaria na segunda metade da década de 1980, quando se firmou a colaboração entre o ISSSL e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), depois ampliada com a participação do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). Na base desta viragem, estiveram, em Lisboa, Maria Augusta Negreiros, docente do ISSSL e notável liderança profissional e, em São Paulo, os esforços da respeitada Miriam Veras Batista, docente da PUC-SP.

O convênio ISSSL/PUC-SP, firmado por Maria Augusta Negreiros e Luiz Eduardo Wanderley, então lúcido reitor da PUC-SP, marcou efetivamente a viragem nas relações institucionais do Serviço Social de nossos países – entre as suas várias implicações, conta-se a abertura da formação pós-graduada para docentes portugueses/as<sup>5</sup>. O convênio possibilitou, de um lado, o acesso de docentes portugueses/as a mestrados e doutorados – aliás, a primeira doutora titulada no marco do convênio foi exatamente Alcina Martins. É de salientar que os/as profissionais que se pós-graduaram no seu marco desempenham hoje, em Portugal, papéis de indiscutível proeminência (listá-los aqui não seria cabível, mas há que mencionar, dentre muitos, pelo seu protagonismo ainda atual, três deles/delas: Júlia Cardoso, Fernanda Rodrigues e Francisco Branco). O convênio, ademais, criou as condições elementares e necessárias para que, na passagem dos anos 1990/2000, se constituíssem mestrados e doutorados autônomos e competentes no quadro do ensino superior português. Caberia assinalar que os ganhos dessas relações institucionais foram também partilhados pelos/as pesquisadores/as brasileiros/as<sup>6</sup>.

Pois bem: no marco dessas relações, Alcina Martins transformou, nos últimos 25 anos, a sua amorável relação com o Brasil, como a designei linhas acima, em uma igualmente concreta e amorável relação acadêmica e pessoal com os/as brasileiros/as que fo-

---

5 Há expressiva documentação sobre o que penso ser esta viragem nas relações entre o Serviço Social dos nossos países. Boa amostra de tal documentação é o artigo de Kathiuscia F. Coelho e Olegna S. Guedes, *O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas*. Revista Serviço Social & Sociedade. S. Paulo: Cortez, nº. 142, set./dez. 2021.

6 Não me é possível, aqui, tematizar os impactos positivos do convênio citado para a parte brasileira. Assinalo apenas que, a seu abrigo, pesquisadoras brasileiras – entre as quais destaco Maria Carmelita Yazbek, Miriam Veras Batista e Aldaíza Sposati – puderam avançar em projetos de pesquisa com colegas de Portugal.

ram desenvolver/ampliar sua formação universitária em Portugal. As portas do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), ela as abriu de par em par para todos/as aqueles/as que demandaram a sua colaboração – foi, de fato, quem os/as acolheu afetuosamente nos meses em que lá complementaram seus estudos. Todos/as encontraram em Alcina Martins uma orientação segura, oferecida generosamente por uma pesquisadora sempre sensível às novas ideias, disposta a compartilhar os seus conhecimentos a cada dia atualizados e a respeitar a autonomia daqueles/as que tiveram a sorte de desfrutar da sua tutoria. Firme e enérgica nas suas posições, mas – sem as leniências do relativismo atrás do qual muitos se protegem para desonerar-se das grandes responsabilidades colocadas pelas problemáticas contemporâneas – capaz de ouvir e compreender o diferente, o alternativo, o divergente. Neste século que põe ao Serviço Social desafios cruciais, Alcina Martins tem sido um sólido referencial de competência e honestidade intelectual e acadêmica – e não só na formação profissional dos seus concidadãos: seu protagonismo na formação pós-graduada de assistentes sociais brasileiros/as que se aperfeiçoam em Portugal é exemplar e único. Por isto, a meu juízo, ela deve ser a nossa *brasileira honorária*.

Permito-me, enfim, evidenciar ao leitor que, formulando as avaliações contidas nestas poucas páginas, procurei ser objetivo; porém, ao largo da minha já longa trajetória, jamais identifiquei objetividade à “neutralidade” e/ou “imparcialidade” – sempre escolhi *um* lado dentre os vários possíveis. Em face de Alcina Martins, também não cultivo a “imparcialidade”. É que, para além do respeito e da admiração intelectuais que nutro por ela, somos amigos há décadas – e desfrutar da sua amizade é uma das preciosidades que a vida me regalou.

Recreio dos Bandeirantes/RJ, setembro de 2024.

## Referências

COELHO, K. F.; GUEDES, O. S. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº. 142, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.264>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FARIA, S. de; MARTINS, A. M. C.; MIGUEL, W. L. (orgs.). *Formação em serviço social, história, memória e projetos, Góias-Brasil e Coimbra-Portugal*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2020.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos (orgs.). *A história pelo avesso*. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

MARTINS, A. M. C. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, 413 pp.



MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro, nº. 40, vol. 15, 2º sem. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32722>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARTINS, A. M. C. Processo de Bolonha, Ensino a Distância e a formação em Serviço Social em Portugal. In: VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. *O ensino a distância na Formação em Serviço Social*. Análise de uma década, Rio de Janeiro: Capes, 2019. pp. 92-108. Disponível em: <https://ppgssdr.uff.br/wp-content/uploads/sites/252/2022/09/LIVRO-EAD-NO-SESO-ANDREA-VALE-E-LARISSA-DAHMER.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

# Meu caminho pelas artes visuais Será arte?

*My path through the visual arts  
Is it art?*

Bia Abramides\* 

À Regina Marconi e Miguel Chaia...

Primeira vez que escrevo sobre isto. Quando nós da equipe de trabalho social da habitação no INOCOOP/São Paulo, fomos demitidas(os) em 1979, muita luta se fez. Muito felizes ficamos quando cooperativados e moradores de várias cidades vieram em caravana ao Banco Nacional da Habitação (BNH), exigir nossa readmissão imediata, bem como quando a diretoria do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP) e do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) estiveram conosco na luta. A diretoria da instituição tentou nos dividir não demitindo um(a) profissional de cada área, mas nossa posição foi coletiva, ou voltamos todos ou ninguém fica. Naquele período e durante muitos meses nenhuma(um) assistente social aceitou ocupar a vaga das demitidas(os).

E o fomos por ceifarem nosso trabalho comprometido com os direitos da população demandatária dos serviços, que se organizara e construíra a primeira associação livre de mutuários, os moradores checaram o caráter financista, mercantil da política habitacional, construíram associações nos conjuntos habitacionais, estruturaram-se por representação de ruas, uma verdadeira experiência de organização popular coletiva e avanço de consciência.

E em meio à luta, quando exausta estava, parava, pegava papel A4, cercava-me de lápis de cor e as cores, cada uma delas me dava esperança... Nunca aprendi técnica, sempre desenhei como forma de suspensão, poder levar um pouco da dureza da vida... e continuar, continuar na luta por uma sociabilidade em que possamos escolher para além da exaustão diária no trabalho explorado, da sociabilidade opressora do capital que nos suga infinitamente... “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”, na letra de Arnaldo

## MOSTRA FOTOGRÁFICA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89056>

\*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP - Brasil.  
E-mail: biabramides@gmail.com.

COMO CITAR: ABRAMIDES, B. Meu caminho pelas artes visuais - Será arte? Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 239-254, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89056>.

Recebido em 23 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito, e como nos ensina Marx, lutar por uma sociedade de indivíduos sociais livres onde “a cada um conforme suas necessidade e de cada um conforme suas possibilidades”. Essas consignas estão presentes em minha vida desde a adolescência e sigo convicta com elas... O primeiro desenho, um jardim, assemelhava-se a um desenho feito quando criança, olhava para ele e voltava a alegria com a criança interior que cada uma de nós carrega...

45 anos se passaram e continuo desenhando, às vezes mais, às vezes menos. De uns oito anos para cá resolvi socializar os desenhos pelo *Facebook* e aí minha querida amiga, Regina Marconi, parceira de longa data, nas lutas político-sindicais, acadêmicas e profissionais de assistentes sociais, desde os anos 70, e há muitos anos uma artista visual da maior qualidade, ao ver meus desenhos, que eram muitos, não só ocasionais, me convidou para uma exposição conjunta no Rio, não aceitei. Não aceitei, e por que não?

Por inibição, por insegurança, por timidez...?

Um outro querido amigo, amante das artes, Miguel Chaia, me incentivara e muito, durante essa última década, sempre valorizando meu trabalho; brincava com ele e dizia, “Miguel você me diz isso por ser meu amigo”.

Em junho deste ano, a maga Regina Marconi, uma vez mais me convidou e aí resolvi encarar, como diz nosso poeta maior Guimarães Rosa, “o que a vida quer de nós é coragem.” Daí a quatro mãos, Regina e eu fomos construindo um texto para a exposição que se realizou na ex-Fábrica Behring, no ateliê do coletivo Pluralistas e um pouco da nossa conversa: “Há quase meio século, ainda nos anos de chumbo, se encontraram e com outras tantas que já vinham na estrada e mais outras que vieram depois participaram de movimentos de rupturas que referenciaram sob novos valores a vida, o trabalho, os amores... Hoje, talvez mais do que em qualquer outro momento o estancar, ficar, olhar, pensar um pouco, se emocionar, foi tão necessário” (Regina e Bia - Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024).

De abril para cá fui escolhendo 13 trabalhos para expor, fui fazer as cópias para tê-las, fui emoldurar, depois a montagem da exposição... e entrei em um universo totalmente novo e pleno de aprendizado, uma linda descoberta, que alegria! Em setembro foi a minha vez de convidar Regina para uma exposição conjunta, a mesma que fizemos no Rio *Entre riscos e Cores*, agora em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, durante um Seminário Internacional da Rede de Pesquisa Serviço Social na História, para compartilhar com as queridas companheiras de profissão, os nossos outros lados para além da docência, da teoria, da pesquisa acadêmica, da militância... agora pelas artes visuais, o plano da criação, da liberdade...

Os desenhos coloridos, realizados em papel A4, em sua maioria, e sempre com lápis de cor, espelham significados que cada um(a) pode dizer ao sentir. Vivências, descobertas,

encontros faceiros e amorosos, brincadeiras, irreverências, natureza, formas geométricas, ancestralidade, suspensão, esperanças... Avante sempre com alegria, combatividade e criação!

Miguel Chaia em texto sobre a nossa exposição, em “Sampa”, me auxilia a refletir:

Na linha da potência de vida, os trabalhos de Abramides são uma explosão de cores e formas que aspiram ao volume e ao tridimensional, que querem se expandir e não aceitam limites. Abramides se volta tanto ao seu próprio corpo quanto à natureza – por isso suas formas são orgânicas. Os riscos do lápis traduzem a ideia de velocidade e de urgência. Seus desenhos desejam o futuro e, em algum dele, insinuam a presença humana que geralmente estão em convivência fraterna...

Creio que esta situação de carregar a cidadã ativista, a combatente social, junto à artista livre para criar, demanda maior esforço de existência/persistência... Os tênues e variáveis vínculos entre arte e política remetem às inesperadas correspondências entre posição política/existencial do artista e o conteúdo político da obra (Chaia, 2024).

Tenho vontade de seguir adiante, sempre, com minha convicção política revolucionária e com meu desejo de voar, sentir, amar, criar, levitar, sonhar com realizações que me fazem pensar e viver a liberdade experimental da arte. A arte sempre me acompanhou na mediação do trabalho profissional e ainda hoje nos encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas - NEAM, sempre iniciamos com arte, trazida pelas(os) discentes na relação com o conteúdo tratado.

Avante camaradas!

Beijos da Bia Abramides

Será arte?







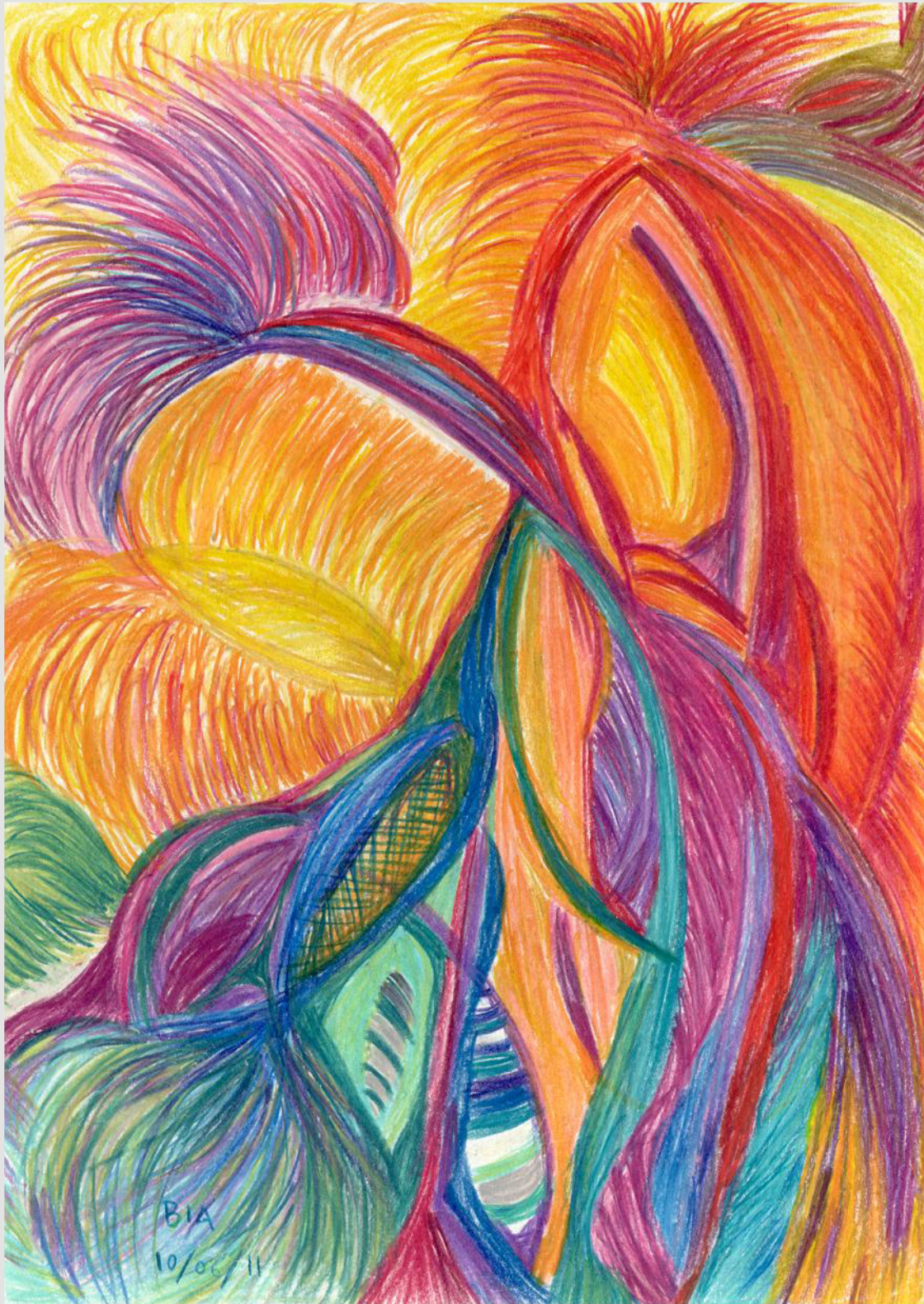
















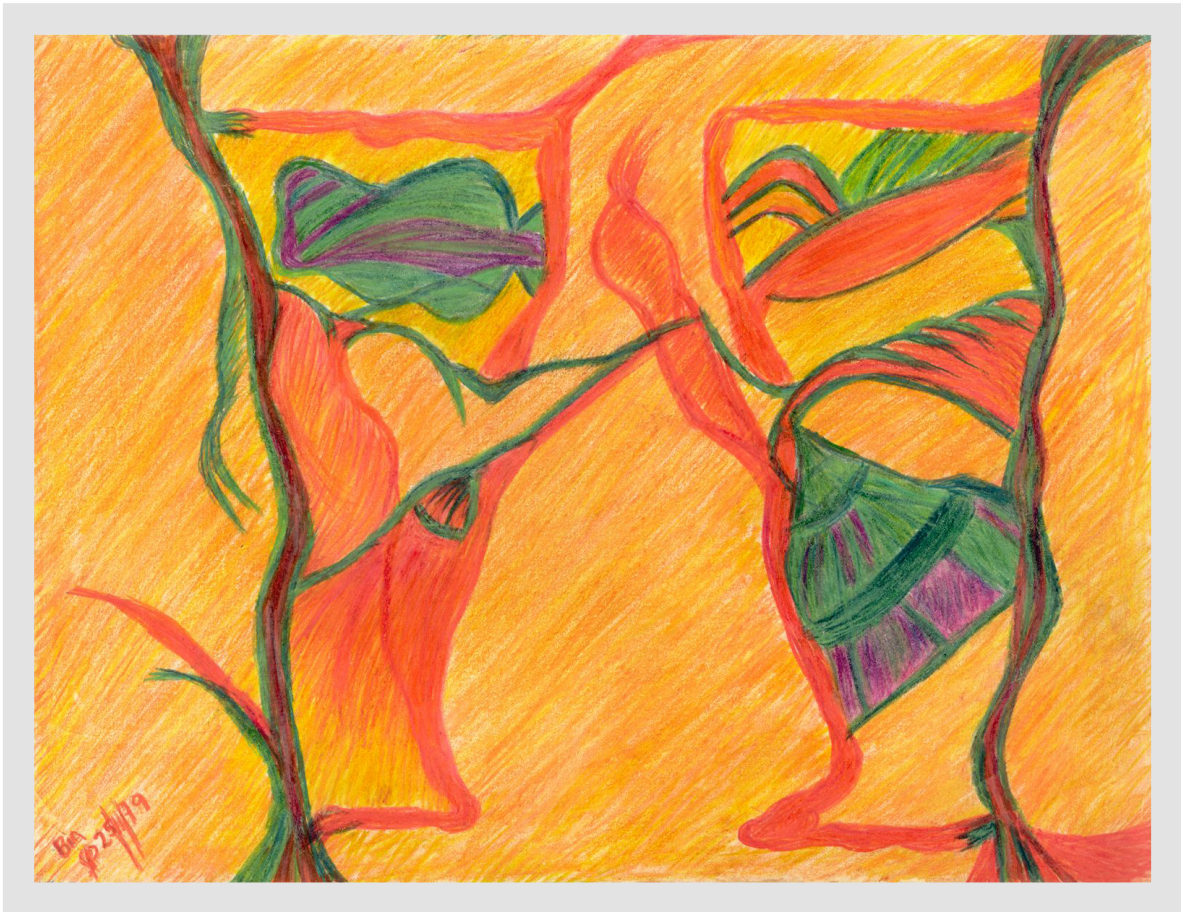














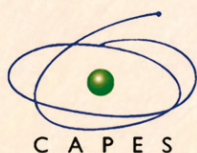












Revista *em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea  
Faculdade de Serviço Social da UERJ  
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.  
Bairro Maracanã - 20.550-013 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>  
Email: [revistaempauta.uerj@gmail.com](mailto:revistaempauta.uerj@gmail.com)  
Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro - 1º quadrimestre de 2025,  
jan./abr. 2025, n58, v. 23  
ISSN 2238-3786

*Graziela Scheffer*

*Juan Tapiro*

*Marilda Villela Iamamoto*

*Maria Lorena Molina*

*Maria Carmelita Yazbek*

*Carina Berta Moljo*

*Maria Elizabeth S. Borges*

*Ana Luiza Avelar de Oliveira*

*Maria Inês Souza Bravo*

*Antoniana Defilippo*

*Giovanna Canêo*

*Shirleny Pereira de Souza Oliveira*

*Carlos Hortmann*

*Fabricia Maciel*

*Paula Vidal Molina*

*Kim Taiuara Chavarria Brochardt*

*César Augusto Costa*

*Vitor Bartoletti Sartori*

*Antonio Jose Muller*

*Eliane Kormann*

*Glenia Rouse Costa*

*Solange Maria Teixeira*

*Pollyanna de Souza Carvalho*

*Esther Luiza de Souza Lemos*

*Maria Fernanda Escurra*

*Gabrieli Carreiro*

*José Paulo Netto*

*Bia Abramides*